

*DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CIDADES
HISTÓRICAS: estudos de caso de
Diamantina/MG.*

Editora UFVJM

Carlos Eduardo Silveira

Juliana Medaglia

Organizadores

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM CIDADES
HISTÓRICAS: estudos de caso de Diamantina/MG**

Diamantina – MG

UFVJM

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)

Reitor:

Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu

Vice-Reitor:

Prof. Donaldo Rosa Pires Júnior

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Profa. Ana Catarina Perez Dias

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Valter Andrade de Carvalho Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Alexandre Christófaros Silva

Grupo de Pesquisa Destinos Turísticos e Sustentabilidade

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4448387194539627

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas/UFVJM

Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa CRB-6/2972

D451 Desenvolvimento turístico em cidades históricas: estudos de
2014 caso de Diamantina/MG / Organizadores: Carlos Eduardo
 Silveira, Juliana Medaglia. – Diamantina : UFVJM, 2014.
 211 p. : il.

ISBN: 978-85-61330-38-5

1. Destino turístico. 2. Diamantina. 3. Turismo.
4. Desenvolvimento. 5. Estudos de caso. I. Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. II. Título.

CDD 338.4791

Elaborada com os dados fornecidos pelos organizadores.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| PARTE I: ESTUDOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS..... | 8 |
| Caminhos do Turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade..... | 9 |
| Aplicação da Teoria do Ciclo de Vida das destinações turísticas em Diamantina/MG | 26 |
| Paisagens urbanas culturais, sob a perspectiva da geografia cultural do centro histórico urbano tombado de Diamantina (MG) | 38 |
| Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina/MG..... | 52 |
| A Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região: alcances pedagógicos..... | 65 |
| PARTE II: ESTUDOS APLICADOS | 79 |
| José Soares de Araújo: Um Artista Luso-brasileiro no Século XVIII | 80 |
| Religião e Turismo em Diamantina..... | 99 |
| O Processo de Candidatura à Lista de Patrimônio Mundial – Considerações do caso de Diamantina – MG sob a ótica da UNESCO..... | 120 |
| Políticas Públicas Culturais em Diamantina..... | 137 |
| Visões Qualitativas dos Atores da Vesperata em Diamantina/MG e suas possibilidades diante da teoria do marketing de destinos..... | 149 |
| Análise da Acessibilidade dos Atrativos Turísticos do Centro Histórico de Diamantina/MG para Visitantes com Mobilidade Reduzida | 171 |
| A Relação Entre Turismo e Desenvolvimento Econômico em Diamantina: Uma Aproximação | 193 |
| COLABORADORES | 208 |

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa *Destinos Turísticos e Sustentabilidade* foi criado em 2008, antes mesmo da formação da primeira turma do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), sendo assim intitulado por entender a postura global e interdisciplinar que a compreensão do fenômeno turístico requer. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa sempre teve a clara proposta de receber pesquisadores de turismo de diferentes áreas do saber, com formações distintas e titulações variadas, se apresentando como um caminho para os docentes pesquisadores do Curso de Turismo da UFMG e seus egressos obterem respaldo institucional em suas investigações.

Entretanto, sendo um Grupo de Pesquisa novo em um Curso superior recente de uma Universidade pública em construção, muitas vezes os desafios burocráticos e pedagógicos se impuseram frente às possibilidades de debate, reflexão, trocas e pesquisas que um Grupo de Pesquisa oferece e pressupõe. Diante de tal cenário, muitas vezes os esforços de pesquisa que poderiam ser coletivos foram viabilizados por meio de propostas mais tímidas, calcadas em Trabalhos de Conclusão de Curso e Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica. Contudo, não desfrutar de todas as possibilidades coletivas de um Grupo de Pesquisa não significa não estar produzindo, pesquisando e refletindo. Dessa forma, ao observar as apresentações de trabalhos do Curso de Turismo durante a Semana de Integração da UFMG desse ano de 2014 e a partir daí, refletir acerca de outras publicações realizadas (artigos científicos, participação em outros eventos, relatórios de pesquisas) percebemos nossa frutífera produção, considerando especialmente as pesquisas que apresentam o destino turístico Diamantina, ora como sujeito e ora como objeto, ora como recurso de aprendizagem, ora como resultado de pesquisas científicas. Esse conjunto de estudos se torna ainda mais significativo ao considerarmos os desafios do desenvolvimento turístico em cidades denominadas históricas ou coloniais, que contam com limitações e imposições referentes à legislação, relativas ao tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). No caso de Diamantina, conta ainda com o incentivo e ao mesmo tempo pressão oriundos do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

Assim surge este livro, a partir de pesquisas já apresentadas no âmbito da Universidade e até mesmo algumas já publicadas em outros meios, contudo com o claro objetivo de reunir em um só meio os diversos resultados que os diferentes

pesquisadores do Grupo *Destinos Turísticos e Sustentabilidade* desenvolveram até agora. Esta obra é, portanto, endereçada a outros pesquisadores, docentes, alunos de graduação e pós-graduação de turismo ou áreas afins, gestores públicos e até empresários que atuam no turismo e/ou cidades históricas. Neste contexto, esta obra foi estruturada em duas partes, que juntas contam com doze capítulos, permitindo ao leitor o acesso diretamente aos temas de seu interesse e/ou pesquisa. Ao final, é possível conhecer os autores que colaboraram para a realização desta obra, apresentados em ordem alfabética e com seus interesses de pesquisa e contatos indicados.

A primeira parte deste livro, composta por cinco capítulos, aborda o que chamamos de **Estudos Teórico–Pedagógicos**, por apresentar pesquisas que trazem reflexões teóricas acerca do turismo em Diamantina ou apontam para experiências pedagógicas desenvolvidas no destino.

O primeiro capítulo reúne os jovens pesquisadores *Nauê Gonçalves Bulhões* e *Ronaldo Flaviano de Souza Junior* e os docentes *Carlos Eduardo Silveira* e *Juliana Medaglia* apresentando elementos da formação de Diamantina enquanto destino turístico.

Do ponto de vista das teorias do turismo, o segundo capítulo de autoria de *Flávia Teixeira*, *Carlos Eduardo Silveira* e *Juliana Medaglia*, apresenta interessante contribuição por aplicar a Teoria de Ciclo de Vida de destinos turísticos, conhecida internacionalmente como TALC, ao destino Diamantina.

O terceiro capítulo, escrito por *Sidney Daniel Batista*, apresenta a teoria acerca de paisagens, sob o ponto de vista da geografia, valendo-se da zona de tombamento de Diamantina como exemplo de aplicação.

A partir de um projeto de extensão universitária a experiência pedagógica de reunir patrimônio e turismo é relatada por *Juliana Medaglia* e *Carlos Eduardo Silveira* no quarto capítulo.

O último capítulo da primeira parte trás os mesmos autores do anterior, apresentando outra experiência pedagógica, porém a partir do ensino e da pesquisa, acerca da Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD).

A segunda parte do livro é denominada **Estudos Aplicados** e congrega sete capítulos, apresentando pesquisas focadas em aspectos específicos do desenvolvimento turístico de Diamantina, em diferentes áreas do conhecimento, mantendo o turismo como principal elo.

Inicia-se com o trabalho da professora *Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani* e suas reflexões acerca da obra do pintor português José Soares de Araújo, e seu legado em Diamantina.

A relação entre o turismo e a religião em Diamantina e suas lindas igrejas coloniais é discutida pelo pesquisador *Ronaldo Flaviano de Souza Junior* já no capítulo sete.

Os critérios da UNESCO que levaram Diamantina a ser declarada patrimônio cultural da humanidade são apresentados no capítulo de número oito, por *Nauê Gonçalves Bulhões*.

No capítulo nove as políticas culturais de Diamantina são analisadas pela docente *Teresa Cristina Vale* e pela pesquisadora *Luana Maiara dos Santos*.

O décimo capítulo apresenta amplo estudo acerca do produto turístico muito significativo para o turismo de Diamantina: a *Vesperata*, tendo sido realizado pelos pesquisadores *Carlos Eduardo Silveira*, *Juliana Medaglia*, *Maria de Lourdes Santos Ferreira* e *Viviane Cristina de Paula*.

No capítulo seguinte, de número onze, os pesquisadores *Raquel Faria Scalco* e *Antônio Carlos Guedes* refletem acerca da acessibilidade no destino turístico Diamantina.

Por fim, no capítulo décimo segundo, *Izabel Cristina Carvalho de Oliveira* e *Hanna Gabriela Soares Vieira Amaral* apresentam um estudo acerca dos indicadores sociais de Diamantina antes e depois da declaração de patrimônio da humanidade da UNESCO.

Assim, esta obra coletiva, escrita e organizada a tantas mãos, se propõe a ser uma primeira empreitada do Grupo de Pesquisa *Destinos Turísticos e Sustentabilidade*, que busca chamar a atenção para o turismo desenvolvido em Diamantina ao mesmo tempo em que oferece exemplos de desafios enfrentados no contexto das cidades históricas. Dessa forma, desejamos a todos uma leitura agradável e produtiva no universo do turismo diamantinense!

Carlos Eduardo Silveira

Juliana Medaglia

Organizadores

Líderes do grupo de pesquisa Destinos Turísticos e Sustentabilidade

PARTE I: ESTUDOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS

Caminhos do Turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade¹

Carlos Eduardo Silveira

Juliana Medaglia

Nauê Gonçalves Bulhões

Ronaldo Flaviano de Souza Junior

Resumo: Os primeiros registros sobre Diamantina remontam ao século XVII quando bandeirantes buscaram a região do Serro Frio para prospecção de ouro. A descoberta posterior do diamante desencadeou um protagonismo a Diamantina no Império Português, gerando de certa forma, as bases para a consolidação do acervo colonial e do modo de vida singular. Estas consequências foram causa de outro processo recente, a declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, que favorece a preservação do patrimônio e o crescimento do turismo cultural. Este trabalho busca discutir, de forma exploratória, a relação do desenvolvimento histórico do núcleo minerador de Diamantina com o atual ciclo do turismo, colocando a cultura como elo entre as atividades do garimpo e do turismo. Conclui-se que a declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade foi consequência do processo histórico, mas causa da estruturação turística, além de incentivo a outras iniciativas, entretanto não pode ser responsabilizado pela ocorrência, positiva ou negativa, do atual fluxo turístico de Diamantina.

Palavras-chave: Diamantina, Mineração, Cultura, Patrimônio, Turismo.

1. Introdução

A cidade de Diamantina se destaca pela marcante presença da arquitetura colonial, a maior parte desta hoje em dia protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), o que contribui fortemente para sua preservação e conservação. Tal preservação, aliada aos recursos estéticos, históricos e artísticos das construções foram reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e servem como atrativos para o turismo, confirmando o que menciona Portuguez (2004)

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Vozes dos Vales/UFVJM, n.1, v.I, , p.1-21, 05/2012.

que no limiar do século XXI, as cidades coloniais se encontram cada dia mais associadas ao turismo, e que sua função turística vem sendo reforçada nos últimos anos, aumentando a simbiose entre cidade e turismo.

Interessantemente, o acervo arquitetônico e a imagem cultural de Diamantina como destino turístico não foram intencionais, mas sim consequências do controle no desenvolvimento de um núcleo de extrativismo mineral surgido durante o Império Português no Brasil e mantido em função de sua singularidade e isolamento. É curioso notar que o extrativismo mineral gera a singularidade do local e esta atrai o turista. O que se percebe é que a cultura resultante das características e da evolução histórica de Diamantina é ponte entre esses dois ciclos migratórios, um que deu origem à localidade e outro que a visita atualmente.

Dessa forma, o intuito deste trabalho é, com base em fontes secundárias, elencar elementos e fatos que contribuam para a discussão da evolução da atividade turística na cidade de Diamantina, para que, considerando que atualmente o turismo é tido como fonte de renda e desenvolvimento para o município, se lance mão de um enfoque aproximado a um estudo de caso, com caráter exploratório, que permita flexibilidade suficiente para discutir o tema sem necessariamente partir de hipóteses pré-estabelecidas.

O principal objetivo desta pesquisa é relacionar o processo de ocupação e consolidação da área onde hoje se encontra Diamantina, movido pela expansão mineradora, com o atual cenário propício ao desenvolvimento turístico, tendo como marco principal a outorga do título de Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, em 1999. Contudo, como esses três pilares, i.e. garimpo, patrimônio e turismo, não surgiram desvinculados, propõe-se como objetivos específicos descrever os processos históricos que levaram a consolidação de Diamantina enquanto destino turístico, bem como ao surgimento de uma cultura singular, digna de reconhecimento internacional.

2. Caminhos do turismo em Diamantina

A fim de entender como se dá o turismo e as áreas que o complementam, se faz necessário voltar o olhar para a economia de Diamantina desde os seus primórdios, quando a cidade ainda se baseava no extrativismo de pedras preciosas.

Foi principalmente a mineração que contribuiu para a formação das características do local e de seu povo, características essas que são recursos significativos para o desenvolvimento turístico da atualidade.

A história de Diamantina se inicia em meados de 1678, quando chega ao Rio Jequitinhonha a bandeira de Fernão Dias Paes na busca de minerais e pedras

preciosas. Porém foi somente mais tarde, no início do século XVIII, que Antônio Soares e Manuel Corrêa Arzão descobriram tais riquezas na região que era denominada pelos nativos de “Hivituruí²”, posteriormente rebatizada pelos brancos de Serro Frio. A fama das lavras de ouro se espalhou, e a região passou a atrair diversos aventureiros de todos os cantos (MATA MACHADO FILHO, 1944).

Foi o grupo de Jerônimo Gouvêa que saiu em direção ao norte, seguindo o curso do Rio Jequitinhonha, e chegando até a confluência do córrego Piruruca e o Rio Grande, que se fixou no local, dando início ao então Arraial do Tijuco. Neste local foi encontrada grande quantidade de ouro, fazendo com que ali se fixassem os primeiros moradores, que denominaram o local de Burgalhau. Até então, só se tinha conhecimento das lavras de ouro na localidade, sendo que a descoberta dos diamantes na bacia do Jequitinhonha se deu entre os anos de 1719 e 1722. Segundo Santos (1976, p. 49) “não é menos difícil dizer quem fora o primeiro descobridor, ou antes o primeiro conhecedor dos diamantes entre nós”, pois segundo menciona o autor há pelo menos duas versões para tal descoberta. Uma delas atribui a Bernardo da Fonseca Lobo a descoberta e a comunicação à Coroa, e outra atribui o reconhecimento das pedras a um frade cujo nome se desconhece, mas que veio ao Tejuco depois de ter estado em Golconda, na Índia, onde, já se minerava o diamante.

O comunicado da descoberta das jazidas dos diamantes à corte só foi feita no dia 09 de Fevereiro de 1730, através da carta régia, ainda que a exploração já acontecesse sem o conhecimento da população acerca do minério. Mesmo com o estranhamento na demora de tal comunicado, o Rei de Portugal, deu à D. Lourenço de Almeida poderes amplos e ilimitados para regular e controlar a exploração dos diamantes (SANTOS, op cit). No mesmo ano a Coroa promulgou o primeiro regimento, onde declarava os diamantes propriedade real. Qualquer pessoa que tivesse interesse em explorá-los deveria submeter-se às regras impostas, de pagar um imposto de cinco mil réis por escravo empregado naquele tipo de trabalho, além da exportação dos diamantes para a Europa só ser permitida em navios portugueses, cada um pagando um frete correspondente a 1% do valor da carga.

Devido à grande sensibilidade no preço dos diamantes, em 1734, o preço havia diminuindo muito, fazendo com que a coroa tomasse medidas que limitassem a extração e controlassem o contrabando, ficando suspensa a exploração das lavras de 1734 a 1739 (MATA MACHADO FILHO, 1944).

² Segundo o histórico do Município do Serro disponível no IBGE (em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=316710>, acesso em 17 fev 2012) “Os índios denominavam o lugar de Hivituruí, ou seja, Grande Serro do Frio, como passou a ser conhecido. Mais tarde, o topônimo foi mudado para Arraial das Lavras Velhas do Hivituruí, posteriormente Vila do Príncipe, atualmente Serro”.

A mineração de diamantes voltou a ser permitida somente no ano de 1739, sob o regime dos contratos, pelo qual os contratadores detinham o direito de garimpar e cobrar alguns impostos, impossibilitando qualquer outra pessoa possuir lavras ou garimpo nas terras do Arraial do Tijuco.

Quando as lavras foram reabertas em 1739, passaram a ser monopólio particular de um contratante, ou consórcio de arrematantes, que por concessão privilegiada compravam da Coroa o direito de extração do diamante em todo o território demarcado. Estes contratadores adquiriram uma riqueza incalculável e um poder enorme, sonhando com a coroa grande parte do que extraíam, sendo quase impossível indiciá-los por seus crimes. (FURTADO, 2008, p.26)

Os contratadores podiam minerar no perímetro demarcado, pagavam duzentos e trinta mil réis por tais atividades e podiam ter até seiscentos escravos trabalhando nas lavras. O primeiro contrato para a exploração dos diamantes, que vigorou entre o período de 1º de janeiro de 1740 a 31 de dezembro de 1743, foi o de João Fernandes de Oliveira em sociedade com Francisco Ferreira da Silva (SANTOS, 1976) e foi nessa importante fase da história do Tejuco que a população aumentou, o comércio se desenvolveu, templos e outros edifícios importantes foram construídos, graças à moderação do contratador, mesmo com a realidade do garimpo e do contrabando. O contratador não perseguia os garimpeiros e parecia tolerar o contrabando, e com isso muitos se enriqueceram, vivendo no luxo e na opulência. Dominava o espírito frívolo do século XVIII, na elegância dos trajes, no requinte das maneiras e nas regras do bom tom (SANTOS, op cit). Por ordem do Marquês de Pombal em 21 de novembro de 1761, o contratador João Fernandes, figura importante da história, marido da lendária Chica da Silva, ficou denominado sócio de seu pai também com o nome João Fernandes de Oliveira, detendo, somente eles, poderes de contratador.

As igrejas em Diamantina, é certo, foram erguidas graças ao ciclo do ouro e do diamante, pois como se pode notar em todo o estado de Minas Gerais, só as cidades tri-seculares que passaram pelo extrativismo é que possuem diversos templos em estilo barroco. A exploração de metais e pedras preciosas, também favoreceu a criação de acervos e bens culturais como pinturas com representações religiosas, retábulos e imagens. Independente do tamanho do templo, no momento das construções destes, sempre se buscava o máximo de apuro e elegância possível (MIRANDA, 2009).

A exploração dos diamantes não dependia de grandes investimentos, e possibilitava o enriquecimento de uma pessoa da noite para o dia, então muitos garimpeiros afortunados, e sem ter onde gastar seu dinheiro devido a precariedade do comércio no Arraial do Tijuco, acabavam construindo seus próprios templos, ou contribuindo para a construção dos mesmos, e quanto maior e mais suntuosa a

construção, maior era a expressão de poder e prestígio da pessoa ou de membros de uma irmandade³ (MIRANDA, op cit).

Nesse contexto, é possível observar que as igrejas da cidade são bastante diferenciadas das outras construções coloniais do estado. Tal fator se deve ao isolamento pelo qual a área diamantífera viveu durante muitos anos, dificultando um intercâmbio cultural e fazendo com que estas construções sofressem pouca ou nenhuma influência de outros templos erguidos em outras cidades (SOUZA JR, 2011). Uma vez que em 1771, a Coroa portuguesa instituiu no Arraial do Tijuco a Real Extração, com o objetivo de monopolizar todo o diamante presente no local, restringindo a entrada de pessoas e controlando a saída dos mesmos, evitando o contrabando de diamantes. Tal regime durou até 1841 quando foi totalmente extinta, abrindo as portas do Arraial para quem desejasse garimpar na cidade (RABELLO, 1997). Se por um período as estradas de acesso à localidade eram difíceis e vigiadas, em outro elas foram melhoradas e incentivadas, além do comércio entre as cidades próximas, que aumentaram e se desenvolveram significativamente. Além do fato de que a região dispunha de matérias primas diferenciadas das outras regiões, como é o caso da pedra sabão, muito utilizada nos templos da região do ouro, e pouco utilizada em Diamantina, devido à quase inexistência desse material no local, fazendo com que os construtores se utilizassem dos recursos presentes no lugar (MIRANDA, 2009).

Outro fator que também pode ter contribuído para a diferenciação das construções e intensificado a singularidade do conjunto, foi a repressão pela qual o Arraial do Tijuco passou por parte de Portugal após o terremoto de Lisboa, quando a coroa se tornou mais rígida quanto ao controle do ouro, e impôs severas restrições na arquitetura e nas construções, nos acabamentos esmerados, ataviados com ouro.

A administração opressiva deu-se durante a reconstrução de Portugal depois de um forte terremoto. Sobretudo o Tijuco tornou-se alvo de sistemática intervenção e repressão. Impediram-se obras de maior vulto e acabamento suntuoso, em ouro. A fiscalização impertinente passou a taxar com pesados ônus as construções que estivessem fora do padrão simples. Aquelas com mais requinte eram regamente penalizadas ou embargadas e, em algumas situações, o proprietário era espoliado e afligido com castigos. (CRUZ, 2008 p.45)

Confirmando seu desenvolvimento, em 1831, o então Arraial do Tijuco foi elevado à categoria de Vila e algum tempo depois, em 1838, passou a ser considerado município, sendo então chamado de Diamantina (MATA MACHADO FILHO, 1944).

³ De acordo com Souza Jr (2011) irmandades podem ser consideradas associações leigas que tinham vínculo com o universo religioso, mas sem subordinação à estrutura da Igreja Católica formal. O termo acaba incorporando outras formas de associação, como, por exemplo, as ordens terceiras, confrarias e arquiconfrarias, ainda que essas tenham especificidades institucionais.

Pouco depois a vinda do catolicismo institucional para a cidade aconteceu 1857, impedido anteriormente pela Coroa, o que incentivou a construção de várias obras sociais no local.

Outro período que marcou fortemente a economia da cidade foi uma severa crise entre as décadas de 1860 e 1870, devido à acentuada queda no preço dos diamantes em consequência da descoberta de novas jazidas na África do Sul. Com isso, as pessoas do local se viram preocupadas em encontrar alternativas de renda e se preocuparam em utilizar melhor seus recursos naturais e, então, passaram a investir ainda mais no transporte e na melhoria da cidade (MARTINS, 2008).

No fim do Século XIX e início do século XX, implementaram-se as bases da economia da cidade com pequenas indústrias, principalmente no setor têxtil.

Por ter um solo que praticamente inviabiliza a atividade agropecuária em larga escala, diferentemente das outras cidades mineiras, Diamantina encontrou na indústria de tecidos sua alternativa de sobrevivência econômica. Foi instalado então em Diamantina e região um complexo industrial de importância e magnitude consideráveis para aquele momento histórico – a construção de três grandes cotonifícios industriais: a Fábrica de Biribiri, a Fábrica de São Roberto e a Fábrica de Santa Bárbara, todas pertencentes à Igreja. (MAGNANI, 2008, p.30 e 31)

A cidade também se beneficiou no que se refere ao comércio por sua localização geográfica, já que no Alto Jequitinhonha, Diamantina era a cidade mais desenvolvida na época, tendo em vista que das cidades da região era a que possuía melhor sistema viário, além de estar localizada no entroncamento de acesso ao norte de Minas Gerais, tornando-se assim um importante núcleo urbano.

Já no início do século XX, Goodwin Jr. (2007, p.67) afirma que “havia um consenso geral de que a cidade merecia e precisava de vários melhoramentos urbanos e do desenvolvimento econômico e social”, sendo apoiado pelos principais políticos da região.

No período de 1830-1930, os líderes políticos diamantinenses tiveram como principais preocupações: a) a abertura de estradas de rodagem no Alto Jequitinhonha e a construção de ramal ferroviário que alcançasse a cidade; b) o controle da Administração dos Terrenos Diamantinos, impedindo sua transferência para a nova capital; c) a atração de órgãos públicos estaduais e federais para a cidade, reforçando o peso político-administrativo de Diamantina no Norte mineiro e; d) a viabilização de recursos para obras de melhoramentos urbanos na “Atenas do Norte”. (MARTINS, 2008, s/p)

Vislumbrando mais progresso para a cidade, a possível construção de uma ferrovia que ligaria Diamantina ao Rio de Janeiro e a diversas outras cidades, fez crescer

a esperança de desenvolvimento do local. Josefino Vieira Machado correspondente do jornal 'O Jequitinhonha' em 1868, externava a ansiedade em usufruir dos benefícios que o transporte ferroviário traria ao local, e este discurso se acentuou na cidade com a chegada da ferrovia no ano de 1914 que facilitaria o transporte de cargas e pessoas da cidade a outros municípios, e que também traria visitantes ao local. Porém, com a implementação da rede ferroviária no final de 1920, a importância da cidade diminuiu frente a outros municípios que se viram igualmente na oportunidade de se desenvolverem com a chegada da linha férrea aos seus municípios (GOODWIN JR, 2007). Além disso, a indústria têxtil já não estava mais indo tão bem devido à reduzida importância das pequenas indústrias frente às grandes indústrias têxteis que surgiram no Estado e país (MARTINS, 2000). A expansão viária, entretanto influenciaria futuramente a acessibilidade da cidade, e, como consequência, a atratividade. Além disso, paralelamente ao forte desejo de desenvolvimento, Diamantina recebeu do IPHAN o título de Patrimônio Histórico em 1938, sendo feito pelo órgão o tombamento de parte da cidade, favorecendo assim a preservação dos casarões, templos e construções coloniais que a cidade possui, o que repercutiu de forma decisiva no conjunto arquitetônico que hoje está entre os principais atrativos da cidade para os turistas.

Houve outros fatores que incentivaram a visita em Diamantina e sua projeção no século passado. Em 1944, foi construído em Diamantina pelo governo do Estado, a Praça de Esportes Diamantina Tênis Clube. Conforme mencionam Fernandes e Conceição (2005, p.10), se por um lado a cidade começa a despontar nos esportes, "por outro tornava ainda mais evidente uma das maiores deficiências da cidade: sua incapacidade de hospedagem".

Ainda para os autores, a carência na infraestrutura de hotéis não se evidenciava apenas nos eventos esportivos, mas também quando a cidade necessitava receber personagens ilustres ou algum evento importante, a saída para suprir a necessidade de leitos, era a população local receber dentro de suas próprias casas estes visitantes.

No período após a Segunda Guerra Mundial, as cidades brasileiras iniciaram um período de necessidade de acentuar a sua modernização (MELLO, 1996). Acompanhando o setor hoteleiro, outras áreas da cidade como telefonia, estradas de acesso e entidades que gerassem empregos, também necessitavam ser desenvolvidas para acompanhar o ritmo de modernização do Brasil estava vivendo em seu período pós-guerra (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005). Uma grande oportunidade para a melhoria nos ambientes frágeis da cidade surgiu quando o diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito governador do estado de Minas Gerais no ano de 1951.

O então governador do Estado, já tinha sido reconhecido pelo progresso que levou à cidade de Belo Horizonte enquanto prefeito da capital mineira.

Prefeito de Belo Horizonte, JK realiza obra tão notável, que seu prestígio é projetado até para fora do país. Rasga largas avenidas, asfalta as ruas e as avenidas Afonso Pena, Santos Dumond, Paraná e outras. Abre todas as saídas da capital mineira, constrói moderna rede de esgotos, canaliza água, cria diversos bairros, abre rede subterrânea de luz e telefone, esburaca toda a cidade, transforma-se no “Prefeito Furacão” ou “Prefeito Tatu”. (HELIODORO, 2005, p.132)

Os diamantinenses, vislumbrando as oportunidades que poderiam ter enquanto um nascido na cidade governava todo o Estado, começaram a fazer reuniões com o então governador, visando melhorias para o município, sendo a criação de um hotel, um dos principais focos destas reuniões. O governador se prontificou imediatamente em construir um hotel na cidade como apresentado na ata da Associação Comercial e Industrial de Diamantina, de 21 de março de 1951:

Anunciada a construção de um Hotel Turismo para Diamantina, objeto de aspiração da Associação Comercial, assunto exaustivamente discutido durante suas reuniões. [...] Franca a palavra, o Sr. Presidente declarou que em palestra com o Governador Juscelino Kubitschek, que é de sua aspiração a construção de um Hotel Turismo nesta cidade e que esta aspiração sempre foi debatida no seio da nossa Associação. Agora podemos contar certo com esse sonho que será uma verdade, na boa vontade que demonstrou Juscelino. Será na casa e terrenos do espólio do Sr. Cosme Couto (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005, p.12)

Com a queda da mineração e o baixo dinamismo do setor comercial e de serviços, mas com um novo hotel, Diamantina passou a enxergar no turismo possibilidades para o desenvolvimento e crescimento do município. No ano de 1977, em um convênio entre diversos órgãos públicos do Estado de Minas Gerais, foi criado o Circuito dos Diamantes, “nesta época, o Circuito dos Diamantes abrangeria somente Diamantina e era uma forma de preparar e preservar a cidade para o turismo, mas os trabalhos só foram concluídos e editados pela Fundação João Pinheiro em 1980”⁴. O interesse no setor aliado a vocação da localidade para o turismo, devido ao seu acervo histórico e cultural, fez com que a atividade começasse a se desenvolver, ainda que timidamente e com uma sazonalidade grande, já que a cidade recebia maior fluxo de visitantes apenas em determinadas épocas do ano, como nos festejos religiosos, carnaval e eventos culturais isolados.

⁴ Disponível em <<http://www.circuitodosdiamantes.tur.br/historico+circuito.php>> Acesso em 17 jun 2011

No ano de 1999 a cidade ganhou um novo impulso para o turismo quando decidiu se candidatar ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. No mesmo ano a UNESCO concedeu o título à cidade, fazendo com que a mesma entrasse para o cenário mundial⁵.

3. A inscrição de Diamantina na lista de patrimônio mundial da UNESCO

Com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade que recebeu da UNESCO, Diamantina torna-se um bem da população mundial pela riqueza e importância de sua cultura lapidada pelas características do povo, da localidade e do desenvolvimento histórico. Esse título faz com que o turismo no destino se destaque e necessite se desenvolver para atender os requisitos exigidos pelo órgão. Desde então o destino tem, paulatinamente, se estruturado, trabalhado e estudado para desenvolver e implementar o turismo e dele obter benefícios e reconhecimento.

Diamantina foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial no ano de 1999 sob os critérios II e IV da Convenção, haja vista que:

Pouco mudou, em parte, graças às condições do meio: a escarpa da Serra dos Cristais revela um singular contraste entre a potência da natureza e a delicadeza do casario. (...) Na arquitetura predomina a simplicidade, cores vivas nas portas e janelas, treliças e muxarabis. As ruas têm as tradicionais capistranas, calhas que facilitam o escoamento das águas e a caminhada dos transeuntes. (BRAGA e MACHADO, 2010, p. 38)

Ao analisar as diversas fontes utilizadas para esse trabalho é possível afirmar que seu conjunto urbano é precioso testemunho da adaptação de modelos europeus a uma cultura original, tão perfeitamente integrada à paisagem severa e grandiosa. De acordo com o IPHAN (2011) ⁶

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina acha-se bastante preservado, sendo possível reconhecer no seu atual desenho a planta do núcleo urbano consolidado no século XVIII. A cidade apresenta não só monumentos significativos para a história da Arte e Arquitetura dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas também do século XX se faz presente por meio de obras do arquiteto Oscar Niemeyer.

Diamantina foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO com a intenção de reconhecer o valor dos seus bens e insistir em sua preservação e sua promoção, no que diz respeito à difusão de conhecimentos.

⁵ Disponível em <http://www.braziltour.com/heritage/html/pt/pc_pch.php> Acesso em 20 jun. 2011.

⁶ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12646&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso em: 26 jul. 2011

O Jornal Hoje em Dia publicou uma edição especial sobre Diamantina, em formato de revista, em fevereiro de 2000, na qual se encontram informações gerais sobre a cidade, um pouco da sua história, cultura, gastronomia, seus personagens e como se deu o processo de declaração pela UNESCO:

Tabela 1: ações da campanha para Diamantina patrimônio da humanidade

| EVENTOS DA CAMPANHA DIAMANTINA PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE | | | |
|---|----------------|--------------------|---|
| ATIVIDADES | LOCAL | DATA | PATROCÍNIO |
| Instalação da Comissão por Diamantina Patrimônio da Humanidade – CDPH | Diamantina | 17/03/1997 | Prefeitura de Diamantina |
| Assinatura de convênio entre o IEPHA, o IPHAN e a Prefeitura para a elaboração do Dossiê à UNESCO | Belo Horizonte | 12/08/1997 | Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais |
| Lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural – Ministério da Cultura | Diamantina | 16 e 17/08/1997 | Lei Rouanet/Telemig |
| Ato solene de Irmanação entre as cidades de Brasília e Diamantina | Brasília | 19/12/1997 | Jornal Hoje em Dia |
| Apresentação do Documentário à UNESCO “Diamantina, a riqueza de um patrimônio” | Diamantina | 19/02/1998 | CEMIG |
| Ato solene de Irmanação entre as cidades de Brasília e Diamantina | Diamantina | 28/03/1998 | Lei Rouanet/Telemig |
| Elaboração do Dossiê Cultural, Histórico e Arquitetônico de Diamantina | Diamantina | Abril/junho/1998 | Ministério da Cultura |
| Elaboração do Dossiê Fotográfico de Diamantina para a UNESCO | Diamantina | Abril e junho/1998 | CEMIG |
| Apresentação dos Dossiês à comunidade de Diamantina | Diamantina | 12/09/1998 | Prefeitura de Diamantina |
| Visita técnica dos representantes ICOMOS / UNESCO à Diamantina | Diamantina | 5 a 7/02/1999 | Prefeitura de Diamantina |
| Elaboração do Plano Diretor de Diamantina | Diamantina | Setembro/1999 | Ministério da Cultura / EMBRATUR / Prefeitura |
| 1º Fórum de Cultura, Turismo e Desenvolvimento | Diamantina | 15 a 17/07/1999 | FIEMG / FETRAN / CEMIG / Telemar / Jornal Hoje em Dia |
| 1º Fórum de Turismo e Negócios | Diamantina | 27 e 28/08/1999 | Jornal Hoje em Dia / Loteria Mineira |
| Acompanhamento no Marrocos da Assembleia da UNESCO | Diamantina | 1 a 5/12/1999 | Prefeitura de Diamantina / Concita |
| Comemorações da conquista do título Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade | Diamantina | 3 a 12/12/1999 | Ministério da Cultura / Telemar / ECT |

Fonte: Menezes, 2000, p. 46

A publicação afirma também que o processo para a declaração de Diamantina teve apoio em todos os âmbitos, nacional, estadual e municipal:

A campanha por Diamantina Patrimônio da Humanidade foi marcada pela ampla mobilização da comunidade do município em torno das perspectivas de novas alternativas econômicas e sociais para a região, num trabalho que envolveu o poder público das esferas municipal e federal, empresariado local e regional, movimentos populares e determinante apoio dos meios de comunicação de Minas, articulado por uma campanha de marketing bem sucedida. (MENEZES, 2000, p. 44)

Segundo a mesma reportagem foi feita uma pesquisa em Diamantina, em 1998, para conhecer o posicionamento da população acerca da concorrência ao título da UNESCO que teve como resultado a resposta positiva de 92% da comunidade diamantinense. O Jornal destacou ainda que a mobilização da comunidade também teria impressionado a comissão técnica da UNESCO e o fato foi registrado no relatório emitido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão ligado à UNESCO. Outro diferencial da campanha teria sido a participação da mídia, de empresas e do Ministério da Cultura que arcou com os custos para a elaboração do Dossiê elaborado pelo IPHAN. (MENEZES, 2000).

Com a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO a cidade foi obrigada a se adequar às exigências do órgão no que diz respeito ao desenvolvimento da infraestrutura local e da estrutura turística. A mesma publicação do Jornal Hoje em Dia (CAMPOS, 2000, p. 39) aborda os desafios impostos pelo reconhecimento mundial, apresentados abaixo na primeira coluna da tabela 2. A fim de verificar a evolução do turismo diamantinense a partir do título de patrimônio da humanidade da UNESCO, foi realizada entrevista com o atual turismólogo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, comparando na mesma tabela, as exigências impostas a Diamantina quando da obtenção do título, na primeira coluna, com as respostas do profissional acerca da situação atual, na segunda.

Tabela 2: comparação das deficiências apontadas pela UNESCO com o cenário atual

| MELHORIA A SEREM FEITAS | CENÁRIO ATUAL |
|---|--|
| Deficiência no receptivo turístico (aeroporto). | Voos semanais regulares ligando Diamantina à Belo Horizonte e Montes Claros. |
| Escassez de leitos nos meios de hospedagem (18 estabelecimentos). | Diamantina conta hoje com uma estrutura hoteleira desenvolvida, cerca de 44 estabelecimentos com aproximadamente 1200 leitos. |
| Necessidade da diversificação no setor de bares e restaurante (70% especializado em comida mineira) | Hoje a cidade conta, além dos restaurantes de comida mineira, com um restaurante de gastronomia Árabe, Portuguesa, dois especializados em massa, entre outros. |
| Sistema incipiente de crédito | A maioria dos hotéis, restaurantes e lojas de artesanato já aceitam os principais cartões de crédito. |
| Asfaltamento das rodovias da região (Corinto, Montes Claros, Serro, Turmalina) | MG-214 e BR-241 foram totalmente asfaltadas, MG-10 e MG-220 estão em processo de asfaltamento. |

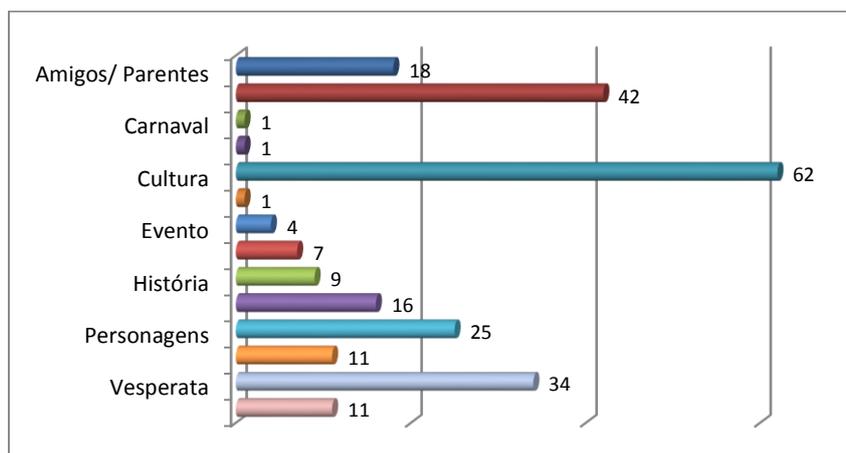
| | |
|---|--|
| Implementação dos Parques Nacionais do Biribiri e Itambé | Ambos os parques já recebem turistas e são comercializados por receptivos locais e de Belo Horizonte. |
| Tornar a Gruta do Salitre reserva de Proteção Ambiental (APA) e equipá-la com infraestrutura turística. | A gestão pública da Gruta foi cedida ao Instituto Biotrópicos que tem realizado ações para oferecer aos visitantes um atrativo seguro e com infraestrutura para visitação. |

Fonte: Bulhões, 2011, p.32-33

Pode-se perceber na tabela acima, que houve considerável evolução na estrutura do turismo em Diamantina desde sua candidatura ao título de Patrimônio Mundial. Ainda que o foco deste trabalho seja o desenvolvimento turístico decorrente de tal consagração, o título recebido por Diamantina também trouxe melhorias para a população em geral, como foi, por exemplo, o caso do asfaltamento das rodovias, ou da modernização das formas e condições de pagamento em todo comércio da cidade, mas foi especialmente o cenário turístico, nacional e internacional, que determinou as mudanças e melhorias na cidade.

Percebe-se que a projeção resultante do título de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO induziu o desenvolvimento para o turismo cultural da cidade, fato que pode ser verificado no Relatório da Pesquisa de Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região (2012), o qual mostra que as motivações dos turistas que visitam Diamantina são:

Gráfico 1: Motivação geral da viagem



Fonte: Silveira e Medaglia, 2012, p. 19

Percebe-se com clareza a concentração na motivação pela cultura de Diamantina, com destaque maior ainda quando somadas a arquitetura e a Vesperata, manifestações que fazem parte do conjunto cultural de Diamantina e que foram decisivas para o destino receber o título da UNESCO. O título vem, então, como

instrumento incentivador do potencial já existente no destino e também como promotor de sua imagem.

Com o reconhecimento a cidade se junta à elite das 936 cidades Patrimônios da Humanidade, fato que, apesar de banalizado no dia a dia da cidade, representa uma conquista incalculável. Exemplificando, se as 936 cidades fossem todas no Brasil, representariam aproximadamente apenas 15% dos municípios brasileiros, o que por si só seria um privilégio; multiplicando esse percentual pelos 197 países membros das Nações Unidas torna-se um pouco mais clara a importância desse título e o que ele representa.

Evidentemente um privilégio dessa monta traz consigo uma grande responsabilidade. Nesse contexto, com o intuito de organizar e planejar a atividade turística que o título da UNESCO proporcionou à Diamantina é criada a Secretaria de Cultura e Turismo em 18 de julho de 2002, por meio da Lei nº 2766, que em 2005 é alterada pela Lei nº 3041 de 25 de outubro, que insere o setor de Patrimônio à Secretaria, que passa a ser chamada de Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Isto quer dizer que a cidade, desde 2002, possui um órgão específico para acompanhar a dinamicidade da atividade turística à luz da cultura e do patrimônio locais, além de planejar sua divulgação, interceder por políticas específicas e necessárias para um bom funcionamento da atividade, bem como monitorar a situação da área tombada pelo IPHAN e intitulada pela UNESCO.

Novas oportunidades de desenvolvimento se solidificam com vistas à preservação do patrimônio e, como consequência, do aprimoramento da qualidade da experiência turística. No ano de 2002, a cidade recebeu incentivos do Monumenta, programa do Ministério da Cultura que procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ao longo dos anos, diversos atrativos foram restaurados, como foi o caso do Mercado Velho, Museu do Diamante, Cadeia Velha (hoje Teatro Santa Izabel), Igreja São Francisco, dentre outros, além de ter propiciado a reforma de diversos imóveis privados. O projeto ainda está atuante na cidade, com diversas ações em andamento além de centenas de projetos na lista de espera.⁷

Segundo a secretaria Municipal de Turismo,

No período de 15 de abril de 2006 a 15 de abril de 2007, os valores investidos chegaram a R\$ 420.369,55. As manifestações e atividades culturais realizadas na sede e nos distritos de Diamantina receberam da Prefeitura Municipal investimentos no valor de R\$ 371.403,90. Já os investimentos em bens culturais chegaram a R\$ 48.965,65.⁸

⁷ Disponível em <<http://www.monumenta.gov.br/site/>> Acesso em 20 jun. 2011.

⁸ Disponível em <<http://www.diamantina.mg.gov.br/portal/municipio/noticia.asp?idMun=100131242&idNoticia=81275>> Acesso em 20 de jun. de 2011.

Em 2006 foi aberta a primeira turma do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e no ano seguinte, Diamantina recebeu recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR NE II), o qual tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas, gerando maiores oportunidades de emprego, qualidade nos serviços urbanos, e melhor qualidade no meio ambiente. Esse recurso teve como principal foco obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário em Diamantina e Serro, e a pavimentação dos trechos Diamantina/Milho Verde⁹. Ainda em 2007,, além da cidade ter sido escolhida pelo Ministério do Turismo para compor a lista dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil - programa que contempla cidades com maior capacidade em gerar um fluxo internacional, reforçando assim a importância da cidade no cenário turístico nacional.¹⁰

Em 2010, a cidade assinou a adesão ao PAC Cidades Históricas, que visa a requalificação urbanística, atrair turistas e dinamizar a economia do entorno. Além disso, recebeu investimentos do governo para se aprimorar o padrão de qualidade dos sítios históricos, com recuperação de espaços públicos, acessibilidade, instalação de mobiliário urbano, sinalização, iluminação e internet sem fio, para estimular usos que garantam o desenvolvimento econômico, social e cultural. Para Diamantina estão previstos investimentos superiores a R\$ 4 milhões entre os anos de 2010 a 2013, que incluirão melhorias como a criação do Parque Municipal Serra dos Cristais, revitalização do Largo Dom João, implantação do plano de mobilidade e acessibilidade urbana no centro da cidade, dentre outros.¹¹

A cidade tem se atentado para a importância do turismo, com especial destaque ao seu viés econômico e as oportunidades de financiamento público alcançadas em nome da atividade turística, conforme colocado nos parágrafos anteriores. Não surpreende que nessa área o turismo seja, atualmente, uma das principais atividades do município, que tem contribuído significativamente na geração de emprego, tendo em vista que a atividade está interligada a diversos setores, sendo o de comércio e serviços os mais destacados. Compreender o papel do turismo na economia de Diamantina passa também, por entender o processo que o impulsionou. Se o processo de formação da cidade consolidou características tão únicas que a elevaram a Patrimônio Mundial, a inscrição em si impulsionou a atividade turística, ampliando as opções oportunidades e gerando mais motivos para preservar a cultura local, que, por sua vez, atrai os turistas.

⁹ Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/curso-programa-94-estruturas-do-turismo>> Acesso em 20 jun. 2011.

¹⁰ Disponível em <<http://www.65destinos.com/>> Acesso em 20 jun. 2011.

¹¹ Disponível em <<http://www.diamantina.mg.gov.br/porta1/municipio/noticia.asp?idMun=100131242&idNoticia=170270>> Acesso em 20 jun. 2011.

4. Considerações Finais

Comparando-se com a trajetória de desenvolvimento, a representatividade do turismo entre as atividades de Diamantina é muito breve. A cidade apenas começa a se preparar para o aumento do fluxo turístico ocasionado principalmente pelo título concedido pela UNESCO, além de outros fatores de atração trabalhados no texto, mas apresenta uma solidez e características muito favoráveis à consolidação da atividade.

Não obstante, o fato de Diamantina ser Patrimônio Cultural da Humanidade não garante à cidade um turismo perene. Diamantina deve estruturar-se, profissionalizar-se e promover-se a fim de sobressair sobre destinos concorrentes e atrair, entre outros, o perfil de demanda que aprecia visitar os Patrimônios da Humanidade.

Entende-se que este trabalho não abarque um escopo histórico amplo ou suficientemente profundo que permitisse ousar esgotar um assunto tão vasto. Ao contrário; tem-se claro que inúmeras são as limitações que impedem fazê-lo, entre elas o ponto de vista das fontes secundárias, que sempre direcionam as opiniões, mesmo buscando-se ao máximo uma análise sem vícios. Abrem-se, em relação a isso, oportunidades inúmeras em termos de pesquisa histórica direcionada ao turismo e outras atividades interdisciplinares que envolvam cultura e arte no seu uso contemporâneo.

Considerando o objetivo de relacionar a expansão mineradora com o atual cenário ao desenvolvimento turístico, pôde-se observar a forte influência do título de Patrimônio da Humanidade na consolidação do turismo. Além disso, apresentou-se a relação do isolamento de Diamantina com a singularidade cultural resultante, celebrada por sua importância. Se a mineração trouxe a população, o diamante financiou a cultura e a arte, o isolamento e os ciclos econômicos erráticos mantiveram a arquitetura. Ainda que possa ser óbvio para os iniciados, para os que têm o primeiro contato com Diamantina surpreende o fato da mineração não ser o principal atrativo do destino. Mesmo que o nome induza a crer que o diamante ainda seja abundante e que de alguma forma frequente o imaginário do visitante, os atrativos da cidade são as consequências da mineração e não a atividade em si. Assim, é possível perceber com clareza a relação profunda entre o histórico da cidade, o título da UNESCO e a evolução do turismo em Diamantina.

Referências

65 Destinos Indutores. Disponível em < <http://www.65destinos.com/>> Acessado em 20 de jun. de 2011.

BRAGA, S. e MACHADO, J. *Comunicação e cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN. 2010.

BULHÕES, N. G. *A importância do uso do símbolo da UNESCO na promoção de destinos turísticos patrimônio da humanidade: o caso de diamantina*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). 2011. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, UFVJM, Diamantina, 2011.

CAMPOS, V. Beleza pára no tempo de Diamantina. *Jornal Hoje em Dia – Edição Especial: Belo Horizonte*. v.1, n.1, p. 7- 42. Fevereiro, 2000.

Circuito dos Diamantes. Disponível em: <http://www.circuitodosdiamantes.tur.br/historico+circuito.php>. Acesso em: 17 jun. 2011.

Correspondência. *O Jequitinhonha*. Diamantina 20 dez. 1868. N. 19. p.01 a 04

CRUZ, J. P. da. *Templo e Fraternidade: a igreja São Francisco de Assis em Diamantina*. Diamantina: Edição do Autor, 2008.

Diamantina é a terceira cidade mineira que mais investe em patrimônio. Disponível em: <<http://www.diamantina.mg.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100131242&ildNoticia=81275>> Acesso em: 20 jun. 2011.

Diamantina é Beneficiada com Recursos do PAC Cidades Históricas. Disponível em: <<http://www.diamantina.mg.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100131242&ildNoticia=170270>> Acesso em: 20 jun. 2011.

Estruturas do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/programas/outrosprogramas/944-estruturas-do-turismo> Acesso em: 20 jun. 2011.

FERNANDES, A. C; CONCEIÇÃO, W. J. *La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata*. Diamantina: UFVJM, 2007.

FURTADO, J. F. Chica da Silva: o avesso do mito. In: BRUSCHINI, C.; PINTO. C. R.(Org.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOODWIN JR, J. W. Melhoramentos Urbanos e Política Local: o jornal “A Idéia Nova”, Diamantina, MG, 1906-1910. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2007.

HELIODORO, A. *JK, exemplo e desafio*. Brasília: Thesaurus, 2005. 2ed.

IPHAN. *Diamantina*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=365> Acesso em: 26 jul 2011.

IBGE. *Cid@des: Serro*. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=316710. Acesso em 17 fev 2012.

MAGNANI, M. C. A. O. *Hospício da Diamantina: a loucura na cidade moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MARTINS, M. L. A crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890. *Estudo Econômico*, v. 38, n. 3, p. 611-638, Jul-Set, 2008.

MARTINS, M. L. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, v.2.

MATA MACHADO FILHO, A. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

MELLO, L. I. A. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

MENEZES, D. Com o aval da Humanidade. *Jornal Hoje em Dia – Edição Especial*: Belo Horizonte. v.1, n.1, p. 43-46 fev, 2000.

MIRANDA, S. M. *A igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília: IPHAN, 2009.

Monumenta. Disponível em <<http://www.monumenta.gov.br/site/>> Acesso em: 20 jun. 2011.

Os *Patrimônios Culturais da Humanidade*. Disponível em: <http://www.braziltour.com/heritage/html/pt/pc_pch.php> Acesso em: 20 jun. 2011.

PORTUGUEZ, A. P. (ORG). *Turismo memória e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Roca, 2004.

RABELLO, D. *Os Diamantes do Brasil: Na regência e Dom João (1792-1816): um estudo de dependência externa*. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1997.

SANTOS, J. F. dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVEIRA, C. E. MEDAGLIA, J. (coord.) *Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas*. Diamantina: UFVJM, 2012.

SOUZA JR., R. F. de. *A Relação entre a igreja católica e o turismo: um estudo de caso do centro histórico de Diamantina*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, UFVJM, Diamantina, 2011.

Aplicação da Teoria do Ciclo de Vida das destinações turísticas em Diamantina/MG

Flávia Ramos Teixeira
Carlos Eduardo Silveira
Juliana Medaglia

Resumo: Diamantina é uma cidade colonial mineira, que por sua importância no ciclo da mineração e suas singularidades, foi tombada pelo IPHAN e elevada a Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Somam-se a esses títulos a situação geográfica e outras questões que atraem visitantes motivados especialmente pela cultura, contando com um fluxo de turistas constante, o que aponta para a necessidade de planejamento da atividade turística. Buscou-se como ferramenta para análise da situação atual de Diamantina a proposta de Richard W. Butler, conhecida internacionalmente com TALC, traduzida no Brasil como Ciclo de Vida das Destinações Turísticas, que elenca um grupo de características a serem analisadas para determinar o nível de desenvolvimento de um destino. A fim de levantar essas características no núcleo em questão foram entrevistados os membros do Conselho Municipal de Turismo, e suas respostas comparadas com a teoria de Butler. Conclui-se que Diamantina encontra-se na fase de envolvimento tendendo a desenvolvimento, de acordo com as características levantadas.

Palavras-chave: Diamantina. Desenvolvimento Turístico. Butler. TALC.

1. Introdução

O turismo é um fenômeno contemporâneo, capaz de movimentar grandes volumes de pessoas e recursos financeiros. Com as facilidades conquistadas pela população mundial até agora, o mundo se tornou mais acessível, fato determinado também pela globalização que conectou o mundo e as nações, tornando mais fácil viajar, resultando no fato de muito mais pessoas passarem a ter condições de se deslocar para outros locais. Como o mundo ficou mais próximo, esses deslocamentos movimentam atualmente bilhões em todo o planeta.

O fomento à atividade turística surge para orientar o desenvolvimento nas localidades receptoras, principalmente em regiões que muitas vezes ficam à margem de investimentos do Estado, sendo a atividade turística uma das alternativas para a economia de determinados destinos. Considerando o turismo como uma atividade econômica, social e cultural, é possível colocar que a atividade traz consigo não só divisas, mas pessoas, e se apropria do território para acontecer. Se tempos atrás eram

utilizados basicamente fatores econômicos como mensuração para se avaliar o sucesso de projetos turísticos, na atualidade consideram-se também os efeitos do turismo nos residentes dos destinos turísticos (LAGE e MILONE, 2009). O turismo, como qualquer outra atividade humana, terá impactos que podem e devem ser considerados, e até controlados, nos destinos.

Assim, é possível colocar que o planejamento turístico pode estruturar o destino de forma que seu potencial seja identificado e a partir daí consiga apresentar uma estrutura adequada para receber os turistas minimizando os impactos negativos sobre o ambiente e a população residente. O planejamento pode, ainda, colaborar de forma significativa para um desenvolvimento sustentável do meio ambiente e de empresas que estão ligadas ao turismo e ao poder público, fazendo com que essas apresentem capacidade de inovação e de transformação.

Nesse contexto, da importância do planejamento, é que se lança mão do modelo do Ciclo de Vida das Destinações Turísticas de Butler (1980), conhecido pela sigla TALC (que refere-se ao nome original em inglês *Tourism Area Life Cycle*) como ferramenta que surge para avaliar ações sustentáveis e planejadas em destinos em desenvolvimento ou já desenvolvidos. O modelo é constituído por seis fases (exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio ou rejuvenescimento), e se dá por uma curva que tem como variáveis o tempo e o número de turistas, conforme apresentado adiante neste artigo.

Utilizando os preceitos do Planejamento Turístico e o modelo como referência, este artigo tem como objetivo investigar em qual nível de estruturação turística a cidade de Diamantina se encontra de acordo com o modelo do ciclo de vida das destinações turísticas. Este destino foi considerado para o estudo de caso tanto por questões situacionais, já que é local de estudos já realizados pelos autores, como, principalmente, apresentar um turismo cultural expressivo além de contar com significativo potencial para o turismo em meio natural.

A cidade possui um enorme potencial turístico com tradições de influência europeia em função da presença da Coroa Portuguesa durante o período colonial, e da africana relativa aos escravos que viveram na cidade como mão de obra utilizada no extrativismo mineral. Esses fatos são reconhecidos nacional e internacionalmente, e foram marcados em 1938 com o tombamento de seu conjunto arquitetônico do centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Artístico (IPHAN) e em dezembro de 1999 pelo reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade (Revista UNESCO, 2010) e reconhecida também como Reserva da Biosfera por estar inserida na Serra do Espinhaço.

Por conta desses atrativos, a demanda de turistas iniciou-se de forma natural e em função disso, Diamantina foi se estruturando aos poucos, já na presença de turistas e não possui registros oficiais de quando a atividade turística iniciou-se. O poder público ficou à margem do processo de estruturação do destino, não planejando ações, e, essa ausência do planejamento em um destino turístico pode levar “ao crescimento descontrolado [...] o empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico” (RUSCHMANN, 1997, p.163).

Para se chegar ao objetivo proposto, além da pesquisa bibliográfica com referencial teórico direcionado ao tema, utilizou-se o método exploratório descritivo de caráter qualitativo, que, em se tratando de uma definição de metodologia turística Dencker (2007, p. 31) menciona que seria “o conjunto de métodos empíricos experimentais, seus procedimentos, técnicas e táticas para ter um conhecimento científico, técnico ou prático dos dados turísticos”. Para comparação com a teoria o procedimento metodológico adotado incluiu a realização de entrevistas semi estruturadas, baseadas nos itens sugeridos por Butler (1980) na definição dos estágios de desenvolvimento de destinações turísticas, aplicadas aos membros do Conselho Municipal de Turismo, a fim de deduzir, com base nas respostas apresentadas, qual estágio de desenvolvimento aplicável a Diamantina, segundo a metodologia do TALC.

2. O Modelo do Ciclo de Vida das Destinações Turísticas - TALC

O TALC é muito referenciado na literatura nacional e internacional e utilizado por planejadores turísticos mundo a fora. Segundo seu criador, Butler (1991; 2006), foi baseado em dois princípios básicos, sendo um deles o ciclo de vida do produto, frequentemente utilizado no mundo dos negócios, que sugere que o produto passará por um período de crescimento lento, seguido, se devidamente comercializado, por uma decolagem com um período de rápido crescimento e, posteriormente, um período de estabilidade, até iniciar a queda. O outro princípio, segundo o autor, são as populações de animais, que em ambientes naturais experimentam um crescimento em relação ao tamanho, muitas vezes de proporções rápidas até que a população excede a capacidade do meio ambiente para suportá-lo.

Sobre as influências sofridas pelo modelo muitos autores admitem somente a influência do marketing de produtos, como cita Ruschmann (2006, p.102):

Em 1980, R. W. Butler criou o conceito de ciclo de vida de destinações turísticas com base no conceito desenvolvido pelo marketing de produtos, e aplicou-se para estudar o crescimento e o declínio dos equipamentos turísticos e das regiões nas quais estes se localizam.

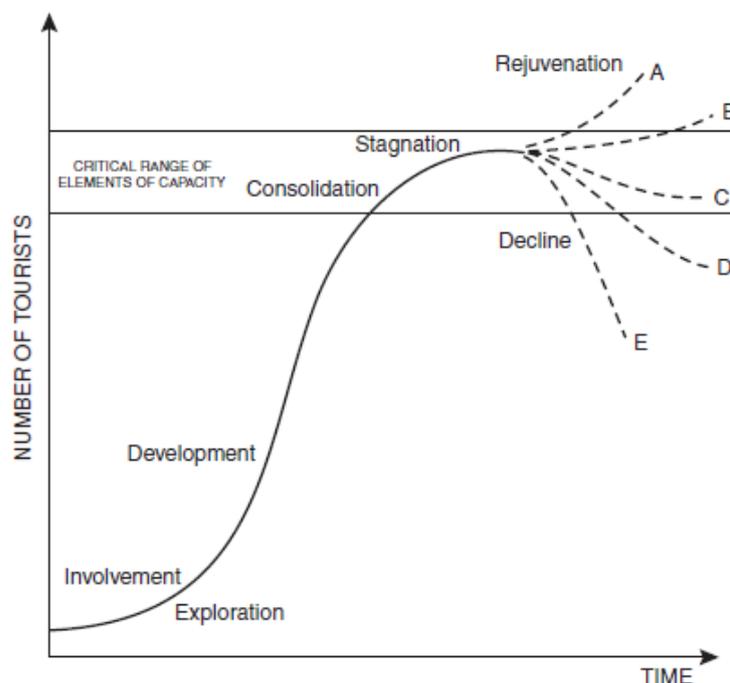
Lohmann e Panosso Netto também fazem referência à criação do modelo, o referenciando somente sobre a influência do ciclo do produto:

Butler propôs um modelo que, apesar das críticas recebidas nas últimas décadas, é o que melhor reflete os estágios de ciclo de um destino turístico. Fazendo uso de um conceito fora da área de turismo, o autor adaptou a curva de venda e o ciclo de vida do produto para turismo (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008, p.357).

De fato o artigo original de 1980 apresenta a curva do ciclo de vida sem evidenciar as bases geográficas e biológicas do pensamento que originaram o gráfico, detalhes que só foram incorporados em publicações posteriores de Butler (1991; 2006) o que fez com que muitos autores, baseando-se somente no artigo original, desconsiderassem em suas citações tais influências. Isso acarretou uma simplificação da ideia do autor cuja teoria muitas vezes é confundida com a curva do produto do marketing.

O modelo, de toda forma, é citado por vários autores e apresenta seis fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio ou rejuvenescimento e apresenta uma sucessão de estágios característicos de evolução de um destino turístico.

Figura 1: *Hypothetical evolution of a tourist area*



Fonte: Butler (1980, p. 5)

Butler sugere que um destino é descoberto por alguns visitantes atraídos por uma oferta de recursos de infraestrutura como acomodações, facilidades de acesso e o uso da publicidade que no início se dá por meio do boca a boca. Nessa fase, chamada pelo autor de “exploração”, os visitantes virão em pequenos números, inicialmente, com probabilidade de terem bastante contato com a comunidade local, usando a estrutura local. Como as instalações são fornecidas a percepção cresce e o número de visitantes irá aumentar (BUTLER,1980). Geralmente o destino se apresenta sem uma estrutura voltada para o turista e seus recursos culturais e naturais encontram-se muito bem preservados, e em certo ponto inicia-se o “envolvimento” da comunidade oferecendo serviços especialmente ou até exclusivamente para turistas. A fase de “desenvolvimento” é marcada por áreas de mercado para turismo bem definidas, e com sua evolução há a tendência de diminuição da participação da comunidade local. Na fase de “consolidação” começa a haver diminuição na taxa de crescimento do número de turistas, ainda que esse o número continue a crescer. Grande parte da atividade econômica da área está vinculada ao turismo e o fluxo intenso de turistas tende a começar a criar desconforto por parte dos autóctones. Quando a “estagnação” é atingida o número máximo de visitantes é alcançado e apesar de possuir uma imagem bem estabelecida o destino não está mais na moda. Após esta fase o destino tende a entrar em “declínio” no número de turistas, com mudanças em parte das atividades e propriedades que deixam de ser voltadas ao turismo. O autor ainda prevê a fase de “rejuvenescimento”, ainda que ele mesmo afirme que esse estágio muito provavelmente nunca será alcançado.

É importante mencionar que estas fases não são estanques, mas sim passíveis de gerar microciclos, ou seja, podem se misturar entre si. Nesse sentido Cooper et al (2001) apresentam elementos como variações climáticas, reportagens especialmente favoráveis à região, um grande evento esporádico, etc, para afirmar que “podem ocorrer pequenos decréscimos no fluxo de visitantes ainda na fase de crescimento, ou pequenas elevações na fase de maturidade ou de declínio da localidade” (COOPER et al, op cit, p.88).

De acordo com Ruschmann (1997), o modelo orienta o Planejamento de destinos turísticos, e já foi aplicado diversas vezes. Lohmann e Panosso Netto (2008, p.357) afirmam que em sua aplicação no Planejamento de Destinos o TALC:

Traça as mudanças em termos das taxas de visitantes e do desenvolvimento da infra-estrutura voltada ao turismo (e.g. acomodação e atrações turísticas). Teoricamente, tais estágios de desenvolvimento são identificados, tomando-se por base o número de turistas que visitam o destino turístico, a tipologia desses turistas (cf. tipologias de Cohen e Plog) e a taxa de crescimento da demanda turística.

Experiências em aplicação do modelo em vários destinos constataram que atingir o apogeu pode levar até vinte anos, no entanto pode variar de acordo com o destino que pode sofrer com alguns fatores, como “taxa de desenvolvimento, acesso, diretrizes governamentais, tendências de mercado, e destinações concorrentes” (Cooper et al, 2001, p.148).

O modelo foi aplicado no destino turístico Diamantina/MG, usando-se como critério de verificação informações prestadas pelo Conselho Municipal de Turismo, conforme apresentado a seguir.

3. Pesquisa e Resultados

Para a definição da amostragem da entrevista foi utilizado o método de pesquisa de amostragem intencional que é “o tipo de amostragem não-probabilística na qual o pesquisador usa seu julgamento na seleção de entrevistados considerados bem-informados nas áreas ligadas à pesquisa” (PARKER e REA, 2002, p.241). Santos e Candeloro (2006, p. 75) citam a entrevista semi estruturada como procedimento mais indicado para este tipo de trabalho, pois “nas ciências sociais é a técnica mais adequada, uma vez que o acadêmico dirige-se pessoalmente ao entrevistado e aplica as questões, permitindo, com isso, que uma gama de respostas de teor qualitativo sejam inventariadas e analisadas pelo entrevistador”. Após a tabulação dos dados foi utilizado para comparação dos resultados das entrevistas a 4ª edição do segundo semestre de 2010 da pesquisa “Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região” (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2011) realizada pelo departamento de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM que entre os dias 22 e 31 de outubro de 2010 entrevistou 162 turistas.

As entrevistas foram realizadas com os membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) da cidade, uma vez que o COMTUR é um órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Prefeitura Municipal de Diamantina, que tem como finalidade assessorar, apoiar, articular, propor diretrizes, acompanhar, avaliar e emitir pareceres e sugestões para ações referentes ao desenvolvimento municipal do turismo. O Conselho foi criado sob a “lei nº 3513 de 23 de dezembro de 2009, nos termos do art. 180 da Constituição Federal, cuja premissa é promover o crescimento ordenado e incentivar o desenvolvimento sustentável do Município através da atividade turística, considerando os aspectos ambientais, econômicos, sócio-culturais e político-institucionais” (Lei nº. 3611, março de 2011, art 7º, p. 05/Prefeitura Municipal de Diamantina).

Como o COMTUR é composto por membros representantes de instituições/entidades públicas e privadas legalmente constituídas no município com interesse e de relevância para o desenvolvimento turístico, optou-se por realizar as entrevistas com cada um dos membros dos setores que compõem o COMTUR, por representar de diversos setores da sociedade de Diamantina/MG. As instituições que representam os setores de desenvolvimento da cadeia turística são empossadas por decreto do Executivo Municipal. O Conselho tem regimento interno que detalha a organização e funcionamento do mesmo, sendo elaborado pelos conselheiros e aprovado também por decreto do executivo municipal (Lei nº 3513 de 23 de dezembro de 2009/Prefeitura Municipal de Diamantina).

Os setores representados pelo COMTUR são: a) Representantes do Poder Público: Setor de Turismo, Setor de Educação, Setor de Meio Ambiente, Setor de Segurança Pública, Setor de Infraestrutura, Setor de Agricultura, Setor Legislativo Municipal; b) Representantes da Iniciativa Privada: Setor de Meios de Hospedagem, Setor de Alimentação Fora do Lar, Setor de Guias e Receptivos, Setor de Entidades Empresariais; c) Representantes da Sociedade Civil Organizada: Setor de Qualificação Gerencial e Profissional, Setor de Organizações Turísticas Regionais, Setor de Organizações Musicais, Setor de Organizações Culturais e Ambientais, Setor de Associações Comunitárias. Cada setor desses foi consultado por intermédio de seu representante no órgão.

Assim, foram realizadas um total de dezesseis entrevistas, com um representante de cada setor, entre os dias 24 e 27 de maio de 2011, utilizando-se como instrumento de pesquisa um roteiro com onze questões abertas, que abordaram temas como, o que atrai o turista para Diamantina, quem presta serviços turísticos na cidade (locais ou de fora), contato dos moradores e envolvimento da comunidade com os turistas, capacidade dos equipamentos necessários para atender bem os turistas, exploração dos atrativos turísticos que Diamantina possui, poder aquisitivo de turistas, opinião sobre quão “na moda” está o destino, tendência dos preços e da quantidade de turistas em aumentar ou diminuir, e sobre a ligação da economia da cidade com o turismo, abrangendo as áreas de análise propostas por Butler para definir as fases de desenvolvimento de um destino turístico. As entrevistas foram gravadas com autorização dos respondentes e transcritas integralmente, havendo seleção das partes consideradas relevantes para o trabalho.

Nesse contexto, por meio da análise das entrevistas percebe-se que o destino Diamantina ainda não tem uma definição em relação ao Modelo do Ciclo de Vida das Destinações, pois sua motivação principal de acordo com os entrevistados é a cultura e alguns citam também os atrativos naturais, o que indica de acordo com o modelo, um

indício da fase de exploração, em que os visitantes são atraídos pelos atributos naturais e culturais do destino, porém nesta fase há poucos visitantes/turistas no local, diferente da realidade diamantinense.

De acordo com o resultado final, os serviços são oferecidos em sua maioria por prestadores da própria cidade, o contato dos moradores com os turistas é superficial, o envolvimento da comunidade com os turistas está no grau de baixo para médio, o número dos equipamentos turísticos de acordo com os entrevistados não é suficiente para atender a demanda, e os que acham que o número é suficiente ressaltam a falta de qualidade dos mesmos. Os atrativos turísticos da cidade não são todos explorados, o destino atrai no geral pessoas de poder aquisitivo médio, o preço dos equipamentos turísticos tende a aumentar devido à valorização, o número de visitantes acompanhará o valor dos equipamentos. Já quanto à economia da cidade existe um consenso que a mesma não está ligada diretamente ao turismo, existem outros setores e atividades dos quais a cidade depende economicamente, e por fim em relação ao conhecimento do destino Diamantina fora da região metade dos entrevistados acha que o destino é um destino na moda, ou seja, é um destino conhecido, preferido dos turistas e metade acha que não.

As respostas analisadas, comparadas com a teoria de Butler, colocam o destino Diamantina entre as fases de “envolvimento” e “desenvolvimento”.

Para complementar o estudo dos resultados das entrevistas foi utilizado como comparativo a Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD) realizada pelo Departamento de Turismo da UFVJM (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2011). A comparação veio para confirmar o que já foi mencionado nas entrevistas, pois de acordo com a PDT o perfil do público de Diamantina é de alta escolaridade, com curso superior completo em 42% e pós-graduados assim como com ensino superior incompleto com 17% ambos, o público que se dispõe a gastar de R\$ 51,00 a R\$ 100,00 é de 30%, seguido de 17% dispostos a gastarem até R\$ 50,00 e 17% dispostos a gastarem acima de R\$ 151,00 por dia na cidade, demonstrando assim que o público que a cidade atrai é de médio para alto.

O envolvimento da comunidade com os turistas também é uma questão abordada nas entrevistas, que mostra que de acordo com a percepção dos turistas o envolvimento da comunidade com o turismo é “bom” na opinião de aproximadamente um terço dos respondentes. A motivação do turista também é um ponto de possível comparação com as respostas da PDTD, pois a mesma aponta que a motivação principal é cultura, em segundo lugar está arquitetura seguida da Vesperata, confirmando novamente as respostas citadas nas entrevistas.

Isso demonstra que a percepção do turista é parecida com a dos entrevistados, e ao analisar o relatório da PDTD nota-se que apesar do destino ser um destino familiar, já existem grupos que viajam em grandes excursões, 37% dos entrevistados já haviam vindo ao destino anteriormente, e o relatório evidencia que uma parte dos pesquisados não participam de nenhuma atividade cultural da cidade, já indicando que participam de pacotes que vão para outras cidades históricas.

Para melhor compreensão dos resultados são apresentadas a seguir as características inerentes a um destino turístico nas fases de envolvimento e desenvolvimento e as características que o Destino Diamantina/MG possui de acordo com o TALC:

Tabela 01 – Fases do Destino Diamantina/MG

| Fase de Envolvimento referente ao TALC | Destino Diamantina/MG |
|--|---|
| Os moradores locais fornecerem recursos principalmente para os visitantes | Em parte sim |
| Existem alguns serviços turísticos no destino | Já possui |
| Os serviços turísticos são oferecidos pelos moradores | Em parte sim |
| Há um relativo aumento no contato entre moradores locais e turistas | Já possui |
| Já existirá no destino um início de organização para viagens no local | Já possui |
| Inicia-se uma pressão e preocupação do poder público com as facilidades de acesso ao destino como transporte e outras facilidades | Já possui |
| Nesta fase é a que a facilidades são criadas para que o turista permaneça no destino. | Já possui |
| Fase de Desenvolvimento referente ao TALC | Destino Diamantina/MG |
| A participação dos moradores locais e o controle do desenvolvimento diminuirão rapidamente | Não se pode afirmar |
| As instalações locais sumirão e dará lugar a infraestrutura turística | Já possui alguma estrutura turística no destino |
| A prestação de serviços turísticos são controlados por empresas externas no setor de hospedagem particularmente | Já existem agências de fora da cidade operando pacotes no destino |
| As atrações naturais e histórico-culturais serão totalmente exploradas | Ainda não possui |
| Aparecerão alterações na aparência física do destino | Não se pode afirmar |
| As mudanças não agradarão os moradores locais | Não se pode afirmar |
| O número de turistas no período de alta temporada chegará a ser igual ou superior ao da população local | Não se pode afirmar |
| Para suportar o número de equipamentos turísticos será necessário contratar trabalhadores de fora do destino | Não se pode afirmar |
| Nesta fase o destino atrairá os turistas mesocêntricos classificados por Plog, ou turistas institucionalizados classificados por Cohen. | Está iniciando |

Fonte: Elaboração própria a partir de Butler(1980).

A partir do estudo do modelo TALC, conhecendo as características de cada fase juntamente com as informações obtidas por meio das entrevistas e da comparação com os dados obtidos na PDT, deduz-se que o destino Diamantina está na fase de envolvimento. Isso porque já existem serviços turísticos que são prestados em sua maioria por empresários locais, a economia da cidade ainda não está totalmente ligada ao turismo e o poder público já se preocupa em fornecer algumas facilidades para os visitantes. Outra evidência para esta fase é que de acordo com a referida pesquisa a maior parte dos visitantes dizem que não conheceu nenhum outro bairro, além do centro e 66% não visitou nenhum atrativo natural, evidenciando assim a falta de diversificação de produtos oferecidos, tendo ainda outros para serem explorados.

Há, entretanto, alguns indícios da fase de desenvolvimento, pois o contato dos moradores com turistas é pouco ou se dá basicamente de forma comercial; já existe publicidade no destino para atrair mais visitantes e há organização de viagens já com algumas agências de fora operando pacotes no destino. Todavia, as características da fase de envolvimento são muito mais marcadas, podendo-se considerar que o destino está atualmente na fase de envolvimento caminhando para a fase de desenvolvimento.

4. Considerações Finais

O trabalho apresentado buscou fazer uma contextualização da teoria do ciclo de vida das Destinações Turísticas (TALC) com a realidade do desenvolvimento turístico de Diamantina, resultando num estudo sobre as fases que o destino turístico poderia se encontrar de acordo com o modelo. Para se chegar a esta conclusão a teoria foi desenvolvida a partir do levantamento e revisão bibliográfica de produções científicas que tratavam do tema e sua aplicação se deu pela realização de entrevistas com representantes do COMTUR que tem como integrantes representantes de dezesseis setores da sociedade diamantinense. Como principal resultado, teve-se a caracterização de uma das fases (a de envolvimento) do ciclo de vida das destinações (BUTLER, 1980), que já foi estudado e aplicado em outros destinos no mundo por outros pesquisadores.

O trabalho teve alguns percalços, pois com a realidade do destino estudado houve algumas limitações na aplicação da pesquisa, como o número da amostra das entrevistas, o grau de conhecimento do assunto pelos entrevistados e a falta de documentos ou séries históricas sobre o turismo no destino.

Por outro lado, os dados gerados com a pesquisa de campo ainda que não apresentem uma delimitação irrefutável das fases evolutivas, se mostraram aptos a subsidiar decisões e de estabelecer um possível ciclo do desenvolvimento turístico que

o destino pode estar passando. Sendo o modelo uma ferramenta internacional, sua aplicação num destino permite tirá-lo da esfera local e compará-lo com padrões de desenvolvimento internacionais, verificando assim ações positivas que deram certo em outros destinos podendo ser adaptadas para a cidade.

Evidentemente o assunto ainda não foi esgotado, e novas abordagens sobre o destino e o modelo aqui estudados poderão contribuir muito para a construção de um conhecimento científico baseado em dados e estudos que auxiliem o desenvolvimento do núcleo.

Referências

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 2003. 13ed.

_____. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. *Parques nacionais e reservas ambientais*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/localizacao/parques-nacionais-e-reservas-ambientais>. Acesso em: 18 mai. 2011.

BUTLER, R. W. The concept of Tourist Area Cycle of Evolution: implications for management of resources. *The Canadian Geographer*. vol. 24, n 512, 1980.

_____. Environmental Conservation. *The Foundation for Environmental Conservation*, vol. 18, n 3. Switzerland: Autumn 1991 – © 1991.

_____. (org.) *The Tourism Area Life Cycle: applications and modifications*. Clevedon/Inglaterra: Channel View, 2006.

COMTUR, Conselho Municipal de Turismo. Lei nº 3513, de 23 de dezembro de 2009/Prefeitura Municipal de Diamantina.

_____. Lei nº. 3611, 24 março de 2011, art 7º, p. 05/Prefeitura Municipal de Diamantina

COOPER, C; FLETCHER, J; FYALL, A; GILBERT, David, S. *Turismo: princípios e práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2001. 3ed.

DENCKER, A. de F. M. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

IEF; Instituto Estadual de Florestas. Disponível em: [http:// www.ief.gov.br](http://www.ief.gov.br). Acesso: 18 mai. 2011.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P.C. *Economia do turismo*. São Paulo: Atlas. 2009. 7ed.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

MARQUES, D. A. D. *Estrada Real: patrimônio cultural de Minas Gerais – um estudo de Diamantina e Serro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

PARKER, R. A.; REA, L. M. *Metodologia de pesquisa: do planejamento á execução*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. de M.; SOLHA, K. T. (orgs). *Planejamento turístico*. Barueri: Manole, 2006.

SANTOS, V. dos S; CANDELORO, R. J. *Trabalhos acadêmicos: uma orientação para pesquisas e normas técnicas*. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J. *Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas*. Diamantina: UFVJM, 2010-2.

TRIGO, L. G. G. *Turismo básico*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 1998.

UNESCO; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Revista Patrimônio Mundial*. nº 57. Julho 2010.

Paisagens urbanas culturais, sob a perspectiva da geografia cultural do centro histórico urbano tombado de Diamantina (MG)

Sidney Daniel Batista

RESUMO

A discussão da paisagem é um tema antigo na geografia. Desde o século XIX, a paisagem vem sendo discutida a fim de se entenderem as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Dentro da geografia, a interpretação do que é uma paisagem, diverge dentro das múltiplas abordagens geográficas. O presente trabalho busca, portanto refletir sobre paisagem, patrimônio e turismo, visando compreender o sentimento da população em relação à paisagem urbana patrimonial de Diamantina. Para efetivar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa teórica sobre paisagem e turismo, a pesquisa empírica com 30 moradores da região central histórica do município.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Cultural – Paisagem Cultural Urbana – Patrimônio Histórico Cultural, Diamantina.

1. Introdução

Atualmente os estudos referentes à Geografia Cultural vêm ganhando espaço e reconhecimento, junto ao meio acadêmico e motivando novos estudos sobre o referido tema, pois propiciam ao pesquisador a possibilidade de utilizar metodologias de pesquisa adequadas para a adoção de perspectivas globais e locais. Os estudos advindos da Geografia Cultural são inegavelmente relevantes nas análises do patrimônio, uma vez que destacam a relação subjetiva e material do homem em um modelo que não é pré-definido, mas integrante e dinâmico, priorizando a subjetividade, sem esquivar-se de uma análise da relação objetiva em seus enfoques e resultados na busca de valorizar o homem e agregar dados que reafirmem a relação fundida no sentimento.

Assim sendo as cidades e as paisagens urbanas são um contexto privilegiado, em que se litigia o domínio dos sentidos e dos símbolos que elas podem oferecer. Diferentes agentes irrompem no cenário, cotidianamente, às vezes em confronto, às vezes em consenso, de um lado, parecem articuladores, propositores ou manipuladores das imagens nas e das cidades; no outro, os cidadãos e o “público em geral” que as percebem, as veem, as consomem, em uma aparente dicotomia.

Destaca-se que a paisagem sempre constituiu um conceito chave na construção teórica e metodológica da geografia, sendo uma das categorias de análise mais

tradicionais desta ciência. Segundo Claval (2002) as paisagens desempenharam um papel importante na Geografia. De fato, a paisagem, pela complexidade de relações e processos que nela se inserem, permite a realização de estudos focados em diversos aspectos. E sabe-se que apesar deste conceito estar bastante assimilado pela geografia, os significados dos termos se diversificam e se tornam mais complexos conforme a necessidade de quem o elabora e aplica; e assim sendo a paisagem é uma categoria conceitual que pode ser interpretada e utilizada de várias maneiras. Meneses (2002) aponta que a polissemia da palavra revela o caráter movediço do tema. Assim sendo, este estudo aborda a paisagem em seu caráter essencialmente cultural.

Explorando os significados do conceito de paisagem cultural, este trabalho pretende realizar uma reflexão sobre como a paisagem tem sido considerada e percebida no centro histórico do município de Diamantina (MG), e como o viés dinâmico da paisagem, pode ser incorporado na compreensão dos ambientes urbanos preservados.

2. A paisagem e a geografia

A discussão da paisagem é um tema antigo na geografia. Desde o século XIX, ela vem sendo discutida a fim de se entenderem as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Dentro da geografia, a interpretação do que é uma paisagem, diverge dentro das múltiplas abordagens geográficas.

Para a geografia, a paisagem é um conceito chave, ou seja, um conceito capaz de fornecer unidade e identidade em um contexto de afirmação da disciplina, sendo um conceito discutido ao longo da história do pensamento geográfico. Assim é possível definir a paisagem como:

O resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, os quais, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazendo dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução. A paisagem deve ser encarada como um fenômeno em constante mutação seja ela natural ou social, através da qual é possível perceber a realidade de uma localidade (BERTRAND *apud* CASTRO, 2004, p.27).

Nessa perspectiva, a paisagem deve ser encarada como uma combinação entre diversos fatores que agem simultaneamente e forma uma porção única no espaço, ela é um fenômeno em constante transformação, seja natural ou social. Dessa maneira a discussão sobre paisagem na Geografia passou a ser revestida de novos conteúdos, devido à ampliação dos horizontes explicativos da disciplina com a incorporação de noções como percepção, imaginário e simbolismo.

Tradicionalmente os geógrafos diferenciam paisagem natural de paisagem cultural. A primeira refere-se aos elementos combinados, terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a segunda, mais humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, nos espaços urbanos e rurais. Assim, a paisagem trata da apresentação do objeto em seu contexto histórico e geográfico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.

Dentro da diversidade conceitual em que se encontra o termo, Bertrand (1971, p. 2), traz que “a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. Percebe-se, assim, que Bertrand não privilegia nem a esfera natural nem a humana na paisagem e demonstra certa facilidade em enxergar a paisagem de forma homogênea, entendendo que sociedade e natureza estão relacionadas entre elas formando uma só “entidade” de um mesmo espaço geográfico.

Carl Sauer, representante da geografia cultural clássica, destaca que essa interação entre os elementos naturais e antrópicos é essencial no entendimento da paisagem. “Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto” (SAUER, 1998, p. 42).

Esta colocação sugere uma separação da paisagem em natural e cultural, pois explicita que é o homem que atua como sujeito de ação na natureza. Ao mencionar a capacidade de transformação, ele projeta duas possíveis formas de natureza, uma antes e outra depois da apropriação humana, privilegiando a sucessão histórica entre as duas.

Já Claval (1999, p. 420) afirma que “não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais. Eles explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças do passado e a conservação das paisagens”.

Assim, Paul Claval não só atribui ao homem à responsabilidade de transformar a paisagem como destaca que diferentes grupos culturais são capazes de provocar transformações diferenciadas nela, criando assim uma preocupação maior com os sistemas culturais do que com os próprios elementos físicos da paisagem. Não se trata

mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual, diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. Nesta perspectiva, a paisagem é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural.

Na nova geografia cultural, McDowell interpreta a paisagem neste sentido como um texto a ser decifrado e lido:

Ao contrário dos materialistas culturais, a nova escola paisagística tem uma herança mais geográfica. Recentemente a ênfase da escola do paisagismo desviou-se das análises de produção material do ambiente para problematizar as maneiras como as paisagens foram representadas seja em textos escritos, arte, mapas ou levantamentos topográficos (MCDOWELL, 1996, p. 175).

Para Cosgrove (2012), a paisagem, é uma nova maneira de ver o mundo, como uma criação racionalmente ordenada, cuja estrutura e mecanismos são acessíveis à mente humana. Entender e interpretar a paisagem implica, pois, em uma visão de mundo de quem o faz. Se considerar a paisagem, na concepção da geografia cultural, é evidente que ela diz respeito à posição do observador na natureza, sua elaboração se dá pela percepção e pela razão humana e sempre esteve ligada à cultura.

Entende-se, com essa colocação, que a paisagem não criou uma nova forma de observar, mas houve sim uma nova perspectiva e uma nova proposta de estudo. Em consequência, ela é repensada não apenas como o resultado material de interações, mas como uma maneira de olhar.

3. Olhar sobre a paisagem cultural no momento atual

O debate sobre as transformações e a valorização da paisagem vem transcendendo amplamente nos últimos anos, os discursos acadêmico e profissional, alcançando amplas camadas da população e convertendo-se em tema de primeira ordem no debate político. As diferentes interpretações da paisagem remetem a novos olhares, cujas abordagens ora se apresentam mais científicas; ora, sob o viés mais cultural. Essa amplitude de interpretações deve-se às diferentes contextualizações do conceito de paisagem, demonstrando por um lado a importância da conexão com outros campos de conhecimento, além da geográfica para sua melhor compreensão, uma vez que o termo “paisagem”, inclusive a paisagem cultural, não é exclusivo das Geociências. Essa redescoberta da paisagem está diretamente vinculada à gestão das profundas

transformações que estão sendo produzidas no território no âmbito da sua ordenação e gestão (KASHIWAGI, 2011).

A interação do homem com o meio, com a natureza, deu origem a várias discussões, levando à necessidade de reconhecimento do novo conceito de Paisagem Cultural pela UNESCO. A categoria Paisagem Cultural foi adotada pela UNESCO em 1992, sendo a paisagem valorizada como um bem em si mesmo, considerando e valorizando todas as inter-relações ali existentes: homem-natureza, natural-cultural etc. Após diversas discussões, definiu-se que as paisagens seriam selecionadas por critérios que incluem: seu valor Econômico e Político, e sua capacidade de representar uma região específica, através de seus elementos culturais e naturais. Segundo a definição da UNESCO, paisagens culturais seriam bens culturais que representam as obras conjugadas do Homem e da Natureza e ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais internas e externas (LAGE, 2011). Entre os anos de 1992 e 2007 aconteceram vários encontros regionais de especialistas, realizados pelos Estados-membros, que contribuiriam para esta categorização do termo adotada pela agência da ONU.

Segundo Tarroja¹² (apud KASHIWAGI, 2011, p. 117) desde a criação da Convenção Europeia de Paisagem, esta categoria conceitual passou a ser incorporada nas novas práticas de ordenamento, gestão e intervenção urbanas aí emolduradas. Nessa convenção, buscou-se alcançar o “desenvolvimento sustentável” baseado em relações equilibradas e harmônicas entre as necessidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. E observa-se que a paisagem desempenha um papel importante no campo cultural, pois ela contribui para a formação das culturas locais, por ser um componente fundamental dos patrimônios natural e cultural, principalmente por contribuir ao bem-estar dos seres humanos e a consolidação de uma identidade.

A Convenção Europeia de Paisagem é um instrumento que visa exclusivamente à proteção, à gestão e ao ordenamento de todas as paisagens dos países membros do Conselho da Europa. Nesse documento, busca-se celebrar uma mesma linguagem para o tratamento da paisagem, proteção da paisagem, políticas relacionadas à paisagem, qualidade e ordenação paisagística e gestão das paisagens Kashiwagi (2011). Interessa-nos saber que nessa convenção entende-se por paisagem qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo caráter é o resultado da ação e da

¹²TARROJA, Àlex. Transformaciones territoriales y valorización social del paisaje. In: MATA, Rafael; TARROJA, Àlex (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. p. 41-50.

interação dos fatores naturais e humanos. A figura humana constitui a paisagem e dessa forma, participa nas ações de proteção, gestão e ordenamento do território a fim de alcançar a “sustentabilidade”.

No âmbito nacional, entra em cena o trabalho do IPHAN, que reconhecendo o déficit existente nessa área, em 2009, após o seu último processo de reestruturação, cria a Coordenadoria Geral de Patrimônio Natural, Paisagem Cultural e Jardins Históricos e a Coordenação de Paisagem Cultural, com missão de traçar uma estratégia de ação nessa temática, destacando o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira (LAGE, 2011). Segundo a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, redigida no Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, realizado na cidade de Bagé/RS, nos dias 13 a 18 de agosto de 2007:

Artigo 2 – A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.

A partir da constatação dos fenômenos de expansão urbana, colocando em risco modos de vida tradicionais e da necessidade de trabalhar a preservação de bens culturais a partir de uma nova abordagem, é que foi proposto o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira, com o objetivo de agir sobre os aspectos dinâmicos existentes na relação entre Natureza e Cultura. A chancela da paisagem cultural brasileira surgiu, ainda, num contexto de ampliação da ação do IPHAN no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, visando incrementar a importância e a significância do patrimônio cultural brasileiro, colocando-o entre os assuntos de interesse do desenvolvimento socioeconômico do país. A chancela foi instituída em 2009, e de acordo com a Portaria IPHAN nº 127/200958, que regulamenta o instrumento de proteção das paisagens culturais brasileiras, a chancela da Paisagem Cultural, brasileira que corresponderia “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (LAGE, 2011, p.66).

Por meio do instrumento da chancela, o IPHAN objetiva a preservação dessas paisagens viabilizando a qualidade de vida da população aí sediada e desenvolvendo a responsabilidade da comunidade envolvida. A chancela da Paisagem Cultural é mais um instrumento de preservação do patrimônio cultural, assim como o tombamento e o registro, podendo mesmo ser precedida por um deles. Vale ressaltar que órgãos estaduais e municipais também podem estabelecer seus próprios mecanismos de

reconhecimento e chancela das paisagens culturais, como ocorre com os outros instrumentos de proteção.

A paisagem cultural, sob esses vários vieses, ganha densidade nos debates culturais, sociais, políticos, urbanos, consolidando-se como uma temática interdisciplinar e acompanhando a riqueza das expressões culturais e o processo acelerado de transformações da paisagem em um país com extrema diversidade cultural como o Brasil.

4. A paisagem urbana patrimonial do município de Diamantina (MG)

O processo de ocupação e formação histórica de Diamantina está diretamente vinculado à descoberta de diamantes no início do século XVIII. A presença secular do garimpo de diamantes se irradiou por toda a região de Diamantina, o que condicionou fortemente a formação histórica e a visão de mundo das pessoas aí domiciliadas. Da mesma forma, a exploração do diamante modelou a paisagens da Serra do Espinhaço e financiou a arte e arquitetura barrocas. Assim sendo, a formação urbana do arraial do Tejuco (antigo nome de Diamantina) e as características arquitetônicas das construções fundaram-se nesse sincretismo cultural. Desse fato, resultou uma estratificação étnica que, aliada às questões sociopolíticas e às condições do meio ambiente físico, definiu a originalidade da paisagem arquitetônica do século XVIII (ALVES, DEUS, NOGUEIRA, 2012).

Diamantina, cidade colonial mineira reúne significativo acervo histórico e cultural, o que justificou seu reconhecimento, em 1999, como Patrimônio Mundial pela UNESCO. O conjunto arquitetônico de Diamantina é harmonioso, conservado e conta com a combinação entre portugueses e negros que a torna sua arquitetura bastante singular, com várias de suas vias públicas ainda com calçamento de pedras (DEUS, CASTRO 2011).

Diamantina possui personagens de grande destaque, como Juscelino Kubitschek e Chica da Silva o que a torna uma cidade turística de destaque no cenário nacional. Construída em um sítio íngreme, a cidade possui traçado urbano sinuoso, formado por ruas estreitas com calçamento em pedra. O casario, definidor das ruas, não possui recuo frontal e se destaca pelo colorido vivo das esquadrias que contrasta com o branco das paredes. Nota-se aí o uso de elementos que remetem à arquitetura portuguesa influenciada pela cultura árabe, como os *muxarabis* e treliças nas janelas e varandas (DEUS, CASTRO 2011).

Uma singularidade em relação às paisagens sagradas da cidade é a localização das suas igrejas. Essas, ao contrário de outros centros históricos do período barroco

mineiro, integram-se ao casario, sem maior destaque na malha urbana a não ser pelos seus pequenos adros.

As torres de seus templos religiosos são pequenas, feitas de madeira e barro e alongam-se na paisagem áspera, com tons de acentuados vermelhos que enquadram os brancos das taipas e telhados à chinesa. Destaca-se a igreja de Nossa Senhora do Carmo, com uma torre posterior da edificação, que com a beleza de suas talhas e pinturas interiores suscita, no turista, formas de apreensão e interpretação de uma complexa construção cultural. O posicionamento das torres varia, acompanhado à trama urbana. Em termos de estilos em arquitetura, a tipologia comum em Diamantina é a colonial, havendo poucos exemplos de construções neoclássicas, ecléticas ou neocoloniais. A arquitetura moderna está representada por três obras de Oscar Niemeyer, da década de 1950 (DEUS, CASTRO 2011).

O turismo em Diamantina fomenta e conserva as raízes culturais do seu passado barroco, em um processo de reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico, assim a valiosa arquitetura diamantinense apresenta riqueza de detalhes, representada pelos edifícios destinados à administração pública, igrejas e capelas, casarões residenciais e casas comerciais, considerado patrimônio histórico material (RAYEL & GUIMARÃES, 2012).

A estrutura urbana do centro histórico colonial é ponto de destaque na cidade, principalmente por concentrar os principais estabelecimentos gastronômicos e hoteleiros, além de concentrar alguns dos principais atrativos turísticos da cidade, o que acaba impulsionando o mercado na área. E isso pode propiciar uma perda de autenticidade histórica dos elementos, uma vez que o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico é percebido como um produto para o turista, massificando o saber e a história (ALVES, DEUS, NOGUEIRA, 2012).

Assim sendo há uma refuncionalização turística do patrimônio cultural, devido aos novos usos e funções requeridos pela atividade turística, provocando mudanças na dinâmica da cidade, acarretando o afastamento da população das áreas ditas como “turísticas” gerando alterações significativas nas formas de valorização, no sistema de significações atribuídas ao patrimônio cultural e no espaço cotidiano de relações. Dessa forma o morador local percebe seu lugar de modo diferente do visitante:

[...] Em geral, podemos dizer que somente o visitante (o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode levá-lo a manifestar-se. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do

comportamento, da tradição local, conhecimento e mito (TUAN, 1980, p. 72).

Segundo apontamentos de Nietzsche e Bahl (2009) o turista, em uma atitude de descoberta e provável deslumbramento, conhece o lugar de forma superficial quando comparado ao da relação do morador com este mesmo espaço, que é seu lar, seu meio de sustento, e pode obter na atividade turística uma fonte de renda e/ou um vetor de profundas transformações no seu modo de vida e ambiente.

A compreensão desta relação que envolve o patrimônio e a atividade turística é mutável e contraditória perpassa pelas relações de adaptação, subordinação e resistência às novas determinações de ordem política, econômica, social e cultural, responsáveis por reflexos significativos na dinâmica do espaço, gerando conflitos entre desenvolvimento econômico e preservação patrimonial. Assim sendo a preservação do patrimônio deve estar articulada a dinâmica das cidades, na qual os sítios históricos, além de patrimônio, correspondem ao espaço vivido, concebido e percebido, onde as pessoas estabelecem relações sociais, econômicas e culturais, atuando na organização e reorganização do espaço.

O termo Patrimônio é, portanto, carregado de significações. Nesta perspectiva, Bomfim afirma que “patrimônio funciona como uma ferramenta de formação identitária, um instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais num determinado lugar, e ainda, como estratégia para captação de recursos” (BOMFIM, 2005, p 30-31). Para o Ministério do Turismo, a comunidade local tem papel fundamental no processo de organização do turismo cultural, por ter a vivência histórica, podendo enriquecer com dados ainda não registrados oficialmente. Afirmando que os moradores mais antigos da região são detentores de um amplo leque de informações sobre a história, a memória, os personagens e fatos do cotidiano local, nem sempre visível e conhecido do senso comum. Interpretar o patrimônio é, portanto, revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, inspirar novas atitudes além de contribuir para a valorização e a necessidade de preservação do patrimônio. (SILVA E BOMFIM, 2009).

Ressalta-se que a preservação é a transformação do que se queria preservar, ocorreu a partir do momento em que se passou a considerar os aspectos culturais, sociais e econômicos dos bens, os quais são condicionantes de sua criação. Percebe-se, desta forma, que eles deixam de ser analisados apenas sob os aspectos históricos e formais. Segundo Féres (2002, p.18) “na década de 70, o patrimônio passa a ser encarado como elemento de continuidade do tempo e assume funções e usos sociais. A preservação deixa de ser o congelamento de um tempo passado e se torna palco de acontecimentos sociais e culturais”. Barretto (2006, p.43) destaca que “em termos gerais, aquilo que é criado pelo homem, deve ser valorizado e preservado”.

A atividade turística vem sendo cada vez mais, requisitada para suprir as necessidades econômicas de cidades portadoras de uma densidade considerável de bens patrimoniais, tombados ou não, ao aproveitar-se das suas particularidades formais e da sua valorização cultural, como forma de geração de valor econômico.

A intensidade de tal processo se faz evidente em diversos núcleos históricos tombados do Brasil como no Pelourinho, em Parati e em Tiradentes, cujas paisagens enobrecidas pela refuncionalização turística do patrimônio, transformaram-se em cenários espetacularizados que atraem e direcionam seus espectadores para “o mundo fantástico da mercadoria”, promovendo a atenuação das relações da sociedade com seu espaço de referência. (CIFELLI, 2005, p3)

Ressalta-se que as paisagens nos revelam cenários e imagens em constante processo de transformação, cujas formas e conteúdos, representam a identidade de um povo. Dessa forma Diamantina apresenta, em suas paisagens, símbolos de patrimônio material, característicos de uma sociedade multicultural. Nesse contexto, observa-se que os cenários turísticos de Diamantina, representados pelas imagens de suas paisagens culturais, derivam, principalmente, dos elementos histórico-culturais característicos do lugar, mas, geralmente, moldados de acordo com os interesses de construção da identidade turística local.

5. Apresentação e análise dos dados

Os dados obtidos para este trabalho foram colhidos durante trabalho de campo da disciplina “Desenvolvimentos recentes em geografia cultural e etnografia”, curso ministrado no programa de pós-graduação em Geografia/IGC-UFMG. Em que foram realizadas entrevistas com moradores da cidade de Diamantina, com o intuito de investigar sobre os valores impressos na paisagem e refletir sobre cultura e patrimônio cultural local.

No total foram aplicados 30 questionários de forma aleatória no centro comercial da cidade, este trabalho de campo foi realizado do período de 24 a 27 de outubro de 2013. O questionário possuía 11 questões abertas, abordando os seguintes tópicos: Paisagem, Turismo e Patrimônio cultural, tendo como foco estudar as paisagens culturais urbanas de Diamantina, com o intuito de identificar os valores impressos na paisagem, e refletir sobre cultura e patrimônio cultural local.

Iniciou-se a entrevista perguntando ao entrevistado se ele conhecia a origem da cidade e qual era. Obteve-se 100% de respostas afirmativas e apontando o garimpo como o principal motivo da origem do município “*Por meio dos tropeiros; descoberta de diamantes*”; “*Descoberta de ouro e diamantes na região*”; “*Bandeirantes; descoberta de*

ouro e diamantes na região”; “Conheço um pouquinho a história da cidade. Eu sei que começou a partir do garimpo e da mineração”.

Destaca-se o reconhecimento da população em relação à inscrição da Cidade como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 1999, pelo seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Sobre essa questão a maioria dos entrevistados mencionou não ter observado nenhuma mudança substancial, o que eles percebem são ações pontuais em alguns casarões que ficam no centro, e que a publicidade da UNESCO acabou trazendo mais turistas para a cidade, *“Passou a ser mais conhecida, veio mais turistas, a cidade ficou mais limpa e mais organizada”.*

Perguntou-se também como os moradores vêem o turismo no centro histórico, para a maioria dos entrevistados afirmaram que o turismo no centro histórico de Diamantina trouxe benefícios para a cidade, como maiores investimentos para a conservação dos bens culturais e valorização do patrimônio, *“Mudou significativamente em relação ao turismo e para o comércio local. Aumento a geração de emprego e renda local”; “Surgiu mais serviços de alimentação, mais turistas e surgiu a Vesperata”.* Outros alegaram que o turismo no centro é ruim, pois aumenta a violência, falta segurança e supervalorização dos imóveis, *“Modificação da dinâmica do centro histórico e aumento da circulação de carros”.*

Percebe-se que a comunidade possui uma noção do que seja a atividade turística, para as quais as respostas foram satisfatórias: *“O visitante vem pra cá para ver a estrutura da nossa cidade”, “Pessoas que vem de fora para passear” “Fazer uma viagem” “Localidades onde existe alguma história ou acontecimento que reúne pessoas que gostam de recordar esta história” “Gente de outras cidades” “Pessoas que vem de fora” “Sair de um lugar e conhecer outro”.* Destacam-se ainda outras percepções sobre o turismo *“traz dinheiro”, “valoriza a cidade”, “a cidade fica conhecida”, “permite conhecer gente nova”.* “Ao mesmo tempo em muitos relatos apresentam frequentes reclamações relacionadas ao aumento de preços, falta de planejamento e a questão do calçamento, *“As coisas aqui só acontecem no centro e não valorização da periferia”, “calçamento do centro é ruim”, “ tudo aqui é pra turistas”, “Falta de calçada, muito trânsito; número elevado de carros”.*

Por fim, buscou-se investigar se o turismo era bom para o morador e para a cidade. A maioria respondeu que sim, que o turismo trazia benefícios para moradores e para cidade, melhoria econômica, maiores oportunidades de empregos fixo e/ou temporários *“Porque é bom pro comércio” “Pode trazer novas oportunidades e dinheiro para a cidade” “Oportunidades geração de renda” “Geração de emprego, recursos e renda”, “propicia que mais pessoas conheçam e admirem a cidade”.*

A pesquisa realizada alcançou êxito frente às metas almejadas, os questionários foram de fácil aplicabilidade e entendimento para com os entrevistados. Através dos dados colhidos, destaca-se que o turismo pode e deve, assim, estar a serviço da conservação e valorização do patrimônio cultural complementadas numa perspectiva de equilíbrio entre o turismo e o patrimônio cultural, procurando relacionar o turismo e a preservação patrimônio como instrumento de inclusão sócio espacial.

Diante dos relatos colhidos, existe a apropriação da atividade turísticas na cidade, o que resulta em uma reconfiguração do espaço, propiciando situações de topofolia que deve ser entendida como um elo afetivo existente entre a pessoa e o lugar e a topofobia que corresponde ao aposto, ou seja, a ausência do sentido de pertencimento quanto ao lugar. Tais sentimentos podem ser evidenciados no centro histórico da cidade, devido aos novos usos e funções aos bens preservados.

Assim sendo o centro histórico de Diamantina, é utilizando tanto por funções habitacional, administrativas, financeiras, cívicas, comercial e de serviços, além das funções turísticas e de lazer. Com isso, os novos usos e as novas funções dados ao patrimônio, muitas vezes não são compatíveis com a cidade, assim sendo a gestão e preservação do patrimônio, vem alterando a vida cotidiana da população local.

Nesta perspectiva que abarca moradores e visitantes, evidencia-se uma maior possibilidade de vulnerabilidade cultural dos moradores locais, incluindo seu patrimônio cultural e modo de vida. O estudo aponta para a necessidade de inserir os moradores no processo de valorização do patrimônio a fim de conciliar os usos sociais e turísticos, possibilitando, assim, a sustentabilidade na relação turismo e patrimônio.

6. Considerações finais

O patrimônio histórico, como elemento representativo, carrega uma gama de benefícios históricos, culturais, econômicos, assim sendo existe a valorização do passado, expresso no patrimônio histórico. No caso específico deste trabalho, que foi direcionado um olhar para a paisagem cultural oitocentista de Diamantina, que ainda ostenta, quase intocada, a paisagem própria do século XVIII.

As paisagens urbanas de Diamantina despertam motivações nas diversas dimensões do imaginário, pois remetem a um retorno ao passado, além da hospitalidade mineira, o contato com a cultura popular, é evidenciado mediante a proteção e a valorização cultural. Dessa forma, a atividade turística vem sendo cada vez mais, requisitada para suprir as necessidades econômicas de cidades portadoras de uma densidade considerável de bens patrimoniais, tombados ou não, ao aproveitar-se das suas particularidades formais e da sua valorização cultural, como forma de geração de valor econômico.

O turismo cultural é uma forma de turismo que tem como finalidade o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do patrimônio cultural. Exerce um efeito positivo sobre estes porque contribui para a sua conservação.

De maneira geral, a população manifesta sentimento topofílico em relação à cidade, mas demonstra certo distanciamento em relação ao patrimônio. Apesar de reconhecerem sua importância, os entrevistados expressam ressentimento em relação à valorização do centro histórico para o uso turístico, assim sendo deve-se buscar meios direcionados à comunidade local, com o objetivo de promover a aproximação/interação da população junto aos bens culturais, interferindo assim, em sua preservação e valorização.

Referências

ALVES R C. de, DEUS J A. S. de, NOGUEIRA M. Lugar & Paisagem – Topofilia e Topofobia: Algumas Reflexões sobre o Patrimônio Histórico e Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina – MG, *Anais [da] I Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (org.). - Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2012. 857 p.

Barretto M. *Turismo, Cultura e Sociedade* / org. Margarita Barretto. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Revista IGEOG/USP*, São Paulo: USP, n. 13, 1971. Caderno de ciências da terra.

BOMFIM, Natanael Reis. O conceito de patrimônio numa perspectiva multidisciplinar: contribuições para uma mudança de enfoque. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Campinas (SP), v. 4, n. 2, p. 27-35, 2005.

Castro H. M. de; Deus J. A. S. de *Uma abordagem Geohistórica e Etnogeográfica do barroco mineiro aplicada aos estudos da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil in Ateliê Geográfico Goiânia-GO* v. 5, n. 3 dez/2011 p.57-80.

CASTRO. D. G. *Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, 2004.

CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades Ouro Preto-MG* / dissertação de mestrado. UNICAMP. Campinas,SP: 2005.

CLAVAL P. *A volta do Cultural na Geografia*. In Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002. P 19-28.

CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 92- 123.

FÉRES, L. R. *Mecanismos legais de preservação do patrimônio dos centros urbanos*. Monografia (Especialização em Revitalização Urbana) Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. 212p.

KASHIWAGI, HELENA MIDORI. *Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sógnica da paisagem em áreas preservadas*. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LAGE Laura Beatriz. *Paisagem cultural da Serra da Piedade: Caeté/MG: A interface entre Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

McDOWELL, L. *A transformação da geografia cultural*. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs.). *Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MENESES, U. T B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-63.

NITSCHKE, L. B.; BAHL, M. *Contribuições de base geográfica cultural para o estudo do turismo em comunidades locais*. In: Seminário Internacional de Turismo, Curitiba. 2009. AYEL Renata Salgado, GUIMARÃES Solange Terezinha de Lima. A valoração das paisagens protegidas de Diamantina (MG): premissa para o turismo cultural. In *Caderno de Geografia*, v.22, n.38, 2012. P 1-13.

SAUER, O. *A morfologia da paisagem*. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). *Paisagem tempo e cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, S. R. X.; BOMFIM, N. R.; COSTA, T. C. Turismo e Educação Patrimonial: relação dialética e estratégias de participação popular. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: OBSTUR/UFPR; UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina/MG¹³

Juliana Medaglia

Carlos Eduardo Silveira

Resumo: O Projeto de Extensão Universitária Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania foi uma proposta que buscou promover a sensibilização dos alunos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, da rede pública estadual de ensino fundamental da cidade de Diamantina e dos profissionais de segurança pública da cidade, acerca do patrimônio local. Por meio de metodologia participativa a equipe do Projeto criou caminhadas culturais interpretativas que apresentavam informações acerca da História de Diamantina e de seu Patrimônio, de forma a estimular os cinco sentidos dos participantes. Dessa maneira, foi possível despertar nos participantes o interesse pela compreensão do que é patrimônio, dos motivos que levaram o centro colonial de Diamantina ser tombado pelo IPHAN e considerado patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, bem como de aspectos que passam despercebidos no cotidiano. Os resultados alcançados apontam que o Projeto tem conseguido alcançar seu objetivo, bem como promover a Extensão Universitária junto ao seu público alvo.

Palavras-chave: patrimônio; cidadania; educação, Diamantina.

"Vós passais tão distraídos,
Tende olhos e não vedes,
há tesouros escondidos,
nestes chãos, nestas paredes"
Padre Celso de Carvalho (1913- 2000)

1. Introdução

Em um contexto geral, a história deixa marcas que podem ser encontradas materializadas no nosso patrimônio histórico-cultural. Preservá-las para os que nos sucederão é responsabilidade de toda a sociedade, o que inclui diretamente e especialmente a Universidade e aqueles que atuam no desenvolvimento turístico de uma localidade.

O ensino do turismo e sua relação com o patrimônio encontrou espaço no Projeto de Extensão Universitária, intitulado 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania'.

¹³ Artigo originalmente publicado na Revista Participação, UnB, v.23/24, p.93-100, 2014.

Nos dias de hoje, a falta de conhecimento acerca do Patrimônio constitui uma das lacunas mais sentidas na formação dos jovens em geral. A relação patrimônio-comunidade local, é ainda mais delicada em cidades coloniais, universitárias e turísticas como Diamantina, já que muitas vezes o turismo faz uso desse patrimônio e, por isso mesmo, tem a responsabilidade de valorizá-lo junto aos moradores.

Assim, se não conseguirmos oferecer a ideia de que existe algo em comum a todos os moradores da cidade de Diamantina, e que esse patrimônio deve ser conservado em nome do que ele representa não para indivíduo, mas sim como membros de uma comunidade, corremos o risco de transformar a nossa vida comunitária em algo vazio de significado, o que certamente pode levar a um turismo predatório e imediatista, que não condiz com as premissas da sustentabilidade que devem pautar as ações e anseios da vida contemporânea.

Ao mesmo tempo, ao considerar que a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) apresenta uma Política de Extensão clara e consonante ao Plano Nacional de Extensão, esse Projeto se inseriu na necessidade da relação entre a sociedade diamantinense e seu patrimônio frente ao desenvolvimento da própria universidade, já que foi baseado na diretriz de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, capaz de gerar uma ação extensionista transformadora e impactante e, ao mesmo tempo, interdisciplinar dentro das humanidades e assim como no turismo, curso que foi a base do Projeto.

Nesse contexto, está a relação entre os cidadãos diamantinenses e os 'novos moradores' trazidos pela Universidade; os diamantinenses jovens, que participam dos 'resultados' da história; e os agentes da segurança pública local, que lidam boa parte do tempo com o centro histórico; ao mesmo tempo em que nenhum deles esteve presente nos momentos de construção no passado. Servidores públicos e moradores de forma geral, podem ter outro olhar em relação à Diamantina e seu patrimônio, mas os 'novos moradores alunos' têm, ao menos a princípio, data estimada para deixar a cidade, ao final do curso de graduação. Boa parte dos jovens moradores almejam oportunidades em locais diferentes. Muitos dos cidadãos que atuam com segurança pública tem o olhar rígido e responsável perante a cidade. Estas relações com 'prazo de validade' e limites claros com a cidade podem gerar desinteresse em relação ao legado cultural de Diamantina. Esse desinteresse pode levar ao desapego e desrespeito com o patrimônio cultural, de maneira que, tentar reverter este quadro, tornou este Projeto um exercício de cidadania e uma oportunidade de incluir socialmente herdeiros no patrimônio que, apesar de ser do mundo todo, da Humanidade, às vezes parece não passar a sensação de pertencer aos que estão em seu entorno.

Assim, a Coordenação do Projeto ‘Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania’, que teve como membros docentes do Curso de Turismo da UFVJM, que acreditam na importância de ações extensionistas que envolvam a comunidade local com a potencialidade turística da cidade de Diamantina; e, sem dúvida, a mais significativa dessas potencialidades reside no seu farto patrimônio cultural, que a faz ser cidade detentora de títulos na área de patrimônio, tanto como sítio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nesse contexto, com o empenho e dedicação de uma Equipe de acadêmicos do Curso de Turismo sob supervisão dos professores coordenadores, é que foi implantado na UFVJM o “Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania”. Tratou-se de um projeto que envolveu Interpretação do Patrimônio, Turismo e Cidadania e teve como objetivo sensibilizar diferentes moradores de Diamantina acerca do patrimônio cultural da cidade, melhorando a relação entre a Universidade e a comunidade local, gerando cidadãos conscientes. O projeto aconteceu entre 2009 e 2013, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFVJM sob o número 112.2.053-2009, na área temática cultura e linha de extensão patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial. Nesse período, foi contemplado pelo Edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UFVJM) três vezes e com diferentes autóctones foram estabelecidos como público alvo: estudantes universitários da própria UFVJM em 2009-2010, jovens das Escolas Estaduais de Diamantina em 2011-2012 e, por fim, ainda em 2012-2013, trabalhadores da área de segurança pública da localidade, que atuam junto aos moradores e aos turistas e pertencem à Guarda Municipal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Nesse período, entre alunos da UFVJM e demais estudantes de Diamantina o Projeto recebeu cerca de 600 participantes em suas caminhadas culturais, algumas precedidas ou seguidas de debates acerca de patrimônio, cultura, cidadania e sobre a cidade. As bases teórico metodológicas desse Projeto, bem como o caminho percorrido para seu desenvolvimento são apresentados a seguir.

2. Contextualizando Patrimônio e Turismo

O conceito de patrimônio surge como legado da Revolução Francesa, no século XVIII. A falta de apego dos revolucionários pelos edifícios ‘herdados’ da coroa e do clero, aliado ao cerco que as monarquias europeias impuseram à França, fizeram com que os estes revolucionários vendessem, leiloassem e saqueassem adegas, mobiliários e outras relíquias (CAMARGO, 2002). Assim, de 1794 datam os relatórios do Padre Henri

Grégoire para a Convenção Nacional francesa, em uma tentativa de conter os atos de vandalismo contra os bens daquele país. Os relatórios do abade levariam ao processo que criaria e forjaria o conceito de *patrimônio nacional* (CAMARGO, 2002). Ainda de acordo com o autor:

(...) a idéia assim estruturada foi exportada para os países que adotaram o modelo do patrimônio nacional francês, embora o tenham adaptado às suas próprias realidades históricas. Este se tornou o modelo do patrimônio nacional brasileiro. E é possível dizer que este é, igualmente, o arcabouço para o Patrimônio da Humanidade". (CAMARGO, 2002, p 21).

Destarte, é possível colocar de maneira muito objetiva, que Patrimônio é o conjunto de bens que pertencem a determinado país e carregam o símbolo dos acontecimentos históricos do seu povo (BARRETTO, 2004). Analisando com mais profundidade, é possível constatar que o patrimônio, a princípio, serve ao conhecimento do passado, permitindo ao homem lembrar as experiências vividas pela sociedade na qual ele está inserido, fazendo em seguida, aflorar um sentimento de pertencer a um mesmo espaço, seja no contexto físico ou vislumbrado como sociedade. Para Rodrigues (2005, p.17) o patrimônio leva os indivíduos a “partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva”. Tal identidade coletiva só pode ser construída a partir do sentimento de pertencimento, ou seja, o homem só se reconhece e partilha tais elementos quando adota para si o contexto no qual está envolvido.

O patrimônio pode ser caracterizado pela relação com o território e com a construção da identidade cultural de uma população, “a característica mais relevante do patrimônio: ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos em nível individual” (DIAS, 2006, p. 73). Sendo assim, quando um patrimônio é incorporado pela coletividade, demonstra a identidade dos indivíduos que o utilizam, convertendo-se nos símbolos da sociedade, o que pode trazer benefícios não só para a comunidade onde estão situados esses patrimônios, como para a atividade turística, por essa tê-lo incorporado as suas necessidades de reprodução (CARDOSO, 2006).

Muitas vezes o conceito de patrimônio cultural é confundido com o de patrimônio, por ser visto como fruto de uma herança do passado, porém nem tudo que se herda pode ser considerado patrimônio cultural. Tanto o patrimônio como o patrimônio cultural, não incluem tudo o que é herdado, e criado culturalmente no decorrer do tempo, para evitar que ocorra a produção de uma imagem estática incontrolável das culturas (PERÉZ, 2009). “O patrimônio cultural tende a ter um sentido público, comunitário e de identificação coletiva alargada. Pelo contrário, o patrimônio, ainda que às vezes se

empregue no sentido de patrimônio cultural, tem um sentido mais restrito, familiar e individual, fazendo mais referência ao contexto privado e particular” (PERÉZ, 2009, p. 42).

Quanto ao turismo, sua relação com o patrimônio é simbiótica. O patrimônio é matéria-prima para o turismo, tornando-se, em muitos destinos pelo mundo, impulsionador do desenvolvimento turístico. Em contra partida, o turismo serve ao patrimônio como mecanismo de conservação e preservação, gerando divisas para isto e motivando o resgate de sítios e legados culturais diversos. O turismo é, inclusive, citado pela UNESCO¹⁴ como a melhor forma de ajudar a garantir a conservação dos patrimônios da humanidade, por meio da geração de receitas, além de criar uma conscientização maior quanto à importância desses sítios. Assim, acredita-se na contribuição que o turismo pode oferecer à Diamantina, enquanto ferramenta de sensibilização acerca da importância do patrimônio cultural local.

Neste contexto, é que encontra lugar o Projeto “Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina”, como mecanismo de contribuição na geração de tal sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio local, por parte dos calouros da UFVJM, dos jovens estudantes do ensino fundamental de Diamantina e, no terceiro ano do Projeto, ampliando mais uma vez seu público alvo direto, por parte dos agentes da segurança pública da cidade, que atuam nos momentos de interação entre a comunidade e seus festejos, Diamantina e seus turistas.

3. Aspectos Metodológicos

Este projeto surgiu do encontro de diferentes experiências e anseios. Em agosto de 2009 o Prof. Juca Villaschi, do Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) apresentou em Diamantina, durante o II Seminário de Turismo de Inclusão, realizado pelo CVT Chica da Silva nas dependências da UFVJM, os resultados de seu projeto de extensão universitária ‘Sentidos Urbanos’. Fruto da tensa relação entre os universitários e a cidade de Ouro Preto, em parceria com o IPHAN local e a Fundação de Artes de Ouro Preto (FAOP) daquela cidade e por iniciativa do referido professor; o projeto mostrou-se uma experiência rica e de êxito na sensibilização e percepção dos alunos da UFOP frente ao patrimônio de Ouro Preto, especialmente porque provoca a interpretação do patrimônio por meio de visitas guiadas não convencionais. Ou seja, o escopo principal não busca a visita tradicional de edifício e museus, mas realmente visitar ‘interpretando’ o espaço, o quê inclui sensações,

¹⁴ http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/convpatrimoniomundial.doc, acessado em 01 maio 2008.

cheiros, tato e olhar diferenciado da cidade e seu conjunto arquitetônico. Reconhecido localmente, o 'Sentidos Urbanos' ampliou seu público para todos os moradores da cidade e tornou-se um programa de extensão universitária. A verdade é que a apresentação desse Projeto em Diamantina provocou a vontade de replicar a experiência na cidade por parte de professores do Curso de Turismo da UFVJM aqui envolvidos, que ao mesmo tempo foram procurados por acadêmicos do Curso, também guias de turismo locais, com a mesma intenção. Assim, em contato com a UFOP, o Prof. Juca Villaschi colocou-se à disposição para compartilhar a experiência de seu Projeto, o que aconteceu ainda em 2009, quando os alunos do Curso de Turismo da UFVJM estiveram em Ouro Preto, participando de saídas do 'Sentidos Urbanos' junto à Equipe da UFOP. Caminhada, documentos, metodologia de trabalho foram compartilhados, especialmente entre os acadêmicos e sem limites estruturados, rigidez ou formalidades, no intuito de que não tivéssemos em Diamantina uma réplica do 'Sentidos Urbanos', mas um Projeto adaptado à realidade local. Em seguida, já no início de 2010, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) foi procurada e adotou a ideia do 'Projeto Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania', como atividade viável na Semana de Boas-Vindas aos Calouros, promovida pelo órgão.

Ao longo do ano de 2010 o projeto tomou novos rumos e foi se adaptando à realidade que o cercava. Se a participação de calouros e alunos da Universidade ficou aquém das expectativas iniciais, a aceitação do Projeto para fora da UFVJM foi muito além do esperado. Em experiência com o Projeto Social Vila Educacional de Meninas (VEM) o Projeto de Extensão 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania' mostrou-se pronto para ser expandido a outros públicos que também careciam de sentir-se parte do patrimônio que é de toda a humanidade, atestando o caráter inclusivo que o Projeto teve a capacidade de imprimir. Assim já em 2011, as escolas estaduais e seus alunos de ensino fundamental formaram também o público-alvo do Projeto (foto 1).

Foto 1 – alunos de escolas estaduais participando do Projeto



Fonte: acervo do Projeto, 2012.

Por fim, no ano de 2012, a Equipe do Projeto cada vez mais madura e coesa, se deu conta que outro encontro do turismo com a cidade e seus cidadãos se dá no âmbito da segurança pública, de maneira que se passou a observar esse público alvo e acreditar que o ‘Conhecer para Respeitar’ poderia ajudar esses profissionais a construir uma relação ainda mais íntima, de respeito e pertencimento entre o patrimônio de Diamantina e a ação cidadã. Dessa forma, houve do ponto de vista metodológico, nova abordagem específica para guardas municipais, policiais militares e corpo de bombeiros, profissionais essenciais em qualquer cidade e/ou destino turístico e ainda mais necessários, em destinos-patrimônio (foto 2).

Foto 2 – membros dos órgãos de segurança pública de participando do Projeto



Fonte: acervo do Projeto, 2012.

Dessa forma, por meio da metodologia participativa, este projeto foi construído a muitas mãos, mas com os objetivos claros de envolvimento direto de alunos, calouros, estudantes da rede estadual de ensino, servidores da segurança pública, além de professores e funcionários da UFVJM, somados aos alunos dos Cursos de Turismo e Bacharelado em Humanidades em prol da postura cidadã diante do patrimônio. A metodologia dialógica também se fez presente, já que diante da subjetividade do patrimônio e da percepção de cada indivíduo, é possível construir a experiência coletivamente, de maneira que cada visita guiada e interpretada foi e será única, atingindo de forma particular cada envolvido, bem como provocando nos estudantes da UFVJM envolvidos a oportunidade de reconhecer os turistas implícitos nos públicos-alvo em geral.

4. Desenvolvimento do Projeto

Desde 2009 semestralmente o Projeto 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania' abriu Edital que convidava discentes dos Cursos de Turismo e Bacharelado em Humanidades a comporem a Equipe do Projeto, apresentando histórico escolar, curriculum e, especialmente, carta de intenção destacando os pontos que os levavam a querer atuar no Projeto. Assim, a Equipe do Projeto sempre contou com um número de 5 (cinco) a 10 (dez) acadêmicos e um bolsista, escolhido coletivamente entre esses alunos cuja vigência da bolsa era de 12 (doze) meses, de maneira a gerar um revezamento entre os participantes.

Além da vivência inicial junto ao Projeto da UFOP, a Equipe se preparou durante cerca de 2 (dois) meses, participando de dinâmicas de grupo para intensificar o sentido de unidade entre os membros da Equipe; realizou leituras dirigidas e discussões sobre patrimônio e temas correlatos; realizou pesquisas acerca de dinâmicas e atividades baseadas nos 5 (cinco) sentidos, que são a base da interpretação do patrimônio e, por fim, realizou a montagem de 2 (dois) roteiros turísticos pelo centro colonial de Diamantina. O primeiro foi denominado Centro e o segundo, JK (em referência ao diamantinense e ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira). Com a real noção e intenção de não criar nem oferecer um roteiro guiado tradicional, os caminhos que compunham esses roteiros foram criteriosamente mapeados e nenhuma casa, logradouro, monumento ou edifício deixou de ser identificado.

A partir dessas identificações sentiu-se a necessidade de buscar informações históricas, lendas e curiosidades sobre os elementos componentes dos roteiros. Assim, a partir de ampla pesquisa com bases científicas e entrevistas não estruturadas foi

criado um material denominado pela Equipe de 'Guia de Consulta', cuja função era dar suporte à atividade de campo como material de consulta para dúvidas que poderiam surgir ao longo das caminhadas culturais, sem a pretensão de tornar-se uma referência para consultas acadêmicas ou históricas. A proposta de compilação deu-se em virtude da carência de informações organizadas percebida durante a concepção do Projeto. Esse material foi elaborado pela primeira vez em 2010 e todo renovado em 2011, com base na organização das informações recebidas dos próprios participantes das caminhadas culturais que em seus comentários e intervenções agregavam valor ao Projeto. Como não foram poucas as vezes em que solicitaram o acesso ao Guia de Consulta do Projeto de Extensão 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania', foi solicitado um ISBN para esse material, que foi disponibilizado eletronicamente no sítio da Universidade(http://www.ufvjm.edu.br/cursos/procampo/documentos/doc_download/45-guia-de-consulta-projeto-conhecer-para-respeitar-.html) de maneira que, ampliando seu acesso, seu uso e divulgação, ajudou também a promover a cidadania, por meio do patrimônio.

O último caminho buscado para alcançar os objetivos propostos, com foco no público alvo formado por jovens estudantes foram as redes sociais. Desde o início diferentes redes sociais foram ganhando páginas do Projeto de Extensão 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania'. Em 2010 foi o Orkut e em 2011, primeiro o Twitter e em seguida, o Facebook. Com a estratégia de sempre fotografar as caminhadas culturais e compartilhar essas fotos por meio das redes sociais, o Projeto manteve contato com os jovens que participaram das caminhadas culturais e assim, foi possível avaliar informalmente – e por isso mais, com mais sinceridade – quais os pontos positivos e os que precisavam ser melhorados, de acordo com o perfil do jovem participante.

Operacionalmente, o desenvolvimento do Projeto aconteceu dentro do Núcleo de Estudos em Turismo da UFVJM, com reuniões semanais da Equipe que ia se adequando à disponibilidade de tempo para as caminhadas culturais do público alvo. O elo principal entre os coordenadores e a Equipe sempre foi o discente bolsista, que atuava como líder, cuidando desde a agenda dos membros da Equipe, passando pelos contatos com as Instituições participantes, realizando os agendamentos das caminhadas culturais e até mesmo atuando na motivação dos discentes voluntários. Cabia ainda ao bolsista acompanhar nas redes de relacionamento a repercussão do Projeto. Estas responsabilidades, fundamentais para o andamento do Projeto, possibilitaram aos bolsistas que passaram pelo Projeto desenvolver habilidades relacionadas à comunicação interpessoal, comprometimento, liderança, coordenação, organização, método, entre outros.

Todo esse processo apresentou resultados significativos na sensibilização dos participantes acerca do patrimônio, conforme apontado a seguir.

5. Resultados Obtidos

No período de existência do Projeto de Extensão Universitária 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina', muitas foram as caminhadas culturais realizadas, com os mais diferentes autóctones da cidade, algumas precedidas ou seguidas de debates acerca de patrimônio, cultura, cidadania e Diamantina. Em termos quantitativos é possível expor a dimensão dessas caminhadas por meio da tabela abaixo:

Tabela 01 – Número de participantes das Caminhadas Culturais

| ANO | Nº DE PARTICIPANTES | PERFIL |
|--------------|---------------------|---|
| 2010 | 200 | Calouros da UFVJM |
| 2010 | 70 | Jovens carentes de projetos sociais da cidade |
| 2011 | 130 | Calouros da UFVJM |
| 2011 | 250 | Jovens das Escolas Estaduais |
| 2012* | 215 | Jovens das Escolas Estaduais |
| 2012* | 22 | Membros da Segurança Pública |
| Total | 887 | |

* no período entre janeiro e agosto

Fonte: elaborado pelos autores.

Em termos de avaliação das saídas o Projeto também apresentou resultados positivos. O foco das avaliações foi mais qualitativo que quantitativo, especialmente porque o intuito era não ser formal, mas sim saber que cada indivíduo tem suas próprias vivências, de maneira a perceber o Projeto de forma distinta. Ainda assim, considerando que sempre é possível melhorar, adequar, revisar alguns processos, avaliações específicas foram deixadas com as Escolas Públicas envolvidas para serem respondidas pelos professores e/ou funcionários que acompanharam as saídas. Considerando o desafio de retirar das Escolas grupos de jovens (médias de 15 a 30 participantes por caminhada) e vislumbrando a continuidade da abordagem dos temas em sala de aula, sempre foi solicitado que um professor ligado à história e/ou geografia acompanhasse o grupo e que, a cada 15 participantes, tivéssemos um acompanhante.

A compilação das avaliações com as 5 (cinco) escolas e 10 (dez) profissionais que participaram, são resumidas no quadro abaixo, sobre a caminhada cultural.

Tabela 02 – Avaliação das Caminhadas Culturais

| PARTE I – SOBRE A CAMINHADA CULTURAL | | | | | |
|--|-------|---------------|---------------|--------------------------------------|-------------|
| O que achou da atividade, enquanto ação relacionada a patrimônio e cidadania? | Ótima | Boa | Regular | Ruim | Indiferente |
| | 8 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Como você classificaria o formato da caminhada (tamanho do grupo, tempo de duração, número de monitoras) em relação ao perfil dos seus alunos? | Ótima | Boa | Regular | Ruim | Indiferente |
| | 4 | 6 | 0 | 0 | 0 |
| Você considera os conteúdos transmitidos relevantes para sua disciplina? | Sim | | Não | Em parte | |
| | 9 | | 0 | 1 | |
| PARTE II – A CAMINHADA E OS ALUNOS | | | | | |
| Você ouviu algum comentário de seus alunos a respeito da “Caminhada Cultural”? | Não | Sim, negativo | Sim, positivo | Sim, parte positivo e parte negativo | |
| | 0 | 0 | 8 | 2 | |
| Depois do passeio, você percebeu que seus alunos se interessaram em conhecer mais sobre Diamantina? | Não | Sim, alguns | Sim, metade | Sim, a maioria | |
| | 1 | 2 | 0 | 7 | |

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme mencionado, o intuito desse levantamento não foi o de criação de estatísticas acerca do Projeto, mas sim de saber a opinião de quem representa os grupos que foram atendidos. É possível perceber que as respostas são, em sua maioria, positivas, tanto em termos de utilidade do Projeto como atividade com os alunos, quanto como mudança de perspectiva sobre a cidade, o ficou ainda mais claro nas respostas das questões abertas em que os professores mencionam sobre a curiosidade e o interesse despertado nos alunos acerca de questões da cidade que, embora presentes todo o tempo, não haviam sido percebidas pelos alunos/moradores.

Ainda que algumas carências tenham sido mencionadas nos comentários das questões abertas, relativos ao formato da caminhada ou de dúvidas remanescentes sobre conceituação de patrimônio, o apego e a noção de pertencimento foram os pontos positivos mais destacados, indo ao encontro dos principais objetivos do Projeto.

Como resultado positivo, também é possível destacar que o Projeto de Extensão Universitária ‘Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania’ teve repercussão dentro da própria Universidade, publicando pôsteres nos eventos de Extensão e Integração da UFVJM 4 (quatro) vezes, bem como 2 (dois) artigos científicos no evento internacional ‘Rotas do Patrimônio’. Além disso, esse processo, de refletir acerca da vivência prática (Simpósio) e do estudo teórico do projeto (Rotas) condiz com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão inerentes à *práxis* universitária, uma vez que a pesquisa e o aprendizado têm sido a base para a transformação que se tenciona provocar com a ação extensionista transformadora.

Por fim, vale mencionar o envolvimento de mais de vinte alunos dos cursos de Turismo e Humanidades, dos quais, 3 (três) bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM, que certamente tiveram sua formação universitária pela ampliação do campo de atuação, bem como por meio do contato com a realidade.

6. Considerações Finais

O Curso de Turismo da UFVJM, acreditando na importância de ações extensionistas que envolvam a comunidade local com a potencialidade turística da cidade de Diamantina transforma não só a realidade e a percepção de seu corpo discente acerca do mundo real, mas também da sociedade local acerca do papel da Universidade e do patrimônio.

A potencialidade percebida no farto patrimônio cultural presente em Diamantina, que a faz ser cidade detentora de títulos na área de patrimônio, extrapola a noção de turismo e deve se inserir na sensação de pertencimento por parte dos habitantes. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Universitária 'Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania' consistiu em promover a interpretação do Patrimônio do município de Diamantina por meio de caminhadas culturais pelo centro histórico da cidade, de forma lúdica e diferenciada, direcionando os olhares dos moradores convertendo-os, pelo menos durante a atividade, em observadores de seu próprio ambiente.

Obviamente mensurar os impactos e resultados das caminhadas culturais diretamente junto ao público alvo é um desafio que o Projeto não efetivou, pois nem se propôs a fazê-lo, por mais que se tenha percebido uma postura positiva vinda dos participantes.

O Projeto obrigou a Equipe a investigar dados históricos acerca da cidade de Diamantina, pois ainda que o foco dos Roteiros seja interpretativo (desenvolvido a partir dos 5 sentidos), fatos e curiosidades são importantes para caracterizar a experiência e sanar a curiosidade dos participantes. Além desse processo de pesquisa, é possível citar as reuniões praticamente semanais nas quais as informações e experiências foram trocadas, discutidas, criticadas. Esse processo de reflexão e de busca constante de melhoria do Projeto gerou aprendizado constante, quer seja sobre Patrimônio ou relações humanas, incluindo até ganhos pessoais e profissionais, além de, principalmente, promover transformações nos olhares e no pensamento dos participantes.

Com todos esses resultados e com a certeza de que pausa e reciclagem são necessárias para se seguir em frente, o Projeto foi suspenso temporariamente, o que significa que em algum momento voltará renovado.

Referências

- BARRETTO, M. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Papirus, 2000. 5ed.
- CAMARGO, H. L. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Editora Aleph, 2002.
- CARDOSO, G. P. História social, patrimônio cultural e turismo: Interfaces entre campos do Saber e práticas sociais. In: MARTINS, C. (Org.). *Patrimônio cultural: de memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- DIAS, R. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MEDAGLIA, J; SILVEIRA, C. E. *Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania*. Diamantina: UFVJM / PROEXC, 2009.
- MEDAGLIA, J; SILVEIRA, C. E. (orgs.) *Guia de Consulta - Conhecer para Respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina*. Diamantina: UFVJM, 2012. 106 p.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P. (Org.); PINSKY, J.(Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PÉREZ, X. P. *Turismo Cultural: Uma visão antropológica*. – El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.
- UNESCO Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/convpatrimonio_mundial.doc, acesso em 01 mai 2008.

A Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região: alcances pedagógicos¹⁵

Carlos Eduardo Silveira

Juliana Medaglia

Resumo: O artigo que segue apresenta os resultados que podem ser colocados como indiretos da Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD) realizada por alunos do curso de Turismo, com turistas que visitaram a cidade de 2008 até 2014. A proposta principal sempre foi levantar dados de forma organizada a fim de dispor de informação apropriada para as aulas da área de Marketing e de Planejamento Turístico, tendo como intenção adicional a experiência dos alunos com a atividade de pesquisa. Entretanto, o projeto de pesquisa vem extrapolando a proposta original. Como consequência da ampliação da pesquisa houve a necessidade de otimizar o processo de coleta e tabulação dos dados, o que foi possível graças ao projeto aprovado pela FAPEMIG na Demanda Universal, que teve como resultado, além da automação, uma série de atividades interdisciplinares, bem como produção técnica e acadêmica conjunta, bem como um número alto de alunos envolvidos diversas vezes, em diferentes momentos da pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa de Demanda Turística Real, Diamantina, Resultados Pedagógicos, Interdisciplinaridade.

1. Introdução

A natureza de Ciência Social Aplicada do Turismo, com relações e influências de outras áreas do conhecimento e seu caráter tão aclarado e debatido de fenômeno inter, multi e transdisciplinar, permite a realização da *práxis* universitária na sua mais clara missão: a integração de ensino, pesquisa e extensão. Quando se pesquisa de forma aplicada os resultados se aproximam muito nitidamente da sociedade, sendo o próximo desafio do processo fazer com que tal aproximação provoque transformações no meio na qual ela acontece, que é o que caracteriza a extensão. Contudo, dentro da Universidade antes de se ter resultados de pesquisa ou impactos de extensão, é necessário o processo ensino-aprendizagem e é disto que trata este trabalho: o caminho pedagógico da Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD), dentro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Assim,

¹⁵ Parte dos Resultados do Projeto de Pesquisa APQ-02844-10, financiando pelo Edital Universal 2009-2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

o que se descreve a seguir é o caminho percorrido pela PDTD e seus resultados do ponto de vista pedagógico e da produção acadêmica, e não necessariamente do resultado direto dessa pesquisa, ou seja, o perfil dos turistas. Antes disso, recorda-se a importância do estudo da demanda para o turismo, como forma de indicar o quanto significativo é esse estudo para a formação de futuros turismólogos.

2. Considerações acerca da importância dos estudos de Demanda para o Turismo

O Turismo muitas vezes é observado como um fenômeno socioeconômico fruto da sociedade moderna, praticado e estudado a partir do processo capitalista. Assim, seu estudo vem acompanhando as transformações da sociedade contemporânea e, a partir das diversas áreas que interagem na atividade turística (acordes ao caráter inter e multidisciplinar do fenômeno), vem desenvolvendo, investigando, pesquisando e criando seus próprios estudos e teorias, em um processo claro de amadurecimento, profissionalização e até mesmo popularização do acesso ao turismo e ao lazer para as diversas camadas da população.

Nesse contexto, no qual o turismo apresenta impactos positivos e negativos nas comunidades onde se desenvolve, ter informações é essencial, como forma de se adaptar às rápidas e constantes mudanças pelas quais o processo social, produtivo e tecnológico passam constantemente (OMT, 2006). Tais informações, a fim de que tenham rigor suficiente para que sejam confiáveis, devem ser obtidas por meio de pesquisas, definidas por Milió Balanzá e Cabo Nadal (2003, p. 126) como “um processo exaustivo, sistemático e objetivo de coletar, registrar e analisar todos os dados relevantes de qualquer problema”.

Nesse sentido, não só o mundo acadêmico, mas áreas como o marketing fazem amplo uso do processo de pesquisa, com a finalidade de tomada de decisões que vão desde a identificação de novos mercados até melhorar a qualidade de atendimento aos clientes (COOPER et al, 2007). A OMT (2006) apresenta outros resultados importantes proporcionados à atividade turística a partir das pesquisas:

- Compreender eventos específicos do setor, orientados seus planejadores e outros tomadores de decisão à adaptação de mudanças;
- Organizar relatórios que descrevam a realidade turística com a finalidade de realizar projeções futuras e aumentar a competitividade;
- Posicionar os destinos de forma a conquistar novos mercados;
- Agregar valor às empresas do setor, diferenciando-as perante seus consumidores.

Ainda acerca de pesquisa em turismo a Organização Mundial do Turismo, em outra obra, destaca que “o objetivo é que o desenvolvimento turístico bem planejado,

com base em previsões confiáveis e válidas, gere eficácia e benefícios de longo prazo, ao mesmo tempo em que minimiza problemas sociais e ambientais” (OMT, 2003, p.138).

Para isso é preciso conhecer e pesquisar os diferentes componentes do sistema turístico, entre eles, a demanda turística. Segundo Mathieson e Wall (1982, apud OMT, 2001, p.53) a demanda turística é caracterizada pelo “número total de pessoas que viajam ou desejam viajar para desfrutar das comodidades turísticas e dos serviços em lugares diferentes daquele de trabalho e de residência habitual”. Já Montaner Montejano (2001, p.11) conceitua demanda como “o conjunto de turistas que de forma individual ou coletiva, estão motivados por uma série de produtos e serviços turísticos com o objetivo de cobrir suas necessidades de descanso, recreação, entretenimento e cultura em seu período de férias”. O primeiro conceito foca o quantitativo de pessoas em viagens e o segundo, cita as motivações destes viajantes, de maneira que ambos apontam o protagonismo dos turistas de alguma forma e, nesse sentido, é possível refletir acerca da importância de estudá-los. Contudo, outra colocação chama atenção no primeiro conceito no qual os autores destacam as pessoas que viajam – demanda real – ou desejam viajar – demanda potencial. Diante da diversidade dos possíveis mercados que podem ter interesse em determinado destino, o estudo da demanda real acaba por se apresentar como mais factível de ser realizado.

Mas o que se busca no estudo da demanda? As pesquisas de demanda em turismo estudam os fluxos turísticos, seu comportamento, suas percepções e tendências, entre outros fatores. Milio Balanzá e Cabo Nadal (2003, p.129) destacam que as pesquisas de demanda “buscam conhecer aspectos específicos relacionados com hábitos de informação, compra e consumo”. Neste processo, a necessidade de conhecer o perfil do turista real de uma destinação turística é um dos primeiros passos para o desenvolvimento do planejamento estratégico de um destino, que deve sempre buscar o equilíbrio entre a oferta e demanda em suas proposições. Dessa forma, o estudo da demanda é vital para o êxito dos destinos turísticos, seja para a adequação da oferta frente às necessidades e desejos de seus consumidores; seja para a produção da quantidade real de produtos e serviços de maneira que garanta a rentabilidade de uma determinada empresa ou organização (MEDAGLIA, 2005).

Assim, a partir dos turistas que já frequentam Diamantina torna-se possível estabelecer os mercados-alvo a serem reforçados, bem como os demais mercados que têm perfil semelhante e devem ser alvos de ações. O vínculo dessa atividade com a formação do Turismólogo encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que expressam nas habilidades e competências desejáveis ao egresso “domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados” (BRASIL/CNE/CES, 2006, p. 3). Dessa forma, o levantamento e sistematização de informações acerca da

demanda turística real podem contribuir, e muito, não só com a cidade de Diamantina enquanto destino turístico, quanto com a formação dos alunos do curso de Turismo da UFVJM, como se discute adiante.

3. Apresentação da Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD)

O curso de Turismo da UFVJM iniciou-se no segundo semestre de 2005, e, com a evolução do currículo, houve um aprofundamento natural dos temas tratados culminando com a chegada das disciplinas específicas de turismo da grade, a partir de 2008.

Muita expectativa foi depositada no estudo do Turismo em Diamantina e na região, especialmente tratando-se de uma primeira turma de um curso de turismo em uma cidade detentora do título de Patrimônio Cultural da Humanidade que, até então, não dispunha dessa opção de formação nem mesmo na rede privada. Entretanto, estudar a realidade de um destino tão importante implicava em basear-se em informações que norteassem adequadamente os conhecimentos, motivo pelo qual os professores das disciplinas na época chamadas de Marketing Turístico e Planejamento Turístico I, passaram a buscar os dados disponíveis para o andamento de seus conteúdos. Um levantamento realizado, por meio da primeira iniciação científica conquistada, apontou para a existência de informações isoladas, muitas das quais destinadas a fins específicos e a maioria desprovida de preocupação com a formalidade dos dados.

Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de levantar informações que pudessem ser transformadas em conhecimento, nas quais se pudesse depositar confiança suficiente para transmitir esses conhecimentos aos acadêmicos de turismo. O projeto de pesquisa da PDTD foi, portanto, idealizado com a participação dos alunos do Curso de Turismo da UFVJM como consequência da carência detectada acerca do conhecimento do real perfil dos turistas que frequentavam o destino, suas características socioeconômicas, suas motivações e percepções. Essas informações eram essenciais para o trabalho dos docentes que idealizaram e coordenam a pesquisa dentro das áreas de Marketing de Destinos e Produtos Turísticos, bem como a área de Planejamento e Políticas Públicas de Turismo, além de tantas outras áreas para as quais esses dados podem ser – e efetivamente são - úteis.

A necessidade de tais informações foi corroborada pelos parceiros do projeto original - o Circuito dos Diamantes (Instância de Governança em nível Estadual) e a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Diamantina

(SECTur). Assim, por iniciativa da Universidade, os professores perceberam que o caminho para iniciar o processo de levantamento desses dados seria viável por meio de atividade interdisciplinar no Departamento de Turismo da UFVJM, e no segundo semestre de 2008, foram realizadas as primeiras ações que resultaram nos objetivos, metodologia e instrumento de pesquisa (questionário) que foi, em seguida, testado com 68 respondentes.

Os questionários foram aplicados em períodos de maior e menor demanda estabelecidos, que abrangem dois fins de semana e os dias de semana entre eles, sendo, idealmente um dos fins de semana com e outro sem Vesperata (principal produto turístico local), de acordo com o foco da pesquisa. As aplicações se deram duas vezes nos anos de 2009, 2010 e 2011 e uma vez ao ano a partir de 2012, incluindo 2013 e 2014. O projeto de pesquisa original foi registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFVJM sob o nº PRPPG/0107/08, e assim permanece até o presente. A tabulação em todas as edições foi realizada pelos professores responsáveis, ora com o auxílio de alunos bolsistas de iniciação científica do Curso de Turismo, ora com a própria equipe de campo, ora com a equipe do Núcleo de Turismo do curso, sendo os dados compilados e trabalhados em planilhas do Microsoft Excel em decorrência da popularidade do software.

A repercussão desses dados tem cumprido um papel discreto, mas importante na atividade turística, e mais intenso nos estudos acerca da área, nos mais variados níveis e círculos. Contudo, para além desses resultados, a função didática dessa atividade mostrou-se igualmente frutífera, indo ao encontro dos preceitos da formação superior em Turismo, como se descreve a seguir.

4. A PDTD, sua importância acadêmica e seu alcance didático

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Turismo, em seu segundo artigo, já tratam do “incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica” (BRASIL/CNE/CES, 2006, p. 2) atestando a importância da pesquisa na formação do turismólogo e na área de turismo, relação corroborada por autores estrangeiros como Jordan (2008, p. 519) que mencionam que “a pesquisa em turismo está florescendo, estando, portanto, em boa posição para influenciar o currículo e o ensino de turismo”.

De fato, os efeitos da participação em um processo coletivo de pesquisa, com a percepção da realidade turística e a comprovação de impressões, em alguns casos, ou a derrubada de mitos, em outros, têm um efeito – ainda que não mensurável - visível no

semblante dos alunos e na propriedade com que o discurso se apresenta após a experiência.

No caso específico da PDTD, propôs-se, conforme mencionado anteriormente, sua elaboração em sala de aula, com a atuação direta dos alunos. Os objetivos foram criados pela primeira turma do curso de turismo, em 2008, durante seu 5º período de formação, em forma de oficina participativa, e, além disso, todas as perguntas usadas no formulário (mesmo as baseadas em pesquisas similares) foram discutidas de forma grupal até que se chegasse a um texto consensual.

A partir do primeiro instrumento é que se buscou os parceiros na sociedade (o Circuito dos Diamantes e a SECTUR, originalmente) para discutir a proposta. Esses apresentaram suas contribuições por meio dos Turismólogos que os representavam, o que foi um ganho importante para a percepção dessa atividade profissional por parte dos alunos.

Conforme colocado, esse processo de pesquisa de campo iniciou-se em 2008, no segundo semestre, com a aplicação dos pré-testes pela primeira turma. Com base nos erros e acertos do primeiro formulário criado e discutido coletivamente, foram realizadas as principais adequações, e, de lá para cá, não houve alteração estrutural e pouca coisa mudou em termos de perguntas e suas variáveis.

A proposta de realização, original, propunha duas aplicações ao ano a fim de abranger os alunos das entradas semestrais, já que a pesquisa passou a ser considerada atividade avaliativa das disciplinas de Marketing e Planejamento já no primeiro semestre de 2009. As contingências administrativas, inicialmente, e a posterior compreensão de que pouca alteração havia entre os resultados do primeiro e do segundo semestre, levaram a pesquisa a ser realizada somente uma vez por ano, oportunizando os alunos matriculados e voluntários a participar do processo.

Cabe destacar que, no início, a técnica de coleta baseou-se em aplicação presencial e que os locais de aplicação foram definidos de acordo com os dados levantados junto a pesquisas anteriores realizadas pela Prefeitura Municipal de Diamantina, “Fluxo de Visitação nos Monumentos em Diamantina 2008” (SECTUR, 2008), que aponta as quantidades de visitantes recebidos em cada atrativo. Propôs-se a aplicação envolvendo somente locais de uso público, nos quais permaneciam um ou mais alunos durante todo o tempo em que havia atendimento ao público, a fim de levantar dias e horários de maior movimento, o que foi otimizado posteriormente a fim de poupar os aplicadores. A escala ideal resultante do levantamento da quantidade de questionários aplicados em cada um dos locais gerou uma tabela de escala que é apresentada a seguir.

Tabela 1 – Locais de Aplicação

| | | SEX | SAB | DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SAB | DOM |
|---|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ | _/ _ |
| Casa de Chica da Silva | M 08h às 13h | | | 2 | | | | | | | 2 |
| | T 12h às 17h | 1 | 3 | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | |
| Museu Casa de JK | M 08h às 13h | | 1 | 2 | | | | | | 2 | 2 |
| | T 13h às 17h | 1 | 2 | | | | | 1 | 1 | 2 | |
| Igreja do Amparo | M 09h às 12h | 1 | | 1 | | | | | 1 | | 1 |
| | T | | | | | | | | | | |
| Igreja do Rosário | M 08h às 12h | | | 1 | | 1 | | | | | 1 |
| | T | | | | | | | | | | |
| Casa da Glória | M 08h às 13h | 1 | 2 | | | | 1 | | 1 | 2 | |
| | T 13h às 18h | 1 | 2 | | | | | | 1 | 2 | |
| Museu do Diamante | M 9h às 12h | | | | | | | | | | |
| | T 12h às 17h30 | 1 | 1 | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| Mercado (incluindo Seresta sexta à noite) | M 9h às 13h | 1 | 3 | | | | | | 1 | 3 | |
| | T 13h às 18h | | 1 | | | | | | | 1 | |
| | N 20h às 23h | 2 | | | | | | | 2 | | |

Fonte: elaborado pelos autores.

Os números apresentados nas células, dizem respeito à quantidade mínima de pesquisadores de campo/discentes no local em questão e os horários de funcionamento. Busca-se, atualmente, que não haja lacuna não preenchida a fim de garantir um padrão de relatório, mas não se exige mais a permanência do aluno durante todo o período de funcionamento do local de aplicação, reduzindo-se a, pelo menos, duas horas ininterruptas em cada atrativo, e que cada aluno esteja na escala em pelo menos dois dias distintos, preferencialmente em locais diferentes em cada um deles. Não se estipula limite máximo para a participação e são emitidos certificados de participação, tanto para os alunos das disciplinas, quanto para os voluntários, para contabilização de atividades complementares.

A técnica de aplicação iniciou utilizando formulários impressos em papel, que posteriormente eram digitados em planilha de cálculo usando o padrão linha/coluna para possibilitar o cruzamento dos dados. Esse processo é bastante usual, mas pecava em função das possibilidades que criava de anotações e digitações divergentes, o que causava um trabalho extra de limpeza e padronização dos dados antes da tabulação propriamente dita. Como a pesquisa frutificou, buscou-se meios de aperfeiçoamento dos métodos de aplicação, tendo sido realizados estudos junto ao Departamento de Computação (DECOM), com o curso de Sistemas de Informação da UFVJM, a fim de

intensificar os resultados da pesquisa e verificar o potencial de ampliação de seu uso, especialmente ao se considerar a necessidade de agilidade no tratamento dos dados e das possibilidades que maior profundidade neste tratamento podem gerar para o resultado final da pesquisa.

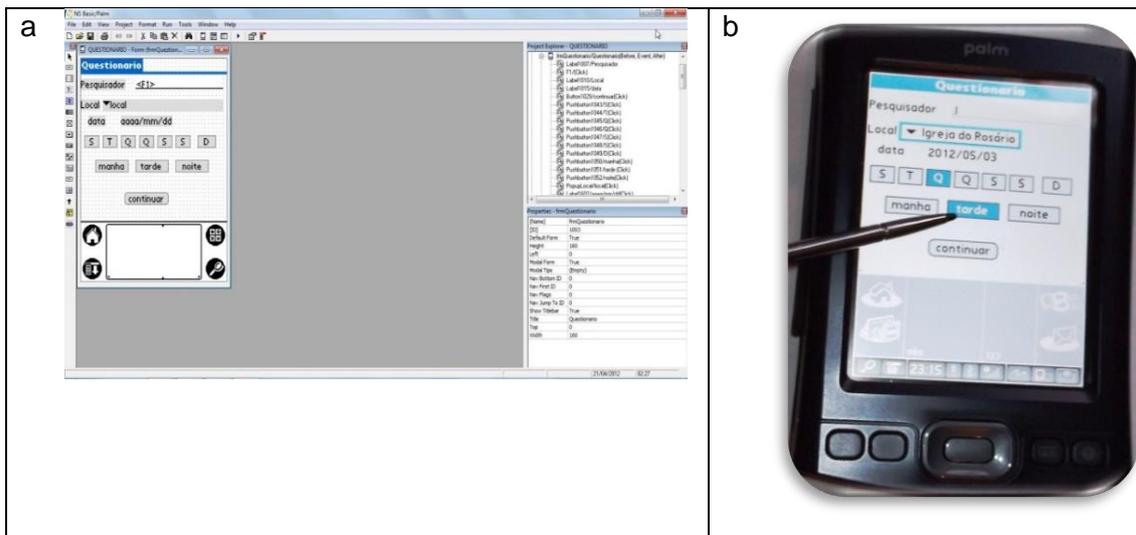
O resultado dessa parceria com o DECOM foi um projeto de pesquisa mais amplo, que contou com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por meio de seu Edital Universal 2009-2010. O objetivo deste foi a automatização da coleta dos dados com o uso de Palm Tops® disponíveis no Curso de Turismo e assim, obteve-se como resultado a drástica redução do tempo de coleta e tabulação de dados e, por conseguinte, de divulgação dos resultados (SILVEIRA *et al*, 2010).

A informatização do processo foi, novamente, ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais, que sugere entre as habilidades desejáveis aos turismólogos “habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos” (BRASIL/CNE/CES, 2006, p.3). O projeto previa originalmente dois bolsistas, um do curso de Turismo e outro do curso de Sistemas de Informação. Como a outorga permitiu somente uma bolsa, a opção se deu por usá-la para a programação, o que foi realizado quase que integralmente pela aluna do curso de Sistemas de Informação, mas o uso da tecnologia foi estendido aos alunos de Turismo e as carências geradas pela ausência de um bolsista do curso de Turismo, foram supridas por outras bolsas de Iniciação Científica e/ou pelos alunos monitores das disciplinas envolvidas.

A atividade de criação que pareceria uma simples transposição do formulário em um aparato móvel, mostrou-se muito mais complexa do que se podia julgar. Inicialmente pelo fato dos equipamentos já terem sido adquiridos, alguns anos antes, o que em termos de tecnologia pode representar um hiato tecnológico, que acabou ocorrendo.

Logo após a aquisição dos Palm® Tops a empresa que os fabricava foi adquirida por outra que descontinuou sua produção. Desse fato derivaram algumas dificuldades que tiveram que ser enfrentadas pela equipe de criação de softwares, especialmente pela bolsista. Entre as dificuldades estava o fato dos programas relacionados ao aparelho não aceitarem softwares posteriores ao Windows XP®. A plataforma usada para a criação dos formulários foi criada usando o NS Basic Palm, cujo ambiente é apresentado abaixo:

Quadro 1 – Ambiente de criação dos formulários (a) e tela como vista no equipamento (b)



Fonte: Ribeiro, 2012.

O ambiente apresentado na figura “a” acima simula o que é percebido no equipamento que é levado a campo, como pode ser visto na foto “b”. Percebe-se a semelhança entre o equipamento real e o simulador no qual foram criadas as telas utilizadas na pesquisa. A linguagem utilizada foi a Basic, que não faz parte do currículo do curso de Sistemas de Informação, o que obrigou a bolsista a aprender uma nova forma de programação para este fim específico. Ao longo do processo de criação ocorreu uma edição da pesquisa em formato tradicional (em papel), que foi acompanhada pela aluna de Sistemas de Informação a fim de entender o processo.

Cada item do formulário criado era avaliado pela equipe do curso de Turismo e esse processo todo intensificou a interdisciplinaridade e a relação interdepartamental, tanto entre os docentes quanto entre os discentes, já que essa mesma aluna de Sistemas de Informação ministrou treinamento aos alunos de Turismo antes das primeiras aplicações. Além disso, boa parte de sua atividade se deu no laboratório de Turismo, com a presença do técnico e dos monitores/estagiários, que em algumas edições auxiliaram na tabulação.

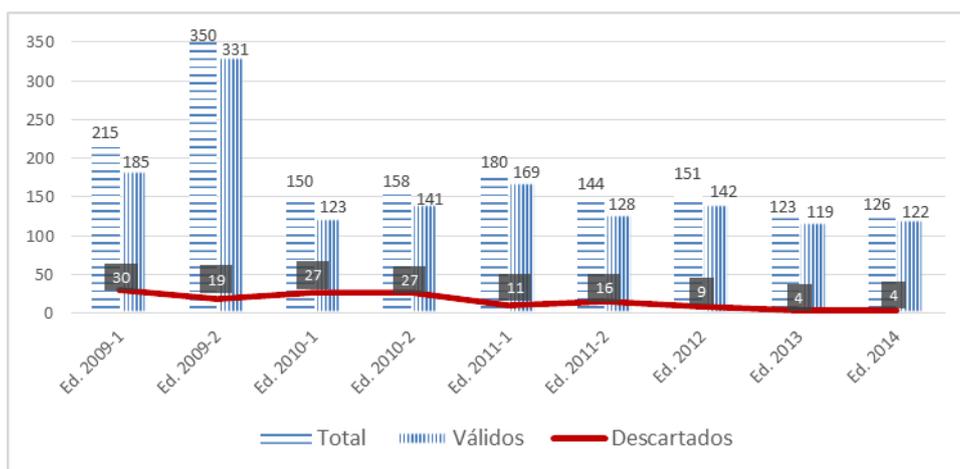
A facilitação do processo, e o uso do equipamento, que, apesar de obsoleto em termos de tecnologia, é bastante ágil e amigável para a finalidade que se propõe, gerou um interesse ainda maior por parte dos alunos, ao ponto das primeiras edições utilizando os Palm Tops® para a coleta de dados terem sido realizadas por muitos voluntários, dos quais parte até já havia participado das edições com papel.

Até o presente, entre aplicações semestrais e anuais, já foram realizadas 9 (nove) edições contabilizando 1.597 (mil quinhentos e noventa e sete) turistas

entrevistados, resultando em 1460 questionários válidos, constituindo assim, um grande banco de dados.

Um dos resultados mais positivos do projeto conjunto com o DECOM, financiado pela FAPEMIG foi a redução significativa no número de questionários descartados, especialmente em decorrência da redução nos erros de digitação.

Gráfico 1 – Proporção de aplicação e aproveitamento de questionários



Fonte: elaborado pelos autores.

Outros resultados positivos do projeto foram a boa aceitação dos Palms® tanto por parte dos entrevistados quanto por parte dos aplicadores, que pela facilidade de seu manuseio levaram à redução do tempo de aplicação de uma média de 15 para 8 minutos por questionário. O tempo de tabulação também foi reduzido tanto pela diminuição de erros no preenchimento quanto na transposição dos questionários para as planilhas, que foi automatizada por meio de um software chamado *Pdb Converter*, que transforma arquivos do Palm Top® para arquivos do tipo *Comma Separated Values - CSV*, que são facilmente transformados em documentos do Excel, o que propiciou celeridade na divulgação dos resultados.

Esses resultados são apresentados em forma de relatório, que é sempre distribuído para os setores interessados da Universidade, para toda a comunidade externa do município (o que inclui os atores do turismo) de Diamantina e região, especialmente pelas 12 cidades que compõem o Circuito dos Diamantes, por meio eletrônico, digital ou em cópias impressas quando possível. Atualmente, como o apoio da Diretoria de Comunicação da UFVJM – DICOM, todos os relatórios ficam disponíveis a toda a comunidade por meio da página do curso de Turismo, no *site* da UFVJM, onde podem ser acessados e baixados livremente (<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/turismo/publicacoes.html>).

Em termos de produção, além dos 9 (nove) relatórios técnicos, a PDTD já contabiliza 3 (três) artigos em periódicos indexados, 2 (dois) artigos em anais de eventos, juntamente com este, 2 (dois) capítulos de livros, e, 3 (três) bolsas de iniciação científica.

Contudo, didaticamente, a participação dos alunos é um dos principais alcances. Desde 2008, já se envolveram na aplicação dos questionários 167 alunos da UFVJM, dos quais 66 o fizeram mais de uma vez como alunos das disciplinas ou, especialmente, como voluntários. Desses, 40 o fizeram duas vezes, 18 aplicaram 3 vezes, 3 alunos participaram 4 vezes, 4 alunos aplicaram 5 vezes e a maior repetição registrada foi de uma aluna da segunda turma de Turismo, que, além de haver aplicado com sua turma regular, participou mais cinco vezes como voluntária. A média de participação dos alunos foi de 2,6 aplicações por aluno.

Quanto aos alunos de graduação cabe destacar que as participações não ocorrem somente no trabalho de campo, apesar dessa ser a etapa que ocupa mais tempo da atuação discente. Além do trabalho teórico em sala de aula realizado conjuntamente pelas disciplinas de Marketing de Produtos e Destinos Turísticos e Planejamento Turístico que são ofertadas no mesmo semestre, os alunos realizam posteriormente seminário analisando os gráficos gerados pela PDTD, muitas vezes na presença de avaliadores externos, oriundos do mercado turístico. Dessa forma, acredita-se que o ciclo ensino-aprendizagem se completa, pois o que se inicia em sala de aula com o ensino, passa a pesquisa, especialmente no campo e é finalizado com a interação com a sociedade, caracterizando a extensão. A propriedade com a qual os discentes passam a versar a respeito do turismo e do turista local, proporciona a certeza dos alcances pedagógicos positivos gerados pelo árduo trabalho de coordenar a PDTD semestral/anualmente.

Outros destaques dizem respeito à participação com papéis distintos, como foi o caso de uma das alunas que, primeiro como graduanda, participou em três situações e na última edição participou da organização como estagiária de docência de seu mestrado.

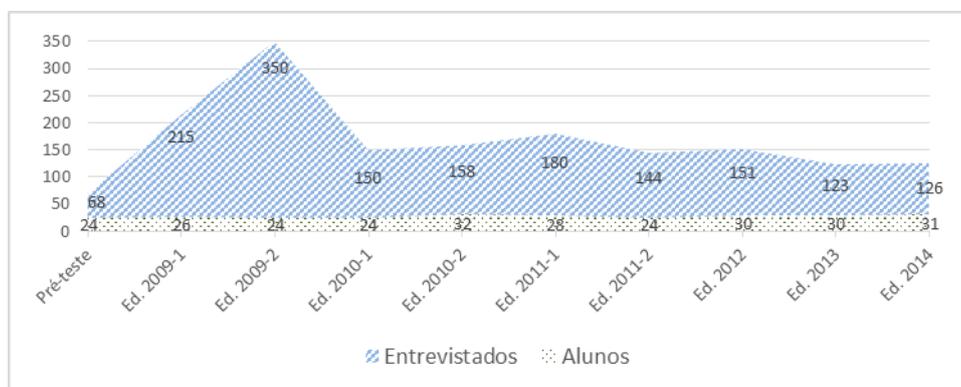
Dois outros alunos participaram durante a graduação como alunos regulares e voluntários, e, depois de formados, foram parceiros da pesquisa. O primeiro deles, inicialmente participou da aplicação junto com sua turma, além de mais três vezes como apoio operacional como estagiário do Núcleo de Turismo. Depois atuou na tabulação dos dados enquanto era bolsista de Iniciação Científica, e, por fim, após formado apoiou a pesquisa como Turismólogo da Prefeitura de Diamantina, responsável justamente pelo setor de pesquisas.

A outra aluna, participou em duas situações como discente, uma junto com sua turma e outra como monitora da disciplina de Planejamento, e, após formada, como Turismóloga do Escritório Regional de Diamantina do Instituto Estrada Real, apoio proposto pela agora própria turismóloga durante um período em que o parceiro original – o Circuito dos Diamantes, havia trocado seu gestor e não demonstrava mais interesse em apoiar a pesquisa.

De maneira indireta, não há um levantamento acerca do uso dos relatórios como referência bibliográfica em Trabalhos de Conclusão de Curso e outros trabalhos, ainda mais considerando que eles estão disponíveis na internet, mas sabe-se que em todos os semestres os resultados têm utilidade para esses trabalhos, assim como já tiveram para, pelo menos, duas teses, além de terem sido usados como referência para elaboração de projeto equivalente em outra Universidade Federal mineira, onde deverá fazer parte das atividades regulares do futuro Observatório Turístico.

Também no que diz respeito aos impactos indiretos da pesquisa, a divulgação da imagem da UFVJM e da própria atividade do curso de Turismo (que apesar de não ser mais novidade no Brasil ainda é bastante incompreendido pela sociedade) foram bastante favorecidos, considerando a abordagem que resultou 1665 entrevistados (incluindo o pré-teste).

Gráfico 2 – Quantidade de turistas entrevistados e alunos aplicando questionários



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao longo desses anos, a multiplicação de informação acerca da PDTD teve repercussões das mais variadas. Ainda que a grande maioria dos entrevistados tenha sido do próprio Estado de Minas Gerais, a imagem institucional tem sido favorecida e ampliada junto as relações do curso de Turismo com a Gestão Municipal e Regional, com outras Instituições de Ensino Superior, com outros grupos de Pesquisa, com o mercado de trabalho e com Instituições de Fomento, a exemplo da outorga do Edital Universal da FAPEMIG.

Houve, também, uso público da pesquisa por parte da SECTur e da iniciativa privada local (e possivelmente regional), o que não tem como ser comprovado quantitativamente. Contudo, a impressão de que os dados têm sido subaproveitados em termos extensionistas gerou interesse em saber a razão da não utilização da informação, e esse interesse virou tema de pesquisa do doutorado de uma das idealizadoras da PDTD no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG).

4. Considerações finais

A PDTD, em termos acadêmicos, foi uma proposta de atividade interdisciplinar que extrapolou seu intuito inicial. A inexistência de dados atualizados e rigorosamente coletados gerou a necessidade do levantamento que se tornou referência entre os alunos do curso de Turismo da UFVJM, seja por sua utilização como fonte, seja pela inspiração que levou alguns dos egressos para atuar profissionalmente na área de pesquisa, e influenciou outras a prosseguirem seus estudos na pós-graduação.

A interdisciplinaridade interna foi expandida a outro departamento por meio do Edital Universal da FAPEMIG, resultando no estreitamento das relações acadêmicas entre o curso de Turismo e o DECOM, gerando pesquisas, produção técnica e acadêmica conjunta. Para além da produção, a bolsista que operacionalizou a migração do papel para os Palm Tops® é hoje mestrande, ainda almejando, portanto, a área de pesquisa, resultado não mensurável no momento de se propor um projeto ou de concluir um relatório de pesquisa.

A utilização da PDTD como objeto de estudo de doutorado demonstra o quão frutífero foi processo além dos dados levantados, e como benefícios alternativos podem decorrer de atividades pedagógicas bem intencionadas.

Referências

- BRASIL/CNE/CES. *RESOLUÇÃO CNE/CES 13/2006*: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf, acesso em 12/mar/2014.
- COOPER, C. *Turismo: princípios e práticas*. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- JORDAN, J. Ensino e Pesquisa. In AIREY, D; TRIBE, D. *Educação Internacional em Turismo*. São Paulo: Senac, 2008.

- MEDAGLIA, J. *Un estudio sobre la necesaria evolución del Marketing de Destinos Turísticos y su sinergia con la Planificación Estratégica de Destinos Turísticos*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Turismo). Facultad de Comunicación y Turismo. Universidad de Málaga, 2005.
- MILIO BALANZÁ, I.; CABO NADAL, M. *Marketing e comercialização de produtos turísticos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MONTANER MONTEJANO, J. *Estrutura do mercado turístico*. 2ed. São Paulo: Roca, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- _____. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- _____. *Introdução à metodologia da pesquisa em turismo*. Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Roca, 2006.
- RIBEIRO, F. *Manual técnico do software turístico: orientações técnicas*. Produção técnica resultante do Projeto APQ-02844-10, Demanda Universal FAPEMIG. Curso de Sistemas de Informação/DECOM e Curso de Turismo. Diamantina: UFVJM, 2012.
- SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.; ANDRADE, A; ASSIS, L. *Informatização dos Processos de Coleta e Análise de Dados de Pesquisa de Demanda Turística*. Projeto APQ-02844-10, Demanda Universal FAPEMIG. UFVJM, 2010.

PARTE II: ESTUDOS APLICADOS

Maria Claudia Almeida Orlando Magnani

Resumo: José Soares de Araújo, conhecido até então como um pintor ilusionista bracarense do barroco mineiro, emerge das recentes pesquisas como um artista completo e um homem influente no Arraial do Tijuco, no século XVIII. Este homem, hábil em diferentes linguagens artísticas, com uma formação erudita trazida da sua terra natal, exerceu na colônia muitos papéis. Guarda-mor, pintor, arquiteto, administrador de trabalhos artísticos, professor de pintura. De família de poucos recursos em Braga, tornou-se abastado, atuante e com uma especial mobilidade nas esferas sociais, algumas delas habitualmente intransponíveis. Traz para o Tijuco a pintura ilusionista, sem igual na região das Minas. Esta pintura não era propriamente uma cópia de algo que pudesse ter visto em Portugal. Há a possibilidade de que esse gosto e esse olhar tenham se educado e se apurado a partir de vivências específicas em Braga, especialmente com os jesuítas. No entanto, algo de uma escolha individual aparece inegavelmente como resultado da elaboração das suas vivências. A inusitada escolha pela arquitetura fingida (sem parâmetros muito próximos em Portugal) e a insólita escolha pela representação das sibilas em sua pintura têm algo de pessoal do artista. Porém, deve-se levar em conta que a comunidade na qual estava inserido, foi também dialeticamente definidora do seu trabalho. A intenção persuasória de sua arte queria suadir a todos, indistintamente, a compactuar com a ordenação de uma sociedade nascente cristã, católica e colonizada.

Palavras-chave: arte, história, colônia.

1. Introdução

José Soares de Araújo, conhecido como refinado pintor, agora emerge das recentes pesquisas como um artista múltiplo e completo, uma figura histórica intrigante e um homem influente no Arraial do Tijuco, em Minas Gerais, na colônia portuguesa da América, no século XVIII.

As informações sobre esse artista em Portugal são escassas. Nada foi encontrado relativo a uma possível formação artística ou a qualquer documento que o vinculasse à pintura ou qualquer outra linguagem artística, nem tampouco ao seu deslocamento para o Brasil. A pressuposição da formação artística é absolutamente cabível, uma vez que o requinte da sua pintura assim o sugere. Não só o requinte, como

¹⁶ Trabalho originalmente apresentado no 45º Colóquio da *Association for Spanish and Portuguese Historical Studies* em Modena, Itália, em 26 de junho de 2014, resultado de pesquisa com o apoio da FAPEMIG por meio da bolsa de doutoramento PMCDII..

a exclusividade de determinadas características extremamente eruditas, sem igual nas Minas Gerais. Deve-se levar em conta ainda o fato de ter-se ele dedicado à pintura pouco tempo após sua chegada à colônia, ou pelo menos, pouco tempo depois da data do primeiro registro da sua presença no arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. Segundo Rodrigo de Mello Franco:

Sabe-se que era natural de Braga e que em 1766 foi nomeado 'Guardamor das terras e águas minerais do Arraial do Tejuco do Serrofrío', uma no apenas, depois da primeira notícia de que possuímos de sua atividade na região. Esse fato sugere que ele não tenha feito aprendizado na Colônia, e sim já tenha vindo para o Brasil, depois de concluída sua formação artística na oficina de algum dos pintores bracarenses, e de adquirir, no Reino, situação econômica e social que o habilitara, pouco após à chegada à Capitania mineira, a obter aquela patente, com que só raríssimos oficiais mecânicos foram entre nós beneficiados. (FRANCO, 1978. P. 26)

É sabido que em Braga no século XVIII, ao lado de um forte comércio e indústria havia também oficinas nas quais pode-se supor que o pintor bracarense pudesse ter se instruído, quiçá como um artista completo: pintor, dourador, entalhador e arquiteto. Ainda segundo Eduardo Oliveira, em Braga, a existência de artistas que trabalhavam em distintas atividades como desenho, talha, arquitetura não eram incomuns. A esse respeito este autor afirma em seu estudo feito sobre a arquitetura civil em Braga no século XVIII:

Embora não tenhamos ainda estudos de carácter econômico que nos possam dar uma dimensão real da importância dos diferentes sectores da cidade e da cidade no contexto do país, pensamos poder-se afirmar que apesar do comércio ser muito forte, a indústria não deveria ter um peso menor. Sabemos que em Braga existia uma forte indústria ...e múltiplas oficinas de escultura, arquitectura, pintura, talha, marcenaria,...etc., que exportavam para o Entre Douro e Minho e resto do país uma porcentagem muito significativa de sua obra. (OLIVEIRA, 1993, p. 25)

Sobre o modo de produção vigente nestas oficinas, segundo José Alberto Gomes Machado, não se pode ter ainda uma perspectiva clara, pela inexistência de dados que permitam individualizar as suas especificidades e ainda pela ausência de estudos sistemáticos a este respeito (MACHADO, 2003).

Mesmo ali na sua cidade natal em Portugal, o único documento encontrado foi a sua certidão de batismo na Igreja de São Victor, constante do arquivo distrital.¹⁷ Nesse documento, pode-se ler:

¹⁷ Esse documento fora já identificado e transcrito por Antônio Fernando B. Santos em sua dissertação de mestrado intitulada *A Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Diamantina e as Pinturas Ilusionistas de José Soares de Araújo: identificação e caracterização*, que foi apresentada no Departamento de Artes Plásticas

Jozepe filho de Bento e de sua mulher Thereza de Araújo moradores na Rua nova de Bico desta freguezia nasceo aos seis dias do mês de dezembro de mil setecentos e vinte e tres anos e aos doze do dito mês foi baptizado pello Padre Domingos Antunes (...) desta Igreja e lhe pos os santos óleos foram padrinhos o licenciado Manoel de faria da Cunha morador no Rocio de Sam Joam do Souto e Antonia de Souza mulher de Alexandre Francisco moradores (...) dos chãos desta freguezia, foram testemunhas Josephe de Souza Castro e seu filho Constantinho de Souza moradores no Campo da Senhora abranca e por ser verdade fiz este termo que asinamos em ut supra. (Arquivo Distrital de Braga, igreja de São Victor, Livro de Batismo p 295).

Embora não se tenha uma definição do tipo social do comerciante bracarense, pode-se imaginá-lo como seria exteriormente a casa de José Soares de Araújo. A rua onde morava quando do seu nascimento, não possuía casas condizentes com aquelas de comerciantes mais abastados – com varandas e coberturas de gelosias (OLIVEIRA, 1993). Essa informação é suficientemente sugestiva da sua situação socioeconômica e da sua família.

2. O Artista em Portugal

Não foram encontrados registros da sua saída de Portugal, nem mesmo da concessão de autorização para viagem. Portanto, em terras lusitanas, o registro do batismo é mesmo o único documento encontrado que marca ali a sua existência. O primeiro registro que se tem do pintor bracarense na colônia data de 15 de abril de 1759. Trata-se da apresentação da sua patente de irmão na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo¹⁸. Alguns anos mais tarde, em 19 de agosto 1766, ele recebeu a patente de Guarda-mor substituto¹⁹. Ser guarda-mor nas Minas, não significava imediatamente uma situação de privilégio social ou econômica anterior. Guarda-mor das minas e águas minerais foi um cargo criado em 1679 cuja nomeação se dava pelo Provedor das Minas. O cargo acumulava várias atribuições, dentre as quais a concessão de licença a quem quisesse se dedicar a descobrir minas (SALGADO *et al*, 1985 pp. 283-284 *apud* SANTOS, 2002).

Efetivamente o seu testamento, que traz a data de 20 de abril de 1789 é um documento que confirma uma situação socioeconômica privilegiada no Tijuco. No referido testamento, que se encontra na Biblioteca Antônio Torres em Diamantina, após declarar que é natural da cidade de Braga, filho legítimo de Bento Soares e de Tereza

da Escola de Belas Artes da UFMG em 2002. Em Investigação recente *in loco* verifiquei a inexistência de outros documentos quaisquer naquela cidade referentes a José Soares de Araújo.

¹⁸ Arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Diamantina. Livro dos Irmãos Professores desta Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo deste Arraial do Tijuco, fls 5v.

¹⁹ Arquivo Público Mineiro, Códice nº 147, Registro de Provisão e Nomenclaturas, Carta Patente passada em Vila Rica e registrada às folhas 82.83v.

de Araújo já falecidos e ainda, que nunca fora casado nem tivera filhos, ele traz as seguintes informações:

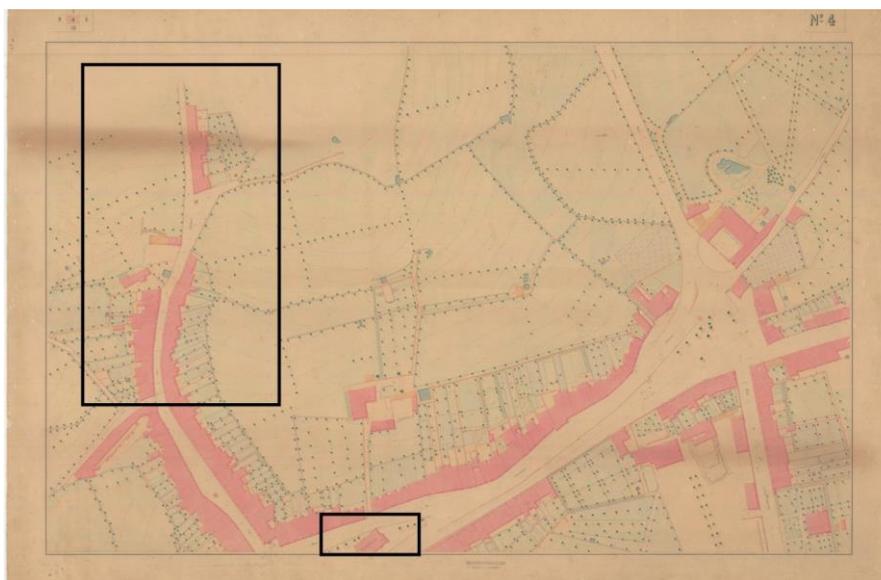
(...) os bens que possuo são (...) húa xacara com as cazas em que moro assobradadas aparte de baixo, e assim três moradas de cazas cobertas de telha encostadas ao muro da mesma xácará (...) possuo mais húa Roça no Rio do Oiro Fino (...) declaro que possuo húa lavra nomorro de Santo Antonio (...) e está desimpedida por Sua Magestade que Deos goarde. (SALGADO, 1985 Pp. 283-284)

Igualmente ilustrativo de sua riqueza, e também constante do seu testamento é a posse de 22 escravos (dentre os quais se destacam João Camundongo com princípio de pintar e Vidal mulato, pintor e dourador) e ainda objetos e talheres aparelhados de prata, um bentinho e um cordão de ouro. Ainda que a documentação seja bastante eloquente no sentido de comprovar a boa situação socioeconômica de José Soares na colônia, não foi possível verificar a situação econômica de sua família em Portugal.

A rua onde moravam no momento do seu nascimento, segundo consta do documento acima referido é a Rua Nova do Bico. No século XVIII, essa era uma rua periférica na cidade de Braga: uma via de acesso à estrada que dava para o norte. De uma maneira geral as casas ali eram baixas e pequenas, de um tipo que foi definido por Eduardo Oliveira como porta/janela (OLIVEIRA, 1993)²⁰. Dentre os tipos por ele definidos, esse é sem dúvida o mais simples. Ali só habitariam pessoas pobres. Tratava-se realmente da periferia da cidade, como pode-se notar na figura número um que mostra o mapa da cidade de 1883/1884. A rua corresponde ao retângulo maior, enquanto o menor assinala a Igreja de São Vicente. A rua com a qual ela se entronca e que dá acesso ao centro da cidade, chama-se Rua das Palhotas, que ainda hoje é considerada uma rua pobre:

²⁰ Sobre esse tipo de casa, pode-se ler: “Com um desenho muito simples tinham no piso térreo uma porta e uma janela separadas por uma coluna simples, de secção quadrangular; no piso superior tinham duas janelas, também pequenas, que encimavam as aberturas do rés do chão.”

Figura nº 1. Rua das Palhotas (e Rua Nova do Bico). In: Francisco Goullart. Planta Thipographica da Cidade de Braga (1883-1884), mapa 4.



Fonte: Braga, Arquivo Municipal.

Ainda hoje essa rua conserva casas como as que existiam à época do nascimento do José Soares, e que podem ser vistas na fotografia abaixo, figura de número dois:

Figura nº 2 – Rua Nova do Bico, Braga.



Fonte: Foto de Eduardo Pires de Oliveira tirada em 16/02/2013.

Concomitantemente a rua se modernizou com grandes prédios, e a partir da década de 1980, com o crescimento da cidade, conseguiu o estatuto de rua central ²¹. Pode-se supor, portanto, pelas características da sua morada no momento do seu nascimento, que provinha de uma família de poucas posses.

O número de migrantes para a colônia portuguesa na América, provenientes do Minho – região onde se encontra a cidade de Braga no norte de Portugal – foi bastante significativo nos setecentos. Especialmente nas Minas, em função da descoberta do ouro e dos diamantes, essa migração foi também determinada por uma necessidade administrativa e de consolidação da ocupação que se efetivou a partir do incentivo da Coroa (PEREIRA, 2009). A ideia do enriquecimento rápido ou a simples expectativa de melhorar a qualidade de vida tendo em vista a escassez alimentar de que sofriam cronicamente os portugueses, orientavam a saída dos minhotos. Avalia-se que das décadas finais do século XVII até o fim do XVIII mais de meio milhão de portugueses tenha migrado para a colônia na América. Se de um lado, havia a necessidade administrativa e de povoamento, de outro se configurou a ameaça do despovoamento. A intensidade desse fluxo migratório levou o rei a impor a expedição de passaportes que registrassem a saída dos portugueses do continente como condição de possibilidade para a viagem. Especificamente as leis de 20.03.1720 e a de 09.01.1792. Acredita-se, no entanto, que esses documentos não chegaram a ser produzidos em todos os casos. Por essa razão, tornou-se difícil mensurar a quantidade de portugueses que migraram para a colônia anualmente (HIGGS, 1990; SOUSA, 1979 *apud* PEREIRA, 2009).

3. O Artista na Colônia

Não se sabe o que teria levado José Soares de Araújo à colônia: se a necessidade ou a expectativa de melhoria de vida, ou ainda se o imperativo de consolidação da administração da Coroa. Não foi possível verificar se ao sair de Braga o pintor tinha já a promessa ou a certeza da cessão da patente de guarda-mor. Isso levou pouco tempo tendo em vista que o primeiro registro da sua presença nas Minas é, como dito anteriormente, pouco anterior à concessão da patente de guarda-mor. Ao menos um de seus irmãos também migrou para Mariana, Minas Gerais, como se pode ler no seu testamento. O fato de deixar dinheiro para as sobrinhas que moravam em Portugal, informação também constante no mesmo documento, pode eventualmente sugerir que alguma dificuldade financeira ainda acompanhava a sua família no Minho.

²¹ A imagem da rua Nova do Bico em Braga, Portugal, pode ser acessada no seguinte site na internet: <http://binged.it/YOT9v5>

Não são suficientemente abundantes os estudos que abordem amplamente a multiplicidade das relações artísticas entre Braga e Minas Gerais. Pontualmente, pode-se recordar o estudo de Robert Smith (1973) no qual o autor relaciona o Bom Jesus de Matosinhos e o Bom Jesus do Monte de Braga. Há também outros estudos de Eduardo Oliveira, entre os quais salienta-se sobre Servas, intitulado *Francisco Vieira Servas, um entalhador entre o Minho e Minas Gerais*, apresentado no I Seminário Circuito Vieira Servas (OLIVEIRA, 2012). Dada a quantidade de minhotos que para lá se dirigiu²² e a visível semelhança, por exemplo, entre a arquitetura das cidades do Minho e das cidades de Minas Gerais, seria esse um estudo de extrema importância.

Se abordarmos especificamente a pintura, no caso de José Soares de Araújo, torna-se impossível identificar características claramente ou especificamente bracarenses no seu trabalho. E a dificuldade vai além da lacuna documental. Por ter sido Braga uma cidade bastante rica e sede de um arcebispado de grande importância – há entre os bispos de Braga membros da Família Real como D. Fernando da Guerra (1416-1467), Cardeal-Rei D. Henrique (1533-1540), D. José de Bragança (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789)²³ – a renovação artística se fez notar. Assim, os tetos das igrejas em sua maioria não mantiveram suas pinturas do período do Barroco ou do Rococó. Com isso, fica restrita a possibilidade de intelecção a respeito dos tipos de pinturas que existiam ali. Do período joanino convém lembrar as pinturas remanescentes de Manuel Furtado, os quais serão abordados mais abaixo. Os documentos relativos aos contratos e pagamentos dos pintores (entre os quais não se encontra nada relativo a José Soares de Araújo) não trazem jamais as características das pinturas encomendadas. Não há descrições. Desse modo, não se pode saber se José Soares de Araújo vira em Braga pinturas como aquelas que ele fez no Tijuco. Sabe-se que D. José de Bragança foi responsável pela junção da maior coleção bracarense de gravuras de seu tempo (OLIVEIRA, 2012). Pode-se imaginar que o pintor tenha tido contato com essas gravuras antes de ir para a colônia.

Fato é que a escolha de José Soares é a pintura de falsa arquitetura, ou quadratura²⁴. É esta pintura, com o conseqüente e deliberado engano do olho que o pintor bracarense leva para o Tijuco. Os efeitos monumentais e impressionantes da quadratura estão relacionados à afirmação e imposição de um determinado poder.

²² A quantidade de Minhotos que se dirigiam para a colônia no Brasil provocou tentativas de contenção da emigração por parte da Coroa como pode-se ler no documento do Arquivo Distrital de Braga – *Livro que contém diferentes Alvarás de diversos reis*, fol. 157-161.

²³ Disponível em <http://www.diocese-braga.pt/historia> acessado em 14 de fevereiro de 2013.

²⁴ Rudolf Wittkower considera a quadratura como um gênero de pintura independente, não como um momento do barroco, referindo-se ao desenvolvimento da escola bolonhesa da segunda metade do século XVII. Sobre este tema, sugiro a leitura de Rudolf Wittkower, *Arte e architettura in Italia 1600-1750*, Torino: Einaudi, 1993.

Atravessando o Atlântico, levada para o Brasil, esteve sempre associada à busca do apreço público por parte das ordens religiosas e da sua intenção de afirmação de superioridade de umas sobre as outras (RAGGI, 2012). Destarte pode-se pensar que a escolha de José Soares de Araújo tenha como um dos fatores determinantes a rivalidade entre as ordens religiosas terceiras.

As pinturas de falsa arquitetura existentes em Portugal são bastante distintas daquelas que se encontram na Itália no século XVII. As pinturas de tetos em Portugal no século XVIII são, segundo Magno Mello (1998), condicionadas pela passagem do brutesco e do maneirismo a uma nova concepção e utilização dos espaços onde, como prática persuasiva se evidencia um caráter de cena teatral em substituição ao anterior caráter de narrativa. Esta nova pintura é a quadratura ou pintura de falsa arquitetura. Diferentemente do que acontece na Itália, onde se tem como modelo exemplar a pintura do jesuíta Andrea Pozzo, em Portugal há a manutenção da convivência da nova gramática da quadratura com o momento anterior. Isso pode-se notar com a manutenção da compartimentação dos espaços e o uso do quadro recolocado – características próprias do brutesco – concomitantemente com a intencionalidade de ampliação dos espaços pela utilização da falsa arquitetura e das técnicas de perspectiva.

A utilização do quadro recolocado (sem o uso do escorço e conseqüentemente sem o abandono da frontalidade) denota uma escolha dos portugueses naquele momento. Ainda que a ausência de uma academia no país onde se pudessem aprimorar as técnicas de desenho e da representação da figura humana possa sugerir uma incapacidade ou incompetência, não se pode esquecer que D. João V enviou muitos artistas para aprenderem nas academias da Itália e também trouxe artistas italianos para trabalharem em Portugal. Diante destes fatos, a pressuposição da insuficiência técnica cede à compreensão da existência de uma escolha. Destaque para Vincenzo Baccherelli, pintor florentino que foi trabalhar em Lisboa em data não precisa anterior a 1702. Este pintor executou ali diversos trabalhos, grande parte dos quais foi destruída pelo grande terremoto de 1755. A única pintura remanescente de Baccherelli é a do teto da portaria de São Vicente de Fora datada de 1710. Sabe-se que teria pintado ou participado da pintura de várias obras no interior do palácio real, na Sé de Lisboa e no convento de Varatojo em Torres Vedras (Istituto Della Enciclopedia Italiana, 1963, pp. 20-21 *apud* MELLO, 1998). Este único trabalho existente limita a possibilidade de um estudo mais aprofundado sobre Baccherelli, no entanto fica claro que ele se distancia das gerações de pintores quadraturistas portugueses na medida em que estes últimos utilizam sempre o quadro recolocado mais frontal e menos escorçado do que a pintura de São Vicente de Fora. Importa lembrar que o italiano tornou-se mestre em Portugal e

foi considerado o criador das bases nas quais se assentaram a pintura portuguesa de perspectiva arquitetônica, entendida como uma adaptação da quadratura italiana.

Que pinturas José Soares de Araújo teria visto em Portugal? Que outras imagens poderiam ter influenciado suas pinturas? Na tentativa de responder a essas perguntas é necessário que nos detenhamos um pouco no que restou dos tetos pintados em Braga no período joanino. Da primeira metade do século XVIII destaca-se em Braga o nome do pintor Manuel Furtado de Mendonça, que trabalhou exclusivamente ali. Ele pinta no estilo da quadratura e tem como características principais algumas ausências quando comparado com as pinturas de mesmo estilo da península itálica: a ausência do uso rigoroso do escorço, a não utilização das formas ascendentes e esvoaçantes, a inexistência da perspectiva aérea no pano central do suporte (MELLO, 1995, pp. 157-188).

São as obras atribuíveis a este pintor: o teto capela-mor da Igreja do Convento do Salvador (atual lar Conde de Agrolongo) de 17226; a pintura das estruturas arquitetônicas da caixa do órgão em 1737 e 1738; a pintura do sub-coro e a de dois tramos da nave lateral na Sé Catedral de Braga; o teto da capela-mor e da nave do Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo; o teto do Palácio dos Bicaínhos de 1724; e a capela dedicada a São Bento no Mosteiro de São Bento em Tibães. Ainda que não se possa fazer uma relação direta ou linear entre estas pinturas remanescentes do ciclo bracarense de pintura perspéctica e ilusionista e a pintura de José Soares de Araújo, algumas características comuns, para além das já mencionadas ausências, se podem notar, manifestas nas palavras de Mello: “Tudo correctamente próximo da grande festa barroca e do sumptuoso espetáculo cenográfico que ali se fazia notar” (MELLO, 1995, p. 162)

Assim como nas pinturas de Manuel Furtado, as de José Soares de Araújo também remetem ao intencional espetáculo cenográfico barroco em toda sua suntuosidade. “Trabalho este que se mostra com uma boa ou razoável intuição de perspectiva, mas que não suporta a intenção de criar um espaço aberto” (MELLO, 1995, p. 163). Ambos os pintores bracarenses, ainda que se utilizem da perspectiva na intenção de ampliação dos espaços, não propõem o arrombamento do teto, ou a criação de uma abertura neste espaço, como um óculo. Poder-se-ia também citar o uso pouco correto dos pontos de fuga; as figuras humanas com pouca movimentação e pouca expressão fisionômica que denota o que o autor chama de “primitivismo nas expressões” (MELLO, 1995, p. 164). Evidenciam-se ainda, além dos espaços arquitetônicos, a presença dos quadros recolocados, de *putti*, de balaustradas, nas obras de ambos. É identificada em Manuel Furtado uma tendência provincial do fenômeno baccarelliano, o que, ao contrário não se poderia afirmar para José Soares.

Não há uma utilização linear da tratadística. No entanto, a criação de uma escola ou de um gosto próprio regional poderia ser identificado em ambos, uma vez guardadas as proporções entre Portugal e a colônia, Braga e o Tijuco. Pode-se ver em ambos os casos a força apologética da Igreja triunfalista na afirmação dos seus dogmas. Essas pinturas sugerem retoricamente o poderio e a glória de uma Igreja que se supõe universal, mas, em um modo diferente e distante do rigorismo italiano e de outros centros europeus. Ainda que distante do receituário erudito e tradicional importam os pontos de ligação entre estas manifestações.

Deve-se notar ainda que em Braga no século XVIII havia uma rica expressão do meio artístico em geral. A talha, a arquitetura e o azulejo destacam-se neste universo. Assim, quando interrogamos o que José Soares de Araújo teria visto em sua terra natal, este horizonte deve ser ampliado para outras linguagens artísticas que não a da pintura. É preciso pensar também na circulação de gravuras, estampas e dos tratados de pintura e arquitetura.

É importante ressaltar a presença dos jesuítas em Braga, onde ministravam o ensino universitário no largo de São Paulo (OLIVEIRA, 1993), em um estabelecimento que foi fechado em 1759, quando da expulsão dos jesuítas de Portugal²⁵. Além de serem responsáveis pelo Colégio de São Paulo, os jesuítas em Braga, também exerciam uma enorme influência no que se referia às artes (OLIVEIRA, 2012). Neste mesmo ano, como visto, deu-se o primeiro registro da presença de José Soares no Arraial do Tijuco. Enquanto viveu em Braga, lá estavam os jesuítas e é possível que ele tenha tido contato com esses religiosos e suas obras. Este fato vai ao encontro das semelhanças entre as pinturas de José Soares de Araújo e o Tratado de Pintura e Arquitetura do jesuíta Andrea Pozzo²⁶, e com menores evidências, mas ainda possíveis, as semelhanças com o tratado de Serlio ou de Sagredo²⁷.

²⁵ CAEIRO, José – *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (séc. XVIII)*. 3 vols. Lisboa: Verbo, 1991-1999. Ainda sobre a expulsão dos jesuítas, podem-se ler os seguintes documentos existentes na Torre do Tombo em Lisboa: Lei dada para a proscição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios. 1759-09-03. Portugal, Torre do Tombo, Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas, Armário Jesuítico, liv. 1, nº 19. E ainda: Lei porque foram exterminados os padres da Companhia denominada de Jesus destes reinos e seus domínios. 1759-09-03. Portugal, Torre do Tombo, Coleção de Leis, mç. 6, n.º 20.

²⁶ Recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Mateus Alves Silva : *O Tratado de Andrea Pozzo e a Pintura de Perspectiva em Minas Gerais* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em 2012.

²⁷ Segundo Eduardo Pires de Oliveira, apesar da voz comum de que os tratados de Serlio (SERLIO, Sebastiano – *Tercero y Quarto Libro de Architectura*. Toledo: em casa de Ivan de Ayala, 1552), Sagredo (SAGREDO, Diego – *Memorias del Romano agora nuevamente impressas y añadidas de muchas piezas e figuras a los oficiales que quieren seguir las formaciones delas basas, columnas, capiteles, y otras piezas de los edificios antiguos*. Lisboa: por Luis Rodrigues, 1542) e Pozzo foram os mais seguidos em Portugal e no Minho, este é um fato de difícil comprovação. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *André Soares e o Rococó do Minho*. Universidade do Porto: 2011. Tese de doutoramento em História da Arte.

Em Diamantina não foram encontrados tratados, gravuras ou estampas nas bibliotecas ou referências a elas na documentação investigada, a não ser o já citado tratado de Pintura e Arquitetura que se supõe ser de Andrea Pozzo, referido no Inventário do pintor Caetano Luís de Miranda. Neste inventário há também abundantes estampas, a maioria com temas laicos e algumas não especificadas. Sabe-se que as gravuras circularam abundantemente na Europa e nas colônias no período do barroco servindo como modelos para as pinturas²⁸. Em Braga, um sinal inequívoco da presença das gravuras é o frontal da Capela do Santíssimo Sacramento da Sé, entalhado em 1718 pelo mestre Miguel Coelho e inspirado claramente num quadro de Rubens, reproduzido em gravuras.

A utilização dos tratados como o de Pozzo também é suposta e visível em Braga e na região do Minho. A respeito da Capela de São Lourenço da Ordem, Lima afirma:

O retábulo da capela-mor desenvolve uma fórmula que foi comum na escola de Braga. O seu remate tem uma certa afinidade com a linha evolutiva que interliga o retábulo-mor da Cividade, o retábulo lateral dos Terceiros, riscado por Carlos Amarante em 1781, o retábulo lateral de Nossa Senhora a Branca e o retábulo do Santíssimo Sacramento da igreja do Carmo cujas tipologias não são ainda verdadeiramente neoclássicas. O esquema parece inspirar-se nos desenhos de Andrea Pozzo. Em Guimarães, este tipo de remate está representado no retábulo-mor da igreja do convento de Santa Marinha da Costa. (LIMA, 2003, Pp. 641-652)

Voltemos ao Tijuco, lembrando que as irmandades, confrarias e ordens terceiras tinham na região do ouro e dos diamantes um papel delineador das classes sociais e etnias. Especificamente sobre as associações naquele arraial, podemos ler nas palavras de Luiz Jardim:

Tudo afinal dependia das irmandades. Irmandades brancas, pretas e mulatas, as quais pela própria condição econômica e social, desvirtuavam-se no seu sentido originário e transformavam-se em instituições de classe. Em Diamantina chegou-se a chamar-lhes “igreja branca” e “igreja preta”. E as irmandades, independentes como organizações civis não só lutavam entre si – a branca, contra as de cor estabelecendo “termos” que interditavam o ingresso de pretos, de mulatos e de brancos casados com gente preta ou parda; a preta contra a dos mulatos (Rosário e Mercês rivais em Diamantina) – mas contra os próprios padres. (JARDIM, 1939, Pp. 67-68)

José Soares de Araújo tornou-se irmão da Ordem Terceira do Carmo no momento da sua criação. E foi também tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, igualmente no Arraial do Tijuco. É incomum que um “português, branco”, como consta no seu testamento, pertencente à elite econômica, fizesse parte de duas associações à primeira vista incompatíveis – a “igreja branca” dos ricos e a “igreja preta”

²⁸ A esse respeito, sugiro a leitura de *O Valor Crítico da “Gravura de Tradução”* in ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão. Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

dos despossuídos. De 1764 a 1799 o guarda-mor foi reeleito neste cargo na irmandade do Rosário. Sendo que não foi encontrada a documentação referente às eleições entre 1770 a 1781. Entretanto, ele assina documentos neste período como tesoureiro, o que comprova sua reeleição ininterrupta.

Este fato, por si só bastante interessante e significativo, associado ao fato de possuir dois escravos com a habilidade de pintar e à diversidade de alguns elementos da sua pintura, permite levantar a hipótese de que José Soares de Araújo fosse de fato uma espécie de empresário além de pintor: no sentido de que é possível que ele fosse contratado para os serviços e que o executasse em partes, ou em linhas gerais, administrando outras pessoas que trabalhassem com ele ou para ele e que provavelmente aprendessem com ele.

A sua convivência com outros pintores pode ser verificada na documentação existente. Na irmandade de Nossa Senhora do Rosário, como tesoureiro, o guarda-mor faz o pagamento a dois pintores. De 1786 para 1787, ele paga o restante da pintura de uma bandeira ao pintor Silvestre. Provavelmente refere-se a Silvestre de Almeida Lopes²⁹. O pintor Silvestre aparece também como atuante na ordem terceira de São Francisco, igreja cujo teto da capela-mor foi pintado pelo bracarense José Soares³⁰.

Na mesma irmandade, pode-se verificar o pagamento que fez o tesoureiro pelo trabalho do pintor Manoel Carneiro entre 1788 e 1789. Este pintor, não documentado em qualquer outra parte, talvez tenha feito serviços menores de pintura.

Na caixa referente aos anos de 1788 a 1846, constam serviços de pintura de Manuel Álvares Passos³¹. Ainda que não esteja citado o guarda-mor como pagante, era esse um ano no qual ele era tesoureiro. Assim, percebe-se que a convivência entre os dois no período é inequívoca.

Havia no Tijuco a ordem religiosa do Santíssimo Sacramento, da igreja de Santo Antônio da Sé. Esta foi a primeira igreja construída no Arraial do Tijuco e destruída no princípio do século XX para a construção, em seu lugar, da Catedral de Santo Antônio. Ainda encontram-se documentos relativos a esta irmandade no arquivo da arquidiocese de Diamantina. Também nela José Soares de Araújo teve uma participação ativa. Seu

²⁹ Silvestre de Almeida Lopes foi ativo na região diamantina na segunda metade do século XVIII. Entre 1764 e 1796 realizou trabalhos de pintura no Arraial do Tijuco, dentre eles as pinturas de Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Cf. PONTUAL, Roberto. *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil* Civilização Brasileira, 1969 e MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: 1974. 2 vls.

³⁰ AEAD – Cx 364 – Ordem Terceira de São Francisco – 1763/1789.

³¹ Manuel Alves (ou Álvares) Passos atuou no Tijuco no fim do século XVIII e princípio do XIX. Foi responsável pela pintura da capela-mor do arco para dentro da igreja de Nossa Senhora das Mercês naquele arraial. Cf. . DEL NEGRO, Carlos. *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira (Norte de Minas)*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Ministério da Educação e da Cultura, 1978.

nome aparece como irmão da mesa em 1765 e em 1775³². Aparece ainda como provedor no ano de 1788. Na mesma data em que José Soares recebia por pintar a caixa do órgão do Santíssimo Sacramento, Silvestre de Almeida recebia por pintar a capela-mor. Nesta irmandade, encontra-se também citado o nome de Caetano Luís de Miranda³³, pintor, quando da sua entrada como irmão da mesma ordem a que pertencia o José Soares como Provedor.

Além destes pintores, aparece também a entrada como irmão da ordem terceira de São Francisco, nos documentos avulsos, um professor de pintura de Viana do Castelo, arcebispado de Braga. Há somente uma referência a trabalhos de pintura de sua autoria, sendo “a pintura de figuras” em 1765 e ainda por uma “bandeira que se pintou” na igreja de São Francisco de Assis (MIRANDA, 2009. p. 117). Convém lembrar que a palavra professor no século XVIII não se referia ao desempenho de ensinar, mas simplesmente professar, isto é, praticar uma determinada atividade.

José Soares de Araújo aparece então como um homem extremamente ativo em diferentes irmandades. A sua presença é ainda documentada como irmão remido na irmandade dos Santos Lugares de Jerusalém³⁴ no ano de 1775. Esta irmandade pertenceria também à Sé de Santo Antônio como entidade de sustentação espiritual e apoio da paróquia³⁵. A convivência com outros pintores provavelmente mais jovens (porque sobreviveram a ele em muitos anos, ainda ativos) sugere que ele fosse um mestre e um administrador de pinturas.

Sobre a comprovada convivência profissional com Caetano Luís de Miranda pode-se supor que fosse mais complexa. Nas pinturas do bracarense é que se podem perceber as influências do tratado de Andrea Pozzo. No entanto, é no inventário de Caetano Luís de Miranda que se encontra arrolado, entre uma vastíssima lista de bens (dentre eles gravuras e desenhos para pinturas, além de diversos instrumentos e objetos de pintor) e uma biblioteca indubitavelmente admirável, um tratado que supostamente seria o do jesuíta:

a discrever Prespectivas dos Pintores
dois vollumes infolio vistos e aval-

³² AEAD Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Armario – Irmandade SS. Sacramento – Tijuco – 1759/1764, folhas 3v e 13.

³³ Caetano Luís de Miranda, já citado anteriormente é responsável pela pintura das sibilas da igreja de Nossa Senhora das Mercês (Cf. AEAD – Cx373 – BI – A – Irmandade de N. S. das Mercês Arraial do Tejuco – Livro de Receitas e Despesas – 1770/ 1804, fl 148) e do consistório da Igreja de São Francisco em recente atribuição (Cf. MIRANDA, Selma Melo; SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. *Artistas Pintores do Distrito Diamantiino: revendo atribuições*. Comunicação apresentada ao Colóquio de História da Arte Luso-brasileira, Salvador, 1997).

³⁴ AEAD Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina – Cx 371 – BI – D – Irmandade dos Santos Lugares de Jerusalém – 175, fl 384.

³⁵ Esta informação, que não pôde ser comprovada por documentação, foi fornecida pelo historiador e Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, o Senhor José Paulo da Cruz.

liados pela quantia de dês mil
reis com que a margem se sai
10≠000

Fonte: BAT – Biblioteca Antônio Torres – Inventario – maço 175 – 2º
Ofício – 1837 (Miranda, p. 169)

A discrepância do valor desses dois volumes em relação às outras publicações do mesmo inventário, o formato em fôlio e o título, provavelmente incompleto, levam à identificação desta obra como sendo a de autoria do Pozzo. Camila Santiago, em sua tese, não tem dúvidas com relação a isso:

Significativa é a presença do tratado de perspectiva do Padre Andrea Pozzo circulando por região marcada por tradição de pintura de perspectiva, cujo representante maior foi o pintor bracarense José Soares de Araújo. Na partilha, os livros permaneceram juntos e foram herdados pelo filho do defunto, Doutor Justiniano Luis de Miranda. (SANTIAGO, 2009, p. 131)

Este tratado poderia ter pertencido a José Soares de Araújo, que talvez o tivesse vendido ou presenteado a seu discípulo. Nada a este respeito se pode comprovar, no entanto.

Acrescente-se a tudo isso o fato de que como guarda-mor o bracarense certamente tinha outras tantas atribuições. Ser um pintor, mestre e administrador de pinturas, na região do Entre-Douro-e-Minho de onde ele viera, não era uma situação invulgar (OLIVEIRA, 2011). Não era invulgar em Braga a presença de profissionais com muitas habilidades: pintores, entalhadores, douradores e arquitetos. É possível supor que José Soares de Araújo fosse um desses profissionais. Nesta pesquisa foi encontrado um documento até então desconhecido que comprova a sua atividade como arquiteto: o guarda-mor recebe pela execução da planta da igreja de Nossa Senhora das Mercês: “pelo que se pagou ao guarda mor Jose Soares d ris-co da Igreja..... 6 // //” ³⁶ (AEAD Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina – Cx373 – BI – A – Irmandade de N. S. das Mercês Arraial do Tejuco – Livro de Receitas e Despesas – 1770/ 1804. Fl 94v.)

Isso demandaria uma pesquisa mais aprofundada do ponto de vista da arquitetura. Pode-se, no entanto, pressupor que José Soares tenha sido o responsável pelo risco de outras igrejas no Tijuco. Por exemplo, da Igreja do Carmo, na qual participou ativamente desde o início da constituição da irmandade e que possui o

³⁶ AEAD Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina – Cx373 – BI – A – Irmandade de N. S. das Mercês Arraial do Tejuco – Livro de Receitas e Despesas – 1770/ 1804. Fl 94v.

campanário ao fundo como grande parte das igrejas bracarenses no século XVIII. Neste templo, na pintura do teto da capela-mor, ele repete na arquitetura fingida, a estrutura real do retábulo. Provavelmente o risco deste retábulo e a talha tenham sido também de sua autoria. Pode-se ainda estender a hipótese da autoria a outros templos no arraial.

A primeira pintura pelo bracarense executada de que se tem notícia no arraial, cujo ajuste data de 1766, foi o teto da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Esta é a pintura mais erudita e refinada de todas as que lhes são atribuídas pela documentação da época e pela literatura a elas referentes. O guarda-mor realizou pinturas também nas igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de São Francisco de Assis, em Diamantina; de Nossa Senhora da Conceição de Couto Magalhães de Minas e se Sant'Ana no distrito de Inhaí, todas na região diamantina. Registram-se ainda pinturas influenciadas pelo seu estilo no Tijuco e em outros distritos da região diamantífera.

A decoração desta capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo em Diamantina é sem sombra de dúvida a pintura mais erudita dentre as que se conhecem como executadas pelo pintor bracarense e mesmo dentre as pinturas quadraturistas das Minas Gerais. Trata-se de uma refinada urdidura de arquitetônica fingida assentada na curvatura da abóbada de berço, que eficientemente amplia ilusoriamente o espaço por meio da utilização apropriada da perspectiva, dando continuidade ao contíguo conjunto escultórico do retábulo. Os tons predominantes são o azul e o cinza, com douramento das figuras fitomórficas. Aqui, o efeito ilusório é exímio e amplia, aos olhos do observador, o espaço arquitetônico para além das cimalthas. Ainda que a falsa arquitetura não arrombe o teto, mas seja finalizada com um quadro recolocado (como sói acontecer em Portugal e no restante da colônia quando se trata da quadratura), o efeito persuasivo é notório.

A delicadeza dessa pintura, o refinamento na urdidura da trama de falsa arquitetura, os tons em cinza e azul claro adornados com dourado (como pode-se conferir abaixo na figura de número três) não se repetirão em nenhuma outra pintura que teve como responsável José Soares de Araújo. Nesta capela-mor, bem como nas pinturas de Braga, assim como citado anteriormente, o motivo principal é o central. Os motivos laterais ao longo do comprimento da abóbada de berço, são já secundários.

Essas características se manterão. No entanto, alguns elementos da quadratura – como a reprodução dos entablamentos – e as figuras dos patronos do Carmelo sugerem que as mesmas gravuras tenham sido utilizadas ao menos na pintura do teto da capela-mor e da nave central desta igreja. Entre uma e outra pintura há um intervalo de doze anos. Sendo a pintura da capela-mor ajustada em 1766 e a da nave central em 1788. A perda da qualidade nas guirlandas, nos ornatos e nas figuras humanas, sugere

que outras mãos tenham trabalhado nas pinturas que se seguiram a esta primeira. A falsa arquitetura torna-se mais demarcada, com traços muito fortes e mais afirmativa, as cores mais ostensivas sugerindo no seu conjunto a obra de algum pintor que não teve propriamente uma formação, como se vê na figura de número quatro. Os anjos são muito diferentes entre si, e seria temerário supor que rostos tão distintos, traços tão desconformes fossem feitos pela mesma pessoa.

Figura nº 3: Forro da Capela-mor de Nossa Senhora do Carmo de Diamantina. Detalhe.



Foto: Magno Mello.

Figura nº 4. Forro da nave do Carmo. Diamantina. Detalhe: São Alberto



Foto: Magno Mello.

Além das possíveis influências dos tratados já mencionadas, pode-se imaginar que José Soares de Araújo também trabalhara com memórias. E a visão da real

arquitetura bracarense poderia também ter influenciado sua pintura. Exemplo disto, a estrutura que se pode ver na obra de André Soares³⁷, Convento dos Congregados, (na imagem abaixo de número cinco) pode ter influenciado a sua pintura de falsa arquitetura:

Figura nº 5 André Soares - Convento dos Congregados, Braga, empena no cunhal, lado nascente. 1756..

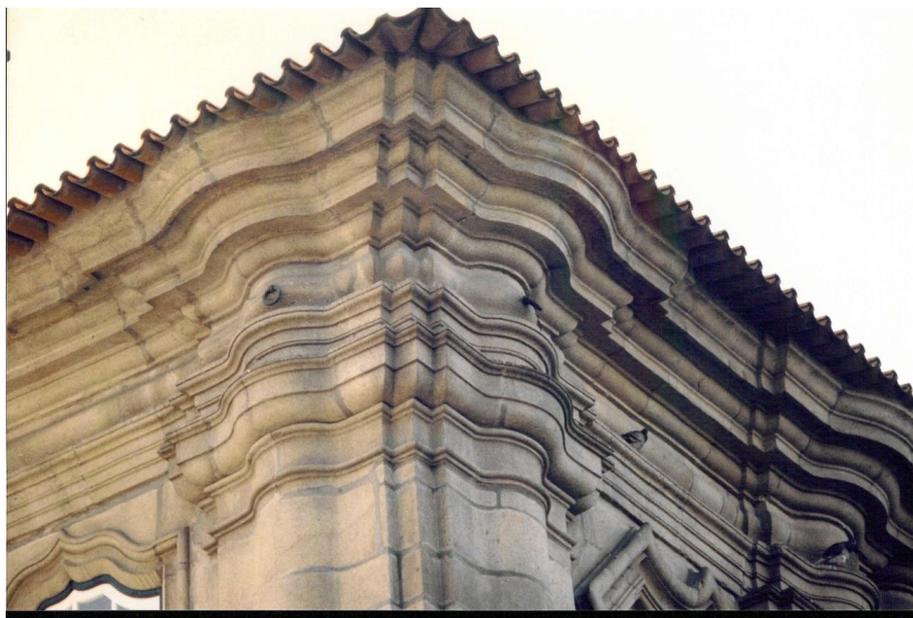


Foto: Eduardo Pires de Oliveira

4. Considerações Finais

José Soares de Araújo deixa-nos mais perguntas do que respostas. A inusitada escolha pela arquitetura fingida (sem parâmetros muito próximos em Portugal) e a insólita escolha pela representação das sibilas em sua pintura têm algo de pessoal do artista. Porém, deve-se levar em conta que a comunidade na qual estava inserido, foi também dialeticamente definidora do seu trabalho.

A intenção persuasória de sua arte queria suadir a todos, indistintamente, a compactuar com a ordenação de uma sociedade nascente cristã, católica e colonizada.

³⁷ Para conhecer a obra do artista do rococó André Soares recomendo a leitura de OLIVEIRA, Eduardo Pires. *André Soares e o Rococó do Minho*. Universidade do Porto: 2011. Tese de doutoramento em História da Arte. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/62456>

Referências

ANDRADE, R. A Pintura Colonial em Minas Gerais. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 18. Rio de Janeiro: 1978.

AEAD – *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina Cx 364 – Ordem Terceira de São Francisco – 1763/1789.*

Arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Diamantina. *Livro dos Irmãos Professos desta Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo deste Arraial do Tijuco*, fls 5v.

Arquivo Distrital de Braga, igreja de São Victor, *Livro de Batismo* p 295.

BAT – Biblioteca Antônio Torres – *Inventario* – maço 175 – 2º Ofício – 1837 – Caetano L. de Miranda.

CAEIRO, J. *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal* (séc. XVIII). 3 vols. Lisboa: Verbo, 1991-1999.

JARDIM, L. *A Pintura Decorativa em algumas Igrejas Antigas de Minas Gerais*. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* . Nº 3. Rio de Janeiro, 1939.

HIGGS, D. Portuguese Migration before 1800, in *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, edição de David Higgs,1990.

LIMA, M. Nótulas para o Estudo da Talha Bracarense. A Capela de São Lourenço da Ordem. In *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*. Porto: 2003. I Série, vol. 2.

Livro de Óbitos. *Óbito e Testamento de Jozé Soares de Araújo*. Matriz do Arraial do Tejuco – fls. 148 a 151v. Biblioteca Antônio Torres. Diamantina.

MACHADO, J. Novos Enfoques sobre a Arte Luso-Brasileira de Setecentos. In *VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: 2003.

MELLO, M. *A Pintura de Tectos em Perspectiva do Portugal de D. João V*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Manuel Furtado e a Pintura de Tectos Joaninos em Braga. in *Mínia - 3ª série- Ano III*. ASPA: Braga,1995.

MIRANDA, S. A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina. Brasília, DF : Iphan/Programa Monumenta, 2009.

OLIVEIRA, E. *Estudos Sobre o Século XVIII em Braga*. Braga: APPACDM, 1993

_____. *Francisco Vieira Servas, um Entalhador entre o Minho e Minas Gerais*. Seminário Circuito Vieira Servas,1., 2012, São Domingos do Prata.

_____. *André Soares e o Rococó do Minho*. Universidade do Porto: 2011. Tese de doutoramento em História da Arte. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/62456>

PEREIRA, A. *Unidos pelo Sangue, Separados pela Lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700 – 1799*. Tese de Doutoramento em História. Universidade do Minho. Braga, 2009.

RAGGI, G. Italia & Portogallo: un incrocio di sguardi sull'arte della quadratura, in G. Sabatini, M.G. Russo, A. Viola, N. Alessandrini (org). *Di buon affetto e commercio: relações luso-italianas nos séculos XV-XVIII*, Lisboa: 2012,

SALGADO, G. *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil colonial*. Editora Nova Fronteira/INL, Rio de Janeiro: 1985

SANTOS, A. *A Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Diamantina e as Pinturas ilusionistas de Jozé Soares de Araújo: identificação e caracterização*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG, 2002. Dissertação de mestrado.

SMITH, R. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

SOUSA, F. *A População portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1979

Religião e Turismo em Diamantina

Ronaldo Flaviano de Souza Junior

Resumo

Diamantina carrega consigo diversos aspectos advindos da religiosidade popular, desenvolvida há mais de duzentos anos, que estão presentes no cotidiano da cidade até os dias de hoje, como é o caso das igrejas e festas. Pela sua importância não só de fé, mas também histórica, artística e cultural, estes elementos inseridos em um ambiente turístico acabam por fazer parte do conjunto de atrativos ali presentes. Portanto, este trabalho aborda a utilização da religião pelo turismo em Diamantina. Procura-se então analisar a relação entre estas duas temáticas, tendo como eixo principal a utilização dos aspectos culturais, fruto dos hábitos religiosos dos autóctones, para tal atividade econômica. Foi feito ainda, por meio da observação sistemática, uma breve descrição dos principais templos e festividades religiosas, escolhidos a partir de sua relevância para o desenvolvimento do turismo. Por fim, destaca-se que o turismo cultural diamantinense se utiliza dos elementos sagrados como forma de atrativo para serem consumidos pelos visitantes tendo em vista tanto a lógica comercial, quanto cultural e simbólica.

Palavras Chave: Turismo Cultural; Catolicismo; Irmandades; Festas Religiosas; Igrejas.

1. Introdução

Atualmente o turismo é visto como um conjunto de atividades que vão muito mais além do simples deslocamento de uma cidade para outra. Na realização de suas atividades, além de questões pertinentes ao lazer e ao descanso, estão diretamente ligados aspectos como a preservação patrimonial e o resgate e valorização da cultura de um povo. É neste intercâmbio de culturas que é possível identificar as mais variadas relações de trocas entre autóctones e visitantes, onde os aspectos inerentes de cada um, por meio de suas práticas simbólicas e de representatividade cultural são passados de um para o outro.

Ao se utilizar da fala de Santos (2009, p. 45), quando afirma que “a cultura é um produto coletivo da vida humana”, a qual é formada por uma construção histórica, seja como concepção ou como dimensão no processo social, é possível identificar as práticas e espaços religiosos como elementos da cultura de determinada localidade. Tais aspectos fazem parte da dimensão cultural de um povo, uma vez que elas atuam

na identificação e identidade sociocultural do local em que estão inseridos. Sendo assim, as práticas ou espaços religiosos utilizados como atrativos para o turismo podem atrair um público que está em busca do contato com questões divinas a fim de desenvolver sua religiosidade, ou pessoas que estão na busca de conhecer as histórias ou tradições de determinados lugares.

Do mesmo modo, Diamantina com seu legado histórico-religioso é palco do desenvolvimento do turismo, no qual muitas vezes os visitantes estão em busca do contato com os aspectos acima citados. Assim, as múltiplas relações entre história, diversão, religião e consumo em meio ao patrimônio histórico criam as mais variadas situações fazendo com que se traduzam diversas formas de sentido em uma mesma paisagem urbana. Dessa forma, seja por meio da visita dos templos ou na participação das festividades religiosas, o turista muitas vezes se confunde com a própria comunidade católica local.

O presente estudo está pautado nos aspectos referentes à religião católica de Diamantina, possuindo como pano de fundo seus principais templos, e as principais festas religiosas que atraem um número significativo de turistas. Inicialmente discute-se brevemente a respeito das relações entre a religião e o turismo, tendo como foco a cidade em questão. Na segunda parte, têm-se uma apresentação histórica da religiosidade em Diamantina, seguido por descrição das principais igrejas e festividades tidas como de importância turística.

2. Aproximações Entre Religião e Turismo

Diamantina é uma cidade que possui um vasto acervo cultural e histórico de grande importância para toda sociedade mundial, haja vista que é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal legado se deve em grande parte pela religião estabelecida no local, a qual permitiu, aliado à preservação, que hoje se tenha diversas igrejas e manifestações religiosas bicentenárias. Tamanha é a beleza e importância artística e histórica destas heranças, que em um ambiente onde o turismo é desenvolvido, fazem com que as mesmas acabem por fazer parte do atrativo local contribuindo na atração de turistas dos mais variados destinos.

Se por um lado a comunidade autóctone católica professa sua fé por meio dos templos e festas religiosas, os turistas podem se demonstrar mais interessados em conhecer o patrimônio e história, permeados por momentos de descontração e lazer do que numa experiência religiosa admitida. Sendo assim, quando Beni (2008) afirma que o motivo da viagem é o principal meio disponível para segmentar o mercado turístico,

têm-se o embate de que tipo de turismo é praticado pelas pessoas que visitam as igrejas de Diamantina, ou seus festejos religiosos.

Tendo em vista que as atividades deste segmento são desenvolvidas em espaços que representam a religiosidade do diamantinense, é possível que inicialmente se pense na prática do turismo religioso, o qual, segundo (1997, p. 431), “refere-se ao grande deslocamento de peregrinos, portanto turistas potenciais, que se destinam a centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças”. Porém se colocarmos em foco que este mesmo espaço, apesar do seu sentido sagrado, também são reconhecidos pelo seu valor histórico e artístico, pode-se pensar também em um turismo cultural, que por sua vez é definido pelo Ministério do Turismo (2006, p.12) como sendo uma atividade que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Nesta amplitude de significações entre religião e cultura, mesmo que a primeira faça parte da segunda, Dias (2003) expõe que o turismo religioso apresenta características que coincidem com o turismo cultural, tendo em vista que ele ocorre em um entorno que pode ser considerado patrimônio cultural, uma vez que os eventos religiosos se constituem em expressões culturais de determinados grupos sociais e também expressam uma realidade histórico-cultural expressiva e representativa de determinada região. Mesmo com estas aproximações, a diferenciação entre eles é necessária para que se possa desenvolver e promover um turismo com qualidade, tendo em vista que conhecer o visitante possibilita uma melhor consciência na tomada de decisões e na elaboração das ações a serem desenvolvidas no destino.

Na busca por verificar o perfil do turista que vão aos festejos religiosos e visitam as igrejas de Diamantina, Medaglia e Souza Junior (2013) identificaram que as principais motivações das pessoas nestes espaços estão relacionadas a fatores que não estão ligados diretamente à religião, tendo em vista que os incentivos pela visita perpassam principalmente por questões inerentes ao turismo, curiosidade artística e história. Desta forma, os autores concluíram que quase a totalidade destes turistas praticam nitidamente o turismo cultural. Assim, mesmo que a religiosidade esteja inserida nas atividades realizadas pelo turista, o que garante a sua visita são os aspectos artísticos e históricos presentes nestas manifestações e espaços.

Neste sentido, se sua motivação é puramente profana seguido pelo interesse artístico, de lazer ou histórico-cultural, a interferência turística pode fazer com que as igrejas sejam vislumbradas puramente como museus, e as manifestações religiosas sejam entendidas como espetáculos. Ademais, é possível que com o decorrer das atividades, estes se tornem espaços dessacralizados, como em alguns lugares que por

interferência da lógica econômica alteram suas tradições, como foi o caso do desfile de carnaval, exemplificado por Ignarra (2003), que sofreu alterações em detrimento de uma demanda, onde objetivando uma melhor visibilidade foi se alterando ao longo do tempo para ser mostrado para arquibancadas ou para ficar mais apresentável plasticamente na televisão.

É certo também que o turismo cultural também traz consigo a possibilidade de se reforçar o interesse de uma comunidade em elementos presentes na sua cultura, fomentando a participação das pessoas em manifestações populares, incentivando a proteção e conservação do patrimônio artístico e arquitetônico e fomentando o desenvolvimento de políticas e programas para manutenção de manifestações culturais, gerando recursos para a continuidade das mesmas. Barretto (2007) ainda acrescenta que o turismo deixa um legado positivo, sobretudo na preservação do patrimônio não material que muitas vezes têm sido revalorizados pela população autóctone a partir do interesse dos turistas por elas.

Os bens e tradições religiosas, heranças deixadas principalmente pelas irmandades diamantinenses, servem de apoio para o turismo desenvolvido na cidade, se configurando em um atrativo de destaque, que possibilita um significativo resgate da história presente nas construções e manifestações populares que podem conduzir ao entendimento do *modus vivendi*³⁸ da cidade.

3. A religião em Diamantina

Para que se possa compreender os aspectos que contribuíram nas particularidades das igrejas e festas religiosas de Diamantina, é preciso voltar o olhar, mesmo que rapidamente, para a história local, tendo em vista que o catolicismo local sofreu diversas influências de determinados momentos históricos que a cidade percorreu. É de fundamental importância também destacar o papel das irmandades³⁹ no desenvolvimento religioso local, tendo em vista sua atuação em diversos setores da sociedade.

A colonização do Brasil por Portugal foi feita em conjunto com a Igreja Católica, uma vez que uma das primeiras medidas a serem tomadas quando se chegou à nova terra, foi a vinda de congregações religiosas objetivando evangelizar o indígena e

³⁸ *Modus Vivendi* é uma frase do latim que pode ser entendida como a convivência entre duas partes cujas opiniões se diferem, mas que é permitindo, apesar da divergência, a vida harmoniosa em conjunto.

³⁹ Considerando o propósito deste trabalho, serão tratadas como irmandades as associações católicas leigas que tinham um vínculo com a religião católica, colocando em uma mesma categoria irmandades, ordens terceiras, confrarias e arquiconfrarias, mesmo que dentre estas possa existir especificidades institucionais.

controlar a vida no local. Ao lado do Estado colonizador Português, íntima e juridicamente ligado a ele, estava o poder da Igreja, levando-se em conta que esta se organizou primeiro que a própria coroa (SALLES, 2007). Entretanto, nas Minas Gerais a situação foi um pouco diferente do restante do Brasil, uma vez que o território com suas densas florestas não atraía muito a presença das autoridades religiosas. Durante todo este período, o Estado não teve interferência direta de nenhuma autoridade episcopal, fazendo com que o gentio mineiro ficasse sem a catequização.

“Descobertos oficialmente em 1729 na região do Tejuco, em Minas Gerais, os diamantes representaram para a coroa portuguesa uma de suas principais fontes de receita durante boa parte do século XVII” (SOUZA, 1999 p. 138). Tendo em vista que os eclesiásticos normalmente eram os principais responsáveis por boa parte do contrabando do ouro nesta época, a coroa portuguesa proibiu a presença das Ordens Primeiras e Segundas em toda Minas Gerais, visando manter um controle mais rígido da exportação das pedras preciosas, onde os mesmos só podiam entrar quando estavam em peregrinação para coleta de donativos, mas que ainda assim, necessitavam de solicitar uma licença régia (FURTADO, 2003).

Entretanto a ausência do Catolicismo institucional não fez com que a religião estivesse ausente do cotidiano das pessoas que residiam nestas localidades. A religiosidade se desenvolveu por meio da iniciativa popular, onde as pessoas em devoção a algum santo fundavam suas irmandades, construíam seus próprios templos e contratavam párocos. No Arraial do Tijuco, têm-se o exemplo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que foi erguida por iniciativa de João Fernandes, marido da ex escrava Chica da Silva, que pela manifestação da sua importância na localidade uniu-se aos poderosos locais e apadrinhou a construção deste templo (FURTADO, 2001).

Tais irmandades desfrutavam de certa liberdade nas questões que era pertinentes à mesma, tendo em vista que eram os seus próprios integrantes que administravam suas sedes, resolvendo questões dessas sociedades. Como descrito por Quintão (2008, p.39), “a principal característica das irmandades neste período era sua autonomia. Através da mesa administrativa geriam todos os seus negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas”.

As mesmas geralmente eram divididas de acordo com as camadas sociais, porém no Arraial do Tijuco, devido à intensa miscigenação, tal separação não era nítida, uma vez que brancos também participavam da Irmandade do Rosário, bem como outras que reuniam mulatos e negros. Neste sentido é possível verificar em uma publicação feita em 1870 pela Igreja de Nossa Senhora das Mercês no Jornal Jequitinhonha, em que a mesma divulgava seu ‘Estatuto de Sociedade’, onde no 5º artigo pode-se verificar alguns pré-requisitos para se tornar um sócio da mesma:

Art.5-Serão considerados sócios todas as pessoas de qualquer sexo, naturalidade, idade ou condição, que quiserem fazer parte da sociedade uma vez que o declararem pessoalmente, por escripto ou por procurador, cumprindo as obrigações d'estes estatutos (O JEQUITINHONHA, 1870, p.01.).

Portanto, era possível qualquer pessoa se associar à irmandade em questão, independente de raça, sexo ou condição social. Para tal ação, bastava apenas que o indivíduo dispusesse de dinheiro suficiente para arcar com as mensalidades, estar disposto a seguir as regras da mesma, além de ser uma pessoa que se encaixasse nas 'boas' regras da sociedade.

Além do caráter agregador destas entidades, as mesmas tinham papel fundamental no amparo social em diversos setores da sociedade, chegando até mesmo a trabalhar em favor da libertação de escravos. Ainda sobre o estatuto da Irmandade da Igreja das Mercês do Arraial do Tijuco, é possível destacar os artigos, onde a mesma dizia que para ser sócio, a pessoa deveria trabalhar em prol da libertação dos negros cativos:

Art. 6 - Serão sócios honorarios os bemfeitores, quantos, por uma ou mais vezes, fizeram dadas á sociedade, não menores de 200\$000, libertarem em nome d'ella escravos de qualquer valor, e prestarem serviços relevantes á causa de emancipação.

Art. 7 - Todos os sócios tem o dever de proteger as causas de leberdade, sendo justas. (O JEQUITINHONHA, 1870, p.01.)

As questões normatizadoras impostas pelas irmandades contribuía para que as mesmas fossem bem vistas pela coroa portuguesa, uma vez que elas não se constituía em elementos contestatórios, além do fato de sua presença nas regiões mineradoras oferecer subsídios para a constituição da ordem social e política das minas setecentistas (FERNANDES E CONCEIÇÃO, 2007).

Do mesmo modo, estas instituições ofereciam aos seus associados um certo prestígio social, uma vez que elas eram formadas em sua maioria por pessoas com maior autoridade local, ou por sujeitos que almejavam destaque na comunidade. Como caracteriza Eugênio (2010, p.166) "essa ascensão era calcada na busca de prestígio e status a partir do reconhecimento da população, em função de disputas relacionadas à construção de templos suntuosos e à realização de festejos pomposos". Dessa forma, uma das maneiras de se obter maior prestígio no arraial era construindo templos o mais belo possível, com grande quantidade de ouro, grandes estruturas, além de pinturas de artistas renomados, bem como a organização das festividades pomposas, onde eram servidos banquetes, as pessoas trajavam vestimentas luxuosas e ornamentavam lugares com requinte.

3.1 As Igrejas de Diamantina

Sabendo que as irmandades eram formadas por pessoas leigas à instituição religiosa, e que tinham a liberdade de construir seus templos e ornamentá-los sem interferências ou regulamentações da Igreja, aliado à intenção de propagar os seus valores por meio da ostentação de seu poder, os templos mineiros foram marcados por suas peculiaridades arquitetônicas, e retratam a imagem de cada irmandade (MIRANDA 2009). Além disso é inegável que os templos eclesiais mineiros possuem grande valor artístico e arquitetônico, pois tanto a arquitetura de suas fachadas, como pinturas, imagens e ornamentação de altares hoje em dia são apreciados tanto pela religião, quanto pela beleza e história que possuem.

Os templos católicos coloniais de Diamantina foram erguidos graças ao ciclo do ouro e do diamante, pois como se pode notar em todo o estado de Minas Gerais, só as cidades tri seculares que passaram pelo extrativismo é que possuem diversos templos em estilo barroco. A exploração de metais e pedras preciosas, também favoreceu a criação de acervos e bens culturais como pinturas com representações religiosas, retábulos e imagens, uma vez que a exploração dos diamantes não dependia de grandes investimentos, e possibilitava o enriquecimento de uma pessoa da noite para o dia. Dessa forma, muitos garimpeiros afortunados, e sem ter onde gastar seu dinheiro devido a precariedade do comércio no Arraial do Tijuco acabavam construindo seus próprios templos, ou contribuindo para a construção dos mesmos.

Nesse contexto, é possível observar que as igrejas da cidade são bastante diferenciadas das outras construções coloniais do estado. Tal fator se deve ao isolamento pelo qual a área diamantífera viveu durante muitos anos, uma vez que o Rei impediu o livre acesso ao local até meados do século XIX, dificultando um intercâmbio cultural e fazendo com que estas construções não, ou pouco sofressem influências de outros templos erguidos em outras cidades. Outra questão que se deve levar em consideração é a de que a região dispunha de matérias primas diferenciadas das outras regiões, como é o caso da pedra sabão, muito utilizada nos templos da região do ouro, e pouco utilizada em Diamantina, devido à quase inexistência desse material no local, fazendo com que os construtores se utilizassem dos recursos presentes no lugar (MIRANDA, 2009).

Outro fator que também pode ter contribuído para a diferenciação dos templos, foi a repressão pela qual o Arraial do Tijuco passou por parte de Portugal após o terremoto de Lisboa, quando a coroa se tornou mais rígida quanto ao controle do ouro, e impôs severas restrições na arquitetura e nas construções, nos acabamentos esmerados e ataviados com ouro.

A administração opressiva deu-se durante a reconstrução de Portugal depois de um forte terremoto. Sobretudo o Tijuco tornou-se alvo de sistemática intervenção e repressão. Impediram-se obras de maior vulto e acabamento suntuoso, em ouro. A fiscalização impertinente passou a taxar com pesados ônus as construções que estivessem fora do padrão simples. Aquelas com mais requinte eram regiadamente penalizadas ou embargadas e, em algumas situações, o proprietário era espoliado e afligido com castigos. (CRUZ, 2008 p.45)

Tais diferenças e particularidades fizeram com que os templos diamantinenses possuam um estilo próprio e peculiar, contribuindo para o diferencial da cidade, em comparação a outros municípios coloniais. As igrejas de Diamantina possuem o estilo predominante do barroco mineiro⁴⁰, com apenas alguns adornos do rococó⁴¹, não possuindo estruturas ou talhas em pedras, tendo os ornatos de suas fachadas basicamente em madeira. As técnicas construtivas utilizadas nas mesmas se restringiam basicamente à utilização de madeira e barro, chamado normalmente de adobe, todas erguidas com base nos partidos retangulares, os quais se harmonizaram com a simplicidade urbana, mesmo que a imponência de alguns templos se fizesse presente (MIRANDA, 2009).

Aqui não se encontra como em Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João del Rei e outras localidades, cunhais, pilastras, colunas, arcos e cimbalinhas de pedra. As paredes das construções são de taipa de pilão ou de adobes e, mais modernamente, de pau-a-pique. As guarnições das portadas, sacadas, janelas, bem como os cunhais e pilastras, todos eram feitos de madeira pintada, dando um curioso aspecto local. E as igrejas não são tão ricas, como as das outras regiões citadas, não obstante que sejam expressivas, lindas, cheias de uma graça sui generis (MOURÃO, 1986, p.90).

Os edifícios religiosos do local são exclusivamente de torres únicas, sejam elas central ou lateral, sendo a Igreja do Carmo a única com a torre na parte posterior da capela-mor. Os frontispícios são simples se comparados aos outros templos mineiros, e formados basicamente por frontões arqueados ou retos, seguido pelas torres, e finalizado regularmente por telhados triangulares. As portadas em sua maioria almofadadas, e possuem ornamentação superior a elas entalhada em madeira.

⁴⁰ “O estilo barroco caracteriza-se pela expressividade no uso da linguagem clássica, pela incorporação do movimento e do claro-escuro nas composições pelo ideal de criação de um espaço contínuo, por sua “força expansiva” e, finalmente pelo princípio de integração nas artes. (...) São comuns neste estilo a utilização de arranques de frontão, colunas torças misúlas e cartelas. É usual a disposição destes elementos de modo oblíquo, simulando a torção ou o encurvamento das superfícies. Nos ornatos empregam-se folhagens de grande relevo e anjos com ricos panejamentos.” (CZAJKOWSKI, 2000, p.8)

⁴¹ “Este estilo caracteriza-se essencialmente pela utilização de ornatos de forma irregular e ondulante – conchas estilizadas -, mas em seu vocabulário também aparecem alusões à elementos vegetais como flores e folhagens. (...) Apresenta pouca expressão arquitetônica, substituindo as pilastras, colunas e entablamentos por painéis emoldurados com delicados perfis na composição das paredes e tetos. O rococó pode ser interpretado como uma suavização e diluição das fortes, expressivas e dinâmicas formas do barroco. Nele o dinamismo é gracioso e leve; emprega fundos claros com o douramento restrito às linhas e aos pequenos ornatos.” (CZAJKOWSKI, 2000, p.11).

O interior dos templos é composto em sua maioria pelo altar-mor e altares laterais, onde estes são ornamentados por camadas de ouro. O acervo dos adornos que decoram o interior dos templos segue sua ornamentação em diversos ensejos. As pinturas dos tetos em geral foram empregados efeitos ilusionistas ou em perspectiva, o qual oferece a sensação de profundidade, e cria um efeito ilusório com o prolongamento dos forros por meio das imagens retratadas.

A seguir são descritas um pouco das características artísticas das principais igrejas coloniais de Diamantina do ponto de vista turístico, tendo sido levado em consideração as mais visitadas de acordo com a Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região, realizada pelo Departamento de Turismo da UFVJM (SILVEIRA e MEDAGLIA 2013). Cabe destacar que a Catedral Metropolitana de Santo Antônio da Sé foi excluída deste grupo, visto que esta passou por significativas reformas ao longo dos anos, perdendo suas características de igreja colonial, restando apenas dois altares laterais da época do Brasil Colonial. Por fim, esclarece-se que a descrição artística é fruto da observação dirigida do próprio pesquisador.

3.1.1 Igreja Nossa Senhora do Carmo

Teve sua autorização para ser construída em 1760, e em 1765 já estava erguida. Está localizada na esquina com o Palácio Episcopal e nas proximidades da casa da Chica da Silva. Foi construída por iniciativa do contratador João Fernandes, amante de Chica da Silva.

A torre da igreja é a única da cidade construída na parte de trás do templo, fazendo com que tal peculiaridade seja carregada de mitos. De acordo com a tradição oral local, uma das justificativas para esta construção diferenciada é o fato de inicialmente a torre comumente ter sido construída na parte da frente da igreja, porém no momento em que os sinos tocavam, atrapalhavam o sono da escrava alforriada Chica da Silva e, a pedido da amada, João Fernandes fez com que a torre da igreja fosse transferida para os fundos da mesma. Ainda existe outra versão que é a de que era costume limitar a entrada dos negros nas igrejas somente até onde a torre da mesma estava, então ao construir a igreja, o contratador mandou que a torre da mesma fosse erguida nos fundos, para que Chica pudesse ter livre acesso até a capela. Depois de pronto, o contratador doou a igreja para a irmandade que fazia parte, a qual era elitista, e só faziam parte de seu corpo pessoas brancas e de prestígio local.

Construída com madeira e adobe, a fachada da igreja possui duas entradas e três sacadas, com guarda-corpo de ferro. Em seu frontispício é possível notar acima da portada e abaixo do óculo central, o brasão da Ordem do Carmo. A cimalha do templo

segue em linha reta formando uma curva contornando o óculo, e o frontão é ladeado por duas volutas, finalizado por um tímpano triangular, com uma cruz no topo.

No interior, o altar-mor possui detalhes e decorações característicos do estilo barroco, tendo este ao seu lado esquerdo e direito altares laterais do mesmo tipo do central. Com grande destaque, o forro da capela-mor possui uma pintura em perspectiva, onde temos a sensação de maior altura do templo, tendo no seu centro a representação da Virgem Maria entregando escapulários da ordem a São Simão Stok. Já no forro da nave principal, a pintura também em perspectiva, traz a representação do momento de arrebatamento aos céus do profeta Elias, testemunhado por Eliseu. A autoria dessas pinturas foi devida principalmente ao guarda-mor José Soares de Araújo, o mais afamado pintor que trabalhou no Tijuco, na segunda metade do século XVIII.

Não se pode negligenciar a presença do órgão de tubos, que foi construído entre 1782 e 1787 pelo Padre Manuel de Almeida e Silva e possivelmente orientado por José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, foi integralmente feito no local, tendo o peculiar posicionamento do instrumento ao centro do coro.

3.1.2 Igreja de São Francisco de Assis

Foi construída pela irmandade por volta de 1766 a partir de doações dos irmãos franciscanos e devotos, os quais assumiram o compromisso com a construção, tendo sido concluída em meados de 1772.

Para manter esse templo representativo, que foi o centro dos acontecimentos nesta cidade, os irmãos sempre mostraram-se incansáveis, exercendo atividades compatíveis com a conservação e regular funcionamento e arcando com os custos das obras ao longo de todas as evoluções por que passou a igreja, no sentido de atender o crescimento da Fraternidade, a que se afiliavam, as principais pessoas do Tijuco/Diamantina(...) (CRUZ 2008, p.26).

Localizada em uma parte mais alta, no início da ladeira em frente à estátua de Juscelino Kubistchek, a igreja tem seu adro rodeado por uma cerca de madeira e possui uma escadaria em pedra de acesso ao templo. A torre única de telhado piramidado é reta, e ocupa a parte direita do prédio onde está localizado um relógio encaixado na parte superior do vão dos sinos. O frontispício possui pilastras em madeira pintada e duas sacadas com guarda-corpo de ferro ladeando a portada. Existe também no macio da torre mais uma sacada, semelhante às duas outras. A cimalha circunda todo o telhado e está coberta por telhas. Abaixo desta, e na parte central do frontispício há um óculo envidraçado, e um frontão simples com brasão da ordem, onde está representado dois escudos com rocalhas laterais, um com as cinco chagas, e outro com cinco dados

formando uma cruz e uma coroa de espinhos um pouco mais acima, tendo em seu centro uma cruz, dois antebraços cruzadas e com as mãos perfuradas, sendo uma a representação de Cristo e a outra São Francisco. Existe mais um óculo envidraçado em formato de octógono no tímpano da igreja, tendo esse uma cruz ao topo.

O templo possui em seu interior um consistório e a sacristia posicionados aos lados da capela mor. No altar mor, é possível notar sobre o altar-trono, esculpido em degraus arredondados, o Cristo crucificado ao alto, um pouco mais abaixo o São Francisco de Assis, São Domingos de Gusmão à direita, à esquerda, Margarida de Cortona, e abaixo encerrada no retábulo, a Nossa Senhora da concepção. À direita da nave do templo, está o único púlpito.

Quanto à pintura dos tetos, estas representam imagens um pouco mais simples no que diz respeito às perspectivas e ilusionismos quando a comparamos com as da igreja do Rosário e do Carmo. Na pintura do teto da capela mor está representada a imagem de Nossa Senhora da Conceição, rodeada por arcanjos alados, rocalhas e guirlandas. No teto do presbitério, está a representação de São Francisco ajoelhado diante de Jesus crucificado, onde este desprende o braço da cruz para abraçar o São Francisco. No ápice do altar mor, vemos a figura de anjos alados circundando o Espírito Santo, emoldurado por uma farta decoração.

Faz poucos anos que a igreja foi restaurada, ocasião na qual foi possível resgatar inúmeras pinturas que haviam sido cobertas ao longo da história, além de contribuir para a conservação do prédio que não estava em bom estado de conservação.

3.1.3 Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

O mais antigo templo de Diamantina, embora tenha sido construído inicialmente para ser uma simples ermida, passou por reformas significativas que alteraram a estrutura que possui atualmente. Idealizado pela irmandade dos negros do então arraial do Tijuco, foi construída por volta de 1728.

(...) a sua capela-mor é a mesma da ermida de Nossa Senhora do Rosário do Arraial do Tijuco, referida em um inventário datado de 1733. Apenas o corpo da igreja foi modificado e ampliado, conforme se deduz do contrato feito em 1772 com o Mestre Manuel Gonçalves, de cujas condições se vê claramente que nada foi alterado da capela-mor que deve portanto ser a primitiva. (MOURÃO 1986, p.94)

Esta é a igreja onde cresceu uma gameleira na base do cruzeiro que se localizava em frente à igreja, e este abraçado pela planta foi erguido. Atualmente existe

uma árvore frondosa, sustentando humildes restos da cruz. Tal acontecimento norteou inúmeros mitos na tradição oral da cidade a fim de justificar o fato.

É das poucas igrejas da cidade que possui um amplo adro, onde está localizado um chafariz feito em pedra sabão em que consta a inscrição da data de 1787. Com a fachada um pouco irregular, ela possui aos lados do seu frontispício duas laterais bastante desiguais com uma janela envidraçada em uma delas, uma porta almofadada ao centro, e mais duas menores e simples aos lados. Ladeando a portada, a igreja ainda possui duas sacadas, com guarda-corpo de ferro. A torre localizada ao lado esquerdo é quadrada, e possui um telhado em quatro águas no formato de pirâmide, tendo na sua base mais uma sacada semelhante às duas outras. A cimalha do tipo beiral percorre todo o templo, sendo coberta por telhas. A empena do frontão é ornada por volutas em suas laterais, e possui um óculo ao centro, e é finalizada em seu topo com uma cimalha arrematada por telhas, e acabada uma cruz na parte mais alta.

O altar-mor em tipo dossel possui quatro colunas de fuste liso, sendo torsa a parte inferior. No alto do trono fica a imagem de Nossa Senhora do Rosário coroada, carregando o Menino Jesus também coroado, tendo aos seus pés cabeças de querubins. O fundo dessa parte do altar é pintado com anjos em meio a nuvens circundando a imagem. Em um dos degraus mais abaixo, está a imagem de Santana Mestre, ensinando a Nossa Senhora menina. Ao lado direito do altar está a imagem de Santo Elesbão, negro, e ao lado esquerdo a imagem de São Domingos de Gusmão, com trajes de tecido.

Os altares laterais não são cobertos de ouro, e não possui muitos ornatos como o mor. O altar da esquerda possui três imagens, estando localizada em cima do trono a imagem de Santa Luzia, estando Santo Antônio da Catagera, negro, à direita, e São Benedito negro, a esquerda. Já o altar localizado à direita da igreja, este possui ao centro a imagem de Nossa Senhora da Correia, estando o São Joaquim de Botas à direita e Santa Efigênia, negra à esquerda.

O teto da nave em formato cilíndrico traz uma pintura onde é representada a Nossa Senhora do Rosário cercada por uma multidão de anjos. A igreja possui dois púlpitos de base alargada.

A estrutura da igreja é visivelmente desalinhada, sendo tombada para o lado, dando a impressão de que está prestes a ruir, porém esta foi construída desta forma. De acordo com a tradição oral da cidade, o motivo deste desalinhamento é que esta foi construída pelos escravos durante a noite, não permitindo perfeita visualização do que se estava fazendo devido a escuridão.

3.1.4 Capela Nossa Senhora do Amparo

Localizada nas proximidades do Mercado Velho de Diamantina, e em uma esquina da rua do Amparo, a capela recebeu no século XIX o título de imperial. Pode-se dizer que é desprovida de um adro, pois sua fachada se dá praticamente direto na rua, possuindo apenas um passeio na sua frente. É formada basicamente pelo frontispício e pela torre. Ao centro do frontispício está uma portada almofadada, ladeada por duas sacadas com guarda-corpo de ferro. A cimalha é em formato de beiral coberta por telhas. Um pouco mais abaixo, está o óculo envidraçado, com o divino esculpido em madeira no seu interior.

A torre um pouco larga, quando comparada ao frontispício, está localizada ao centro do prédio e foi construída em quatro águas, com telhado côncavo em formato de pirâmide.

O altar-mor possui quatro colunas de fuste liso. O trono do altar possui apenas uma imagem, estando a Nossa Senhora do Amparo coroada ao alto, carregando o menino Jesus, tendo aos seus pés duas cabeças de querubins. O Fundo deste altar é todo pintado em branco. A direita do altar, entre duas colunas está a imagem de São Pedro, e à esquerda, encontra-se também entre as duas colunas a imagem de Nossa Senhora do Amparo coroada carregando o menino Jesus, com cabeças de querubins aos pés. Ao alto do altar, encontra-se a inscrição “altar privilegiado maio 1783”.

A maior parte do teto de toda a igreja é branco, constando uma simples, porém gloriosa pintura em sua nave, onde está retratado uma pomba que representa o Divino Espírito Santo, sendo circulada por cabeças de arcanjos e emoldurada por volutas e ramos de flores. Na pintura consta a inscrição do ano de 1866.

3.2 Os Festejos Religiosos de Diamantina

Além da imponência de seus templos religiosos, como exposto até o momento, outra forma de expressar o poder das irmandades era por meio da organização de suas festas religiosas. Cada irmandade realizava suas festividades em homenagem aos santos protetores de sua ordem, como era o caso da festa da padroeira da Ordem Terceira do Carmo, tida como uma das mais elitistas da cidade, e a Festa dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, realizadas pela irmandade de mesmo nome, a qual era composta em grande parte por escravos.

As festividades, tida como um dos momentos de maior destaque das irmandades, além de seu caráter religioso preservava e mantinha a identidade cultural destes grupos sociais oferecendo aos seus participantes a possibilidade de se igualar,

mesmo que por determinado momento, às demais pessoas da sociedade, como é o caso dos escravos que durante a Festa do Rosário deixava de ser apenas um negro cativo, ou um crioulo liberto e passava a ser visto como um membro da irmandade, sendo respeitado até mesmo pelos brancos.

Além disso, estes momentos festivos também carregavam consigo a possibilidade de socialização entre as pessoas, se tornando um espaço de alegria, e até mesmo de transgressão à ordem imposta pela sociedade, uma vez que a mesma possibilitava a ruptura do cotidiano local. Neste sentido, Scarano (1975, p.145) destaca que

Como as celebrações eram ordinariamente religiosas e assim abertas a toda população, qualquer festa católica poderia proporcionar tais oportunidades, mas era nas comemorações de seus santos protetores que o preto se torna o organizador, o “dono” da festa, patrocinando-a a seu gosto.

Além das festividades organizadas pelas irmandades, existiam também aquelas que surgiam por iniciativa popular, como foi o caso da celebração denominada ‘Te Deum’ que era realizada em geral em agradecimento à alguma graça alcançada. Como descrito por Furtado (2003, p.42),

O Te Deum, como que teve lugar no Tejuco em 9 de novembro de 1751, para celebrar a aclamação de Dom José I. Organizada por ordem do Capitão dos dragões Simão da Cunha Pereira, a comemoração se estendeu por três dias de danças, máscaras, luminárias, missa cantada e Sermão na Igreja do Rosário. Todo o evento foi acompanhado pelo intendente dos diamantes e os principais habitantes do arraial, e foi concluído com um banquete oferecido pelo primeiro.

Como é possível observar, mesmo que tais festividades possuíssem essência religiosa, é possível identificar aspectos inerentes à mesma que podem ser entendidas como atividades ligadas mais diretamente ao lazer que propriamente pela fé, como eram o caso dos banquetes, coroações de reis e rainhas, além das comemorações realizadas após as procissões regadas por músicas profanas e bebidas.

A religiosidade leiga no Arraial do Tijuco se manteve atuante mesmo após a contra-reforma europeia estipulada no Concílio de Trento, pelo menos até os anos de 1844, quando se iniciou a reforma de Dom Viçoso, no Bispado de Mariana⁴², na qual objetivavam o controle do clero com bases no então Concílio Tridentino (FERNANDES E CONCEIÇÃO, 2007). Com isto as Irmandades foram perdendo suas forças, ficando sujeitas a determinações de uma ordem maior. Este movimento reformista que se fundamentavam na autoridade papal, e visava uma Igreja única, fazendo com que os

⁴² O Bispado de Mariana, nessa época, era responsável por controlar tudo o que se referia à assuntos religiosos em toda Minas Gerais.

padres passassem a ter maior poder frente às paróquias, e as Igrejas que antes pertenciam às Irmandades, passassem a pertencer à Cúria.

O bispado de Mariana estava preocupado com a autonomia e independência das Irmandades, e teve como ação principal a criação de seminários, destinados à formação de sacerdotes, os quais contribuiriam no controle e imposição das ordens então atribuídas pelo clero. Em Diamantina foi criada a primeira Diocese Sufragânea de Mariana, sendo nomeado Dom João como Bispo. Desta forma, é possível verificar em carta dedicada aos diocesanos, suas primeiras ações:

De nossa parte nos esforçamos por cumprir, com graças de Deus, os deveres de nosso ministério, e sendo um delles a criação de um Seminário Ecclesiastico, será este um dos nossos primeiros cuidados com uma instituição tão importante que o concílio Tridentino collocou entre os objetos mais necessários da disciplina eclesiástica para a educação do clero, debaixo da immediata inspecção do bispo. (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p.23).

A partir deste momento, a igreja passou a influir mais diretamente nas questões referentes às festividades organizadas pelos leigos, alterando significativamente nos aspectos presentes nas mesmas, principalmente no que se refere aos aspectos profanos inerentes à mesma. Sendo assim, é possível identificar no primeiro Sínodo da diocese de Diamantina, escrito por Dom Joaquim em 1903, onde consta em seu estatuto no capítulo II, artigo 24 uma tentativa de controle no que se refere a tais festas:

Como por ocasião de certas festividades é costume antigo e geral haver danças com os nomes marujada, catopé, caboclinhos, etc.etc., prohibam energicamente os Parochos não só o ingresso dos dançantes na igreja com o fim nella se exhibirem dançando ou cantando, como que semelhantes divertimentos continuem pelo tempo que durar a missa, e isto para que todo o povo a possa ouvir socegradamente. Prohibam também nas suas igrejas as musicas de character theatral ou mundano, como valsas, polkas, mazurkas, etc. etc., bem assim aquelles cânticos que apezar de sua antiguidade, mereçam ser proscriptos, ou não tenham sido approvados pela autoridade competente, que é o Bispo. (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007, p.50).

As festividades então realizadas no local passou a ser melhor observada pelo clero, e a partir de um maior controle e imposição do catolicismo institucional frente aos festejos religiosos, os padres começaram a rejeitar o que era de costume em tais festividades. Neste aspecto, manifestações como a marujada, catopé, caboclinho, dentre outros grupos onde era hábito dos integrantes dançarem dentro das igrejas passaram a ser mal vistos pelos párocos, uma vez que tal atividade poderia servir como distração dos fiéis durante as celebrações ou missas.

A partir de uma maior influência institucional na religiosidade que até então era comandada por leigos, comemorações mais oficiais do catolicismo ganharam mais espaço na cidade, como é o caso da Semana Santa e Corpus Christi. Desta forma, as irmandades em parceria com a diocese passaram a organizar em conjuntos tais solenidades.

Apesar de algumas festas religiosas terem se perdido no tempo e não existirem mais, seja pelo fechamento de uma irmandade, ou por falta de articulação ou de recursos de outras, atualmente a cidade de Diamantina preserva grande parte das mesmas, conservando em sua maioria características de quando o Brasil ainda era colônia. Apesar de atualmente algumas não serem organizadas por iniciativa das irmandades, é notório o esforço por parte de alguns populares para que as mesmas continuem sendo feitas a fim de preservarem suas tradições. Desta forma, a Igreja e a população local, com um apoio do poder público, que varia de acordo com a gestão, seguem realizando as festividades que por suas belezas e grandiosidades, acabam por atrair pessoas tanto da cidade, como de outras localidades.

A seguir são rapidamente descritos os principais festejos religiosos de Diamantina, fruto de uma observação participante, sendo considerado os que mais atraem turistas para a cidade.

3.2.3 Semana Santa

Por se tratar de um período em que se tem um maior tempo disponível em decorrência dos feriados, este é um período do ano em que a cidade recebe um significativo fluxo de turistas, sejam eles católicos praticantes que estão em busca de reflexão ou de contato com questões religiosas, ou de uma vivência com as questões culturais, artísticas e históricas para os demais.

As celebrações da cidade mantêm ao longo dos anos ritos tradicionais, que vão desde a encenação da vida de Jesus Cristo, realizadas em frente à Catedral Metropolitana de Diamantina, até celebrações religiosas e procissões. As comemorações se iniciam no Domingo de Ramos, e seguem ao longo da semana com dias temáticos, como a Cerimônia de Lava Pés, a Sexta Feira da Paixão, Crucificação e Morte de Jesus Cristo e terminam com a Ressureição no domingo de páscoa.

Um dos principais espetáculos desta comemoração, é o tradicional grupo intitulado “Guarda Romana”, onde homens vestidos como soldados romanos marcham pelas ruas da cidade no dia da Procissão do Enterro acompanhados por banda de música tocando a marcha fúnebre, em que os mesmos utilizam o som que suas alabardas fazem ao bate-las no calçamento de pedra para compor a harmonia musical.

Neste dia também ganha destaque a “Maria Beú”, uma mulher caracterizada com vestimentas da época em que Cristo viveu, surge no meio da multidão, após a banda de música silenciar, entoando seu canto-lamúria enquanto desenrola um pano representando a face de Cristo marcada no mesmo por seu sangue, após ter seu rosto enxugado pela mulher. Outro destaque das comemorações é no domingo de páscoa onde populares enfeitam as ruas da cidade com tapetes confeccionados com diversos materiais como serragem, borra de café, farinha e areia.

3.2.4. Festa do Divino Espírito Santo

Tida pelo catolicismo como uma das principais festas religiosas do calendário litúrgico, as celebrações se iniciam cinquenta dias após a páscoa no domingo de pentecostes, e comemora o culto secular cristão do Espírito Santo quando, na forma de línguas de fogo, desceu sobre os Apóstolos de Jesus reunidos no cenário de Jerusalém. Tal tradição no Brasil se remete a época colonial, trazida pelos portugueses no início da colonização.

Tradicionalmente realizada em Diamantina, esta é uma das mais antigas comemorações realizadas na cidade, sendo realizadas há mais de dois séculos. Suas celebrações ocorrem na Capela Imperial de Nossa Senhora do Amparo, a qual passou a ser chamada popularmente por Capela do Divino. Inicialmente o organizador do ano em questão indicava sete nomes para ser coroado como imperador, e por meio de um sorteio, a pessoa sorteada tomava para si as responsabilidades na organização do ano seguinte.

Por se tratar de uma comemoração que dispense de muito investimento financeiro e de tempo, ao passar dos anos, alguns festeiros após serem sorteados não se dedicaram na organização da mesma, e esta deixou de ser feita em alguns momentos. Atualmente, continua-se coroados os festeiros, mas estes já não são mais escolhidos por meio de sorteio. Por iniciativa própria, populares se dispõem a assumir a responsabilidade de organizar a mesma.

As celebrações são realizadas por meio de novena, sendo iniciada por uma Alvorada onde é distribuído aos presentes o tradicional bolo de arroz. Um momento que merece destaque nas comemorações e que atraem diversos turistas é o levantamento do mastro, onde o mesmo é disposto em uma praça sendo acompanhado por banda de música e fogos de artifício.

O momento de maior destaque das festividades é o dia de seu encerramento, onde ocorre um cortejo realizado pelas ruas da cidade. Caracterizado por possuir a parte litúrgica e folclórica, as pessoas saem em um desfile vestidas de personagens religiosos

em um primeiro momento, seguidos por outros fantasiados de personagens da história colonial local.

3.2.5. Corpus Christi

Realizada na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima trindade, tem por objetivo celebrar o mistério da eucaristia, o sacramento do corpo e sangue de Jesus Cristo. A festa inicialmente em Diamantina era comemorada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento do Tijuco, que segundo Furtado (2003, p.72), acontecia

‘expondo-se o sacramento no trono, celebrando-se missa cantada com sermão, e saindo em procissão pelas ruas mais públicas deste arraial’. Durante a procissão, o ponto alto do evento, as pessoas mais importantes do arraial, congregadas na irmandade, desfilavam para Deus e para o restante da comunidade, reafirmando sua posição social e seu prestígio. Havia uma ordem a seguir nas disposição dos ilustres na procissão, distinguindo uns em detrimento de outros: o provedor precedia o desfile; os irmãos mais importantes e que tivesse exercido cargos na entidade, como era o caso de Manoel pires Sardinha e de João Fernandes de Oliveira, eram convidados a carregar as varas do pálio que cobria a imagem do Santíssimo.

Atualmente a procissão segue sendo o ponto alto das comemorações. Na madrugada de quarta para quinta-feira, as pessoas vão para as ruas por onde a mesma irá passar, e iniciam, assim como no domingo de páscoa, a confecção dos tradicionais tapetes com formas e desenhos coloridos que traduzem a expressões da fé.

3.2.6 Festa de Santo Antônio

Comemorada no mês de junho em homenagem ao padroeiro da cidade, é uma das comemorações mais recentes aqui abordadas. Pode-se dizer que a mesma é realizada em duas vertentes: a religiosa e a profana. A primeira se dá por meio de uma trezena realizada na Catedral da cidade. A segunda parte, utilizada como atrativo para o turismo, ocorre todos os dias após o término de cada celebração religiosa na Praça Barão de Guaicuí, em frente ao tradicional Mercado Velho da cidade, onde ocorrem comemorações como as tradicionais festas juninas que acontecem em todo Brasil. Neste local ocorrem shows com diversos artistas locais, barraquinhas com comidas típicas, além das tradicionais danças de quadrilha.

3.2.7 Festa de Nossa Senhora do Rosário

Uma das mais tradicionais comemorações religiosas da cidade, a mesma é realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário desde os tempos em que a cidade era chamada de Arraial do Tijuco, como se pode comprovar na descrição feita por Furtado (2003, p.176):

Para os festejos do Rosário, comemorados anualmente, eram escolhidos um rei congo e uma rainha ginga, o primeiro eleito como Imperador do Divino. A celebração compunha-se de ofícios religioso e do congado, ou reinado, que consistia em uma representação da luta entre a monarquia negra e os brancos, além de danças, como a marujada, o catopé, caboclos etc. Durante os dias de festa, o imperador exercia verdadeiro poder sobre seus 'súditos', chegando a libertar os presos do arraial, o que não raro escandalizava as autoridades metropolitanas.

Característica por ser inicialmente realizada por uma irmandade composta em sua maioria por escravos, as comemorações mantêm muitas de suas características até os dias de hoje. Surgida pela mesclagem das culturas africanas e europeias, as comemorações são marcadas por um forte sincretismo religioso. Assim como na Festa do Divino, nesta ocorre novena, levantamento de mastro sendo finalizada por um cortejo onde as pessoas saem fantasiadas de personagens sagrados, mesclado por pessoas da história da cidade.

4. Considerações Finais

As análises deste estudo se pautaram nas análises de uma parte do turismo cultural, um dos segmentos que mais se desenvolve na área turística, o qual possibilitou que Diamantina se tornasse um dos principais destinos nacionais. Portanto, devido a sua importância para o cenário nacional, se faz necessário, além de identificar o perfil dos viajantes e suas motivações, entender como são os atrativos buscados por este público, e como estes se relacionam, tendo em vista que tais lugares são um *locus* por onde são desenvolvidos diferentes formas de significação, práticas simbólicas permitindo assim distintas formas de vivências culturais.

Por meio desta pesquisa foi possível identificar os principais bens patrimoniais, tanto materiais quanto imateriais, ligados a religião de Diamantina que são utilizados como atrativos para o turismo. A partir de uma análise dos aspectos presentes nestes espaços, constatou-se que os mesmos estão diretamente vinculados aos seus valores culturais, históricos, artísticos e turísticos, sendo estes permeados por uma grande variedade de elementos que os compõe. Dessa forma, o turismo cultural diamantinense,

tendo em vista os aspectos desenvolvidos pelo catolicismo desde a sua gênese, se utiliza dos elementos sagrados como forma de atrativo para serem consumidos pelos visitantes tendo em vista tanto a lógica comercial, quanto cultural e simbólica.

Os templos católicos da cidade, apesar de seus mais de dois séculos, se mantêm conservados, uma vez que o desenvolvimento de políticas públicas aliadas ao desenvolvimento do turismo permite a preservação dos mesmos. Uma possível problemática encontrada se refere ao fato de que o desenvolvimento do turismo nestes espaços sagrados pode ser evidenciada a partir da abertura regular dos mesmos para a visitação, tendo em vista que nem todas igrejas possuem horários sistematizados para tal fim, estando algumas de portas fechadas há anos, como é o caso da Igreja do Senhor do Bonfim dos Militares.

No que se refere aos festejos religiosos da cidade, estes prosseguem preservando grande parte dos seus aspectos culturais, porém em alguns deles é nítido o pouco investimento do poder público local, variando de um mandato para o outro, principalmente no que se refere aos festejos que acontecem a partir da iniciativa mais popular, como são o caso das Festas do Divino e Rosário. Ainda sobre as mesmas, é possível identificar uma certa variação no desenvolvimento destas, uma vez que a cada ano uma pessoa da cidade é responsável pelo gerenciamento de toda logística para que estas sejam desenvolvidas. Além de terem que arcar com a maior parte dos custos, fazendo com que ano a ano os orçamentos destinados para elas se alterem de acordo com o que estas pessoas conseguem arrecadar, ou que possuem disponível para investir do próprio bolso, seus organizadores possuem certa autonomia para empregar ou retirar elementos que constituem as mesmas, fazendo com que estas possuam uma certa diferenciação de um ano para o outro.

Nesse contexto, a religião católica diamantinense faz parte da tênue fronteira que distingue o que é um espaço destinado para o desenvolvimento da religiosidade local, e a partir de que momento o mesmo se torna um atrativo turístico que é capaz de atrair um significativo fluxo de pessoas para a cidade ao longo do ano contribuindo para o desenvolvimento da economia local.

5. Referências

BARRETTO, M. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papyrus, 2008, 17ª ed.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 13 ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

Correspondência. *O Jequitinhonha*. Diamantina 20 dez. 1868. Número 19. P.01 a 04

CRUZ, J. P. *Templo e Fraternidade: a igreja São Francisco de Assis em Diamantina*. Diamantina: Edição do Autor, 2008

- CZAJKOWSKI, J. *Guia da Arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.
- DIAS, R. O turismo religioso como segmento do mercado turístico. In: DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. *Turismo Religioso: ensaios e reflexões..* Campinas: Alínea, 2003.
- FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. J. *La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata*. Diamantina: UFVJM, 2007.
- FIGUEIREDO, A. P.; FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. J. *A Terra, o Pão, a Justiça Social: a importante participação da igreja nas políticas públicas do Brasil*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.
- FURTADO, J. F. Chica da Silva: o avesso do mito. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (Orgs.). *Templos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- _____. *Chica e o Contratador de Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- IGNARRA, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Thomson, 2003.
- MEDAGLIA, J.; SOUZA JUNIOR, R. F. Um Olhar sobre a Demanda Turística das Festas Religiosas de Diamantina/MG à Luz do Turismo Cultural. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL E NACIONAL SOBRE ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DAS FESTAS POPULARES: manifestações do catolicismo, I e II. 2013, Goiânia. *Anais*. Goiânia, 2013, P. 629 – 656.
- MIRANDA, S. M. *A igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília: IPHAN, 2009.
- MOURÃO, P. K. C. *As Igrejas Setecentistas de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1986.
- QUINTÃO, A. A. *Irmândades Negras: outro espaço de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SILVEIRA, C. E. MEDAGLIA, J. (coord.) (2013-2). *Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas*. Diamantina: UFVJM, 2012.
- SANTOS, J. L. *O que é cultura*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SOUZA, L. M. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

O Processo de Candidatura à Lista de Patrimônio Mundial – Considerações do caso de Diamantina – MG sob a ótica da UNESCO

Nauê Gonçalves Bulhões

Resumo

O patrimônio é aquilo que guarda a história e a cultura de lugares e conhecendo-os se aprende sobre eles e seus costumes. A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade. A Convenção Geral para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural é o órgão responsável pela declaração ou reconhecimento do patrimônio em nível mundial. A Convenção impõe então os critérios que um bem deve atender para fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial e é ela que faz a análise da candidatura, que se baseia em etapas. O caráter técnico do processo de inscrição da candidatura de Diamantina ao título e os critérios da Lista que atendeu para receber o título foram descritos para ser possível mensurar a abrangência e demonstrar alguns caminhos que foram adotados para esta candidatura. Pouco se encontra sobre a candidatura à Lista de Patrimônio sob o ponto de vista da UNESCO, e foi justamente sobre essa falta de informações que esse texto foi construído, tendo como objetivo compartilhar a ótica da UNESCO na análise das candidaturas e apontar as publicações de referência no assunto e de preparação de inscrições ao Patrimônio Mundial.

Palavras-chave: Patrimônio Mundial, UNESCO, Lista do Patrimônio Mundial, Diamantina.

1. Introdução

Tudo aquilo que é importante, seja para uma pessoa, para uma cidade ou para um país, acreditamos que deve ser mantido, guardado e protegido. Existem meios para viabilizar essa proteção, nacionalmente e internacionalmente as regras e os meios de se proteger um bem são bem diferentes. A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) é o órgão maior no que diz respeito à proteção do Patrimônio Mundial, aquele que tem valor universal excepcional.

Muito se sabe sobre os Patrimônios Mundiais da UNESCO e a importância deles para a humanidade, mas pouco se discute sobre como é o processo para o órgão que os seleciona. Os critérios e o ponto de vista da UNESCO nas candidaturas também

pouco discutido é o tema deste trabalho, o qual será abordado a partir da campanha de Diamantina, que muito se conhece.

Por isso o primeiro momento discorrerá sobre o Patrimônio, suas conceituações e formas de salvaguarda e como a UNESCO e seus órgãos subordinados cuidam, analisam e inscrevem os bens na Lista do Patrimônio Mundial.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. (UNESCO, 2014, p. 1)

Seguindo esse pensamento sobre patrimônio, o segundo momento do texto abordará o processo de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial. Os benefícios que a inscrição na Lista tem para o aumento e desenvolvimento do Turismo de uma localidade também é um tema muito trabalhado, sabe-se que o Título de Patrimônio mundial garante aos inscritos prestígio mundial como destinos turísticos, por serem fontes de culturas realmente importantes para a humanidade. Mas como um bem deve se candidatar ao título da UNESCO e as etapas do processo são os assuntos a serem abordados no segundo tópico do texto.

Para facilitar a visualização e entendimento do processo por último é apresentado um estudo de caso, a inscrição de Diamantina à Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Como foi o processo de inscrição para a cidade é abordado, mas o que se pretende ressaltar aqui é o ponto de vista da UNESCO para essa candidatura. As considerações do órgão sobre o patrimônio de Diamantina e como a UNESCO avalia o enquadramento da cidade aos critérios de avaliação da Lista, são assuntos discutidos no último momento.

2. Patrimônio

O patrimônio é aquilo que guarda a história e a cultura de lugares e conhecendo-os se aprende sobre eles, sobre o lugar e seus costumes. Para compreender a dimensão do que se entende por patrimônio cultural no Brasil é possível recorrer à Constituição Federal Brasileira (1988)⁴³, que no artigo nº 216 conceitua:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

⁴³BRASIL, 1988, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 26 mai. 2011

- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

E os instrumentos utilizados para proteger esses bens nacionais, a fim de assegurar às futuras gerações seu conhecimento são o tombamento e o registro.

Para Almeida (2007, p. 259) entende-se por tombamento o meio pelo qual o valor de um bem é reconhecido e protegido por meio de leis específicas. No Brasil o tombamento é um instrumento legal, aplicado por ato administrativo que está previsto no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, e tem como ementa: “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”⁴⁴.

O registro é o meio pelo qual um bem de natureza imaterial é reconhecido, esse registro será realizado em um dos livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.⁴⁵

Quando se fala de patrimônio a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) é sempre lembrada como órgão soberano de preservação e foi em 1972 durante a 17ª Conferência Geral da UNESCO foi instituída a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que “tem como principal objetivo, tentar proteger da destruição bens naturais e culturais que apresentem valor excepcional para a comunidade social” (WIDMER, 2008, p. 4).

Segundo Machado (2010, p. 13) “a Convenção de 1972 veio a ser o instrumento internacional de maior difusão e visibilidade dentre os criados pela UNESCO, cumprindo o importante papel de promover um debate permanente em favor da proteção e valorização do patrimônio”.

Nesse contexto, sendo então a Convenção o órgão responsável pela declaração ou reconhecimento, que caracteriza o patrimônio preservado em nível mundial. Subordinada à UNESCO, a Conferência Geral foi o órgão responsável por determinar

⁴⁴ BRASIL, 1937. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>> Acesso em: 02 jun. 2011

⁴⁵ BRASIL, 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 02 jun. 2011.

os pressupostos da Convenção, que são defendidos até hoje. A UNESCO coloca que existem bens de valor universal, cuja importância transcende as fronteiras dos países em que estão localizados, que o desenvolvimento pode representar ameaças à preservação do patrimônio cultural e natural e que muitos Estados não têm estrutura para proteção desses bens, por isso a necessidade de um órgão de abrangência mundial.

Então a UNESCO por meio da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, cria na Conferência Geral da UNESCO de 1972 o conceito de patrimônio o qual é caracterizado por patrimônio natural e cultural. Configurando como patrimônio natural:

Art. 2º - Para os fins da presente Convenção, são considerados 'patrimônio natural':

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os lugares notáveis naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1972, p. 3)⁴⁶

Já o patrimônio cultural, foco deste trabalho, por tratar a cidade de Diamantina, Patrimônio Cultural da Humanidade, como já citado anteriormente, é definido no artigo 1º da referida Convenção sendo ele:

Art. 1º - Para os fins da presente Convenção, são considerados "patrimônio cultural":

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2)⁴⁷

⁴⁶ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf> > Acesso em: 15 set. 2011.

⁴⁷ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf> > Acesso em: 15 set. 2011.

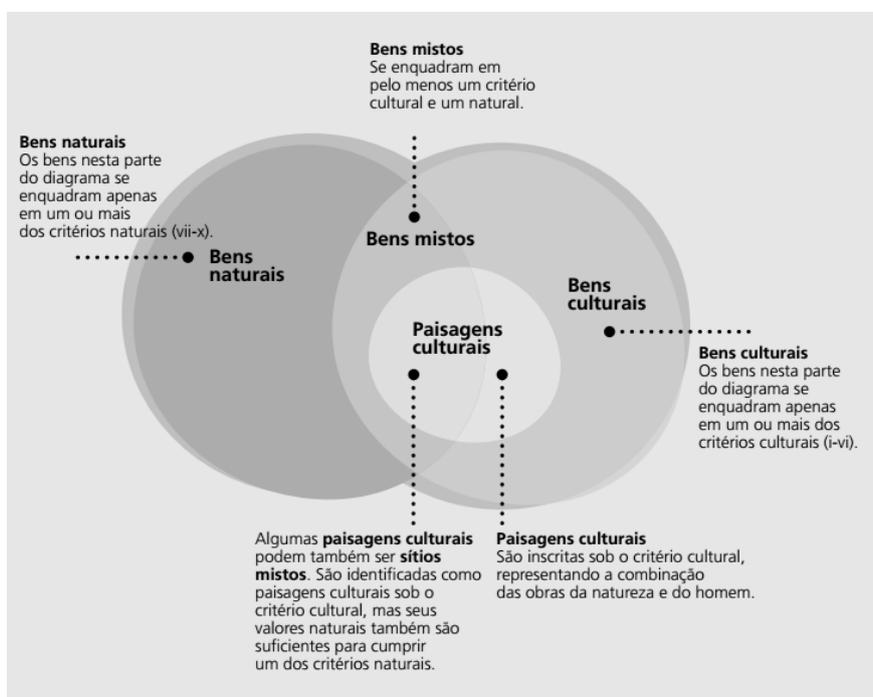
A definição de patrimônio imaterial foi incluída pela UNESCO apenas em 2003 na 32ª seção da Conferência Geral da UNESCO que aconteceu no dia 17 de outubro de 2003 em Paris:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

O patrimônio imaterial se manifesta por meio das tradições e expressões orais, das artes do espetáculo, das práticas sociais, rituais e festividade, dos conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo e das técnicas próprias do artesanato tradicional.

É a partir dessas classificações de patrimônio que são analisados os bens para candidatura a Lista de Patrimônio da UNESCO, a imagem abaixo distingue bem essas classificações e também as conceitua.

FIGURA 1: A separação dos tipos de patrimônio e suas conceituações



Fonte: IPHAN, 2013, p. 36

Entendidas as classificações de patrimônio defendidas pela UNESCO o texto discorrerá agora sobre os critérios para candidatura da inscrição a lista de Patrimônio Mundial.

3. A lista de patrimônio mundial da UNESCO

A UNESCO se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade, sua listagem já conta com 936 inscritos, sendo deles 725 patrimônios culturais, 183 patrimônios naturais e 28 patrimônios mistos, que são aqueles que “podem ser entendidos como espaços ou paisagens que congreguem realizações conjuntas do homem com a natureza” (WIDMER, 2008). Esses sítios estão localizados nos 153 Estados-parte da UNESCO⁴⁸ (UNESCO, 2011). A lista dos sítios brasileiros na lista de Patrimônio Mundial tem hoje de 18 (dezoito) sítios inscritos, dos quais 11 (onze) são culturais e 7 (sete) naturais:

TABELA 1 – Sítios brasileiros inscritos na Convenção do Patrimônio da UNESCO

| Sítios Brasileiros inscritos na Convenção do Patrimônio da UNESCO |
|---|
| Conjunto Urbanístico de Ouro Preto – MG |
| Centro Histórico de Olinda – PE |
| Ruínas de São Miguel das Missões – RS |
| Santuário de Bom Jesus dos Matosinhos em Congonhas – MG |
| Centro Histórico de Salvador o Pelourinho – BA |
| Plano Piloto de Brasília – Distrito Federal |
| Cavernas do Parque Nacional da Serra da Capivara – PI |
| Centro Histórico de São Luis – MA |
| Centro Histórico de Diamantina – MG |
| Centro Histórico da Cidade de Goiás – GO |
| Praça de São Francisco em São Cristóvão – SE |
| Parque Nacional do Iguaçu – PR |
| Costa do Descobrimento - BA e ES |
| Reservas da Mata Atlântica – SP e PR |
| Pantanal Matogrossense - MT e MS |
| Chapada dos Veadeiros até o Parque Nacional das Emas – GO |
| Ilhas Atlânticas Brasileiras – Fernando de Noronha e Atol das Rocas – PE e RN |
| Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central – AM |

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/>⁴⁹

O trabalho da UNESCO é reconhecido e respeitado mundialmente e para Teixeira e Oliveira (2010, p. 75)

⁴⁸ **The World Heritage List includes 936 properties** forming part of the cultural and natural heritage which the World Heritage Committee considers as having outstanding universal value. These include 725 cultural, 183 natural and 28 mixed properties in 153 States Parties. As of June 2010, 187 States Parties have ratified the World Heritage Convention.

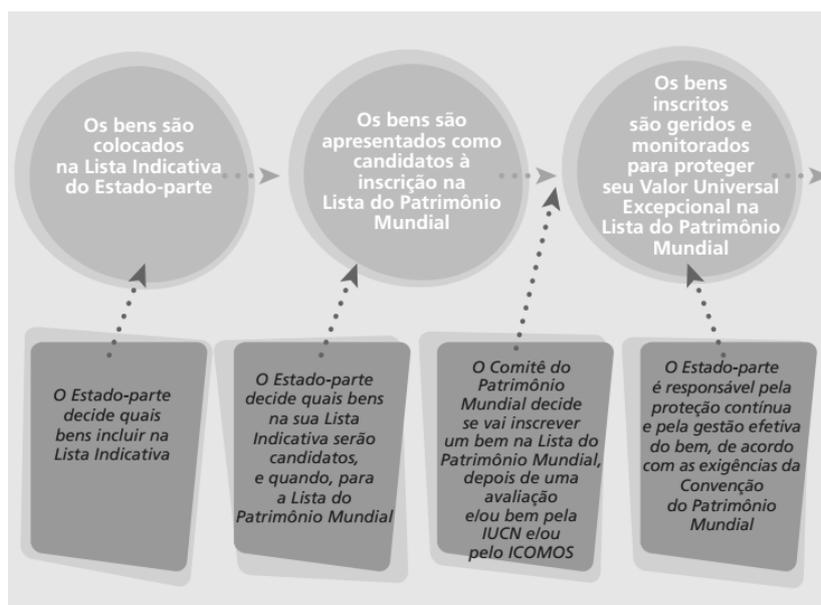
⁴⁹ Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/list/> > Acesso em: 30 nov. 2010

A credibilidade da Lista do Patrimônio Mundial é resultado da apresentação periódica de informes dos países sobre o estado de conservação dos lugares e bens tombados, sobre as medidas adotadas para preservá-los e os esforços para sensibilizar o público com respeito ao patrimônio cultural e natural.

Para fazer parte da Lista do Patrimônio Mundial o bem deve atender os critérios da Convenção bem como ser proativo ao título, ou seja, é o país onde o patrimônio se localiza que deve fazer a inscrição, que se baseia em etapas.

Em 2003 um manual de referência do patrimônio mundial foi traduzido pelo IPHAN para o português, esta publicação da UNESCO⁵⁰ detalha os caminhos para inscrição de um bem na Lista. Na página 19 do Manual é apresentado um sumário dos diferentes passos no processo de candidatura e as principais responsabilidades do Estado-parte e do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO:

FIGURA 2: Caminhos e Responsabilidades na Candidatura à Lista de Patrimônio da UNESCO



Fonte: IPHAN, 2013

A primeira etapa consiste então em assegurar que o bem está inscrito na lista indicativa, “que corresponde a uma reflexão abrangente sobre todo o acervo e visa evitar candidaturas aleatórias, desvinculadas do contexto global por meio do qual aquele país

⁵⁰ IPHAN. Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial. – Brasília: UNESCO Brasil, 2013. 136 p., il.

se reconhece e pretende ver-se representado internacionalmente” (BRAGA e MACHADO, 2010, p. 14).

Hoje o Brasil possui 18 bens naturais e culturais inscritos na lista indicativa, sendo que três deles foram incluídos recentemente, sendo eles o sítio arqueológico do antigo Cais do Valongo (Rio de Janeiro/RJ), a Vila Ferroviária de Paranapiacaba (Santo André/SP) e o Ver-o-Peso (Belém/PA).

A segunda etapa da candidatura, segundo as mesmas autoras (BRAGA e MACHADO, 2010), é elaborar um dossiê que deve demonstrar o excepcional valor universal do bem e trazer um plano detalhado de preservação, contendo um plano de manejo ou um plano diretor. Essa documentação segue para análise e vistoria por órgãos consultivos da UNESCO, somente depois dessas etapas é que o dossiê é levado para aprovação na reunião anual do Comitê do Patrimônio Mundial.

A Lista do Patrimônio da Humanidade é composta por 38 (trinta e oito) artigos que podem ser divididos da seguinte forma: delimitação dos patrimônios, que estabelece os bens componentes do patrimônio, sendo os monumentos, conjuntos e os lugares notáveis, todos frutos de realizações exclusivas de ação humana; organizações internacionais ligadas à Convenção, sendo eles: o Comitê do Patrimônio Mundial⁵¹, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (ICCROM)⁵² e o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁵³. A última divisão que pode ser feita dos artigos que regem a Lista são as formas de proteção aos bens mundiais, internacionalmente essa proteção é feita por meio de auxílio financeiro, assistência técnica e assistência educacional disponibilizadas pela Convenção.

Para que o bem seja declarado internacionalmente é necessário que ele atenda a pelo menos um dos dez critérios impostos pela Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural que, segundo Machado (2010, p. 16-17), são:

⁵¹ Ao Comitê cabe organizar, manter em dia e publicar a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, bem como deliberar sobre a inclusão de um bem em qualquer uma dessas listas. (WIDMER, 2008, p. 6)

⁵² O ICCROM é uma organização autônoma que executa suas atividades em colaboração com a UNESCO, suas principais funções são a coleta, o estudo e a divulgação de documentos referentes aos problemas técnicos e científicos da conservação e restauração dos bens culturais, entre outras funções. (WIDMER, 2008, p. 7)

⁵³ O ICOMOS tem como principal função opinar sobre o pedido de inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial através de pareceres técnicos. (WIDMER, 2008, p. 7)

TABELA 2 – Critérios para inclusão de um sítio na Lista de Patrimônio Mundial

| Critérios para inclusão de um sítio na Lista de Patrimônio Mundial | | |
|--|--|----------------|
| I | Representar uma obra-criativa do gênio criativo humano; | Bens culturais |
| II | Mostrar um intercâmbio considerável de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do paisagismo; | |
| III | Aportar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que esta viva ou que tenha desaparecido; | |
| IV | Ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem que ilustre estágios significativas da história humana | |
| V | Ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional, de uso tradicional da terra ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou várias), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este tenha se tornado vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível. | |
| VI | Estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a idéias, crenças ou obras artísticas e literárias de destacada importância universal. | |
| VII | Representar fenômenos naturais excepcionais ou área de beleza natural e importância estética excepcional. | Bens naturais |
| VIII | Ser um exemplo excepcionalmente representativo dos diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, dos processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande importância. | |
| IX | Ser um exemplo excepcionalmente representativo de processos ecológicos e biológicos com curso na evolução e desenvolvimento do ecossistema e comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos costeiros e marítimos. | |
| X | Conter os mais importantes e significativos habitats naturais para conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo ameaças que possuam valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. | |

Fonte: Machado, 2010, p. 16-17 adaptado.

Os argumentos utilizados para se confirmar um critério são analisados por uma comissão credenciada e autorizada pela UNESCO, no caso o ICCROM, posteriormente o pedido de inscrição pré-aceito é estudado pelo ICOMOS, para finalmente decidir sobre o título.

O minucioso processo de candidatura da inscrição de Diamantina na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, os critérios que julgam a importância deles e os motivos que garantiram Título à Diamantina serão discutidos no decorrer do próximo tópico.

4 A Inscrição de Diamantina na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO

O tombamento de Diamantina como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que aconteceu em 16 de maio de 1938 (IPHAN, 2011)⁵⁴, a inscrição foi feita no Livro de Belas Artes, folha 12, a cidade percebeu seu potencial, devido ao fato de que

⁵⁴ Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=365>> Acesso em: 26 de jul de 2011.

A cidade conservou significativas referências culturais, mantém um acervo arquitetônico e urbanístico. O centro urbano de Diamantina apresenta uma configuração característica de cidades do período colonial, com padrão irregular e arruamentos transversais à encosta, marcados principalmente pelas ruas paralelas com pequenas variações de abertura ou desvio de alguns becos e ruas estreitas. (IPHAN, 2001)⁵⁵

E foi como forma de ressaltar a importância mundial da cultura de Diamantina e de sua arquitetura preservada, como citado pelo IPHAN que a UNESCO, em 1999 declarou Diamantina como Patrimônio Cultural de Humanidade visto que “seu conjunto urbano é precioso testemunho da adaptação de modelos europeus a uma cultura original, tão perfeitamente integrada à paisagem severa e grandiosa” (BRAGA e MACHADO, 2010, p. 39). Diamantina recebe então da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, tornando-se assim um bem da população mundial visto a riqueza e importância de sua cultura.

Diamantina foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial no ano de 1999 sob os critérios II e IV da Convenção. O Manual de Referência do Patrimônio Mundial explica qual a ótica da UNESCO ao analisar esses critérios e faz considerações sobre como o órgão espera que seja o enquadramento a cada critério.

TABELA 3: Ótica de análise da ICOMOS para Patrimônio Mundial nos critérios da Inscrição de Diamantina

| | |
|--|--|
| <p>Critério (ii): exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo</p> | <p>Critério (iv): ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana</p> |
| <p>A palavra-chave neste critério é “intercâmbio de valores humanos”. O que o ICOMOS avalia é se as características físicas de um bem, em termos de arquitetura, tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou paisagismo podem estar relacionados a um intercâmbio de idéias. Em todas as situações, o intercâmbio de idéias ou influências humanas deve ter produzido uma resposta que possa ser considerada excepcional em termos de influência que exerceu na época e/ou subsequentemente sobre as pessoas ou a sociedade.</p> | <p>Este critério diz respeito à natureza excepcional da tipologia de um bem, indicado no contexto da tipologia definida que ilustra um ou mais estágios significativos da história. A essência desse critério é que o bem deve demonstrar, de alguma forma, estar associado a um momento ou momentos definidores, ou estágio(s) significativo(s) da história humana. O bem pode ter sido gerado naquele momento, ou pode refletir seu impacto. O momento histórico deve ser considerado de importância excepcional, bem como suas repercussões. Os estágios podem estar relacionados à história política ou econômica, ou igualmente à história artística ou científica, com consequências de longo alcance.</p> |

Fonte: adaptado de IPHAN, 2013, p. 37 e 39

⁵⁵ Disponível em: <://www.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=1746297a1C9D7AB88D187B8AD4582B4B?id=13188&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em: 01 de ago de 2011.

Machado, 2010, discorre sobre as principais argumentações utilizadas para enquadramento nos critérios, haja vista que:

Pouco mudou, em parte, graças às condições do meio: a escarpa da Serra dos Cristais revela um singular contraste entre a potência da natureza e a delicadeza do casario. (...) Na arquitetura predomina a simplicidade, cores vivas nas portas e janelas, treliças e muxarabis. As ruas têm as tradicionais capistranas, calhas que facilitam o escoamento das águas e a caminhada dos transeuntes. (MACHADO, 2010, p. 38)

Ao analisar as diversas fontes utilizadas para esse trabalho é possível afirmar que seu conjunto urbano é precioso testemunho da adaptação de modelos europeus a uma cultura original, tão perfeitamente integrada à paisagem severa e grandiosa. De acordo com o IPHAN (2011)⁵⁶.

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina acha-se bastante preservado, sendo possível reconhecer no seu atual desenho a planta do núcleo urbano consolidado no século XVIII. A cidade apresenta não só monumentos significativos para a história da Arte e Arquitetura dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas também do século XX se faz presente por meio de obras do arquiteto Oscar Niemeyer.

Assim, Diamantina foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO com a intenção de reconhecer o valor dos seus bens e insistir em sua preservação e sua promoção, no que diz respeito à difusão de conhecimentos.

O Jornal Hoje em Dia publicou uma edição especial sobre Diamantina, em formato de revista, em fevereiro de 2000, na qual se encontram informações gerais sobre a cidade, um pouco da sua história, cultura, gastronomia, seus personagens e como se deu o processo de declaração pela UNESCO:

⁵⁶ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12646&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso em: 26 de jul. de 2011

TABELA 4: Ações da campanha para Diamantina Patrimônio da Humanidade

| EVENTOS DA CAMPANHA DIAMANTINA PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE | | | |
|---|----------------|--------------------|--|
| ATIVIDADES | LOCAL | DATA | PATROCÍNIO |
| Instalação da Comissão por Diamantina Patrimônio da Humanidade – CDPH | Diamantina | 17/03/1997 | Prefeitura de Diamantina |
| Assinatura de convênio entre o IEPHA, o IPHAN e a Prefeitura para a elaboração do Dossiê à UNESCO | Belo Horizonte | 12/08/1997 | Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais |
| Lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural – Ministério da Cultura | Diamantina | 16 e 17/08/1997 | Lei Rouanet/Telemig |
| Ato solene de Irmanação entre as cidades de Brasília e Diamantina | Brasília | 19/12/1997 | Jornal Hoje em Dia |
| Apresentação do Documentário à UNESCO “Diamantina, a riqueza de um patrimônio” | Diamantina | 19/02/1998 | CEMIG |
| Ato solene de Irmanação entre as cidades de Brasília e Diamantina | Diamantina | 28/03/1998 | Lei Rouanet/Telemig |
| Elaboração do Dossiê Cultural, Histórico e Arquitetônico de Diamantina | Diamantina | Abril/junho/1998 | Ministério da Cultura |
| Elaboração do Dossiê Fotográfico de Diamantina para a UNESCO | Diamantina | Abril e junho/1998 | CEMIG |
| Apresentação dos Dossiês à comunidade de Diamantina | Diamantina | 12/09/1998 | Prefeitura de Diamantina |
| Visita técnica dos representantes ICOMOS / UNESCO à Diamantina | Diamantina | 5 a 7/02/1999 | Prefeitura de Diamantina |
| Elaboração do Plano Diretor de Diamantina | Diamantina | Setembro/1999 | Ministério da Cultura / EMBRATUR / Prefeitura |
| 1º Fórum de Cultura, Turismo e Desenvolvimento | Diamantina | 15 a 17/07/1999 | FIEMG / FETTRAN / CEMIG / Telemar / Jornal Hoje em Dia |
| 1º Fórum de Turismo e Negócios | Diamantina | 27 e 28/08/1999 | Jornal Hoje em Dia / Loteria Mineira |
| Acompanhamento no Marrocos da Assembléia da UNESCO | Diamantina | 1 a 5/12/1999 | Prefeitura de Diamantina / Concita |
| Comemorações da conquista do título Diamantina Patrimônio Cultural da Humanidade | Diamantina | 3 a 12/12/1999 | Ministério da Cultura / Telemar / ECT |

Fonte: Menezes, 2000, p. 46

A publicação trás também que o processo para a declaração de Diamantina teve apoio em todos os âmbitos, nacional, estadual e municipal:

A campanha por Diamantina Patrimônio da Humanidade foi marcada pela ampla mobilização da comunidade do município em torno das perspectivas de novas alternativas econômicas e sociais para a região, num trabalho que envolveu o poder público das esferas municipal e federal, empresariado local e regional, movimentos populares e determinante apoio dos meios de comunicação de Minas, articulado por uma campanha de marketing bem sucedida. (MENEZES, 2000, p. 44)

Segundo a mesma reportagem foi feita uma pesquisa em Diamantina, em 1998, para conhecer o posicionamento da população acerca da concorrência ao título da UNESCO que teve como resultado a resposta positiva de 92% da comunidade diamantinense. O Jornal destacou ainda que a mobilização da comunidade também

teria impressionado a comissão técnica da UNESCO e o fato foi registrado no relatório emitido pelo ICOMOS. Outro diferencial da campanha de Diamantina teria sido a participação da mídia, de empresas e do Ministério da Cultura que arcou com os custos para a elaboração do Dossiê elaborado pelo IPHAN. (MENEZES, 2000).

Depois de todo o processo de candidatura existe também o processo de avaliação da UNESCO que é detalhado em um esquema pelo Manual de Referência do Patrimônio Mundial, publicação da própria UNESCO, já citada anteriormente, que foi traduzida pelo IPHAN em 2013.

FIGURA 3: processo de análises das candidaturas pelo ICOMOS à Lista de Patrimônio Mundial



Fonte: IPHAN, 2013, p. 131

Em resposta a análise da candidatura o ICOMOS solicitou ainda à cidade que melhorias fossem feitas, Diamantina teve então que se adequar às exigências do órgão no que diz respeito ao desenvolvimento da infra-estrutura local e da estrutura turística. A mesma publicação do Jornal Hoje em Dia (CAMPOS, 2000, p. 39) aborda os desafios impostos pelo reconhecimento mundial:

TABELA 5: Comparação das deficiências apontadas pela UNESCO com o cenário atual

| MELHORIA A SEREM FEITAS | O QUE JÁ ACONTECEU | CENÁRIO ATUAL |
|--|---|--|
| Deficiência no receptivo turístico (aeroporto). | Voos semanais regulares ligando Diamantina à Belo Horizonte e Montes Claros. | Este foi o único ponto em que não houve melhora e infelizmente piorou, hoje não existem mais vôos comerciais, o aeroporto funciona apenas particularmente. |
| Escassez de leitos nos meios de hospedagem (18 estabelecimentos). | Diamantina conta hoje com uma estrutura hoteleira desenvolvida, cerca de 44 estabelecimentos com aproximadamente 1200 leitos. | Várias pousadas expandiram, mantendo o conceito colonial porém com estrutura mais confortável e elegante. Além da abertura de novos empreendimentos. |
| Necessidade da diversificação no setor de bares e restaurante (70% especializado em comida mineira) | Hoje a cidade conta, além dos restaurantes de comida mineira, com um restaurante de gastronomia Árabe, Portuguesa, dois especializados em massa, entre outros. | A gama de serviços de alimentação esta ainda em ascensão, a cidade já conta com uma franquia de uma rede nacional, um restaurante japonês e um com conceito contemporâneo por abrir. |
| Sistema incipiente de crédito | A maioria dos hotéis, restaurantes e lojas de artesanato já aceitam os principais cartões de crédito. | Além dos sistemas de crédito muitos estabelecimentos têm convênios com grandes empresas. |
| Asfaltamento das rodovias da região (Corinto, Montes Claros, Serro, Turmalina) | MG-214 e BR-241 foram totalmente asfaltadas, MG-10 e MG-220 estão em processo de asfaltamento. | O trecho Milho Verde-Serro já foi asfaltado e a obra de Diamantina até Milho Verde já iniciou, assim como também o trecho Serro-Conceição do Mato Dentro. |
| Implementação dos Parques Nacionais do Biribiri e Itambé | Ambos os parques já recebem turistas mas não são ainda legalmente abertos à visitação. | O Parque do Itambé recebe turistas com agendamento e a Vila do Biribiri, área não protegida dentro do parque possui hoje dois restaurantes, uma pousada, um hotel em construção e várias casas particulares que antes fechadas estão hoje habitadas. |
| Tornar a Gruta do Salitre reserva de Proteção Ambiental (APA) e equipá-la com infraestrutura turística. | A gestão pública da Gruta foi cedida ao Instituto Biotrópicos que tem realizados ações para oferecer aos visitantes um atrativo seguro e com infraestrutura para visitação. | Projetos abordando a Gruta tem sido selecionados em editais de abrangência nacional, a visitação esta organizada e precificada assim como eventos que podem acontecer no local. |

Fonte: elaboração própria adaptado de Campos (2000, p. 39-40) e de entrevista com a SECTUR57

O título recebido por Diamantina, não só a projetou no cenário turístico nacional como também exigiu mudanças e melhorais na cidade, não apenas nas áreas relacionadas ao turismo, mas também melhorias para a população em geral, como foi o caso dos asfaltamentos das rodovias e da modernização das condições de pagamento em todo comércio da cidade.

Com o título a cidade se junta as 936 cidades Patrimônios da Humanidade. Nesse contexto, com o intuito de organizar e planejar a atividade turística que o título da

⁵⁷ Entrevista com o turismólogo da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, Sidney Daniel Batista, realizada em 28.set. 2011

UNESCO proporcionou à Diamantina é criada em 18 de julho de 2002, por meio da Lei nº 2766, o setor específico para tratar de Turismo e Cultura no município, a Secretaria de Cultura e Turismo. Em 2005 uma nova lei altera a anteriormente citada, a Lei nº 3041 de 25 de outubro de 2005 insere o setor de Patrimônio à Secretaria, que passa a ser chamada de Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio.

Assim a cidade passa a ter um órgão específico para acompanhar a dinamicidade da atividade turística, além de planejar sua divulgação, interceder por políticas específicas e necessárias para um bom funcionamento da atividade, bem como monitorar a situação da área tombada pelo IPHAN e intitulada pela UNESCO.

5. Considerações finais

Por este trabalho, pode-se perceber o quão demorado, oneroso, burocrático e grandioso um processo de candidatura à Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO pode ser, mas também pode ser muito gratificante, garante-se.

Um bem, seja ele cultural ou natural, para ser importante mundialmente, primeiro, tem que ser importante para um município e ou para um Estado e assim importante para um país, um bem só estará na Lista da UNESCO se tiver um valor universal excepcional. Os conceitos de patrimônio adotados nas instâncias citadas foram apresentados ao longo do texto para que fosse possível compreender e mensurar o quão importante pode ser.

O processo para se preservar o patrimônio em âmbito mundial também foi apresentado, como forma de esclarecer e organizar as primeiras idéias quando se pensa em como preservar mundialmente um bem.

Para realizar, de fato, uma candidatura, deve haver preparação e planejamento, conhecer detalhadamente o processo e toda a documentação necessária é essencial, para isso o Manual de Referência do Patrimônio Mundial, documento de apoio deste trabalho deve ser minuciosamente estudado, pois é um documento elaborado pela UNESCO que dita o caminho certo e como deve ser feita uma candidatura.

Muito ouve se discutir, dentro da temática Patrimônio Mundial, sobre os reflexos do título para o aumento do turismo e também sobre o processo e as mudanças nas localidades que detém e inscrevem esses bens na Lista, mas pouco se encontra sobre uma candidatura sob o ponto de vista da própria UNESCO, por isso esse caráter técnico para descrever o processo, o qual, a inscrição de Diamantina ao título de Patrimônio Mundial foi estudada para ser possível mensurar a abrangência e demonstrar alguns caminhos que foram adotados para esta candidatura.

Para aprofundar sobre os reflexos da inscrição na Lista no aumento do turismo de uma localidade bem como a visibilidade no cenário do turismo mundial, existem várias publicações, das quais, algumas tratam também sobre Diamantina. O aprofundamento deste trabalho no que diz respeito à Diamantina, não se trata do turismo em si e nem da importância da atividade na cidade, e sim em como a candidatura de Diamantina foi avaliada pela UNESCO e suas considerações na avaliação das inscrições à Lista de Patrimônio Mundial.

Referências

ALMEIDA, G. *Manual das ações constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BRASIL, *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>> Acesso em: 02/06/2011.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em 02/06/2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 26/05/2011

BRAGA, S. e MACHADO, J. *Comunicação e cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN. 2010

IPHAN. *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*. – Brasília: UNESCO Brasil, 2013. 136 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: < <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-643-3.pdf>> Acesso em 20 de agosto 2014.

IPHAN. *Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento* – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial. __ Brasília, DF : Iphan, 2008. 80 p. : il. ; 15 x 20 cm.

IPHAN. *Diamantina*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=365>> Acesso em: 26 de jul de 2011.

IGNARRA, L. *Fundamentos do Turismo*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO CULTURAL. *Instituto Cultural instalou sinalização do Centro Histórico de Macau e do Patrimônio da Humanidade*. Disponível em: <<http://www.macauperitage.net/pt/News/NewsContent.aspx?nid=8977>> Acesso em 2 de jun. de 2011.

MACHADO, D. *A Imagem do Destino Turístico na Percepção dos Atores do Trade Turístico*: um estudo da cidade histórica de Diamantina/MG. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, Centro de Pós Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TEIXEIRA, K.; OLIVEIRA, M. *A experiência da gestão e planejamento do turismo das cidades patrimônio cultural da humanidade na Espanha aplicada à realidade brasileira*. Turismo e Sociedade, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 68-90, abril. 2010.

UNESCO. *O Patrimônio: Legado do Passado e Futuro*, Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>> acesso em 20/08/2014

UNESCO. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006

UNESCO. *Patrimônio's World Heritage Adventures: International Storyboard Competition 2010-2011*. Disponível em: <<http://www.unesconatcom.ph/docs/culture/Competition%20Guidelines.pdf>> Acesso em: 27/10/2011

UNESCO. *Lista de Patrimônio Mundial*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>> Acesso em: 01 de ago de 2011.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf> > Acesso em: 15/09/2011.

WIDMER, G. *A Convenção do Patrimônio Mundial e o Turismo*: Contribuições para a proteção e função social do Patrimônio Cultural da Humanidade. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, São Paulo, v.2, n. 1, p. 1-17, jan./jun.2008/1.

Políticas Públicas Culturais em Diamantina

Luana Maiara dos Santos

Teresa Cristina Vale

Resumo: Por meio das mudanças políticas, culturais e socioeconômicos ocorridas no mundo moderno e os fatores relacionados à identidade, participação social e cidadania, os fatores políticos são transformados pelo tempo e espaço. Desta forma, a construção histórica elucida o entendimento da Cultura Política e delinea as modificações, por meio das normas e valores culturais. A participação da sociedade é de grande importância na organização política cultural ligada em gozo de uma cidadania plena que atribui ao cidadão o direito a transparência, liberdade, desenvolvimento, igualdade e segurança, visando assim um bem comum. Percebe-se na análise os mecanismos efetivos na construção de uma participação direta entre a sociedade e o estado nas políticas culturais. E para compreender a política cultural é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados. É fundamental, portanto o conhecimento da cultura e sociedade ocasionadas pelas estruturas administrativas dentro de um papel central para contestar ou aceitar as relações de poder existentes.

Palavras-chave: Política, Sociedade, Cultura

1. Introdução

O estudo toma como base as discussões referentes à política, sociedade e cultura e visa analisar a participação da sociedade nas políticas públicas culturais, por meio das políticas públicas implantadas na esfera administrativa municipal da cidade de Diamantina-MG. A participação da sociedade é de extrema importância para o desenvolvimento da cidade.

Para que a mesma se desenvolva de maneira satisfatória é importante o fortalecimento do cidadão na esfera pública, possibilitando dessa forma, o diálogo, a negociação, o acordo, a descentralização e a colaboração entre todos que possuem o interesse em participar da organização no qual está inserido.

A política pública cultural primeiramente resgata a identidade, a autoestima, zela pela tradição e os novos valores. Aprimora e divulga as ações a partir das leis de incentivo e dos recursos públicos, voltados assim para o bem da sociedade.

A cultura está intimamente ligada à sobrevivência humana, por meio de símbolos que possuem significados particulares, linguagens, notações e signos tipos de símbolos, guiando a vida do indivíduo e pelo grupo. E para Bourdieu (1989) esses símbolos são compostos por sistemas simbólicos mito, língua, arte, ciência e constituem instrumentos de conhecimento e comunicação que apresentam o aspecto dual de serem, ao mesmo tempo, estruturas estruturantes e estruturadas.

De tal modo, a cultura está relacionada ao modo de agir, pensar e sentir que o homem tem demonstrado ao mundo, por possuir uma gama de complexidade, dinamismo e grande diversidade cultural.

Já o turismo cultural como reforçado por Isayama e Werneck (2001, p. 45), está intimamente relacionado:

(...) ao conjunto de crenças, normas, hábitos, personagens, símbolos, usos, costumes, valores imateriais e materiais que foram ou estão sendo realizado pelo ser humano em um determinado tempo através de manifestações artísticas ou científicas na construção do saber cultural.

Segundo Ministério do Turismo, turismo cultural se materializa quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com o propósito de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades fazendo com que os turistas se sintam a vontade de conhecer novos costumes, crenças, tradições, pessoas e ainda absorver o máximo de experiências que o espaço oferece. Isso se torna visível através da vivência da interação que o local remete, gerando desta forma o compartilhamento de informações e práticas coletivas.⁵⁸

Diamantina está localizada no Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, e segundo dados da Prefeitura Municipal de Diamantina (2014), o município faz divisas com: Gouveia, Serro, Datas, Couto de Magalhães de Minas, tendo uma população de 45.880 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE.

A formação do município de Diamantina como colocam Neves e Resende (2006) está intrinsecamente ligada à exploração do ouro e do diamante. Com isso, nos anos de 1713, o bandeirante paulista Jerônimo Gouveia partindo do Serro Frio, em direção ao norte, acompanhou o curso do rio Jequitinhonha e encontrou ouro na confluência do córrego Piruruca e Rio Grande.

Nessas águas iniciou-se a exploração, mas a área pujante estava no córrego conhecido por Tijuco, que era um pequeno afluente do Rio Grande. Nesse Local os

⁵⁸ Disponível em:

<[http://www.institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/Turismo Cultural.pdf](http://www.institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2014.

primeiros exploradores se fixaram. Assim, por volta de 1719 e 1722 foram encontrados os primeiros diamantes no então Arraial do Tijuco (BICALHO e TEIXEIRA, 2010).

Descobertos os diamantes, Neves e Resende (2006) apontam que entre 1729 e 1734 a sua exploração era permitida aos que tivessem escravos e capital para investir, assim a exploração passou a ser o principal motor da economia diamantinense na época. Porém, a exploração por ordem da corte ficou inoperante durante um período, vindo em 1732, a ser restabelecidas com a condição de não serem praticadas por escravos ou fora do arraial (IBGE, 2011) ⁵⁹.

Em seguida foi criada a real intendência, e mais adiante a real coroa, em 1738, resolveu implantar o regime de contratos para a extração de diamante (IBGE, 2011)⁶⁰. Bicalho e Teixeira (2010, p 93) abordam que “foi definido o sistema de contrato, por prazo determinado de quatro anos sendo o primeiro contratante João Fernandes de Oliveira e seu sócio Francisco Ferreira da Silva, que assinaram no dia 1º de janeiro de 1740 com fim previsto para o dia 1º de janeiro de 1743”.

Em 1771, Bicalho e Teixeira (2010) aponta o fim do contrato com o desembargador João Fernandes de Oliveira, um alvará régio extingue o sistema de contratos e a coroa cria a real extração de diamantes, mas que a partir da terceira década do século XIX foi extinta legalmente em 1832 e na prática em 1841, o que facilitou a liberação do comércio e o garimpo para qualquer pessoa na região.

Na década de 60, entretanto, houve uma crise geral dos preços de diamante, o que proporcionou um grande colapso econômico e o fortalecimento da industrialização e do comércio (MAGNANI, 2008).

Nesse processo, o Arraial do Tijuco, tornou-se livre da mineração. Sendo elevado à categoria de Vila em 1835, e vindo a ser mais tarde a cidade de Diamantina. Por meio da expansão de pequenos arraiais ao longo dos cursos d’água em direção ao núcleo administrativo do Tijuco, foi se formando o conjunto urbano de Diamantina, tendo como primeiras vias a Rua do Burgalhau, Rua Espírito Santo e Beco das Beatas (NEVES e RESENDE, 2006).

Segundo Martins (2000) a partir daí, no início do século XX, Diamantina firmara-se como o centro comercial mais importante do norte de Minas Gerais, mantendo-se nessa posição durante três décadas, fruto do incentivo da estrada de ferro em 1914. Porém, nos anos 60, deixa de ser um importante entreposto comercial devido à expansão das estradas de rodagem para outras regiões do Jequitinhonha.

⁵⁹Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 agos. 2014.

⁶⁰ Idem.

Em processo de estagnação econômica com a queda do comércio, Neves e Resende (2006) colocam que o turismo vem desempenhando cada vez mais importância na economia local. O município conta com atrativos naturais, históricos, culturais e musicais.

Diamantina, deste modo, possui sua cultura bastante peculiar nesses aspectos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN rege as normas culturais na cidade, a fim de preservar as características singulares da cidade colonial.

Com o passar dos anos a cidade de Diamantina teve várias administrações dentre essas administrações esse trabalho tem como foco período de 2008 a 2012. A cidade de Diamantina teve como prefeito municipal de Geraldo Silva Macedo e como vice Dr. Miguel Pontes foi nesse período que a Câmara Municipal de Diamantina cria a lei do fundo municipal de políticas públicas culturais que tem como objetivo criar e financiar as políticas públicas municipais⁶¹ que são voltadas para ações de preservação, resgate, valorização, promoção do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial da cidade de Diamantina.

Nessa gestão o Fundo Municipal de Políticas Públicas Culturais aplicou seus respectivos recursos por meio das deliberações do Conselho Municipal de Cultura (CMC). Os conselhos de políticas públicas têm como intuito buscar ⁶² instituições participativas com funções deliberativas nos municípios brasileiros acerca do processo de decisão das políticas públicas em um processo de decisão das diversas modalidades perante o desenvolvimento local.

É importante destacar que os conselhos podem ser vistas como iniciativas concretas da jovem democracia brasileira de valorização dos canais de reflexão coletiva como possibilidade de esclarecimento dos cidadãos, aumento no controle dos políticos e da burocracia do Estado e de se aprimorar a implementação de políticas estatais (ARAÚJO, 2004, p. 157).

Ainda no período do mandato do prefeito Geraldo Macedo a cidade foi beneficiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC previstas naquele período para as cidades históricas com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural, incrementando a capacidade de geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.

⁶¹ Disponível em:

<http://www.diamantina.mg.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100131242&ildNoticia=186893>. Acesso em: 20 agos. 2014.

⁶² Desde que o Projeto Democracia Participativa / UFMG, coordenado pelo Professor Leonardo Avritzer, iniciou seus estudos sobre conselhos, vários pesquisadores têm contribuído com o refinamento teórico-metodológico para a análise dos conselhos que apresentamos neste artigo, dentre eles a professora Cláudia Feres Faria, os estudantes de pós-graduação Áurea Mota, Laura Jardim, Uriella Coelho, Roberto Pires, Carolina Tomás, Clarice Barreto, Tatiana Ramalho e todos os estudantes de graduação que vêm trabalhando na codificação dos dados.

Como mostra no site da prefeitura de Diamantina tanto as receitas do fundo municipal de políticas públicas como as dotações orçamentárias de créditos adicionais lhe conferem pelo poder executivo.

A estrutura de Diamantina administrativa concentra várias responsabilidades por meio das parcerias com as instancias de governo federal e estadual que tange suas políticas públicas.

De 2010 a 2013 o Fundo Municipal de Políticas Públicas através do artigo 6º apoiou, financiou, estimulou, incentivou, valorizou e promoveu o custeio das políticas públicas culturais.

O Fundo Municipal de Políticas Culturais- FMPC apoia as manifestações culturais, com base no pluralismo, na diversidade, nas vocações e potencial de Diamantina.

2. Políticas públicas culturais e turismo

O turismo, como colocado por Barretto (2004) é o movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de qualquer coisa, gente. É gerado pelo deslocamento voluntário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que elas vivem, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada (VELOSO, 2003).

O turismo tem o segmento cultural como um dos aliados à movimentação da própria atividade, pois de acordo com o Ministério do Turismo (2010, p.11)⁶³ “os aspectos de pluralidade e da diversidade cultural representam para o turismo a oportunidade de estruturação de produtos diferenciados, com o conseqüente aumento do fluxo de turistas; e converte o turismo em uma atividade capaz de promover e preservar a cultura brasileira”.

Assim, o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas as vivências dos turistas que os desfrutam. Por meio do patrimônio histórico e cultural do local em que as pessoas estão inseridas a compreensão do cotidiano torna-se elemento significativo para a formação da identidade⁶⁴.

⁶³ Disponível em

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/do_wnlods_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 1 agost.2014

⁶⁴ Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html>. Acesso em: 1 agost. 2014

A experiência segundo Netto e Gaeta (2010) liga a cada turista de forma distinta e particular, em que as experiências podem ser positivas ou negativas quando se concretizam ou não os objetivos esperados ocasionando um sentimento de alegria ou tristeza em relação ao destino. Dessa forma, esses fatores serão determinantes para que o turista tenha desejo de voltar ao lugar visitado. Por isso é fundamental proporcionar aos turistas satisfatórias vivências, para a valorização do ambiente.

Cultura não é uma esfera, mas uma dimensão abrangente de um processo individual e coletivo. Assim, para compreender a política cultural é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados, devido a uma subjetividade e identidade, fazendo com que a cultura desempenhe um papel central para contestar ou aceitar as relações de poder existentes.

As políticas culturais podem ser exemplificadas pelos movimentos sociais por sempre ter uma identidade, símbolo, mobilização social, um ou mais objetos (causas), dando novos significados as interpretações culturais dominantes da política, fomentadas pela modernidade.

Beni (2007) aponta que não existe apenas uma cultura, pois vários fatores como ecológicos, econômicos, sociais entre outras são capazes de interferirem no espaço cultural compartilhado entre os contemporâneos e transmitidos de geração a geração.

Nesse contexto é reforçado junto a Constituição Federal de 1988, no artigo 216⁶⁵a cultura, pondera-se sobre o patrimônio histórico e cultural os bens relacionados ao material e imaterial, demonstrada pelos valores existentes na cidade por meio da identidade e memória que o espaço possui.

Como os elementos culturais estão intrinsecamente relacionados a produção, reprodução e transformação da vivência do ser humano é importante a organização dessas práticas para assim obter a multiplicidade de conhecimentos e reflexões do autóctone e do turista tanto nacional como internacional.

Os sistemas políticos e históricos mostram assim que a história não está fora do tempo em que é escrita, sendo que a realidade do tempo e o espaço interferem nos fatores que afetam a história e a política. E para que haja melhores alternativas de organização social é fundamental que haja políticas, modos de interpretação da sociedade e ações que podem ser interpretadas pela cultura.

A ciência política permeia o governo, a administração pública, as relações de poderes, o comportamento político e as políticas públicas. Sendo que o sistema político:

⁶⁵ Disponível

em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 16 agos..2014..

conglomera e substitui o Estado e o Poder como relata Cardoso (2012) e suas relações de integração sociais bem sucedidas aumentando a politização.

Desta maneira, o conceito de Estado amplia e transborda as fronteiras institucionais, identificando as formas pelas quais integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Gramsci (1954) ⁶⁶coloca que a própria construção das vontades coletivas e individuais, forma uma sociedade que organiza o poder do Estado.

A sociedade em que vivemos está em constantes mudanças, o dinamismo que as informações se produzem e reproduzem mostra que a sociedade varia em relação ao tempo e o espaço, desta maneira a sociedade pode ser entendida pelo conjunto das instituições. Essas instituições e a cultura podem ser afetadas pelas regras e valores, somado por ideias e objetos materiais compartilhados muitas vezes por meios de fatores políticos.

É possível observar que a política e cultura são inseparáveis, pois:

“A cultura, compõe-se do conjunto de projetos e visões de mundo, pautados por valores, crenças, e auto percepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar social- desenvolvidos por cada classe ou fração , em permanente disputa. E a política como também como na cultura favorece os surgimento de variantes sistêmicas por meio de uma estrutura cultural induzida pelas relações de poder (GRAMSCI, 1979, p.102)

A história cultural então é posta como uma renovação do estudo das sociedades humanas, onde quem surge com seguimento é a École de Annales evocada pela cultura política e renovada pela história política. A cultura política então surge por meio de múltiplos parâmetros e não possui uma única explicação, e sim várias, no qual permite adaptar ao comportamento dos seres humanos.

A cultura política assim elaborada e difundida a escala das gerações, não é um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece como múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas , não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades. É entender que a cultura política supre no mesmo tempo, uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto (BERSTEIN, p. 357).

A cultura política é diferenciada da tradição política, que se consolida de maneira evolutiva. Como e por que nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que

⁶⁶ Fragmento extraído do texto A Cultura Política escrito por Serge Berstein.

corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história que atravessam várias gerações (BERSTEIN, 1998: 355).

Assim, a cultura política não é estática e se modifica entre as gerações e a diversas vivências. Os discursos, símbolos, ritos e palavras exercem papel significativa na cultura política, podem variar entre os períodos da história e entre as sociedades.

Essa nova história política evoca uma renovação com o estudo das sociedades e evidencia novos valores e conceitos referentes à cultura política e sua evolução. Berstein (1998) expõe que a Cultura Política surge com uma explicação determinista pela sociologia da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ocasionadas pelas grandes crises da história.

Jean- François Sirinelli relata que a cultura política: “Trata-se de uma espécie de código e de um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

A cultura política constitui desta forma, um conjunto coerente em que as informações possuem relações com os outros, permitindo definir a identidade ou até mesmo identidades dos quais se relacionam. Os objetos compõem:

- 1-Base filosófica e doutrinal
- 2-Leitura comum do passado histórico
- 3-Visão institucional
- 4-Concepção idealista da sociedade
- 5-Discurso

Podendo ser constatado que a cultura não é uma esfera, mas uma dimensão abrangente de um processo individual e coletivo. E para compreender as políticas culturais é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados, devido a uma subjetividade e identidade, fazendo com que a cultura desempenhe um papel central que conteste ou aceite as relações de poder existentes.

A cultura política se faz de tal modo por meio de representações, tradições, ideologias de um caráter plural. Constituindo um conjunto lógico em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade.

As políticas culturais podem ser exemplificadas pelos movimentos sociais por sempre ter uma identidade, símbolo, mobilização social, um ou mais objetos, dando novos significados as interpretações culturais dominantes da política, fomentadas pela modernidade.

Já as culturas políticas são recorrentes aos princípios da racionalidade, universalidade e individualismo, são influenciados pela Europa e pela América do Norte, sendo fomentado o liberalismo na América Latina. A cultura política forma-se a partir de uma longa duração, onde os poderes pessoais, sociais e políticos se superpunham uma única e mesma realidade, mas foi por meio da política cultural que os mecanismos de representação política culminaram a transformação social.

Além do tempo a cultura política possui instituições que se baseiam na família, escola, meio de trabalho e partidos políticos. No entanto, existem outros vetores que podem influenciar a cultura política a qual é resultante de mais que uma mensagem unívoca. E pode ser difundida e evolutiva na medida em que estas trazem respostas baseadas nos problemas e conflitos da sociedade.

O estado de Minas gerais é conhecido nacionalmente e internacionalmente por suas representações culturais. De tal modo, a cultura é representada por momentos e pelas variedades de conhecimento oferecido durante as atividades turísticas relacionadas à vivência, dentro das percepções do patrimônio histórico cultural.

Com o propósito de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades fazendo com que as pessoas se sintam a vontade de conhecer novos costumes, crenças, tradições, pessoas e ainda absorver o máximo de experiências que o espaço oferece. Ao nos remetermos a esses processos fica demonstrada que existem várias culturas.

A cidade de Diamantina, além de possuir encantos paisagísticos tem uma tradição musical acentuada, dada por meio da influência europeia no qual marcou profundamente a cultura local, notabilizada por serestas, saraus, corais, manifestações portuguesas de origem Fernandes e Conceição (2007). Diamantina assim pode ser considerada um cenário cultural e com muitas tradições.

E como produto turístico pode-se salientar sobre o evento Vesperata como colocado por Fernandes e Conceição (2007), aponta que monsenhor Walter de Almeida afirmava que as tardes em Diamantina eram verdadeiras tardes vesperais, utilizando o termo vespéral como o sentido de espetáculo, pela qualidade e requinte da musicalidade.

A Vesperata, de acordo com Guimarães e Ferreira (2006) teve o seu começo em meados do século XIX, quando já existiam em Diamantina várias bandas musicais. As bandas já haviam se tornado parte integrante do cenário cultural das cidades do interior mineiro. Elas exerciam caráter social com o intuito de promover a educação artística da população por meio de manifestações de caráter comunitário (FERNANDES e CONCEIÇÃO 2007, p.99). Os autores ainda colocam que se

destacavam as Bandas Corinho e Corão que já cumpriam esse papel, e mais tarde se juntariam a elas a banda do 3º Batalhão da Polícia Militar.

Em princípio como as bandas ofereciam retretas populares de uma banda musical nos coretos, jardins ou praça pública, que eram executadas principalmente no Coreto Municipal, defronte ao prédio da câmara legislativa, na atual Praça Conselheiro Matta. E para sua realização eram utilizados instrumentos musicais como trompetes, trombones e bombadinos (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007).

Com o passar do tempo, o maestro João Batista de Macedo componente da banda militar, foi o responsável pela renovação do modo como às apresentações das retretas eram expostas ao público. O que pode ser observado pela seguinte passagem em que ele:

Dividia a corporação musical em três partes, colocando o corpo principal no Coreto Municipal, na praça ao lado da igreja da Sé, uma segunda turma no gradil fixado na rua direita e uma terceira, em frente à entrada principal da Câmara Municipal. Ato contínuo passou a destacar grupos de músicos, juntamente com os solistas, distribuídos pelas sacadas das janelas dos sobrados estabelecidos nessa praça (FERNANDES e CONCEIÇÃO 2007, p. 100).

Deste modo, iniciou-se a busca por elementos que representassem a cultura diamantinense. Visto isso, o Monsenhor Walter Almeida, sugeriu a volta da banda militar para as sacadas, como atração musical a ser recuperada e oferecida para deleite das autoridades que havia aumentado o fluxo de visitas à cidade, como forma de demonstrar a riqueza musical, fruto de um passado, em que a música, entremeada ao som de vozes transformava as tardes diamantinenses em tardes vesperais (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2007).

Para tanto foi realizado o lançamento pelo Ministério da Cultura do Programa Nacional de Turismo Cultural, oportunidade na qual Diamantina apresentou um dos seus potenciais culturais ligados à musicalidade, representado pela Vesperata. Retomando a tradição diamantinense idealizada pelo maestro João Batista de Macedo, em suas apresentações com a banda militar, em que os músicos eram destacados nas sacadas dos sobrados, sendo regidos pelo maestro no centro da praça, ladeado pelo público ouvinte.

Para tanto foi realizado o lançamento pelo Ministério da Cultura do Programa Nacional de Turismo Cultural, oportunidade na qual Diamantina apresentou um dos seus potenciais culturais ligados à musicalidade, representado pela Vesperata. Retomando a tradição diamantinense idealizada pelo maestro João Batista de Macedo, em suas apresentações com a banda militar, em que os músicos eram destacados nas sacadas

dos sobrados, sendo regidos pelo maestro no centro da praça, ladeado pelo público ouvinte.

A Vesperata segundo Souza (2008), é uma manifestação cultural expressiva e única em todo o Brasil. O evento acontece quinzenalmente de março a outubro de cada ano, período onde menos ocorrem as chuvas. Atualmente é um dos produtos turísticos mais procurados que a cidade oferece e o evento de maior influência das políticas públicas culturais.

Diamantina é uma cidade colonial que tem o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, atualmente existem várias manifestações culturais ligada a música como mostrado a Vesperata e as festividades Semana Santa, Festa do Divino e Festa do Rosário que possui forte tradição de toda a população possibilitando conhecer a sua identidade cultural e o pluralismo dos segmentos culturais existentes na cidade.

Todas essas manifestações culturais dependem de políticas públicas, pois dependem de ações de incentivo e assistência a cultura, por meio do escopo das ações do Estado. E todo esse processo tem a participação direta da administração pública que planeja e fomenta as políticas voltadas a cultura, tendo a sociedade relevante papel na construção da política e esta com o direito adquirido de participação.

O novo modelo gestão eficiente está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos atores da sociedade e na criação de melhores maneiras de participação democrática.

3. Considerações finais

Portanto, a política a sociedade e cultura possuem ligações fundamentais na compreensão da vida do indivíduo e em sociedade. As pessoas necessitam de ter mais participação na vida política do país, da região e da sua cidade para poder contestar ações que não são importantes para o desenvolvimento da região, que direta ou indiretamente interfere na vida.

A sociedade diamantinense necessita ser mais articulada com a administração pública, pois o Estado não possui condições de implementar políticas culturais sozinho é preciso que exista a ampliação vinculada ao surgimento de novos atores sociais, decorridos do rápido processo de modernização.

É possível perceber que a política foi o alicerce da cultura política. A interação entre as culturas é algo válido como forma de conhecimento, aprendizado e entendimento. Mas, não existe uma verdade absoluta referente a cultura que leva as

peças a compreender as motivações que fazem adotar este ou aquele comportamento político.

A interação entre as culturas é algo válido como forma de conhecimento, aprendizado, entendimento, porém deve haver um limite para que a cultura local não se perca com o passar dos anos, ou simplesmente perca a sua representatividade perante a nova cultura.

Para compreender todo esse processo é necessário grandes reflexões em relação aos processos de modernização e suas implicações sociais, que são diretamente relacionadas a cultura.

Referências

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

BERSTEIN, S. Os partidos. IN: REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

CARVALHO, J. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DALLARI, D.A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DUTRA, E. História e Culturas Políticas. Definições, Usos e Genealogias. IN: *Varia História*, n. 28, Dezembro de 2002

EDUCAÇÃO PÚBLICA. *Movimentos sociais, tecnologias de informação e o ativismo em rede*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0022.html>> Acesso em: 13. Jan. 2014.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, A. C; CONCEIÇÃO, W. *La Mezza Notte: O lugar social do músico diamantinense e a origem da Vesperata*. 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2007.

GOHN, M. (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, M. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

JUSNAVIGANDI. *Cidadania é para todos*. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14885/a-cidadania-e-para-todos#ixzz2btU3eurQ>> Acesso em: 13. Jan. 2013.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e STATUS*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

REMOND, René. "Por que a história política". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7 (n. 13, 1994)

Visões Qualitativas dos Atores da Vesperata em Diamantina/MG e suas possibilidades diante da teoria do marketing de destinos⁶⁷

Carlos Eduardo Silveira

Juliana Medaglia

Maria de Lourdes Santos Ferreira

Viviane Cristina de Paula

Resumo: A Vesperata é um evento musical periódico que acontece no centro histórico de Diamantina/MG, ao ar livre, durante os meses de baixa pluviosidade (entre março e outubro). Por sua qualidade e singularidade ajudou a cidade a alcançar o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO e, ao longo dos anos, configurou-se como o principal produto turístico do destino. Sua forma de organização e, especialmente, de comercialização tem sido alvo de conflitos recentes, demandando a criação de um grupo de trabalho para discuti-la, o que levou à compreensão da necessidade de conhecer-se mais a percepção de cada ator do processo acerca do produto. Este trabalho é fruto da pesquisa cujo objetivo foi construir uma visão qualitativa e holística da Vesperata a partir das percepções dos atores envolvidos no evento, sendo de caráter exploratório e do tipo qualitativa, que teve como método de coleta entrevistas semiestruturadas aplicadas em grupos de discussão conformados de acordo com os atores envolvidos na Vesperata. Ao analisar os resultados da pesquisa à luz da teoria de marketing de destinos, chegou-se a um Produto em um ponto entre Maturidade e Saturação e que apresenta sérios problemas de comunicação entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: Diamantina; Vesperata; Produto Turístico; Marketing de Destinos.

1. Introdução

Atualmente a sociedade e os processos produtivos passam por transformações significativas. A globalização avança sobre as sociedades de forma acelerada, recriando modelos sociais que vão desde a reorganização de núcleos familiares a transformações profundas no mercado de trabalho, gerando, entre outras consequências, cenários extremamente competitivos. A relação entre globalização e aumento da concorrência foi apresentada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2004, p. 25) ao afirmar

67 Artigo originalmente publicado na Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET/UFJF, v.2, n.1, p. 14-27 jan./jun. 2012.

que “em 1959 os quinze primeiros destinos do mundo contabilizavam 87% das chegadas internacionais, em 1970 este número era de 75% e já em 2000 somente 62%”.

Assim, o estudo do fenômeno turístico vem acompanhando as transformações da sociedade contemporânea e, a partir das diversas áreas que interagem na atividade turística (acordes ao caráter inter e multidisciplinar do fenômeno), vem desenvolvendo, pesquisando e criando seus próprios estudos e teorias, em um processo claro de amadurecimento, profissionalização e até mesmo popularização do acesso ao turismo e ao lazer para as demais camadas da população, em especial no Brasil.

Neste contexto, o atual Governo Brasileiro continua investindo no Turismo, mantendo um Ministério do Turismo (MTur) exclusivo, o qual vem, nos últimos anos, atuando diretamente em planos de desenvolvimento, ações de promoção e comercialização, estruturação das políticas públicas do setor, qualificação e até estudos de marketing do Brasil e seus destinos.

Na cidade de Diamantina, pode-se apontar como reflexo desse processo, a inclusão da cidade em um Estudo da Fundação Getulio Vargas encomendado pelo MTur, que estabeleceu a listagem dos 65 (sessenta e cinco) Destinos Indutores de Turismo no Brasil. Em consonância com o Plano Nacional de Turismo (2007-2010) e tendo como base os Planos de Marketing Internacional (Plano Aquarela, 2005a) e Nacional (Plano Cores, 2005b) o estudo apontou todas as capitais e até cinco cidades em cada Estado como capazes de induzir o desenvolvimento turístico de sua região (BARBOSA, 2008). Esses destinos, incluindo Diamantina, estão sendo priorizados com políticas públicas específicas, mas para receberem tais benefícios, devem oferecer contrapartidas, que vão desde recursos em âmbito público local, e projetos em parcerias público-privadas, até pesquisas que versem sobre o turismo no município.

Sem dúvida, é uma oportunidade significativa para o turismo diamantinense especialmente em termos de desenvolvimento. Neste contexto, a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Diamantina (SECTur) vem atuando à frente de diferentes iniciativas para repensar o turismo da cidade, entre elas a criação do Grupo de Trabalho da Vesperata.

Este grupo atua desde junho de 2009 trabalhando na compreensão da Vesperata como principal evento cultural e produto turístico da cidade e é composto por membros da própria SECTur, do Circuito dos Diamantes, do SEBRAE local, da ACID (Associação Comercial e Industrial de Diamantina), da Promotoria Pública e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(UFVJM). O objetivo desse Grupo de Trabalho é oferecer um panorama holístico da Vesperata, e dessa forma ser capaz de acompanhar mais efetivamente as demandas populares acerca do evento, que vem sofrendo forte pressão popular para ser reformulado.

Assim, foi no intuito de colaborar no processo de investigação e construção de diagnóstico acerca da necessária visão qualitativa de todos os atores da Vesperata que o Departamento de Turismo da UFVJM, por meio de corpo técnico composto por alguns de seus professores, incluindo a professora que representa a Universidade no GT da Vesperata, realizou a presente pesquisa cujo objetivo foi construir uma visão qualitativa e holística da Vesperata a partir das percepções dos atores envolvidos no evento, a fim de diagnosticar a situação atual desse produto turístico. Nesse contexto, considerando que boa parte das reivindicações do empresariado local versa a respeito das formas de comercialização do evento e tencionando oferecer aos envolvidos mais do que um diagnóstico, os resultados da pesquisa foram ainda, analisados à luz de teorias do marketing de destinos que acreditam os pesquisadores, podem colaborar para a necessária evolução do evento. Assim, o trabalho a seguir apresenta um breve referencial teórico acerca do marketing de destinos turísticos relacionado com o poder público, seguido da metodologia utilizada. O próximo tópico é a realização da pesquisa, que apresenta o produto turístico Vesperata, as categorias da pesquisa, os resultados e, por fim, a discussão desses resultados à luz do marketing de destinos. O trabalho encerra-se com as considerações finais que aponta resultados de uma pesquisa de cunho acadêmico, mas cujo objeto está permanente transformação levando em considerações inclusive, os resultados dessa pesquisa.

2. Considerações acerca do Marketing de Destinos Turísticos e sua relação com o Poder Público

O conceito e os modelos de marketing vêm evoluindo ao longo dos tempos. Miquel et al. (1994) apontam que paralelamente ao desenvolvimento da economia de mercado, o marketing vem adquirindo novas funções tanto no conjunto da economia como no interior das organizações. Esta evolução é verificada também nas orientações do marketing, que já teve seu enfoque principal na produção, nas vendas, nos clientes e nas relações, estes dois últimos bastante comuns no mercado atual.

Ainda assim, muitas organizações, não somente no setor turístico, seguem utilizando o marketing de maneira parcial ou equivocada, utilizando exclusivamente para as vendas com ênfase na promoção. Desta maneira é esquecida sua função estratégica, que deve apontar o caminho que as organizações devem seguir. Para uma correta implementação do marketing, que considere o entorno, a sustentabilidade e o relacionamento com os turistas, apresenta-se o conceito de marketing turístico de Bigné et al (2000, p 38) que aborda tanto os turistas quanto a comunidade local:

se apoia nas análises sistemáticas e permanentes das necessidades dos turistas e da comunidade local, assim como uma reflexão sobre a situação atual do mesmo, a análise da evolução de seus mercados e identificação dos diferentes produtos-mercados e segmentos atuais ou potenciais, com o objetivo de detectar oportunidades e ameaças.

À amplitude deste conceito ainda é necessário aliar algumas especificações da aplicação e desenvolvimento do marketing de destinos. O primeiro ponto chave é relacionado à análise da situação. Ao analisar as oportunidades e ameaças apresentadas pelo entorno, os gestores públicos responsáveis pelo destino devem considerar aspectos políticos, sociais, econômicos e legais das principais localidades emissoras, além de considerar o desempenho dos seus concorrentes (outros países, regiões ou zonas turísticas). Já em termos de análise interna, é necessário considerar estudos detalhados tanto quantitativos como qualitativos da oferta, dos recursos turísticos, da imagem do destino e, obviamente da demanda real e sua evolução, elaborando estudos comparativos ano a ano (SERRA, 2002).

Ainda que no mercado turístico em geral e junto às empresas do setor, em especial, a maior ênfase da atuação do setor público sejam os esforços de promoção e fomento à comercialização do turismo, seu papel na composição da oferta parte dos serviços públicos, que antes de colaborar para o êxito a atividade turística devem servir aos cidadãos que habitam o destino. De acordo com Martín (2004) a administração local atua na ordenação do turismo, sendo responsável também pelos serviços de abastecimento de água, energia, limpeza, segurança, e a OMT (1998) acrescenta e esses praias e monumentos, considerados como parte da matéria prima do turismo. No caso de Diamantina – objeto de pesquisa desse estudo – esse processo passa pela condução de seu principal produto turístico, a Vesperata.

A correta gestão e regulamentação dos serviços públicos considerados básicos, dos recursos turísticos e da qualidade de vida da comunidade local exigem um trabalho contínuo e de longo prazo, com esforços governamentais direcionados a atividade turística apoiados em políticas públicas claras e com capacidade de administrar o destino de maneira sistêmica. Para Marques (apud BENI, 2006, p 17) “toda política pública é concebida a partir de uma representação do setor à qual ela se refere, assim como a um conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos de poder que a implementarão”. Neste sentido, estabelecer políticas públicas para o turismo é uma empreitada complexa, uma vez que a atividade turística envolve diversos outros setores.

A má formulação e execução destas políticas públicas podem gerar perdas profundas para a localidade e seus agentes, como destacam Trigo e Panosso (1993, p 98) ao colocar que “o turismo é um fenômeno que não cria somente empregos, impostos e desenvolvimento. Se mal planejado e implementado é um fator de poluição, exclusão

social, concentração de renda, aumento da prostituição (...), e comprometimento dos investimentos em projetos mal elaborados”.

Cabe então a reflexão acerca da atuação dos organismos públicos no desenvolvimento do marketing de destinos. Iniciando com o ‘P’ de produto pode-se fazer referência ao planejamento turístico, no desenvolvimento do produto (MEDAGLIA, 2005). Isto implica em pesquisa e análise de mercado, necessárias para a criação e implantação de um produto, tomando como base o planejamento estratégico do destino ou sendo realizadas em conjunto.

Compreender o ‘P’ de promoção, que segundo Petrocchi (2004, p.339), busca “provocar um encadeamento de efeitos no público-alvo que levem à decisão final da compra”, é ainda mais necessário diante dos serviços e destinos turísticos, para os quais a informação é a principal ‘aquisição’ que um turista possui antes do efetivo desfrute de sua viagem. Os empresários turísticos vendem o uso de instalações e serviços para que os turistas desenvolvam experiências satisfatórias (VALLS, 1996). Outro enfoque da promoção é apontado por Serra (2002, p 283) quando menciona que:

para muita gente, marketing é promoção, porque a promoção é a faceta mais visível do marketing. Porém, a promoção é somente uma parte do marketing, um dos quatro ‘P’ ou variáveis controláveis do marketing. É a ponta do iceberg que todos veem, mas somente alguns são capazes de ver o iceberg completo.

O custo deste processo de comunicar o intangível faz com que as organizações de marketing de destinos realizem campanhas promocionais, enquanto os fornecedores locais participam e contribuem com o financiamento das mesmas. Os orçamentos de promoção turística ocupam um destacado lugar nas ações de marketing dos distintos países (BIGNÉ et al, 2000).

Já quanto à relação do papel do setor público e os ‘Ps’ de preço e ponto de venda (que no turismo é considerado distribuição), cabe destacar as necessárias políticas públicas de regulamentação do setor turístico, no intuito de regulamentar tais atividades para salvaguardar o turismo.

O que se observa hoje é que a natureza do setor público na atividade turística foi afetada pelo modelo empresarial, transformando a maneira tradicional utilizada pelos organismos públicos nas últimas décadas. De acordo com este modelo a eficiência, o retorno dos investimentos, o papel do mercado e as relações com os *stakeholders* são fundamentais (MISTILIS e DANIELE, 2004).

Porém a problemática neste modelo atual de desenvolvimento da atividade turística está no fato de que talvez se esteja gerando crescimento econômico para poucas empresas e muita dependência por parte dos destinos. Segundo a OMT (1999) a ausência de controle por parte do ofertante em relação ao canal de distribuição pode

gerar situações nas quais sejam os intermediários os responsáveis pelos preços praticados no mercado, pressionando os produtos turísticos a baixar os preços para incrementar o volume de demanda captada. O que supõe um perigo para a manutenção da competitividade e da sustentabilidade de um destino.

Assim, entre outras funções, o papel do governo é estabelecer o ambiente regulatório no qual os negócios operam, segundo interessa ao desenvolvimento de uma localidade (HALL, 2005). Edgell (apud BENI, 2001, p 109) coloca que “o êxito futuro da atividade de turismo dependerá enormemente de políticas formuladas pelo Estado para administrar seu desenvolvimento, crescimento e maturidade”.

Nesse contexto teórico, é que presente pesquisa apresenta o intuito de colaborar com as possibilidades que o marketing de destinos oferece ao principal produto turístico de Diamantina – a Vesperata. Não só no âmbito da formatação e reformulação do produto, mas especialmente junto ao poder público municipal e sua gestão do turismo local.

3. Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto e considerando as características apresentadas anteriormente, elaborou-se uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Dencker (2007), a observação dos processos sociais, realizada com a participação do pesquisador no universo no qual ocorrem tais processos, caracteriza esse tipo de pesquisa, de maneira que o envolvimento dos pesquisadores com a Vesperata, quer seja enquanto professores da UFVJM e/ou enquanto moradores locais, não pode ser negado.

Segundo Cortes (2002), a particularidade da pesquisa qualitativa está relacionada com as possibilidades de descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo. Dessa forma, essa pesquisa pode ser classificada como exploratória já que “os estudos exploratórios são suficientemente flexíveis para permitir considerar os mais variados aspectos do problema de pesquisa. À diferença das pesquisas de comprovação de hipóteses, que anunciam as relações, a exploratória busca relações” (PIZAM, 1999, p.97).

Assim, foram feitas entrevistas com os grupos de interesse, considerando o que afirma Schlüter (2000), para quem a entrevista tem uma série de vantagens sobre outros métodos de levantamento de dados,. Avaliando o balanço entre vantagens e desvantagens, optou-se por adotar o método, destacando que segundo a posição da OMT (2006, 241), em relação às entrevistas “trata-se de método adequado para obter

informação valiosa de um número limitado de entrevistados mais do que para obter resultados estatísticos de uma amostra grande”.

Uma vez que Dencker (2007, p. 126) afirma que “nas pesquisas qualitativas o processo de coleta e interpretação dos dados é feito de modo interativo durante o processo de investigação”, o caminho para se atingir os objetivos propostos passou por entrevistas semiestruturadas aplicadas em grupos de discussão conformados de acordo com os atores envolvidos na Vesperata. O caráter qualitativo também pode ser reconhecido ao se considerar a importância de compreender de perto os motivos e percepções dos cidadãos que fazem parte da Vesperata, mesmo sendo esse grupo reduzido em número de atores. A forma como essa pesquisa qualitativa aconteceu, é apresentada a seguir.

4. A realização da pesquisa

4.1 O objeto de pesquisa: Produto Turístico Vesperata

Considerando as peculiaridades do objeto de estudo dessa pesquisa, optou-se por apresentá-lo antes de expor a metodologia utilizada, pois o caráter qualitativo desse trabalho faz com que seja necessário compreendê-lo antes de entender a metodologia.

Diamantina é uma cidade cuja musicalidade é encontrada ao longo de sua história. Registros de eventos musicais – religiosos, militares ou comunitários – datam desde 1918, passando pela instalação do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita nos anos 1950 e pela força do evento Vesperata, apresentada com destaque no dossiê que trouxe à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (CONCEIÇÃO e FERNANDES, 2007). De acordo com Lima e Maia (2010, p. 32-33):

Em 1997 a disposição musical criada pelo maestro João Batista de Macedo, foi resgatada por Diamantina, quando a cidade passou a buscar o título de Patrimônio da Humanidade. Para tanto, foi criada uma comissão, que identificou o evento musical e o colocou no dossiê que foi enviado para a UNESCO. [...] O dossiê destacava a música como a herança europeia mais marcante na cultura da cidade. Assim, para o lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural do Ministério da Cultura, em 16 de agosto de 1997, reviveu-se a antiga tradição em que o maestro, rodeado pelo maravilhado público, regia sua banda ao centro da praça e os músicos permaneciam em destaque nas sacadas e janelas dos imponentes sobrados coloniais.

Desde então, o evento musical denominado Vesperata vem sendo quinzenalmente apresentado. A singularidade consiste em apresentações que acontecem entre os meses de março e outubro (período de estiagem), ao ar livre, na

Rua da Quitanda, situada no coração do centro histórico da cidade colonial. As Bandas do 3º Batalhão da Polícia Militar e a Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz são situadas nas sacadas das casas coloniais, enquanto os Maestros são posicionados na rua, bem no meio do público. A regência ocorre dessa forma, sem sistema de sonorização, simplesmente com a acústica natural do local ecoando o eclético repertório, que vai de música clássica a cantores populares. O público – espremido em pé ou sentado às mesas comercializadas – participa, canta, dança e vive uma experiência única de ‘sentir’ a musicalidade de Diamantina na alma.

Entretanto, o amadurecimento do espetáculo musical enquanto produto turístico ao longo desses mais de dez anos não foi tão completo e tampouco simples. De evento musical para produto turístico, um longo caminho foi percorrido e, conforme ocorre muitas vezes em cidades pequenas com grande potencial turístico, esse processo não foi linear e nem profissionalizado. Sem garantias financeiras para bancar o evento e questionados pela Prefeitura Municipal que não tinha condições de sustentá-lo, um grupo de 13 empresários entre comerciantes, bares, restaurantes e meios de hospedagem, sustentaram financeiramente o evento, por meio da compra das 120 (cento e vinte) mesas disponibilizadas durante a Vesperata, desde o início dos anos 2000 até os dias atuais. Não se sabe determinar em que momento o evento cultural passou a dar lucro e conquistar uma parcela fiel de turistas, gerando a venda casada por parte desses empresários que comercializam a Vesperata atrelada à hospedagem. No entanto, nos últimos anos, esse modelo de comercialização e a falta de profissionalização nesse processo passaram a ser questionados por outros empresários do turismo que não tem direito à comercialização das mesas, chegando a levantar questões junto à Sociedade Civil Organizada local, com acionamento do Ministério Público e da Câmara de Vereadores, gerando então a criação do GT da Vesperata, apresentado na Introdução deste trabalho.

4.2 Categorias de pesquisa

A princípio cabe destacar que não foi tarefa simples reunir quase 30 (trinta) pessoas envolvidas na Vesperata, entre os dias 27 de maio e 06 de julho de 2010. Os atores foram convidados para encontros com subgrupos previamente definidos e aprovados pelo GT da Vesperata, sendo que todas as entrevistas foram filmadas com autorização dos presentes e transcritas entre os meses de junho e julho de 2010. Os subgrupos e a quantidade de membros presente em cada sessão de entrevistas, seguem no quadro abaixo:

Quadro 1 – Atores envolvidos na pesquisa

| GRUPO | APRESENTAÇÃO |
|--|--|
| “A” e “B” - Membros da Adeltur | Associação das Empresas Ligadas ao Turismo; empresas turísticas que têm em seu poder a responsabilidade e possibilidade de comercialização de mesas na Vesperata (“A”) ou associados sem direito à comercialização de mesas (“B”). |
| “C” -Bares/restaurantes e pousadas/hotéis não associados | Empresas ligadas ao turismo, mas não associadas à entidade responsável pela comercialização do Evento. |
| “D” Agências de viagens receptivas de Diamantina | Empresas de turismo atuantes no receptivo local. |
| “E”- Bombeiros e outros órgãos de segurança envolvidos com a Vesperata | Instituições que têm a responsabilidade pela segurança de todos os participantes. Reunião realizada com um membro do Corpo de Bombeiros e outro da Promotoria Pública. |
| “F”- Donos das sacadas da Rua da Quitanda que participam da Vesperata | Convidados para participar da pesquisa uma vez que os músicos usam esses espaços como palco e seus proprietários recebem pela locação do espaço. |
| “G” - Maestros e músicos | Artistas do espetáculo Vesperata, pertencentes às Bandas Mirim e da Polícia Militar. Reuniões incluindo os dois maestros e músicos de ambas as bandas. |
| “H” - Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo da Prefeitura de Diamantina-SECTur | Representantes do poder público local, responsável pelo evento, com participação no processo ao longo dos anos. Reunião incluindo servidores concursados e a própria Secretária da pasta. |

Fonte: elaborado pelos autores.

Desde que se iniciou a atividade do Grupo de Trabalho da Vesperata, houve um esforço de discussão para construção do histórico desse produto turístico, para que se pudesse unir os esforços das Instituições presentes ao GT no futuro e não no passado do evento. Para tanto, os membros-representantes apresentaram questões sobre a Vesperata, que ofereceram elementos para dimensionar sua profundidade. Assim, essas questões foram agrupadas em Dimensões, que foram a base para a construção do roteiro de entrevista. Tais dimensões e os grupos aos quais estas foram apresentadas são:

Quadro 2 – Detalhamento das Dimensões e Quesitos e Grupos relacionados

| DIMENSÕES | GRUPOS PERTINENTES |
|--|---|
| <p>1. Aspectos artísticos, estéticos e de inserção social</p> <p>Esta dimensão tratou dos aspectos relativos à estética do espetáculo (iluminação, uniformes dos prestadores de serviço, decoração, padronização dos equipamentos como mesas e cadeiras, etc), bem como o repertório, que também é um aspecto fundamental, além da inclusão social.</p> | <p>A) Adeltur C) Não associados F) Sacadas G) Maestros/ Músicos H) SECTur</p> |
| <p>2. Comercialização</p> <p>Questões sobre as formas de comercialização e promoção da Vesperata junto aos intermediários da cadeia turística e público final (visitantes que vem por pacote ou excursão, bem como turista independente).</p> | <p>A) Adeltur C) Não associados D) Receptivos H) SECTur</p> |
| <p>3. Econômica</p> <p>Os aspectos econômicos gerados pelo evento caracterizando os impactos diretos de sua realização, bem como a influência indireta no contexto econômico da cidade.</p> | <p>A) Adeltur C) Não associados D) Receptivos F) Sacadas</p> |

| | |
|--|---|
| | G) Maestros/ músicos H) SECTur |
| 4. Gestão e Produção Cultural | A) Adeltur |
| Avaliação das condições de gestão atual, a necessidade de capacidade técnica, transparência dos procedimentos, monitoramento do evento, gestão financeira, investimentos e produção. | C) Não associados D) Receptivos F) Sacadas G) Maestros/ músicos H) SECTur |
| 5. Infraestrutura e Técnica | A) Adeltur |
| Avaliação das condições físicas (disposição e padronização das mesas, corredores de segurança, condições do calçamento,) | E) Bombeiros H) Sectar |
| 6. Qualificação dos serviços ofertados no local | A) Adeltur |
| Qualidade no atendimento dos prestadores de serviço, preço, qualidade do cardápio, pós-evento. | C) Não associados D) Receptivos H) Sectar |
| 7. Legitimação de ocupação / uso do espaço público | A) Adeltur |
| Instrumentos jurídicos de regularização do uso dos espaços públicos e privados (sacadas), formas de compensação para os donos dos imóveis. | E) Bombeiros F) Sacadas G) Maestros/ músicos |
| 8. Acessibilidade/ democratização de acesso e cidadania | A) Adeltur |
| Relações entre a comunidade local e o acesso ao evento Vesperata | G) Maestros/ músicos H) SECTur |

Fonte: elaborado pelos autores.

Nas discussões realizadas utilizou-se as gravações autorizadas da atividade e permitiu-se a interação entre os respondentes de cada grupo. Para que a expressão de ideias e a avaliação posterior se dessem sem interferência, não houve interação entre os grupos, a fim de isolar as opiniões de cada ator. As entrevistas de cada grupo obedeceram ao mesmo roteiro de todos os envolvidos no item pesquisado, a fim de propiciar a comparação das declarações. Assim, cada grupo respondeu questões acerca de temas de sua pertinência, havendo sempre, no mínimo, dois grupos comparados no que diz respeito ao grupo de respostas.

4.3 Apresentação dos Resultados: percepções por dimensão

Os resultados dos conjuntos de perguntas são expostos a seguir de forma resumida e com a visão geral dos atores e não por grupo.

Dimensão 1: Aspectos artísticos, estéticos e de inserção social

O que se pôde perceber, em termos estéticos, foi quase um consenso da beleza cênica do espetáculo, comprometida por questões artísticas e de produção de serviços, que no conjunto afetam a harmonia, comprometendo questões de cunho operacional, desde a dificuldade de reger músicos pela posição em relação ao maestro, até questões de acessibilidade e conforto dos participantes. A questão do repertório é, certamente, uma das mais polêmicas sobre a Vesperata. Um dos pontos mais elucidativos a respeito da escolha e da diversificação do repertório é que esta ocorre de acordo até mesmo

com as possibilidades físicas do local (pela dependência que os músicos têm do maestro por não poderem ouvir uns aos outros) e dos testes que são realizados com mudanças ocorrendo de acordo com a satisfação da plateia.

Sobre a participação de menores, houve consenso sobre a importância do evento para a vida artística e para a formação pessoal dos músicos mirins, e quando perguntou-se ao grupo de músicos sobre a importância na participação do evento os comentários vão ao encontro do suposto pelos outros grupos que a atuação na banda é importante inclusive para a formação pessoal do músico.

Dimensão 2: Comercialização

Os atores da iniciativa privada todos manifestaram ter clareza de que a comercialização é feita diretamente com os meios de hospedagem e bares que possuem direito sobre as mesas, que as comercializam com agências de todo o Brasil ou diretamente com interessados. A SECTUR diz não ter a dimensão exata do formato de comercialização e ressenete-se disso.

As operadoras mais frequentemente citadas foram as de Belo Horizonte, além de outras que foram citadas por um grupo ou outro. Há mercados em ascensão, mas, a capital do Estado ainda é a origem principal da demanda e a forma de divulgação que é consenso entre os grupos é o boca a boca.

Interessantemente, ainda que a Adeltur seja considerada responsável pela comercialização, quem o faz são seus associados diretamente. A Adeltur legitima o grupo que comercializa e, em situações em que lhe seja solicitado, indica associados que possuam mesas disponíveis.

Dimensão 3: Econômica

Houve pouca discrepância em termos de opinião acerca dos impactos. Discute-se que o valor movimentado por fim de semana de Vesperata oscila entre R\$180.000,00 e R\$250.000,00, incluindo valores gastos com hospedagem, alimentação, mesas e etc. Entende-se também que os impactos não se limitam aos pagantes por mesa e que mesmo os gastos desses refletem no destino como um todo, e pôde ser percebido o potencial latente de investimentos.

Questionados sobre a participação da Vesperata no orçamento de seus negócios, os integrantes da Adeltur que possuem mesa para comercialização dizem que a faixa de contribuição da Vesperata oscila entre 50 e 70% da sua lucratividade. Para os pousadeiros sem mesa essa representatividade, mesmo sem a comercialização direta do produto, chega a 33%. Os outros atores não percebem melhoras significativas

em termos de ingresso decorrente da Vesperata, ao contrário, os receptivos dizem lucrar menos de 2%.

Dimensão 4: Gestão e produção cultural

Percebeu-se que grande parte da responsabilidade é dividida, em termos executivos pelos membros da Adeltur com mesa, e artisticamente pelos músicos. A responsabilidade da Sectar acaba sendo operacional e ligada à fiscalização. Os outros atores quando possuem alguma responsabilidade a relegam a um patamar inferior. De fato, a questão da gestão e da distribuição de responsabilidades foi das que suscitou mais reações adversas. Há uma sensação de desconhecimento e mesmo de descontentamento entre os grupos de atores que ficou muito perceptível.

Pôde-se notar que a lucratividade do evento é reputada aos lucros agregados aos “pacotes” e não exatamente à comercialização das mesas, ainda que a relação seja inevitável. A percepção é de que a lucratividade indireta trazida pelo evento é que tem gerado o conflito de interesses sobre o direito à comercialização, já que em termos de custos pode ser considerado um produto barato, mas os aproximadamente R\$ 8.000,00 de custo de cada apresentação se transformam em algo em torno de R\$ 200.000,00 em benefícios indiretos, segundo os próprios atores respondentes.

É quase consenso que o preço final para quem adquire mesa na Vesperata é baixo. Entretanto, a reflexão sobre custo-benefício inspira discussões mais profundas sobre a qualidade do serviço prestado e sobre a necessidade de melhorias, e, inclusive, de melhor remuneração aos prestadores de serviço a fim de poder aumentar o grau de exigência.

Sobre a participação da comunidade no espetáculo, no entender dos respondentes, as mesas comercializadas pelos bares, cujo valor é igual aos das outras comercializadas pelas pousadas são as destinadas ao público local.

A inexistência de registros oficiais gera insatisfação e até incredulidade pelo ruído na comunicação entre os atores. Há um questionamento freqüente acerca do direito da Adeltur em gerir a Vesperata e da discrepância de número de mesas que pode ser comercializada por cada associado, mas segundo a associação, existe uma ata da reunião realizada com a Prefeitura, em que essa divisão foi acordada, cuja cópia nunca foi disponibilizada a ninguém. Houve também lacunas sobre o que se considera a gestão do evento e quais as responsabilidades inerentes a cada ator.

Há o conhecimento generalizado que os gestores do produto Vesperata são hotéis e pousadas que detêm o direito de comercializar as mesas e o dever de arcar com os custos dessas mesas havendo ou não comercialização. Esse grupo de gestores ficou é comumente chamado de clube ou grupo dos 13. Encerrando essa dimensão, a

questão sobre a existência de um grupo chamado “clube dos 13”, teve como resposta que atualmente são na verdade 12 membros, depois do fechamento do Hotel Dália que era o 13º.

Dimensão 5: Infraestrutura e técnica

Há uma clara preocupação com relação à segurança do evento, não em termos de violência, mas da integridade física em caso de acidente, mesmo que não haja muito que se possa fazer em termos de calçamento, por exemplo. Os bombeiros rechaçam a fita zebraada pela função de isolamento que esse tipo de material impõe, podendo caracterizar uma forma de discriminação. Os outros grupos mencionam a importância da fita para a segurança e conforto dos pagantes, mas a Sectur questiona, especificamente, o uso dessa fita ao invés de algo que fosse menos agressivo.

Dimensão 6: Qualificação dos serviços ofertados no local

É consenso que a qualidade dos serviços está aquém do desejável, especialmente no atendimento. Algumas razões até foram apontadas para isso, mas é fato que muitos turistas reclamam do atendimento, da discriminação por serem cobrados abusivamente, da variedade e qualidade dos pratos. Destacou-se que é perceptível o pouco interesse por parte dos bares no sentido de investir em estrutura física. A principal reclamação são os banheiros, mas há também a falta da sofisticação que o evento sugere.

Dimensão 7: Legitimação de ocupação/uso do espaço público

Houve, para essa pergunta, dois grupos de respostas bem claros: os que dizem não saber se há regulamentação do uso, e os que afirmam que não há, como no caso da Promotora. Esta é uma das questões que mais demonstra a singularidade da Vesperata, já que o principal evento comparado e inspirado nela, a Sinfonia das Águas de Poços de Caldas/MG, é gratuito e não “comercializa” espaço público e a única outra atividade que efetivamente comercializa o espaço público é o próprio carnaval de Diamantina, que segundo o Ministério Público já é regulamentado.

Dimensão 8: Acessibilidade/democratização de acesso e cidadania

Não há gratuidade especificamente voltada ao morador de Diamantina. Existem Vesperatas gratuitas que, quando acontecem, são divulgadas na rádio e há a cota de mesas dos bares que são comercializadas diretamente por esses, inclusive para moradores. Existem anualmente entre duas e quatro Vesperatas extras, que são gratuitas, mas não são voltadas à comunidade local, ainda que em muitas a comunidade possa participar.

4.4 Discussão dos resultados gerais à luz do marketing de destinos

Ainda que os comentários dos atores definam, de certa forma, a situação da Vesperata por si só, cabe destacar alguns pontos que sobressaíram, tanto em termos de integração e sinergia entre os atores, quanto percepção de vantagens, como, principalmente, conflitos de comunicação.

Há um grave ruído na compreensão intergrupos, que somada à sensação de favorecimento financeiro, vem causando a maior parte dos conflitos entre os envolvidos. Grande parte desse descontentamento é calcado em falta de comunicação, informações veladas ou dúbias (mesmo não intencionalmente) e carência de registros oficiais dos processos licitatórios e acordos.

Cada grupo consultado demonstrou, com bastante sinceridade, seus posicionamentos e suas angústias em relação ao processo. Ainda que essas angústias não possam ser comparadas na ponta do lápis, são comparáveis dentro da realidade de cada ator e em seu universo de atuação.

O primeiro grupo, Adeltur⁶⁸, não deveria de fato ser tratado de Adeltur, já que nem todos os membros da associação integram o grupo de atores envolvidos com a Vesperata. Há em comum entre esses atores o fato de serem associados à Adeltur e de possuírem direito de comercialização das mesas do evento. Entretanto, esclareceu-se no processo que a Adeltur somente dá o amparo de pessoa jurídica a um grupo de participantes que ficou conhecido como “clube dos 13”, agora 12, expressão que teve em algumas situações um cunho negativo por parte dos não-participantes. Por ocasião da criação das perguntas pelo Grupo de Trabalho da Vesperata, que posteriormente deram origem ao roteiro de entrevista desta pesquisa, o grupo da Adeltur foi o que mais suscitou questionamentos dos participantes.

Ficou muito claro, igualmente, que esse grupo não “tomou” a Vesperata para si, mas sim “assumiu” o evento em um momento na história em que as verbas Federais foram cortadas e os empreendedores então responsáveis pelo evento (tratados como “bares”) não tinham interesse em correr o risco de dar continuidade. O repasse da responsabilidade foi, na época, segundo relatos, amplamente negociado com a participação de empresários e anuência do poder público municipal. Contudo, a ata da reunião e demais documentos nunca foram tornados públicos e não são disponibilizados, o que traz a fragilidade do acordo que, ainda que seja legítimo, conta somente com a palavra dos envolvidos.

⁶⁸ Inicialmente separados em “com mesa” e “sem mesa” e incorporados ao mesmo grupo em decorrência da ausência dos membros sem mesa.

Soma-se a isso a solução encontrada na época de usar a já existente associação para validar o convênio, em vez de se criar uma entidade específica para tal. A Adeltur cresceu, mas o vínculo do grupo com a Vesperata foi mantido, com a anuência dos associados. Com o passar dos anos novos associados foram se incorporando alguns dos quais não haviam feito parte do acordo original.

Outro fator de conflito, já envolvendo o grupo dos empreendimentos não associados, diz respeito ao fato de negócios terem sido abertos e fechados em grande número ao longo dos anos de existência da Vesperata. Se houve, na época da criação, um amplo debate acerca de quem assumiria os riscos do evento e ficaria com o direito de comercialização, não foi colocado prazo de revisão ou de validade no acordo. Houve consenso na época, mas, alguns empresários atuais não participaram dessas negociações e sentem-se, hoje, preteridos da opção. Já os “fundadores” defendem seu direito baseando-se em todos os anos em que lucrando ou tendo prejuízo, mantiveram o espetáculo com uma regularidade rara.

Novamente a falta de registros impõe dificuldade, pois mesmo que haja prestação de contas da Adeltur com a Prefeitura, não há contabilidade de perdas e ganhos, pois cada membro responsável arca com sua própria cota de mesas, alguns registrando, outros não. Pesa, entretanto, sobre o grupo dos “não-associados” a imagem de querer se agregar a um processo depois dele ter sido bem sucedido, e de parte dos atuais interessados não ter se interessado em correr riscos durante o período de consolidação da Vesperata. Seja como for, mesmo sem a comercialização das mesas, a participação da Vesperata é significativa no orçamento dessas pousadas hoje em dia.

Há um consenso de que a Vesperata é um produto turístico e por várias vezes ouviu-se que é o principal produto turístico de Diamantina. Interessantemente, o tipo de produto que se configurou é de venda restrita e direcionado a um público pré-determinado.. No caso específico da Vesperata, segundo os respondentes das agências locais, o principal produto do destino Diamantina representa em torno de 2% de sua lucratividade, o que demonstra a dificuldade de comercialização local da Vesperata, decorrente da concentração das vendas através de meios de hospedagem.

Nas respostas dos grupos ligados ao trade, o grupo chamado “Adeltur com mesa” afirma que a parcela de lucro relacionado à Vesperata é de 50% para cima; os “não-associados” afirmam estar em torno de 30% e os “receptivos” de 2% para baixo.

Houve implicação dessa discrepância de valores referentes ao benefício gerado pelo evento e o envolvimento do Ministério Público entre o grupo “segurança”. Além da questão financeira, à promotoria questionou-se o envolvimento de menores na atividade e o uso privado do espaço público. Quanto à primeira questão, ainda há decisões sendo tomadas acerca da reestruturação do processo licitatório. A questão dos menores, tanto

para o grupo segurança quanto para os outros atores, suscitou mais comentários sobre o bem-estar e facilidades oferecidas aos menores-músicos do que a conotação de trabalho infantil. Já o terceiro ponto, fica sem resposta e há que se criar mecanismo de regulamentação do uso, comparável ao que ocorre com o carnaval.

Os bombeiros, representados também neste grupo, preocupam-se seriamente com a questão da segurança e bem-estar da população (local e visitantes) mas, ressentem-se da falta de respaldo que se dá à sua opinião, como se sua função fosse vista como limitadora do evento. Há também uma visão crítica sobre o uso da fita zebra, que tem sua função primordial em ser “isolamento”, e dá, portanto, um caráter discriminatório ao local.

Foi possível perceber também uma sensação de distanciamento dos chamados Sacadeiros, quase como “indenizados” pelo evento. Ainda que com uma postura mais passiva, alguns dos membros, especialmente os ligados ao comércio da área, demonstram intenção na participação das vendas, com direito a mesas.

Um dos grupos que mais se manifestou foi o dos músicos e maestros, que por diversas razões tinham muito a contribuir com a pesquisa e elucidar algumas questões.

A característica mais marcante no discurso do grupo foi a mágoa por sua participação ser tão fundamental no sucesso do evento, mas não ser requisitada nos momentos de premiação, algumas das quais sequer ficaram sabendo oficialmente. Outra característica destacada pelos maestros e corroborada pelos músicos foi a falta de compreensão por parte de outros atores em relação ao repertório do evento. O grupo explicou detidamente como as características físicas do local limitam os tipos de instrumento utilizados e geram dependência dos músicos em relação aos maestros já que estes são os únicos capazes de escutar todos ao mesmo tempo.

Houve, de fato, comentários por parte de outros atores acerca do repertório escolhido para o evento, por vezes mencionando a necessidade de inclusão de um cancionário mais tradicional, por outras mais eruditas, e ainda relatos de opiniões de turistas e frequentadores sobre a falta de renovação do repertório. As colocações feitas pelo grupo de maestros e músicos contradizem essas colocações, na medida que esclarecem que o principal “termômetro” utilizado é a reação do público e a participação ao longo das apresentações. Segundo eles ainda que exista limitação do tipo de música que se pode executar no local e com os instrumentos disponíveis, há sempre inclusão de novos temas que são testados nas apresentações e que, de acordo com as reações do público, são incorporados ao repertório ou descartados. Esse processo certamente demanda tempo de escolha, ensaio e finalmente o teste propriamente dito.

O ator que encerra esta análise é a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, sobre quem recai a responsabilidade pelo evento propriamente dito, mesmo não sendo

ela a gestora de fato do processo como um todo. São de sua responsabilidade também, a condução das mudanças propostas pela própria secretaria, pela comissão permanente da Vesperata ou por algum dos atores; e a questão operacional do evento.

Interessantemente, durante a realização da pesquisa ficou clara, por parte do grupo, a sensação de ingerência do órgão sobre o produto Vesperata. Mesmo assim, na visão apresentada nas respostas dos representantes do Poder Público Municipal percebeu-se uma postura crítica e uma análise aprofundada sobre as questões estéticas do espetáculo, bem como sobre a situação de fragilidade de mercado, e até mesmo de legalidade, do evento no formato em que se apresenta.

Os respondentes demonstraram divergência entre si em algumas questões, o que aponta para a inexistência de uma política do órgão acerca da Vesperata ou para a falta de uma visão integrada do órgão acerca da importância da Vesperata como produto. Há, inclusive, menos informação registrada sobre o evento na Secretaria do que se poderia supor, com algumas lacunas marcantes especialmente no tocante à terceirização do evento e dos acordos realizados ao longo dos anos de existência.

No cômputo geral, as informações fornecidas pelo grupo da Secretaria podem ter sido muito comparáveis aos outros grupos, e por isso não ter apresentado grandes novidades. Não obstante, certamente desmitificaram e esclareceram alguns pontos importantes, como, por exemplo, a afirmação de que há prestação de contas regularmente (que foi alvo de dúvida por parte de outros atores) e de que o distanciamento da gestão estratégica do evento não é decisão recente, ao contrário, é fruto de um histórico em que a Vesperata foi sendo passada de mão em mão. Outro ponto destacado é a preocupação com o futuro da Vesperata e a intenção constantemente reafirmada de profissionalizar o evento.

Nesse contexto, seria temeroso - e até desaconselhável - ceder à tentação de opinar sobre o estado da arte em que se encontra a Vesperata enquanto produto turístico, de modo que, buscou-se na literatura específica da área elementos de comparação para que se pudesse expressar, de forma o mais imparcial possível, o nível de desenvolvimento do produto.

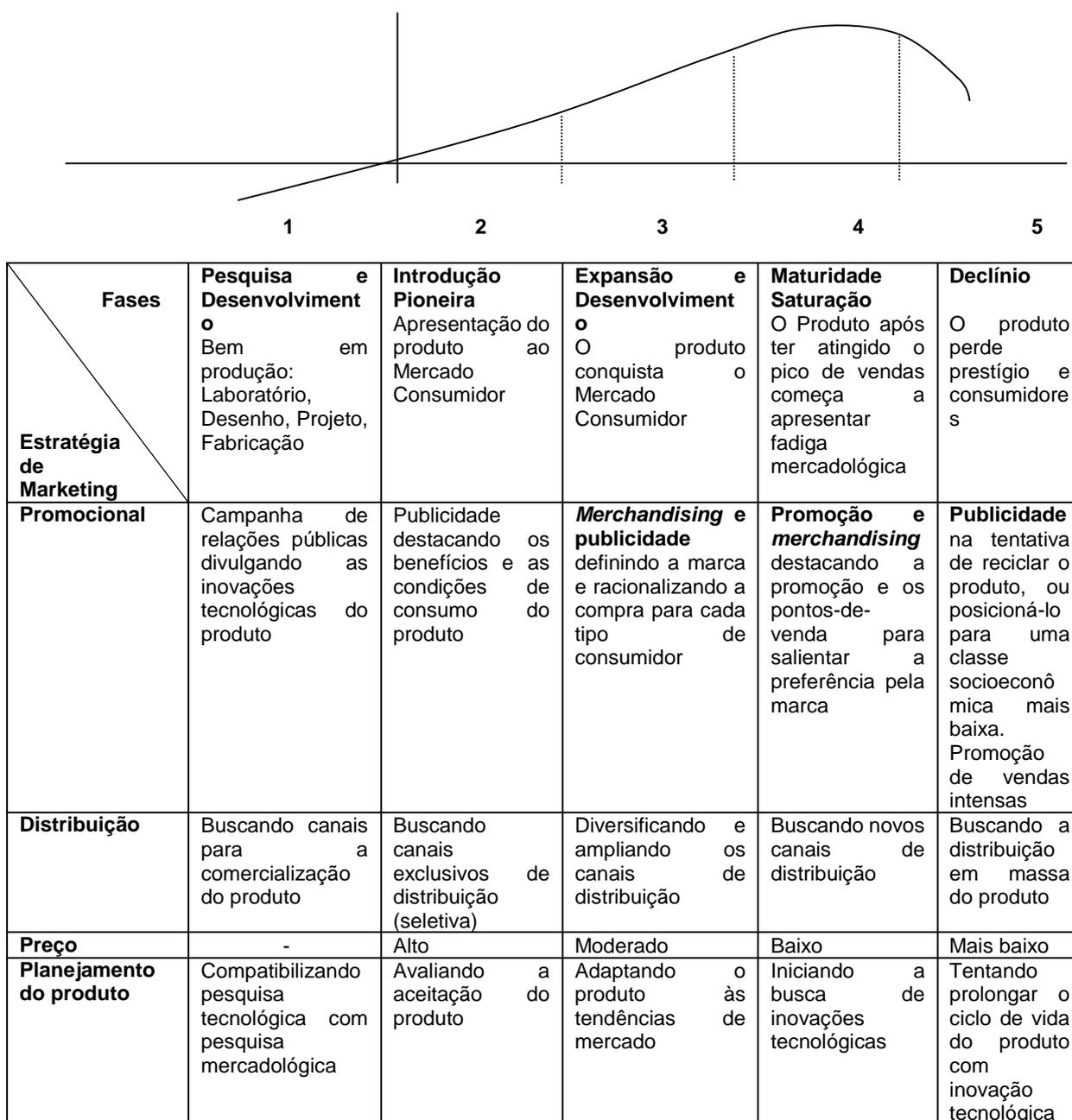
Destarte, a princípio faz-se necessário estabelecer a compreensão de Produto Turístico a partir do marketing de destinos. Sem contemplar a evolução e as diferentes abordagens do conceito de Produto Turístico⁶⁹, mas considerando a complexidade da Vesperata é possível utilizar-se do conceito de Bordas (1996 apud VALLS, 2003, p.197-198), para quem “o produto turístico é um sistema (complexidade, subsistemas), capaz de fazer as pessoas viajarem (magnetismo), para a realização de atividades de ócio

⁶⁹ Para aprofundar o estudo do conceito de Produto Turístico ver: Middleton e Clarke, 2001; Bigné, Font e Andreu, 2000; Seaton e Bennett, 1996, Milio e Cabo, 2003, Petrocchi, 2004 e Valls, 2000.

(experiências, vivências), que satisfazem necessidades (utilidade)”. Assim, compreendendo a *Vesperata* de maneira holística, como um produto movido a subsistemas, que gera uma demanda turística real exclusiva para o destino, oferece uma experiência única, apresenta uma vantagem competitiva específica em função do eclético repertório e do cenário colonial; é possível pensá-la como um produto turístico muito especial do destino Diamantina. A partir do momento que esse produto se torna alvo de disputa entre o *trade* turístico local, que exige parcerias público privadas para sua execução, faz uso do espaço público para acontecer e envolve orquestras públicas (uma militar e outra de projeto social da Prefeitura); outras variáveis do composto de marketing devem ser especificamente analisadas para o avanço das possibilidades teórico-mercadológicas desse produto turístico, frente ao marketing.

Assim, a princípio lançou-se mão das respostas acerca de questões como preço, promoção e distribuição da *Vesperata* para compará-los com a teoria existente sobre o tema e descrever a fase do produto, a fim de propor estratégias que auxiliem a repensar o evento. Nesse contexto, em que a teoria deveria ser compartilhada com os autóctones envolvidos com a pesquisa, acreditou-se que a Teoria do Ciclo de Vida dos Produtos, à luz do marketing, seria o referencial teórico principal, para auxiliar a evolução do produto turístico e ao mesmo tempo, o avanço da pesquisa. Assim, as respostas foram comparadas com a proposta de análise de Beni (2001) sobre a referida teoria, conforme o gráfico seguido de tabela reproduzido a seguir:

Figura 1. Matriz de estratégia de marketing e as fases do ciclo de vida de um produto

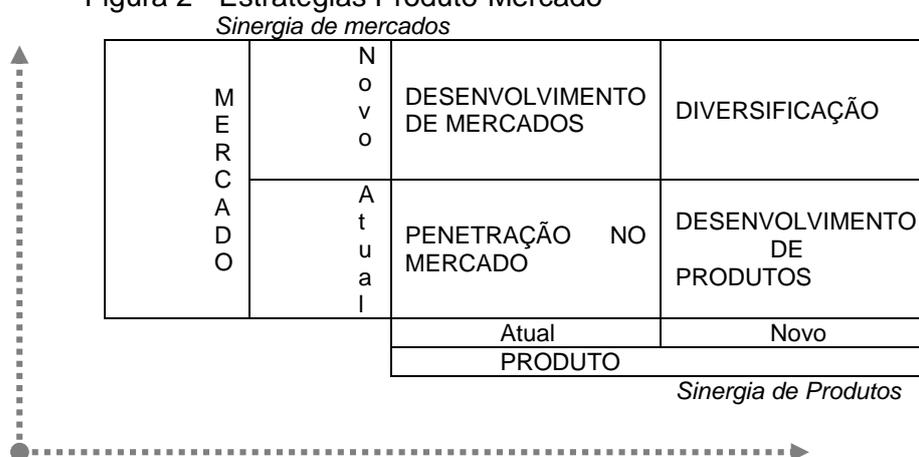


Fonte: Beni, 2001, p.207.

Analisando os comentários e respostas dos grupos entrevistados, pode-se dizer que houve quase consenso que o preço da Vesperata é considerado baixo, que se vem buscando novos canais de distribuição e inovações tecnológicas e que os pontos de venda já estão praticamente todos definidos, com alguns mercados emergentes. Esse panorama coloca o produto Vesperata no nível 4 do gráfico acima – de Maturidade e Saturação. De acordo com Milio Balanzá e Cabo Nadal (2003), exemplos de estratégias para a fase de maturidade incluem (1) Estratégia de melhoria da qualidade, das vantagens e do projeto, e (2) Estratégia para incrementar a utilização do produto no

mercado e introduzir-se em novos mercados. Não se pode descartar a iminência da fase de declínio, especialmente considerando as repetidas afirmações acerca da diminuição de público e de situações em que há sobra de lugar, mormente no início e no final da temporada. Para a fase de declínio, as autoras mencionam (1) Estratégia de redefinição do produto, ou (2) Estratégia de eliminação do produto. Entre as alternativas estratégicas oferecidas tradicionalmente no marketing, recorre-se ao esquema de Petrocchi (2004), no qual destacam-se duas para o caso da Vesperata, já que, por mais que haja renovação o produto básico permanecerá, como se apresenta na figura a seguir:

Figura 2 - Estratégias Produto-Mercado



Fonte: Petrocchi, 2004, p. 242

A primeira das estratégias seria (1) produto atual e mercado atual que se denomina *penetração de mercado*, como pode ser visto no diagrama acima, consiste na busca de ampliação do número de visitantes originários nos mercados atuais do destino, com os produtos atuais. Demanda um composto de marketing mais agressivo com vistas a aumentar o número de viagens dos turistas efetivos, atrair turistas que viajam a outros destinos ou ainda atrair pessoas que em geral não viajam, mas todos oriundos das praças nas quais a Vesperata já é conhecida. A outra (2) seria Produto atual e mercado novo, conhecida na literatura de marketing como *desenvolvimento de mercados*, visa colocar o produto em novos mercados e para isso o destino deve divulgar o produto em novos núcleos emissores, diversificando os canais de distribuição, o que parece encaixar-se bem na realidade local.

Aqui vale destacar que a própria SECTur realiza periodicamente pesquisas de demanda com o público pagante da Vesperata, ou seja, o próprio destino já detém os elementos e informações necessárias para a aplicação das estratégias de marketing sugeridas, à luz do composto de marketing outrora aqui apresentados.

5. Considerações Finais

As informações obtidas nas mais de seis horas de gravação que deram origem a mais de 50 páginas de transcrição das entrevistas geraram um cabedal de informações que compreende uma visão plural sobre um objeto único, com múltiplas visões qualitativas extremamente enriquecedoras, apresentadas em forma de relatório ao Grupo de Trabalho, por intermédio da SECTur. Os resultados desta pesquisa são, portanto, de cunho acadêmico, fruto de parceria entre a UFVJM e a Prefeitura de Diamantina, e da boa vontade e dedicação dos atores envolvidos, sem caráter de consultoria ou assessoria.

Assim, o que foi possível perceber, com base na teoria de Estruturação do Produto Turístico em função dos Benefícios, apresentada por Valls (2004), é que o produto em si é extremamente bem-sucedido em termos de longevidade, originalidade e satisfação em relação ao produto central (música e ambiente) e que mostra sinais de desgaste e até mesmo negligência em termos de produtos secundários ou periféricos como serviços, alimentos e bebidas, *souvenirs*, entre outros. Ainda, ao analisar os resultados obtidos à luz das teorias do marketing foi possível vislumbrar caminhos de colaboração e cooperação entre a Universidade e a comunidade local, em prol do turismo local e da pesquisa em turismo.

A gestão das mudanças sugeridas deve ser alvo de discussões que promovam também mais diálogo e transparência entre os atores. Entretanto, sabe-se que recentemente tal processo foi iniciado por meio de edital de licitação do início de 2011, que um blog com novas diretrizes de comercialização já foi exposto e que tudo isso tem sido acompanhado de perto pelo Ministério Público local.

Por fim, cabe ressaltar que o processo de pesquisa e todos os resultados aqui apresentados são voltados à compreensão da atividade, a geração de discussões relativas à renovação da Vesperata e a reafirmação das possibilidades que a parceria entre a academia e o mercado pode gerar.

Referências

- BARBOSA, L. G. M. (org). *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil*. Brasília: MTur, 2008. 2 ed.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 5ed. São Paulo: Senac, 2001.
- BENI, M.C. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. MTur; Chias Marketing. *Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil*. Brasil, 2005a, 126p.
- BRASIL. MTur; Chias Marketing. *Plano Cores do Brasil: marketing turístico nacional. Fase I – diagnóstico*. Brasil, 2005b, 117p.

- BRASIL. MTur. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasil, 2007, 88p.
- CONCEIÇÃO, W. FERNANDES, A. C. *La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata*. Diamantina: Editora Maria Fumaça, 2003.
- CORTES, S M V. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, D de A (org.) *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.
- DENCKER, A. de F. M. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Futura, 2007.
- HALL, C. M. The role of government in the management of tourism: the public sector and tourism policies. In: PENDER, L., SHARPLEY, R. *The Management of tourism*. Londres: Sage, 2005.
- LIMA, G. M. C.; MAIA, M. F. *O Público por trás da fita na Vesperata*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). 2010. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina/MG, 2010.
- MARTÍN ROJO, I. *Dirección y gestión de empresas del sector turístico*. Madrid: Pirâmide: 2004. 3ed.
- MEDAGLIA, J. *Un estudio sobre la necesaria evolución del Marketing de Destinos Turísticos y su sinergia con la Planificación Estratégica de Destinos Turísticos*. Málaga, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicación y Turismo). Universidade de Málaga, Espanha, 2005.
- MILIO BALANZÁ, I e CABO NADAL, M. *Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MIQUEL, S., MOLLÁ, A., BIGNÉ, J. E. *Introducción al Marketing*. Madri: McGraw – Hill, 1994.
- OMT. *Introducción al turismo*. Madri: OMT, 1998.
- OMT. *Agenda para planificadores locales: turismo sostenible y gestión municipal, edición para América Latina y Caribe*. Madri: OMT, 1999.
- OMT. *Observations on International Tourism Communications: report from the first world conference on tourism communications*. Madri: OMT, 2004.
- OMT. *Introdução à metodologia da pesquisa em turismo*. São Paulo: Roca, 2006.
- PETROCCHI, M. *Marketing de Destinos Turísticos: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 2004.
- PIZAM, A. The State of Travel and Tourism Human Resources in Latin America. *Tourism Management*, vol. 20, p. 575-586, 1999.
- SERRA CANTALLOPS, A. *Marketing Turístico*. Madrid: Pirâmide – ESIC, 2002.
- SCHLÜTER, R. *Investigación en Turismo y Hotelería*. Buenos Aires, Argentina: CIET, 2000.
- TRIGO, Luiz G.G., PANOSSO NETO, A. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph, 2003.
- VALLS, J.F. *Las Claves del Mercado Turístico: como competir en el nuevo entorno*. Bilbao, España: Ediciones Deusto, 2003.
- VALLS, J.F. *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*. Barcelona, España: Ediciones Gestión 2000, 2004.

Análise da Acessibilidade dos Atrativos Turísticos do Centro Histórico de Diamantina/MG para Visitantes com Mobilidade Reduzida⁷⁰

Antônio Carlos Guedes

Raquel Faria Scalco

Resumo

A legislação brasileira assegura ao cidadão portador de deficiência e/ou mobilidade reduzida o direito à acessibilidade como instrumento de inclusão social. O objetivo deste estudo consiste em avaliar se este direito está sendo garantido às pessoas com mobilidade reduzida no que se refere aos atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina/MG. Tem-se como objetivos específicos identificar as limitações e facilidades de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida em atrativos turísticos da cidade e discutir a importância da inclusão de pessoas com mobilidade reduzida no lazer e no turismo. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação sistematizada nos principais atrativos turísticos do centro histórico da cidade. Pela análise geral dos atrativos percebe-se que a maior parte deles não está acessível, de acordo com as Normas da ABNT (NBR9050) e Manual de Orientações sobre Turismo e Acessibilidade (BRASIL, 2006). Apesar dos imóveis serem antigos e estarem em local tombado pelo IPHAN, dificultando intervenções nas fachadas, no interior dos mesmos as mudanças como adaptações em banheiros, presença de rampas e corrimãos adequados, largura das portas, pisos antiderrapantes, espaços para circulação de cadeirantes, altura das maçanetas e interruptores de luz vem ocorrendo ainda de forma insipiente. Nota-se com a pesquisa que os atrativos turísticos localizados no centro histórico de Diamantina não possuem adaptações adequadas que auxiliam a visita de pessoas com mobilidade reduzida, não garantindo, assim, sua acessibilidade com autonomia e independência e excluindo este público das possibilidades de realização de turismo em uma cidade patrimônio cultural da humanidade.

Palavras-Chave: acessibilidade; mobilidade reduzida; inclusão; turismo; Diamantina/MG.

1. Introdução

As normas específicas para a acessibilidade a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos são formuladas pela Associação Brasileira de Normas

⁷⁰Artigo publicado nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Turismo, realizado em Recife, no período de 05 a 07 de junho de 2014.

Técnicas (ABNT-NBR 9050, 2004) e visam eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, edifícios, meios de transporte e comunicação, possibilitando a inclusão social das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Entende-se como deficiência:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (ABNT NBR 9050, 2004, p.3)

Já a pessoa com mobilidade reduzida é entendida como:

Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. (ABNT NBR 9050, 2004, p.4)

Assim, esse estudo visa contribuir com a discussão sobre a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida ao turismo. O questionamento se fundamenta na necessidade de ações afirmativas em prol do visitante/turista com mobilidade reduzida, haja vista que o Manual de Orientações sobre a Acessibilidade e Turismo do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) reconhece que a acessibilidade ao turismo no Brasil ainda não é satisfatória.

Desta forma, o Ministério do Turismo, ao editar o supracitado manual, sinaliza um compromisso com a promoção do turismo acessível no país no que se refere aos espaços e edificações de uso público e coletivo, vias, praças, parques, transportes coletivos, informação e comunicação, como portais e endereços eletrônicos destinados a prestação de serviços turísticos. Turismo acessível é o termo técnico utilizado para definir a “possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico”. (AGUIRRE, 2003 *apud* BRASIL, 2009, p. 27).

O objetivo principal deste estudo consiste em analisar a acessibilidade dos principais atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina para visitantes com mobilidade reduzida. Além disso, tem-se como objetivos específicos identificar as limitações e facilidades de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida em atrativos turísticos do centro histórico da cidade e discutir a importância da inclusão de pessoas com mobilidade reduzida no lazer e no turismo local.

Desta forma, tem-se como problemática deste trabalho entender de que modo o turismo inacessível discrimina o exercício do lazer como um direito do cidadão. Pretende-se ainda compreender a importância da aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 9050, 2004) e do Manual de Orientação

sobre a Acessibilidade e Turismo, do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), como instrumentos eficazes de inclusão do turista-deficiente.

Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação sistematizada nos principais atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina.

A justificativa para a escolha do tema está no fato de que Diamantina possui uma grande variedade de atrativos turísticos, sendo uma cidade que ostenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e que possui seu Conjunto Histórico e Paisagístico tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ressaltando sua grande importância cultural e turística.

Destaca-se que, lamentavelmente, Diamantina não possui legislação especial com relação ao acesso dos deficientes e/ou pessoas com mobilidade reduzida aos monumentos históricos e aos atrativos turísticos. Portanto, estes enfrentam barreiras de acessibilidade e a cidade deixa de ser conhecida por turistas deficientes, excluídos do direito à cultura, ao lazer e ao turismo, por falta de adaptação adequadas que garantam a acessibilidade a este público.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo com o intuito de explorar a temática sobre a acessibilidade de visitantes com mobilidade reduzida em atrativos do centro histórico de Diamantina/MG, utilizando como técnica de coleta de dados as pesquisas bibliográfica, documental e observação sistematizada.

O primeiro procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, a fim de aprofundar no tema do lazer e turismo na sociedade atual, definições sobre acessibilidade, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, o direito de todos ao lazer e a inclusão das pessoas nos espaços turísticos.

De acordo com Araújo *et al* (2010), a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação.

O segundo procedimento metodológico adotado foi a pesquisa documental em leis, normas e manuais que tratam sobre a questão da acessibilidade, das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

A análise documental constitui em uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Por fim, foi realizada a observação sistematizada em alguns atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina, visando analisar sua adequação aos quesitos de acessibilidade ao turista com mobilidade reduzida, com base no conceito de Desenho Universal, nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Acessibilidade (ABNT-NBR 9050, 2004), no Manual de Orientações sobre a Acessibilidade do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) e em Leis que versam sobre o tema.

A Observação Sistematizada requer um planejamento para o registro dos fenômenos a serem observados, anotados em documentos previamente preparados, possibilitando o emprego de mensuração quantitativa.

A referida observação em campo ocorreu durante os meses de junho e julho de 2013. Para tanto, foi elaborado um Roteiros de Observações *in loco*, baseado na Norma da ABNT – NBR 9050 e no Manual de Acessibilidade, do Ministério do Turismo. Para selecionar os atrativos turísticos a serem analisados foi utilizada a Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2012). Pela referida pesquisa, foram identificados que os atrativos históricos mais visitados da cidade no primeiro semestre de 2012 foram, em ordem de maior visitação: Casa de Chica da Silva, Mercado Velho, Casa de JK, Catedral Metropolitana, Museu do Diamante, Instituto Casa da Glória, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela Imperial do Amparo. Sendo assim, a presente pesquisa foi desenvolvida nos referidos atrativos turísticos.

Portanto, seguindo estes procedimentos metodológicos foi possível alcançar o objetivo geral deste trabalho que era realizar uma análise sobre a acessibilidade dos atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina para visitantes com mobilidade reduzida.

3. Referencial Teórico

O lazer, apesar de ser um direito social garantido pela Constituição Federal, não é usufruído por todas as pessoas, sendo oportuno frisar que a Constituição Federal de 1988, além de garantir o direito ao lazer, também o coloca como um direito social. O artigo 6º da Constituição da República (BRASIL, 1988) elenca que os direitos sociais compreendem: “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Saliente-se que com os direitos garantidos pela Carta Magna, foram surgindo leis e medidas governamentais para a promoção da igualdade e garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, no que tange ao acesso à educação, saúde, trabalho e lazer. Entre estes direitos está o acesso ao lazer e ao turismo que pressupõe um conjunto de medidas de adaptação de forma a garantir o acesso com segurança e autonomia, total ou assistida, por todos os tipos de público.

Destaca-se, também, o direito à acessibilidade, definida como: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (ABNT NBR 9050, 2004, p.2).

Constata-se que o direito à acessibilidade da pessoa deficiente está previsto em vasta legislação constitucional e infraconstitucional. Neste contexto, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, §2º, estabelece as normas de construção de logradouros, edifícios de uso público e particular, fabricação de veículos de transporte coletivo; e no artigo 244, regulamenta as adaptações destes espaços, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências (BRASIL, 1988).

Ademais, o direito à acessibilidade está previsto também na Lei nº 10.048/00 (BRASIL, 2000), que dispõe sobre a prioridade de atendimento ao portador de deficiência; e na Lei 10.098/00 (BRASIL, 2006), que visa promover a inclusão, através da construção de rampas de acesso, banheiros adaptados, instalação de piso tátil e adequação no meio urbano e demais espaços. A referida lei estabelece, ainda, normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias, espaços, mobiliário urbano, construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e comunicação.

No âmbito federal, a Lei nº 11.666/94 (BRASIL, 1994), estabelece critérios de adaptação visando à acessibilidade do portador de deficiência motora (cadeirante). Encontra-se previsto na Lei nº 7.853/99 (BRASIL, 1999) regulamento que determina que os órgãos federais propiciem espaços para os deficientes cadeirantes, auditivos e visuais em bibliotecas, museus, locais de reunião, conferências, aulas e similares.

As normas específicas para a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e/ou mobilidade reduzida a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos são formuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 9050, 2004), que visa eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, edifícios, meios de transporte e comunicação, possibilitando a inclusão social dessas pessoas.

Pode-se entender como barreiras arquitetônicas os obstáculos inibidores da circulação dos portadores de deficiência e demais pessoas que apresentam incapacidade transitória como: crianças, idosos, gestantes, obesos e cardiopatas, dificultando o acesso aos órgãos públicos e privados, construídos em desacordo com as normas técnicas (ABNT/NBR 9050, 2004). Portanto, a promoção da acessibilidade consiste na remoção dessas barreiras causadoras da exclusão do portador de necessidades especiais.

No entanto, a promoção da acessibilidade para o portador de deficiências e/ou pessoas com mobilidade reduzida constitui desafio a ser enfrentado através da eliminação das barreiras arquitetônicas e implantação de um projeto de inclusão. Portanto, o desenho universal consiste na construção de espaços propiciadores de acesso a serem utilizados de modo independente e igual, pelos portadores de deficiência transitória ou permanente, assim como por qualquer outra pessoa. De acordo com o Ministério do Turismo, o desenho universal consiste:

Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2006).

Nesta linha de raciocínio, Almeida (2009, p. 474) discorre sobre a definição de desenho universal que, se efetivamente adotado, evita a necessidade de adaptações futuras (que acabam, na maioria das vezes, sendo consideravelmente onerosas), e que possibilitam o uso comum e simultâneo dos espaços e equipamentos por pessoas com e sem deficiência – tendência que já se manifesta nas atividades de lazer e turismo, conforme afirma Sasaki:

São as chamadas atividades integradas (quando a pessoa com deficiência consegue participar de atividades de lazer não adaptadas) e atividades inclusivas (quando os programas de lazer são modificados para que pessoas com deficiência possam participar juntamente com as pessoas em geral). (SASSAKI, 2003, p. 14-15)

Conforme os autores citados anteriormente, nas regiões turísticas onde a questão da acessibilidade é uma realidade para os próprios habitantes e para os turistas, todo o esforço deve ser feito pelos gestores públicos e agentes locais para inserir nas políticas de turismo as necessidades de acessibilidade à todos os cidadãos. O setor turístico também deve empreender ações visando a inserção das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida ao mercado de trabalho, pela prestação de serviços turísticos, em cumprimento a legislação de quotas vigente.

Neste contexto, Almeida ressalta que o turismo deve levar em consideração a diversidade humana ao construir seus espaços, como hotéis, restaurantes, museus, mirantes, trilhas, entre outros atrativos. Deve-se levar em consideração a lógica do desenho universal, de construir espaços sem barreiras, para que não seja necessário ter espaços individuais para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e estas possam circular por toda a cidade e edificações. (ALMEIDA, 2009, p.474)

Nesta linha de raciocínio, o autor adverte que deve-se reconhecer que pensar na (e agir em prol da) inserção das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida nos movimentos turísticos, mais do que um desejo romântico, é uma realidade que, gradualmente vem se tornando mais visível, seja por iniciativa própria deste segmento, seja por uma oferta (ainda tímida) que começa a surgir, seja, ainda, por ações de organizações do terceiro setor que tentam trabalhar sob a perspectiva do turismo inclusivo.

O turismo inclusivo se caracteriza pelo tipo de turismo que fornece a qualquer pessoa a possibilidade de realizá-lo. Possibilita que, nas diversas condições físicas e sociais em que um indivíduo possa se encontrar, este possa realizá-lo em toda a sua plenitude. É uma forma de designar a cada ser humano seu espaço e condições para que o utilize. (FLORES e SILVA; GONÇALVES, 2006, p. 11)

4. Diamantina: breve caracterização geográfica, histórica e turística

O Município de Diamantina localiza-se na Região Sudeste do território brasileiro, na região central do Estado de Minas Gerais, na Mesoregião do Vale do Jequitinhonha e Microregião de Diamantina, a uma distância de aproximadamente 300 km da capital Belo Horizonte.

Diamantina possui uma altitude média de 1.113 metros, sendo cercada pela Serra dos Cristais que faz parte da Serra do Espinhaço, cadeia montanhosa considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, sendo que o principal bioma encontrado na região é o cerrado. Ressalta-se a presença do rio Jequitinhonha e de diversos outros atrativos naturais como cachoeiras, quedas d'águas, grutas, lapas e vegetações características do cerrado como os campos de sempre-vivas.

As origens do Arraial do Tijuco, como era chamada a cidade de Diamantina, remontam ao século XVIII, com as atividades dos bandeirantes à procura de ouro, diamante e outras pedras preciosas nas Minas Gerais.

Diamantina tornou-se lendária na imaginação popular por ter abrigado o romance do Contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira e da escrava liberta

Chica da Silva, sendo também a terra de Juscelino Kubitschek, ex- Presidente da República e idealizador de Brasília, em 1950.

A cidade também é considerada como principal centro de atratividade turística do Circuito dos Diamantes, possuindo um patrimônio histórico-cultural legado do período colonial brasileiro. Vislumbradas atualmente através das expressões arquitetônicas, o centro histórico de Diamantina apresenta características das cidades do período colonial, com padrão irregular, arruamentos transversais à encosta, marcados, principalmente, pelas ruas paralelas, pequenas variações de abertura ou desvio de alguns becos e ruas estreitas. (MONUMENTA, s.d.)

Devido à efervescência cultural de Diamantina, destaca-se o cultivo do teatro, da música e das artes em geral, tornando-se característica marcante da sociedade local.

Ressalte-se que as festividades religiosas e populares, bem como a Vesperata (apresentação musical nas sacadas dos casarões do centro histórico), constituem atrações para os turistas oriundos de diversos estados brasileiros que a visitam mensalmente.

Em 1938, Diamantina recebeu do IPHAN (Instituto Histórico e Artístico Nacional) o título de Patrimônio Histórico Nacional, contribuindo, assim, para que a cidade fosse reconhecida como importante reduto de história e cultura nacional. O reconhecimento de sua importância não parou, e o turismo assumiu relevância crucial para o desenvolvimento da cidade, através da exploração do passado fascinante e das belezas naturais exclusivas de seu território. Em 1999, Diamantina foi reconhecida pela UNESCO, tornando-se, merecidamente, Patrimônio Cultural da Humanidade, atraindo, assim, diversos turistas nacionais e internacionais para a cidade.

5. A Acessibilidade para Visitantes com Mobilidade Reduzida aos Atrativos do Centro Histórico de Diamantina

Concluída as pesquisas de campo no centro histórico de Diamantina/MG, foi possível averiguar os resultados e, a partir daí, identificar as limitações e facilidades para o acesso por visitantes deficientes e/ou com mobilidade reduzida aos atrativos selecionados, diagnosticar suas atuais condições de acessibilidade e ao final apontar medidas para possibilitar ou ampliar as condições de acesso para este público específico.

Constatou-se que a maioria dos atrativos analisados apresentou várias falhas no tocante à acessibilidade, conseqüentemente causando a exclusão de pessoas com mobilidade reduzida aos Museus, Igrejas e demais atrativos turísticos do centro histórico

da cidade, justificando-se a necessidade das adaptações com urgência para receber esse tipo de público.

De acordo com a Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2012) foram identificados os atrativos históricos mais visitados da cidade no primeiro semestre de 2012, sendo eles na ordem de maior visitação: Casa de Chica da Silva, Mercado Velho, Casa de JK, Catedral Metropolitana, Museu do Diamante, Instituto Casa da Glória, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela Imperial do Amparo. Sendo assim, estes atrativos turísticos serão analisados no que se refere à acessibilidade para visitantes com mobilidade reduzida, seguindo a ordem de maior visitação turística.

A Casa de Chica da Silva (fig. 1) atualmente funciona como museu, mas serviu de residência para a escrava e o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, entre os anos de 1755 e 1770. A escrava liberta, Chica da Silva, subverteu sua posição na sociedade local ao se unir com um dos homens mais poderosos do Arraial do Tejuco, hoje Diamantina, passando a gozar dos privilégios da elite branca, o que era um escândalo na época (MONUMENTA, s.d.).

Figura 1: Casa de Chica da Silva



Fonte: Guedes, 2013.

Pelas observações em campo sobre acessibilidade, pode-se notar a inexistência de área prioritária de estacionamento para deficiente e/ou pessoas com mobilidade reduzida próximo ao atrativo. Em relação ao acesso ao atrativo, constatou-se a presença de degraus na entrada e calçamento com relevos irregulares e portas com abertura mínima exigida (80,0 cm). Em seu interior, nota-se a ausência de pisos antiderrapantes, elevadores para o segundo pavimento e banheiros adaptados em suas instalações hidráulicas e elétricas. Possui área de circulação entre os móveis que permitem a passagem de cadeirantes. Saliente-se que há corrimãos em escadas e

rampas em duas alturas (70 cm e 92 cm), o diâmetro do corrimão entre 3cm e 4,5cm, espaço livre de 4 cm entre corrimão e parede, como preconizado na Norma Técnica sobre Acessibilidade. Existem algumas placas de informações que foram afixadas ao lado das peças expostas e não acima, o que facilita a visualização por cadeirantes. Porém, nota-se uma facilidade que é a altura das peças e das bancadas de aproximadamente 80cm, pois essa altura dá uma boa visibilidade as pessoas em cadeiras de rodas e de baixa estatura. Devido a reforma na casa que foi adaptada para servir como Museu, a altura das maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas adequadas, de acordo com os itens descritos na norma NBR9050/2004.

Já o **Mercado Velho** (Fig. 2) foi construído em 1835, por Joaquim Cassimiro Lages e servia como ponto de descarregamento e venda de mercadorias entre os comerciantes e mineradores que passavam pela cidade. Os tropeiros amarravam seus cavalos nas estacas de madeira localizadas no pátio externo do mercado (MONUMENTA, s.d.).

Figura 2: Mercado Velho



Fonte: Guedes, 2013.

Atualmente, o local é ponto de encontro de moradores e turistas e local de realização de eventos culturais como feira de artesanato e produtos agrícolas, pequenos shows e barraquinhas com comidas típicas. Percebe-se nesse atrativo, muito visitado por turistas, que apesar de estar localizado em uma Praça bastante ampla não foi priorizado estacionamento privativo para deficientes. Na entrada principal do Mercado há um calçamento tipo “pé-de-moleque” que são calçadas com pedras de rios, com relevos e pisos bastante irregulares. Todas as entradas para o Mercado possuem degraus com ausência de corrimãos. As portas de acesso garantem a passagem de cadeirantes, conforme preconiza a Norma Técnica. No interior do atrativo observa-se a ausência de pisos antiderrapantes, bem como ausência de elevadores para o pavimento inferior. Observou-se, ainda, a presença de corrimãos na escadaria que dá acesso ao

piso inferior onde há um auditório utilizado para reuniões, palestras, encontros e cursos, equipada com sanitários de uso comum, mas não existe nenhuma adaptação no sanitário destinado ao atendimento de pessoa com mobilidade reduzida ou deficiente, o mesmo ocorrendo nos sanitários em sua área externa. Dentro do Mercado, devido à grande movimentação de pessoas durante os eventos que ocorrem nas sextas-feiras à noite e nas manhãs de sábados, há dificuldade de circulação de pessoas com mobilidade reduzida e/ou cadeirantes em seu interior, apesar dos moveis permitirem a circulação de cadeirantes. Ante a arquitetura original do Mercado, a altura das maçanetas e interruptores elétricos podem ser consideradas compatíveis com os requisitos da norma NBR9050/2004.

Outro atrativo analisado foi a Casa de JK (Fig. 3), que trata-se de uma residência modesta, construída de pau-a-pique, típica do século XVIII, onde o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek viveu dos 3 aos 19 anos de idade. Após sua morte, a casa foi transformada em um museu que expõe fotografias, textos e até violões usados nas serestas que ele participava. (MONUMENTA, s.d.)

Figura 3: Casa de JK



Fonte: Guedes, 2013.

O atrativo possui a particularidade de ter sido restaurado, observando-se algumas normas de acessibilidade. Porém, constatou-se a ausência de área de estacionamento prioritária para deficiente e/ou pessoas com mobilidades reduzidas próximo ao atrativo, degraus na entrada principal, além do passeio e escadaria na entrada serem bastante estreitos, dificultando assim a locomoção de cadeirantes. Além disso, o calçamento da rua apresenta buracos, relevos irregulares e escorregadios. Em seu interior, nota-se a ausência de pisos antiderrapantes. Ressalta-se a presença de portas de acesso aos ambientes com abertura mínima exigida de 80cm, áreas de circulação entre os móveis que garantem a passagem de cadeiras de rodas. Nota-se a

presença de corrimãos em escadas e rampas em duas alturas (70cm e 92cm), com o diâmetro do corrimão entre 3cm e 4,5cm, espaço livre de 4cm entre corrimão e parede de acordo com a orientação da Norma Técnica sobre Acessibilidade. Algumas placas de informação também foram colocadas ao lado das peças expostas e não acima, facilitando a visualização por cadeirantes. Uma facilidade observada é a altura das peças e das bancadas de aproximadamente 80cm, sendo que essa altura dá uma boa visibilidade a pessoas em cadeira de rodas e de baixa estatura. Observou-se, ainda, neste atrativo a presença de um sanitário devidamente sinalizado e adaptado para cadeirantes. Devido a sua reforma para ser utilizado como Museu, as maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas que podem ser consideradas compatíveis com a norma NBR9050/2004.

A Catedral Metropolitana de Santo Antônio (Fig. 4) é um atrativo localizado na área central da cidade e foi construído entre 1933 e 1940, em substituição a mais antiga Igreja de Diamantina, a Igreja de Santo Antônio da Sé, demolida após longo processo de degradação (MONUMENTA, s.d.).

Figura 4: Catedral Metropolitana de Santo Antônio



Fonte: Guedes, 2013.

Inicialmente, observa-se como pontos positivos a presença de estacionamento prioritário e devidamente sinalizado e demarcado contando com uma vaga para deficiente bem em frente à Catedral. Existe ainda uma rampa com piso antiderrapante em sua entrada principal, na lateral esquerda. A porta central de acesso é bastante larga em razão de sua arquitetura, atendendo assim a abertura mínima exigida, bem como o corredor central que garante a circulação de cadeiras de rodas. Porém, constata-se a ausência de sanitários destinados ao público em geral, bem como prioritários para pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Devido a sua construção ser mais recente em relação aos demais atrativos, a altura das maçanetas e interruptores

elétricos podem ser considerados como adequados aos quesitos da Norma NBR9050/2004.

O **Museu do Diamante** (Fig. 5) originariamente foi a casa onde morou José de Oliveira Silva e Rolim, ou Padre Rolim, um dos principais articuladores da Inconfidência Mineira. Após ser preso e enviado para Portugal, teve a casa confiscada pela Fazenda Real, que a leiloou em praça pública. (MONUMENTA, s.d.). O citado imóvel pertenceu à particulares, até 1945, quando foi readquirido pelo Estado e transformado no Museu do Diamante.

Figura 5: Museu do Diamante



Fonte: Guedes, 2013.

Nesse atrativo, inicialmente, pode-se citar como ponto positivo a presença de estacionamento prioritário contando com uma vaga para deficiente devidamente demarcada e sinalizada. Mas em relação ao acesso, constatou-se a presença de uma estreita escada e degraus em sua entrada, além de calçamento irregular e escorregadio na rua em frente ao atrativo. Observa-se que o Museu do Diamante possui, em razão da arquitetura original, portas largas e em seu interior observa-se que os mobiliários foram dispostos garantindo a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, havendo corrimãos em escadas e rampas bem como a largura de portas e corredores adequados, havendo ainda a altura compatível de maçanetas das portas. Saliente-se que algumas placas de informações foram colocadas ao lado das peças expostas e não acima, facilitando a visualização por cadeirantes. Uma facilidade observada é a altura das peças de artes e das bancadas com aproximadamente 80cm de altura, permitindo uma boa visibilidade a pessoas em cadeiras de rodas e de baixa estatura. Constatou-se que o atrativo é bastante visitado por turistas, porém nota-se a presença de sanitários de uso comum, faltando adaptação de sanitário para uso por deficientes e/ou pessoa com

mobilidade reduzida. As maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas adequadas de acordo com a norma NBR9050/2004.

O Instituto Casa da Glória (Fig.6), em 1818, tornou-se sede da antiga Casa de Intendentes e Contratadores, responsáveis pela exploração de diamantes na região. Em 1864, passou a abrigar o 1º Bispado de Diamantina e foi residência do primeiro Bispo da cidade. Foi cedido às Irmãs de São Vicente de Paulo, em 1867, quando passou a sediar um educandário e orfanato. (MONUMENTA, s.d.). No início do século XIX, utilizando sobras de madeira da chácara de Chica da Silva, foi construído o Passadiço, que é hoje um dos grandes símbolos de Diamantina. Atualmente, o local pertence ao Instituto de Geociências da UFMG e abriga em seu interior um Museu de Mineralogia e serve como base de apoio para pesquisadores.

Figura 6: Instituto Casa da Glória



Fonte: Guedes, 2013.

Nesse atrativo foi observada a ausência de estacionamento privativo para deficientes e/ou pessoas com mobilidade reduzida. Foi constatada a presença de degraus em sua entrada principal, além de calçamentos com pisos escorregadios e relevos irregulares. Devido sua arquitetura centenária, possui portas largas, bem como a presença de corrimãos entre 3cm e 4,5cm de diâmetro e móveis dispostos garantindo a circulação de cadeirantes. Observa-se em seus salões que algumas placas de informação foram colocadas ao lado das peças expostas facilitando a visualização por cadeirantes. Outra facilidade é a altura das peças e das bancadas de aproximadamente 80cm, sendo que essa altura dá uma boa visibilidade a pessoas em cadeira de rodas e de baixa estatura. Em seu interior constatou-se a ausência de pisos antiderrapantes, ausência de elevadores para os demais pavimentos, bem como a presença de diversos bebedouros e sanitários de uso comum, faltando à adaptação de sanitários destinados

à cadeirantes e/ou pessoas com mobilidade reduzida. Por fim, as maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas compatível com as descritas nos requisitos da norma NBR9050/2004.

Partindo para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Fig. 7), merece mencionar que ela foi construída pelo contratador João Fernandes de Oliveira, que se desentendera com outros membros da Irmandade ao escolher um local próximo à sua casa para sua construção. Destaca-se a talha esculpida por Francisco Antônio Lisboa (homônimo de Aleijadinho) e Manoel Pinto, além de um órgão de 514 tubos que teria sido utilizado por Lobo de Mesquita, um dos mais importantes compositores coloniais. (MONUMENTA, s.d.).

Figura 7: Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Guedes, 2013.

Pelas observações em campo, constata-se nas proximidades do atrativo a ausência de estacionamento prioritário para deficientes. Nota-se como positivo a ausência de escadas e degraus em sua porta de entrada principal e nas portas laterais, sendo que a calçada possui a largura mínima exigida de 1,20m, e as portas de entrada possuem largura mínima exigida pela Norma Técnica em função da arquitetura religiosa da época de sua construção. Em seu interior, o espaçamento entre os bancos e a nave central garante a circulação de cadeirantes, mas nota-se nesse atrativo a ausência de sanitário de uso geral, bem como prioritário destinado para cadeirante e/ou pessoa com mobilidade reduzida. A altura das maçanetas e interruptores elétricos é compatível com os requisitos da norma NBR9050/2004.

Por sua vez, a **Igreja de Nossa Senhora do Rosário** (Fig. 8) é considerada uma das igrejas mais antigas de Diamantina, construída por volta de 1728, por negros

pertencentes à irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Em 1771, passou por uma reforma, que provavelmente ampliou a nave e acrescentou uma sacristia. A exemplo de outras igrejas construídas posteriormente na cidade, possui uma única torre que é independente da nave. O largo da igreja abriga ainda um dos dois chafarizes remanescentes do séc. XVIII (MONUMENTA, s.d.).

Figura 8: Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Guedes, 2013.

Pode-se observar nesse atrativo a ausência de estacionamento prioritário próximo ao local e piso irregular próximo à entrada da Igreja. Como ponto positivo, destaca-se a ausência de escada e degraus na entrada principal e nas laterais da Igreja, facilitando a circulação de pessoas com deficiência; o fato de possuir portas largas, com mais de 80cm; e em seu interior possuir áreas de circulação que garantem a passagem de cadeirantes. Nota-se a ausência de sanitário de uso geral, bem como que possa atender pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, além da ausência de pisos antiderrapantes. As maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas adequadas de acordo com a norma NBR9050/2004.

Por fim, a **Capela Imperial do Amparo** (Fig. 9) foi construída no século XVIII e ganhou o nome de "Imperial" após a Independência do Brasil. A Capela sedia a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, que acontece geralmente nos meses de maio/junho, com destaque para o sorteio do Imperador do ano seguinte. (MONUMENTA, s.d.).

Figura 9: Capela Imperial do Amparo



Fonte: Guedes, 2013.

Nesta Igreja, observa-se a inexistência de estacionamento privativo para deficientes e ou pessoas com mobilidade reduzida próximo ao atrativo. Porém, em razão de sua arquitetura original a calçada em frente ao atrativo é ampla, possuindo a largura mínima exigida de 1,20m, bem como ausência de degraus em sua porta de entrada e a presença de portas bastante largas e móveis que garantem a circulação de cadeirantes entre os ambientes. Além disso, constatou-se a ausência de pisos antiderrapantes e de sanitário para uso geral e/ou pessoa com mobilidade reduzida. As maçanetas e interruptores elétricos foram instalados em alturas adequadas aos requisitos da norma NBR9050/2004.

Pela análise geral dos atrativos, pode-se concluir que a acessibilidade nos principais atrativos do centro histórico de Diamantina/MG pode ser considerada como obstáculo não só para pessoas com deficiência, mas também para idosos, crianças, obesos e gestantes. A cidade de Diamantina ainda não está acessível para que esse público possa se locomover com autonomia e segurança. Destaca-se que todos os atrativos analisados possuem construções antigas e encontram-se inseridos em locais tombados pelo IPHAN, dificultando por vezes intervenções nas fachadas, escadas e calçadas de acesso. No interior de alguns imóveis, as mudanças vêm ocorrendo de forma lenta e gradativamente como adaptações em banheiros, largura das portas, espaços para deslocamento, altura das maçanetas e interruptores elétricos.

Observa-se que, mesmo sendo Diamantina uma cidade histórica e Patrimônio Mundial da Humanidade, percebe-se o mal estado de conservação das calçadas que necessitam de uma melhoria para o uso pela população em geral e, principalmente, por pessoas que possuem mobilidade reduzida, tais como idosos e portadores de deficiência.

No centro histórico, constata-se a presença de pisos inadequados, buracos e ruas apresentando calçamento em pedras irregulares e escorregadias; passeios com tipo de pisos inadequados, sendo observado que em alguns locais apresentam obstrução do passeio por veículo motorizado e com poucos locais que apresentam placas indicativas de estacionamento exclusivo para portadores de deficiências.

Observou-se, ainda, que em quase todos os atrativos as portas de acesso e largura das calçadas em frente aos atrativos atendem às exigências da Norma Técnica e nas áreas de circulação, os móveis foram dispostos garantindo a circulação cadeiras de rodas, mas sendo necessário auxílio de terceiros. Porém, tais adaptações referem ao padrão de construção dos imóveis e não foram pensadas no sentido de atender às necessidades específicas do público deficiente e/ou com mobilidade reduzida.

Nunca é demais citar que a maioria dos atrativos conta com a presença de escadas e degraus sem sinalização, inexistência de rampas ou quando existem, a maioria encontram-se em desacordo com a Norma da ABNT. Além disso, os corrimãos, quando presentes, muitas vezes estão fora dos padrões exigidos na referida norma, sendo que os citados problemas favorecem a inacessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, tornando-as excluídas de seus direitos de cidadãos.

Saliente-se que pela análise dos atrativos visitados, pode-se dizer que há diversas dificuldades no percurso, destacando a necessidade de intervenções nas escadas, instalação de corrimãos nos moldes previstos na Norma Técnica, adaptações em banheiros, construções de rampas de acesso, elevadores para imóveis com mais de um pavimento, entre outras ações. Desta forma, destaca-se a importância do desenho universal com a criação de produtos e ambientes em prol da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida e que garanta o uso dos espaços para todos os tipos de público.

Relevante citar que o descumprimento das normas garantidoras do direito de acesso tem como consequência a exclusão do direito ao lazer. Analisando-se a cidade de Diamantina, nota-se a sua peculiaridade, por se tratar de uma cidade histórica tombada e reconhecida como patrimônio cultural da humanidade, atraindo grande número de turistas. Desta forma, deveria de fato garantir a acessibilidade à toda humanidade. Porém, observa-se a inexistência de qualquer legislação municipal específica que garanta a acessibilidade para deficiente e/ou pessoas com mobilidade reduzida aos seus atrativos turísticos, localizados no centro histórico da cidade.

Conforme o resultado das observações em campo, nota-se a dificuldade de acessibilidade nos principais atrativos de Diamantina contribui sobremaneira para a exclusão, impedindo o exercício do direito de ir e vir garantido constitucionalmente e, fere a dignidade do cidadão no Estado Democrático de Direito.

6. Considerações Finais

Ao término da coleta de dados e de sua análise, pode-se concluir que os objetivos da presente pesquisa foram atingidos, visto que a pesquisa bibliográfica, documental e a observação sistematizada em campo foram realizadas e, assim, foi possível analisar a acessibilidade dos principais atrativos turísticos do centro histórico de Diamantina ao visitante com mobilidade reduzida.

Este estudo demonstrou a necessidade de acessibilidade para pessoa com mobilidade reduzida no turismo, por meio da adaptação nas edificações, espaços, mobiliários e equipamentos e serviços turísticos para eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade do turista-deficiente. Como sugerido por Bittencourt (2004), a falta de acessibilidade impede visitantes com mobilidade reduzida de exercer plenamente a cidadania, como o direito de ir e vir, o acesso à educação, saúde, lazer, emprego e a existência das barreiras arquitetônicas constituem obstáculos que impedem sua circulação em ambientes construídos.

Por meio desta pesquisa, pode-se comprovar a importância da acessibilidade das pessoas com deficiência ao turismo, demonstrar que a exclusão discrimina o direito ao exercício do lazer, tornando o turismo inacessível. Além disso, foi possível também demonstrar a importância da aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 9050:2004) e do Manual de Orientações sobre a Acessibilidade e Turismo, do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), como instrumentos eficazes de inclusão do turista-deficiente.

Pelo levantamento *in loco* constata-se, de modo geral, que os atrativos são parcialmente acessíveis, visto que o acesso a muitos atrativos possuem entraves como escadas e degraus, ausência de corrimãos, largura das calçadas e portas fora do padrão exigido, ausência de pisos antiderrapantes, entre outras. Apesar disso, em seu interior constatou-se possibilidades de deslocamento e alcance visual para pessoas com mobilidade reduzida.

Pela análise dos dados levantados por meio do Roteiro de Observação, infere-se que a maioria dos atrativos localizados no centro histórico não apresentam totais condições de acessibilidades adequadas para o turismo. Os mesmos possuem barreiras arquitetônicas, ausências de vagas de estacionamento específicas para deficientes, ausência de banheiros equipados para atendimento às pessoas com mobilidade reduzida e, principalmente, a presença de obstáculos diversos que dificultam a presença de cadeirantes e visitantes com mobilidades reduzidas nos atrativos do centro histórico da cidade.

Ressalte-se que uma grande parcela de turistas com mobilidade reduzida sofre exclusão social, pois não possuem o mesmo acesso a atrativos turísticos do que as demais pessoas. Este fato se torna ainda mais grave por se tratar de uma cidade com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, que impede os deficientes de serem cidadãos comuns e apresentarem uma vida social condizentes com seus direitos constitucionais.

De acordo com os resultados das observações cumpre reafirmar que a não adoção de medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao turismo favorece a discriminação, promove exclusão social e fere o direito ao lazer dos cidadãos especiais. A implementação de ações afirmativas no sistema turístico brasileiro em consonância com a Associação Brasileira de Normas Técnicas e com o Manual de Orientações sobre a Acessibilidade e Turismo do Ministério do Turismo serão decisivas para transformar em prática aquilo que já está previsto em várias leis brasileiras.

Esta pesquisa compõe ainda um material estruturado e argumentado que poderá servir de base para contestações futuras acerca das políticas públicas sobre turismo e acessibilidade em Diamantina. Pode-se constatar a inexistência de projetos de adaptação e acessibilidade em curso pelo poder público e pela iniciativa privada no município.

Como proposta, destaca-se a necessidade de fiscalização no cumprimento da Norma Técnica da ABNT-NBR 9050/2004, numa ação conjunta com os órgãos públicos das esferas Municipal, Estadual e Federal e supervisionado pelo IEPHA/MG, IPHAN, UNESCO e órgãos afins, para evitar a descaracterização dos monumentos históricos tombados, tanto na fachada como no interior dos respectivos bens.

Como sabido, o centro histórico de Diamantina, que abriga casarões e monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e tem o relevo acidentado, encontra certa dificuldade para passar por algumas adaptações. No entanto, não é porque a cidade possui áreas tombadas que esta pode se tornar um obstáculo na acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Necessário se faz um diálogo e envolvimento dos poderes públicos e privados, visando chegar a resultados semelhantes a outras cidades históricas brasileiras e estrangeiras, onde a acessibilidade para visitantes com mobilidade reduzida já é uma realidade.

Tendo-se como base a legislação brasileira vigente sobre acessibilidade, o que se pode constatar é a existência de várias leis e normas que regulamentam os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, mas, infelizmente, o que se verifica na prática é que, apesar de sua existência, elas não são devidamente cumpridas, tendo em vista que não garantem que diversos atrativos turísticos, atendam a maior diversidade

possível de turistas e visitantes, principalmente aqueles com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Referências

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA, M.V. Turismo Para Pessoas com Deficiência. In. NETTO, A. P. et al. *Segmentação do Mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. São Paulo. Ed. Manole, 2009.

ARAÚJO, C.B. Z. M de.; FIGUEIRA, K. C.; MALHEIROS, M. R. T. L. *Trabalhos de conclusão de curso: normas e padrões*. Campo Grande: FIC/UNAES, 2000.

BITTENCOURT, L. S. et al. *Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão dos portadores de deficiência física*. In. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, Belo Horizonte, 2004. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.ufmg.br/congext/Direitos/Direitos10.pdf>. Acesso em julho 2013.

BRASIL. *Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. *Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988*. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas. Brasília, 1998. Disponível em: www.senado.gov.br/sf/legislacao/. Acesso em: julho 2013.

_____. *Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em julho 2013.

_____. *Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/legis1/doc_legis2.asp?id=197>. Acesso em julho 2013.

_____. *Lei nº 11.666, de 19 de dezembro de 1994*. Estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público de acordo com o estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 224, § 1º, I, da Constituição Estadual. Brasília, 1994

_____. *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989.

_____. *Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em

<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/legis1/doc-legis2.asp_id=198>. Acesso em julho 2013.

BRASIL - MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo e acessibilidade: manual de orientações* – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006

_____. *Turismo acessível: introdução a uma viagem de inclusão*. Ministério do Turismo Brasília, 2009.

MONUMENTA. *Cidades Históricas Brasileira – Diamantina*. s.d. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=180>. Acesso em julho de 2013.

FLORES E SILVA, Yolanda; GONÇALVES, Patrícia Spíndola. A estrutura hoteleira de Balneário Camboriú para turistas portadores de necessidades especiais. In: *Turismo – Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 8, n.1, p.9-29, jan./abr.2006.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida*. São Paulo: Àures, 2003. 128p.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J. *Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas*. Diamantina: UFVJM, 2012.

A Relação Entre Turismo e Desenvolvimento Econômico em Diamantina: Uma Aproximação

Hanna Gabriela S. V. Amaral
Izabel Cristina Carvalho de Oliveira

Resumo: O turismo vem se consolidando como um dos segmentos que mais cresce em todo mundo, alterando diretamente o processo de desenvolvimento econômico e social das localidades onde é explorado. Em nível regional, Diamantina, uma das maiores e mais importantes cidades da mesorregião Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais, propõe-se a olhar para o turismo também como uma alternativa para seu desenvolvimento, uma vez que promove atividades tradicionais que traduzem a identidade cultural da cidade e estimulam de maneira direta a visitação turística na cidade. A cidade recebeu o título da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade na década de 1990 e esse artigo parte da hipótese de que houve uma grande expansão do fluxo turístico após esse período (décadas de 1990 e início dos anos 2000) promovendo grande impulso para o desenvolvimento econômico na cidade naquela época. Dessa forma, objetiva-se identificar a possível relação do turismo com o desenvolvimento socioeconômico analisando essa relação em Diamantina–MG, através da análise exploratória de alguns indicadores socioeconômicos da cidade. Os dados analisados são indicativos de que não se pode atrelar diretamente a atividade turística ao desenvolvimento econômico na cidade de Diamantina no período 1990/2000, uma vez que, o município não se destacou entre os municípios analisados, o que indica que outros fatores, além do turismo, foram responsáveis pelo crescimento analisado.

Palavras-chave: Diamantina. Turismo. Desenvolvimento Econômico.

1. Introdução

Com o setor turístico em constante expansão, cresce, atualmente, as discussões acerca das consequências da atividade turística nas cidades que a exploram. Vários são os autores (CORIOLANO 2012) (HANAI E NETTO 2006) que acreditam em uma linha tênue entre turismo e desenvolvimento.

Partindo desta perspectiva, e da hipótese de que houve uma grande expansão do fluxo turístico no município de Diamantina – MG na década de 1990, aproximadamente quando a cidade recebeu da UNESCO o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos dessa expansão para o desenvolvimento socioeconômico no município.

Para a análise, o trabalho foi dividido em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte (duas primeiras seções) buscou-se abordar os diferentes conceitos de desenvolvimento, os possíveis impactos positivos e negativos da atividade turística, as propostas de inclusão social que gradativamente se inserem nos ideais de turismo sustentável buscado atualmente, além de uma breve introdução sobre o Vale do Jequitinhonha. Após esse estudo, o trabalho se dedicou a analisar alguns indicadores econômicos e sociais de Diamantina e das cidades que compõe sua Microrregião, na tentativa de verificar se elas, possuindo uma história de formação semelhante à cidade colonial, mesmo não tendo o turismo como marca tão significativa, também experimentaram, no período de tempo analisado, alguma evolução econômica. O trabalho parte do pressuposto de que o turismo é um importante indutor de desenvolvimento econômico e social na localidade, e apresenta, por fim, indicadores que podem auxiliar o leitor a julgar tal hipótese.

2. Desenvolvimento e os impactos do turismo enquanto possível fator de desenvolvimento

Como um dos propósitos da pesquisa é expor a forma com que o turismo pode desencadear melhorias para uma localidade no que diz respeito ao seu desenvolvimento social e econômico, para entender o verdadeiro sentido do trabalho é preciso analisar os diferentes conceitos existentes para o termo “desenvolvimento”. Segundo Troster e Mochón (1999),

[...] desenvolvimento é o processo de crescimento de uma economia, ao longo do qual se aplicam novas tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição da riqueza e da renda. (TROSTER; MOCHÓN, 1999, p. 331).

Outro conceito utilizado, pelos autores Kindleberger e Herrik (1977) (*apud* PINHO E VASCONCELLOS, 2004, p.485), aponta que o desenvolvimento está relacionado às “mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores de produção”, ideia que se distancia do conceito defendido por Dudley Seers (1972 *apud* PINHO E VASCONCELLOS, 2004, p. 485), por exemplo, no qual desenvolvimento é “a criação de condições para a realização da personalidade humana”.

Assim como os estudiosos citados acima, quando se fala em desenvolvimento, habitualmente o primeiro ponto de vista a ser considerado pela sociedade é o processo de melhoria nas condições de vida dos indivíduos, através do setor que subsidia tal

progresso: o setor econômico. Essa melhoria, entretanto, é representada sob uma ótica distinta por Amartya Sen (2000, p. 17), quando ele explica que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” e requer que as principais fontes que privam os indivíduos dessa liberdade (a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos, entre outras) sejam de uma vez por todas removidas. Para ele, “essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 53). Amartya evidencia em seu livro a relação entre o desenvolvimento e a liberdade do ser humano, dizendo que:

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2000, p. 18).

Para configurar o processo de desenvolvimento econômico, portanto, é preciso observar a existência do crescimento do bem estar econômico da população, a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e ainda a melhoria de suas condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte ao longo do tempo.

O turismo assume cada vez mais um papel de destaque no que diz respeito ao desenvolvimento das cidades que exploram essa atividade e já é considerado um dos setores que mais crescem em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2010

[...] o turismo internacional movimentou cerca de 940 milhões de turistas e 919 bilhões de dólares. Foi responsável também por 5% do PIB mundial, 30 % da exportação mundial de serviços, e por empregar um a cada doze trabalhadores no mundo. (OMT apud LUZ, 2011, p.24).

Além de impulsionar o setor econômico, através da movimentação do capital que o turista leva para a localidade, é importante lembrar que as relações de troca desencadeadas pela atividade vão além da relação de produto/dinheiro/serviço, uma vez que também há o intercâmbio entre as culturas do visitante e do visitado.

Muitos estudiosos da área, na tentativa de abordar os impactos da atividade turística, apontam em suas pesquisas as várias possibilidades de desenvolvimento local, regional e mundial que o turismo desencadeia, desde a saída do viajante de sua localidade até a sua volta para casa. Entre os impactos positivos mais reconhecidos do seu poder enquanto indutor de desenvolvimento pode-se citar: a geração de emprego para a comunidade local, para atender a demanda de produtos e serviços exigida pelos turistas; a possibilidade de melhoria na infraestrutura da cidade; o aumento dos investimentos dos setores público e privado; maior empenho, inclusive da própria

população, em manter o meio ambiente local em bom estado de conservação; além da oferta de produtos por toda a população, mesmo os vendedores autônomos, o que equalizaria as oportunidades e dinamizaria a geração de renda.

Segundo Oliveira (2007 apud FAGUNDES; ASHTON, 2010, p.03), muitos são os setores associados ao turismo: a rede hoteleira, o setor de alimentação, lojas e comércio em geral, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos variados. Assim, é relevante apontar que esses setores também se beneficiam da atividade, quando são envolvidos pelo efeito multiplicador do turismo⁷¹, potencializando os investimentos e gastos gerados para e pela movimentação turística. Para Barbosa (2002, p. 02), o efeito multiplicador é uma “forma de capturar efeitos secundários do gasto turístico e prova do grande alcance dos seus benefícios em diferentes setores da economia”.

Como visto anteriormente, vários são os autores que confiam ao turismo um papel significativo de ajuda no desenvolvimento das cidades- muitas delas onde não havia sequer opções para se alcançar alguma evolução. Uma maneira natural de entender seu valor como indutor do desenvolvimento local é analisar, por exemplo, a situação do meio rural.

Com o passar do tempo, quando os trabalhadores de algumas localidades do meio rural perceberam que somente a renda gerada pelas atividades agropecuárias não seriam suficientes para manter as famílias que viviam nas pequenas comunidades rurais, eles passaram a desenvolver atividades alternativas não agrícolas para agregar outras fontes de renda ao seu ganho final. Para Hanai e Netto:

[...] dentre as estratégias possíveis, o turismo vem se apresentando como possível alternativa sustentável de desenvolvimento do espaço rural, conciliável com a conservação dos recursos naturais, valorizando os aspectos culturais regionais, e que também busca garantir e melhorar a qualidade de vida dos moradores rurais. (2006, p. 04).

Através do turismo, então, a comunidade pode se empenhar em alcançar o desenvolvimento local sustentável, que “leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população” (HANAI E NETTO, 2006 , p.04), à distribuição dos benefícios e à participação efetiva de todos os atores envolvidos, não apenas como ouvintes, mas como transformadores do meio em que vivem.

Para que a atividade turística contribua efetivamente para o processo de desenvolvimento local, o fenômeno turístico requer então a incorporação de novas concepções de planejamento num sentido mais amplo, em termos da reflexão ética, que implica em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as especificidades dos destinos, apoiando

⁷¹ Entende-se por efeito multiplicador o aumento na renda total da localidade maior que o gasto inicial realizado.

numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional. (HANAI E NETTO. 2006, p. 13).

Barbosa (2002, p. 02) explica que “do ponto de vista econômico, a atividade turística se torna importante não pelo fato da ‘viagem a trabalho ou lazer’, mas, sim, pelas consequências não intencionadas deste ato” e acrescenta expondo uma ideia importante, a de que “numa sociedade onde existe a cultura do turismo, há permanentemente oferta de recursos derivados da poupança dos que estão esperando o momento de transformá-los em dispêndio de viagem”.

Apontando o turismo como fator de desenvolvimento econômico, Barbosa (2002, p. 02) ainda fala sobre a importância de criar medidas para atenuar os efeitos negativos dessa atividade, como: “sazonalidade, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação, importações (vazamentos)”; considerações estas que se assemelham à ideia de Luz (2011, p.11), quando ele discorre também sobre o lado maléfico do turismo para a localidade e tenta, sob seu ponto de vista, “desmistificar o caráter falacioso que a atividade possui, de ser a salvação para os problemas econômicos de um lugar”. Barbosa conclui mostrando o pensamento de Oliveira (2001 apud BARBOSA 2002, p.10), no qual “o turismo pode gerar uma série de impactos negativos no meio ambiente e cultura local, ameaçando o desenvolvimento do setor a médio e longo prazo”.

Percebe-se que na literatura não existe um consenso da relação entre o turismo e desenvolvimento. Enquanto alguns autores ressaltam alguns aspectos positivos dessa relação, como o aumento do emprego e renda, o aumento do nível de investimentos e a melhoria da infraestrutura local, por exemplo, outros evidenciam as consequências negativas, como aumento da inflação, dos subempregos e da sazonalidade.

Ao apontar, então, alguns dos pontos positivos e negativos que a atividade turística pode desencadear, é preciso perceber, como expõe Zapata (2004 apud ALVES, p. 01), a necessidade de descobrir o potencial do lugar e criar um planejamento turístico municipal, para que assim, o desenvolvimento local seja alcançado de forma a atender a todos. E esse é um dos grandes desafios: conquistar totalmente a inclusão social.

O turismo convencional, como cita Silva (2011, p. 327), se caracteriza pela busca de lucros imediatos e, na maioria das vezes gera, além de “graves impactos ambientais, a perda dos valores culturais e o afastamento da população endógena dos benefícios econômicos advindos do turismo”. Assim, outro forte ponto de discussão acerca da atividade turística é sobre quem são, de fato, as pessoas que se beneficiam da atividade. Será que todas as parcelas da população conseguem desfrutar das oportunidades surgidas através do desenvolvimento do setor turístico?

Tal questionamento é bastante citado por Ivan Bursztyn em seus estudos. Para Bursztyn (2005, p. 66), é preciso “construir um modelo mais justo e equitativo de turismo”, em que a população local esteja à frente da condução das atividades do setor e possa, assim, reverter para ela os recursos provenientes do seu trabalho. Nessa perspectiva, para ratificar a importância da participação dos moradores locais no planejamento e na gestão do turismo, estudiosos apontam também uma nova forma de turismo: o solidário. Segundo eles, o Turismo Solidário deve assumir os valores da economia solidária, valorizando a participação popular e buscando, assim, “valorização do território, reconhecimento das diferenças étnicas, religiosas, de gênero e geração, solidariedade e ética nas relações políticas, econômicas e sociais e de produção”. (SILVA, 2011, p. 329).

3. Atividade turística em Diamantina

Como um fator muito forte em todo o Vale do Jequitinhonha, Diamantina, uma das maiores e mais importantes cidades dessa mesorregião, propõe-se a olhar para o turismo também como uma alternativa para seu desenvolvimento, uma vez que realiza com frequência algumas atividades tradicionais que traduzem a identidade cultural na cidade, como a Vesperata⁷², e a visitação ao centro histórico, às igrejas e aos museus, elementos que estimulam de maneira direta a visitação turística na cidade.

O desenvolvimento em Diamantina, assim como na maioria do Vale do Jequitinhonha, teve seu início a partir da prática do garimpo. Muitos foram os viajantes que vieram para região em busca de melhores condições de vida e que, mesmo sem intenção, contribuíram para desenvolver as características da cultura local, um dos recursos do turismo ainda hoje.

Como aponta Mendonça et al. (2005, apud RAYEL E GUIMARÃES, 2012, p. 02) o período de esplendor vivido por Diamantina por causa do ouro e dos diamantes se manteve apenas até meados do século XIX, quando ocorreu o esgotamento das jazidas e o fim do ciclo minerador, fato que desencadeou um longo período de estagnação na região.

Expondo seus estudos sobre esse tema, Mendonça fala que a construção da Fábrica de Tecidos de Biri-Biri e a expansão do setor têxtil foram fatores importantes para impulsionar a economia local na época. Ainda sobre esse processo de desenvolvimento, para Rayel e Guimarães (2012, p.02), os segmentos que

⁷² A Vesperata é um evento musical próprio de Diamantina. Nele, músicos sobem nas sacadas dos casarios antigos da Rua da Quitanda, no centro histórico da cidade, e recebem a regência de Maestros que ficam na rua, junto ao público, criando um espetáculo que mescla músicas clássicas e populares.

impulsionaram o setor econômico a partir do século XX foram a indústria e o comércio, e esses “dois últimos segmentos, bem como a atividade turística, são responsáveis por favorecerem, até os dias atuais, o desenvolvimento da economia local e regional”. E foi sob essa perspectiva que a atividade turística passou a ganhar força em Diamantina, onde os casarios coloniais e a cultura do diamante serviram como atrativo para os turistas, ajudando a incrementar o processo de visitação na localidade.

Com o setor econômico sendo aquecido pelo comércio, pela indústria e pelo turismo, outro fator determinante para Diamantina, considerado por muitos como um divisor de águas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, foi a conquista do Título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO em 1999, que levou Diamantina a ascender entre os destinos turísticos em todo o país e principalmente no Estado de Minas Gerais.

Segundo Freitas:

Ao se analisar os processos empreendidos em Diamantina, no período entre 1996 a 1999, observa-se crescimento substancial do turismo, coincidentemente na época de sua participação no PNMT⁷³, assim como, na preparação para receber o Título de Patrimônio da Humanidade. (FREITAS, 2008, p. 60)

Dessa forma, este trabalho parte do pressuposto de que o cenário econômico e social do início da década de 90 pode ser substancialmente diferente da conjuntura dos anos 2000, devido ao “crescimento substancial do turismo” na década de 1990, conforme citado pelo autor acima. Esse fato instiga a investigação dos avanços econômicos e sociais promovidos pelo setor turístico no município entre esses dois períodos (1990 e 2000), o que justifica a análise de dados a seguir.

4. Análise de dados

Partindo do pressuposto de um grande crescimento do turismo em Diamantina entre as décadas de 1990 e 2000, este trabalho se propõe a analisar alguns dados econômicos e sociais nesses dois períodos, com o objetivo de detectar a possível influência do turismo nos indicadores selecionados.⁷⁴

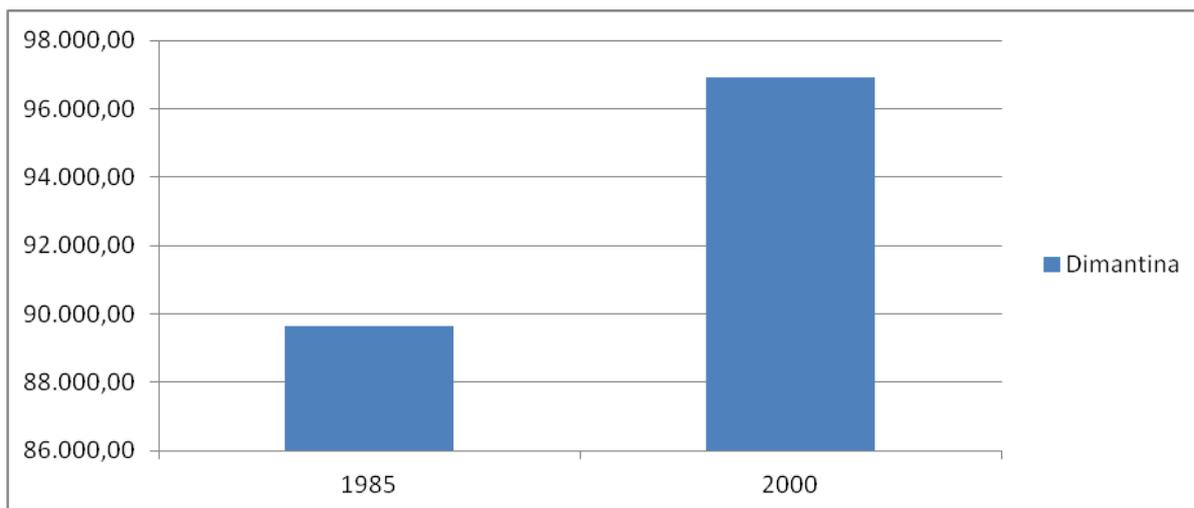
⁷³ O PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi um programa iniciado pelo Governo Brasileiro em 1994, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável local, partindo de uma metodologia de enfoque participativo, do desenvolvimento de oficinas e com vistas à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais para a importância do turismo como gerador de emprego e renda.

⁷⁴ Por ser um trabalho inicial, o objetivo desta pesquisa é tentar encontrar indícios da relação entre turismo e desenvolvimento. Contudo, admite-se sua limitação metodológica, uma vez que não se utilizou dados específicos do turismo, visto que esses dados em nível regional, quando existem, são de difícil acesso, exigindo um tempo maior para seu levantamento.

Além disso, utilizou-se da análise comparativa entre municípios, com o objetivo de detectar diferenças evolutivas entre o município com um forte traço turístico (Diamantina) e os demais municípios da Microrregião, que apesar de estarem inseridos no mesmo contexto geográfico, econômico e social, não exploram o turismo como atividade marcante de suas economias.

No gráfico abaixo, analisa-se a evolução do PIB de Diamantina.

Gráfico 1- Evolução do PIB de Diamantina 1985/2000⁷⁵



Elaboração própria a partir de dados do CENSO demográfico (2000).

Através do gráfico acima, é possível verificar uma evolução de 8,09% no PIB do município de Diamantina. Este valor está abaixo da evolução do PIB de Minas Gerais nesse mesmo período, que foi de 25,46% (IPEADATA).

Apesar do crescimento não ter sido tão considerável perante o crescimento verificado em Minas Gerais, vale a pena analisar a evolução dos componentes do PIB. Como o turismo faz parte do setor de serviços, o objetivo é analisar se este componente evoluiu mais que a indústria e a agropecuária.

Tabela 1. Produto Interno Bruto e Seus Componentes - Diamantina 1985/2000

| Ano | 1985 | 2000 | Variação (%) |
|---------------------|----------|----------|--------------|
| Agropecuária | 9.352,55 | 4.167,43 | - 55,44 |

⁷⁵ Neste gráfico, utiliza-se como referência o ano de 1985 (e não 1991 como nos demais gráficos) pela falta de valores de 1991 na mesma base de dados, conforme o Censo Demográfico.

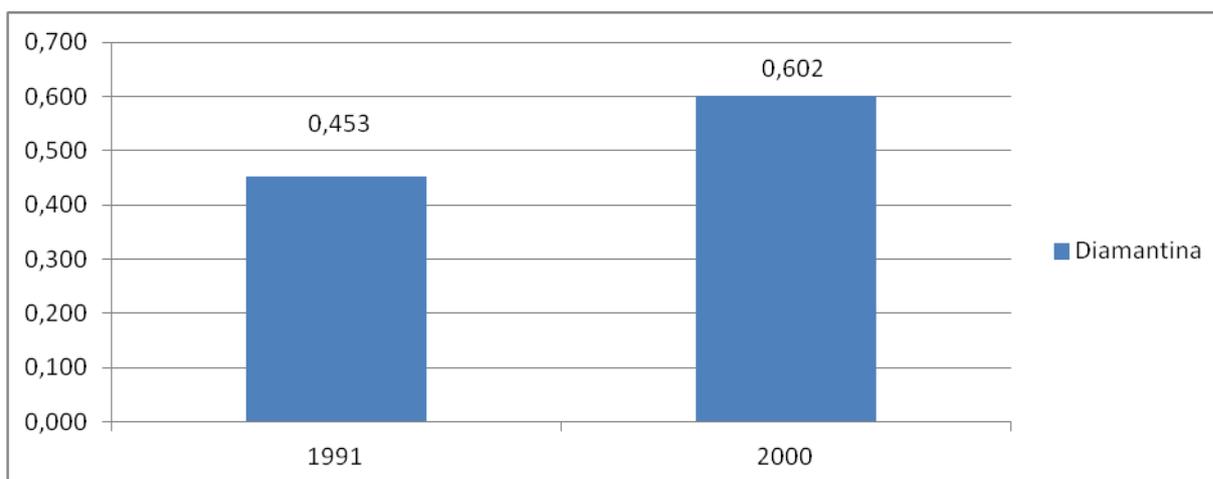
| | | | |
|------------------|-----------|-------------------------|---------|
| Indústria | 19.032,91 | 16.469,07 | - 13,47 |
| Serviços | 61.258,91 | 76.279,58 | 24,49 |
| PIB | 89.654,36 | 96.916,08 ⁷⁶ | 8,09 |

Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2013)

Conforme se verifica, a variação positiva no PIB do município é de inteira responsabilidade do setor de Serviços (uma vez que o crescimento dos Serviços foi positivo em detrimento à variação negativa da Indústria e da Agropecuária), o que pode ratificar a hipótese levantada pelo trabalho de que o crescimento do fluxo turístico na década de 1990 promoveu a expansão da economia em Diamantina.

Vale ressaltar que apenas o aspecto econômico não evidencia desenvolvimento. É necessário analisar indicadores sociais. Abaixo, segue a análise do IDHM do município.

Gráfico 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Diamantina 1991/2000



Elaboração própria a partir de dados do CENSO demográfico (1991 – 2000)

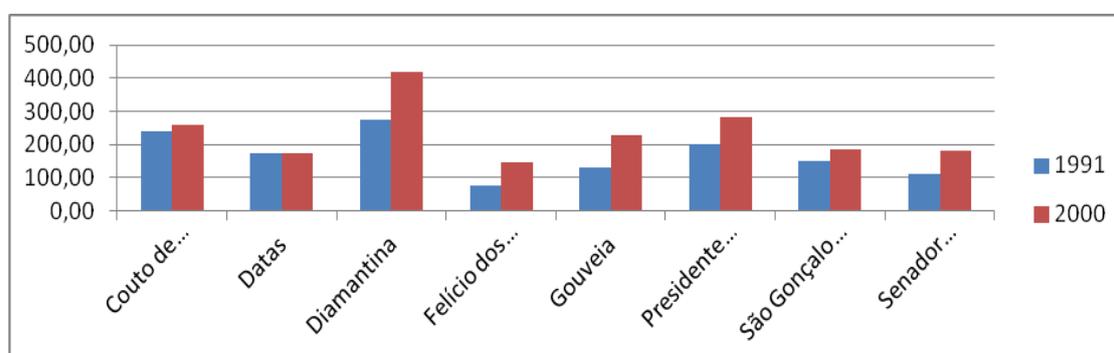
O aumento do IDH na década analisada indica melhoria dos aspectos sociais neste local, e pela análise vista até aqui se conclui que houve um crescimento na economia diamantinense e uma sutil melhoria nas condições sociais do município. Não é possível fazer ligação direta dessas transformações com o turismo. Contudo, caso se considere um aumento do fluxo turístico na década de 1990 e, conseqüentemente, um considerável crescimento do setor de serviços, pode-se intuir um importante papel do turismo nessas melhorias.

⁷⁶ Deduzidos impostos sobre produtos.

A fim de se aproximar cada vez mais desta ideia, se analisará abaixo a evolução dos demais municípios que compõe a Microrregião Diamantina neste mesmo período. Por dividirem a mesma conjuntura geográfica, histórica e social, mas por se distinguirem quanto à vocação turística, o objetivo é verificar possíveis distorções com os resultados do município de Diamantina, e assim conseguir identificar mais de perto a relação do turismo com o desenvolvimento neste município.

Será analisada abaixo a renda per capita média dos municípios como medida de produção, considerando assim as diferenças populacionais:

Gráfico 3. Renda per capita média por município (1991/2000) - valores em reais de 01/agosto de 2010.



Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Através do gráfico acima é possível inferir que, com exceção do município de Datas (variação negativa de 0,92 %), todos os demais municípios da Microrregião tiveram entre 1991 e 2000 um aumento em sua renda per capita: variação de 7,85 % em Couto de Magalhães; 51,82 % em Diamantina; 89,95 % em Felício dos Santos; 75,38 % em Gouveia; 40,39 % em Presidente Kubitschek; 21,5 % em São Gonçalo do Rio Preto; e 62,19 % em Senador Modestino Gonçalves. Percebe-se que de um modo geral, a região apresentou taxas significativas de crescimento em uma década, com média acima de 40%.

Como medida de desenvolvimento social, analisou-se na tabela abaixo o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que leva em consideração questões como educação, longevidade e renda.

Tabela 2. IDHM Microrregião de Diamantina – 1991/2000

| IDHM | 1991 | 2000 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Couto de Magalhães de Minas | 0,404 | 0,537 |
| Datas | 0,356 | 0,501 |
| Diamantina | 0,453 | 0,602 |
| Felício dos Santos | 0,272 | 0,461 |
| Gouveia | 0,367 | 0,537 |
| Presidente Kubitschek | 0,405 | 0,515 |
| São Gonçalo do Rio Preto | 0,369 | 0,495 |
| Senador Modestino Gonçalves | 0,290 | 0,483 |

Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Na tabela acima, percebe-se que Diamantina apresenta o melhor IDHM, consolidando a hipótese de município mais desenvolvido dessa microrregião. Contudo, verificar-se uma melhora também em todos os outros municípios, o que indica a importância de analisar outros indicadores.

Para visualizar melhor o desenvolvimento, torna-se necessário considerar medidas que apontem a forma de distribuição de renda entre a população. Para isso, será analisada a variação da renda per capita da quinta parte da população mais pobre (RQP) na década de referência e a variação da renda per capita da décima parte da população mais rica (RDR).

Tabela 3. Variação na renda mensal per capita 1991/2000 – Microrregião Diamantina⁷⁷

| Renda per capita da quinta parte da população mais pobre (RQP) | 1991 | 2000 | Variação (%) |
|---|-------------|-------------|---------------------|
| Couto de Magalhães de Minas | 28,11 | 44,41 | 57,98 |
| Datas | 29,34 | 16,90 | -42,39 |
| Diamantina | 41,31 | 44,30 | 7,23 |
| Felício dos Santos | 9,54 | 3,76 | -60,58 |
| Gouveia | 26,97 | 17,24 | -36,07 |
| Kubitschek | 33,98 | 48,91 | 43,93 |

⁷⁷ Valores em reais de 01/08/2010.

| | | | |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| São Gonçalo do Rio Preto | 32,81 | 42,05 | 28,16 |
| Senador Modestino Gonçalves | 24,90 | 8,72 | -64,97 |
| | | | |
| Renda per capita da décima parte da população mais rica (RDR) | 1991 | 2000 | Variação (%) |
| Couto de Magalhães de Minas | 1427,21 | 1196,52 | -16,16 |
| Datas | 697,38 | 734,26 | 5,28 |
| Diamantina | 1304,85 | 2052,29 | 57,28 |
| Felício dos Santos | 316,43 | 522,66 | 65,17 |
| Gouveia | 460,68 | 997,80 | 116,59 |
| Presidente Kubitschek | 835,98 | 1273,41 | 52,32 |
| São Gonçalo do Rio Preto | 600,63 | 656,32 | 9,27 |
| Senador Modestino Gonçalves | 447,26 | 992,41 | 121,88 |

Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Na tabela acima, o valor da renda per capita da população mais pobre confirma, em parte, o estigma de Vale da Pobreza que a região carrega por muito tempo. Como visto, em uma década, municípios como Datas, Felício dos Santos, Gouveia e Senador Modestino, apresentaram variação negativa na renda per capita dos 5% mais pobres da população.

Em Diamantina houve uma variação positiva para essa mesma faixa populacional, de 7,23%. Em contrapartida, a variação dos 10% mais ricos neste mesmo período, se deu na casa dos 57%, indicando um aumento da concentração de renda. Para confirmar esta hipótese, se analisa abaixo o coeficiente de Gini.

Tabela 4. Índice de Gini por municípios.

| Índice de Gini | 1991 | 2000 | Variação (%) |
|-----------------------------|-------------|-------------|---------------------|
| Couto de Magalhães de Minas | 0,6682 | 0,5646 | -15,5 |
| Datas | 0,5311 | 0,5758 | 8,41 |
| Diamantina | 0,5826 | 0,6168 | 5,87 |
| Felício dos Santos | 0,529 | 0,5527 | 4,48 |
| Gouveia | 0,5242 | 0,5617 | 7,15 |
| Presidente Kubitschek | 0,5047 | 0,4615 | -8,56 |
| São Gonçalo do Rio Preto | 0,4717 | 0,6038 | 28 |
| Senador Modestino Gonçalves | 0,5078 | 0,6738 | 32,69 |

Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Verifica-se que houve um aumento no índice de Gini em Diamantina, o que implica um aumento na desigualdade de renda entre sua população. Ou seja, mesmo que a atividade turística fosse relevante para a economia da cidade, isso não representou melhorias das condições de vida da população, o que se pôde verificar tanto pelo índice de Gini quanto pela evolução da renda dos mais pobres.

Além disso, outras localidades analisadas apresentaram melhoras nesse indicador, mostrando que Diamantina não se destacou perante os demais municípios.

Dessa forma, os dados são indicativos de que não se pode atrelar diretamente a atividade turística ao desenvolvimento econômico de Diamantina no período analisado, uma vez que, mesmo com o aumento do produto e da renda da cidade, não houve melhora significativas nos indicadores sociais. Além disto, Diamantina não se destacou entre os municípios analisados, o que indica que outras atividades, além do turismo, podem ter sido responsáveis pelo crescimento analisado.

5. Considerações finais

O crescimento do turismo tem sido atualmente fonte de pesquisas em diversas áreas e lugares devido à forte associação desta atividade econômica com o desenvolvimento socioeconômico de local. Porém, ainda é incipiente o número de trabalhos voltados para esta atividade no Vale do Jequitinhonha, o que dificulta imensamente o levantamento de dados que sirvam de base para a elaboração de análises específicas.

Através dos conceitos de desenvolvimento apontados no trabalho, percebe-se, através da análise de dados, que Diamantina apresentou crescimento econômico, caracterizado pelo aumento do PIB per capita e melhoria de alguns indicadores sociais, mostrado pela variação positiva no seu IDHM entre os anos de 1990 e 2000. Os indicadores de desigualdade de renda apresentaram uma intensificação na desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres.

Contudo, não se tornou possível associar as melhorias econômicas e sociais no período analisado ao aumento do fluxo turístico que ocorreu no mesmo período, uma vez que os municípios da Microrregião Diamantina também apresentaram evolução semelhante apesar de não terem vivenciado aumentos significativos na atividade turística entre os anos 1990 e 2000, mesmo porque não exploram a atividade turística na mesma intensidade que é explorada em Diamantina.

Este estudo não é conclusivo, ou seja, não se pode excluir a hipótese de que o turismo promoveu e vem promovendo o desenvolvimento econômico e social de Diamantina. É uma atividade importante que tem gerado emprego e renda desde a década de 1990. Entretanto, são necessários dados específicos da atividade turística na região para que se possa realizar associações diretas, como análises de correlação, dentre outras.

Referências

- ALVES, J. A. B. *O turismo como fator de contribuição para o desenvolvimento local: uma análise do planejamento municipal de Piraquara – Paraná*. Curitiba, 2008.
- BARBOSA, L. G. M. *Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil*. Lisboa, 2002.
- BURSZTYN, I. *Políticas Públicas de Turismo Visando a Inclusão Social*. 2005 Dissertação (Ciências em Engenharia de Produção) - Programa de Pós Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CORIOLOANO, L. N. *A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local* in: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. *Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local* (61- 70). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2012.
- FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. *Desenvolvimento Regional Através do Turismo: Geração de Emprego e Renda*. Revista Conhecimento Online, Ano 2, volume 2. Caxias do Sul, 2010.
- FREITAS, C. L. *Turismo, Política e Planejamento – Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2008.
- HANAI, F. Y.; NETTO, J. P. S. *O Turismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável do Espaço Rural: Discussões e Proposições no Brasil*. São Paulo, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado entre maio e dezembro de 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). IPEADATA. Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. *Regional*. 2013. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado entre maio e dezembro de 2013.
- KINDLEBERGER, C. P.; HERRIK, B. *Economic Development*. 3ª Edition. McGraw-Hill, New York, 1977. In PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de Economia*. 5ª edição – São Paulo: Saraiva, 2004.
- LUZ, L. L. *O Turismo e suas Contradições: da Salvação à Flagelação*. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- MENDONÇA, M. P, *et al*. *Evolução do Mercado de Trabalho no Turismo em Diamantina, uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local*. 2005 In RAYEL, R. S.; GUIMARÃES, S. T. L. *A Valorização das Paisagens Protegidas em Diamantina (MG): premissa para o turismo cultural*. Caderno de Geografia, v.22, n.38. São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, E. S. *Impactos Socioambientais e Econômicos do Turismo e Suas Repercussões no Desenvolvimento Local*. Revista Internacional de Desenvolvimento, v. 8, n.2, p. 1993-202, in FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. *Desenvolvimento Regional*

Através do Turismo: Geração de Emprego e Renda. Revista Conhecimento Online, Ano 2, volume 2. Caxias do Sul, 2010.

OLIVEIRA, J. A. P. Entendendo a Relação Turismo e Meio Ambiente. In: Anais do Encontro Nacional de Ecoturismo – Ecotur Amazonia 2001, Manaus. In BARBOSA, L. G. M. *Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil.* Lisboa, 2002.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de Economia.* 5ª edição – São Paulo: Saraiva, 2004.

RAYEL, R. S.; GUIMARÃES, S. T. L. *A Valorização das Paisagens Protegidas em Diamantina (MG): premissa para o turismo cultural.* Caderno de Geografia, v.22, n.38. São Paulo, 2012.

SANTOS, G. E. de O.; KADOTA, D. K. *Economia do Turismo.* São Paulo: Editora Aleph Ltda., 2012.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade.* Companhia das Letras. São Paulo. 2000.

SILVA, J. U. *As Estratégias das Parcerias e Alianças Intersetoriais como Potencialidades dos Projetos Sociais no Vale do Jequitinhonha.* Seminário Internacional de Políticas de políticas públicas Integradas. São Paulo, 2011.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN F. *Introdução à Economia.* São Paulo: Markron Books, 1999.

ZAPATA, T. Estratégias de Desenvolvimento Local. Conferência Internacional de Gestão Social, 2004. In ALVES, J. A. B. *O turismo como fator de contribuição para o desenvolvimento local: uma análise do planejamento municipal de Piraquara – Paraná.* Curitiba, 2008.

COLABORADORES

Antônio Carlos Guedes

Licenciado em História, pela FAFIDIA/Diamantina (1996); Bacharel em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Diamantina (2008), Habilitado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Seção Minas Gerais (2008); Especialista em Direito Privado, pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Diretoria Acadêmica dos Campi Externos- DACEX (2010), Rio de Janeiro; Bacharel em Humanidades, BHU, pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM (2013). Atualmente, graduando no Curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Exerce atribuições de Contador / Tesoureiro / Distribuidor / Coordenador da Central de Mandados no Fórum da Comarca de Diamantina, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, TJMG, Delegado Sindical do Serjusmig, Sindicato dos servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais e Delegado Regional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Sicoob Credjus. (Belo Horizonte).Email: guedes.ufvjm@gmail.com

Carlos Eduardo Silveira

Graduado (1994) e especialista (2000) em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC). Mestre em Turismo em Países em Desenvolvimento pela *University of Strathclyde/Escócia* (2001, reconhecido no Brasil pela USP em 2002). Doutor em Gestão e Desenvolvimento Turístico Sustentável pela *Universidad de Málaga/Espanha* (2009, reconhecido no Brasil pela UFPR em 2010). Atualmente é docente e pesquisador do bacharelado em turismo e do mestrado profissional em humanidades da UFVJM, em Diamantina/MG. Atua principalmente nos seguintes temas: turismo, planejamento turístico, demanda turística, patrimônio e turismo, formação e capacitação em turismo. Contato: caesilveira@gmail.com

Flávia Ramos

Graduada em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2011, UFVJM/MG). Cursando Especialização em Marketing pela Universidade Anhembí Murumbi (Em curso, UAM/2014). Atualmente trabalha na operadora de Turismo TAM Viagens/Matriz-SP. Atua principalmente nos seguintes temas: turismo, corporativo agência. Contato: flaviaramos.turismo@gmail.com

Hanna Gabriela Soares Vieira Amaral

Hanna Gabriela Soares Vieira Amaral – Graduanda em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (Campus Diamantina), possui

graduação em Bacharelado em Humanidades com ênfase em Turismo pela mesma Universidade. Contato: hannag.amaral@yahoo.com.br

Izabel Cristina Carvalho de Oliveira

Izabel Cristina Carvalho de Oliveira - Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2006) e mestrado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2010). Professora Assistente I da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lotada no departamento de Turismo. Atualmente trabalha com os temas Análise Econômica do Turismo, Métodos Quantitativos Aplicados às Ciências Sociais, Economia Regional, Economia Turismo. Contato: izabel.ufvjm@gmail.com

Juliana Medaglia

Graduada em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi (1998, UAM/SP). Especialista em Marketing Empresarial pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002, UFSC) e em Gestão Social pela Universidade Positivo (2008, UP/PR). Mestre Comunicação e Turismo pela *Universidad de Málaga/Espanha* (2005, reconhecido no Brasil pela UFBA em 2006). Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é docente e pesquisadora do bacharelado em turismo da UFVJM, em Diamantina/MG. Atua principalmente nos seguintes temas: turismo, planejamento estratégico, marketing de destinos, patrimônio e turismo, demanda turística. Contato: julianamedaglia@hotmail.com

Luana Maiara dos Santos

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -UFVJM em Diamantina / MG (2011), Pós - Graduada em Direito Público pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte /MG ano de conclusão (2012). Atualmente Mestranda Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas Linha Política, Sociedade e Cultura- UFVJM (2013- 2014). Pesquisadora da Fundação João Pinheiro -Política. Tem experiência na área de Administração Pública. Contato: luanamaiaras@yahoo.com.br

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani é doutora em História da Arte, linha História Social da Cultura, pela FAFICH/UFMG (2013). Mestre em História das Ciências da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2004), especialista em Filosofia Contemporânea pela UFMG (1998), graduada em Filosofia pela UFMG (1990). Fez formação clínica em psicanálise nas Formações Clínicas do Campo Lacaniano de Belo Horizonte. É professora adjunta de História da Arte no curso de Turismo da FIH/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; vice-líder do grupo de pesquisa Arte, Cultura e Sociedade no Mundo Ibérico, séculos XVI a XIX (PPGH-UFPB /Diretório CNPq);

pesquisadora dos grupos de pesquisa Destinos Turísticos e Sustentabilidade (UFVJM/Diretório CNPq) e Perspectiva Pictorum (PPGH-UFMG/Diretório CNPq). Contato: magnani@redecitel.com.br

Maria de Lourdes Santos Ferreira

Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras da UFMG e Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Desde 2006 é Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campos de Diamantina. Desenvolve pesquisas na área da linguagem, com ênfase nas práticas de escrita acadêmica. Realizou estágio no Kings College, em Londres, pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), onde participou de seminários de pesquisa sobre Letramento Acadêmico. Contato: malosfe@yahoo.com

Nauê Gonçalves Bulhões

Atualmente cursa o MBA de Gestão de Negócios Empresariais e Marketing pela Faculdade Santo Agostinho - Montes Claros MG. Possui graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2012). Tem experiência na área de Turismo, Planejamento Turístico, Cultura e Patrimônio, Turismo Público e Políticas do Turismo, fez a gestão do Polo Diamantina do Instituto Estrada Real - IER e trabalha na Associação Diamantinense das Empresas de Turismo, com a função de gestora da ADELTUR e de seus projetos. Contato: nauegb@gmail.com

Raquel Faria Scalco

Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2009); especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2004); bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva (2002). Professora Assistente do curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Tem experiência na área de turismo e docência, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, meio ambiente, educação, sustentabilidade, unidades de conservação, legislação aplicada ao turismo. Email: raquel.scalco@yahoo.com.br.

Ronaldo Flaviano de Souza Junior

Graduado em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Mestrando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa da CAPES. Pesquisador nas áreas relacionadas ao turismo, cultura, religião, patrimônio, festas, festas religiosas. Contato: ronaldsouza_rj@hotmail.com

Sidney Daniel Batista

Bacharel em Turismo, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Mestrando do Curso de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração - Organização do Espaço no Instituto de Geociências UFMG, tendo como principais conceitos/temas: Geografia Cultural, Turismo Cultural, Etnogeografia, Percepção Ambiental e Patrimônio Cultural. Atuou como Turismólogo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina. Dentre suas atribuições é responsável pela Estruturação/fortalecimento da Política Pública de Turismo, Promoção e Comercialização do Destino, Estruturação de Equipamentos Turísticos, Fomento ao Turismo Interno. Experiência na área de Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, lazer e cultura e turismo, planejamento. Contato: sidneydaniel13@gmail.com

Teresa Cristina Vale

Mestre e doutora em ciência política pelo IUPERJ. Professora e pesquisadora da FIH/UFVJM, vinculada ao Bacharelado em Humanidades e ao Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas. Defendeu tese sobre a Justiça Eleitoral e a Judicialização da Política. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Cidadania Brasileira, Sociologia do Direito e Democracia participativa atuando principalmente nos seguintes temas: democracia participativa, justiça eleitoral e política brasileira. Contato: tcvale@gmail.com

Viviane Cristina de Paula

Viviane Cristina de Paula é turismóloga, formada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, durante sua graduação atuou em diferentes segmentos do turismo: desenvolvimento de projetos de pesquisa (marketing turístico), financiado pela FAPEMIG, através de projeto de iniciação científica; além da participação em projetos de extensão, no que tangia o levantamento de potenciais atrativos turísticos culturais e naturais, na região de Diamantina; além da atuação direta nos segmentos de cultura e eventos, através da Secretaria Mun. de Cultura Turismo e Patrimônio de Diamantina. Após a graduação atuou como profissional no Instituto Estadual de Florestas, órgão de fomento ambiental, onde desenvolvia as atividades de Educação Ambiental, Uso público, Gerenciamento de equipe, planejamento e acompanhamento dos serviços, Atividades administrativas em geral e, apoio na gestão de Unidade de Conservação. Atualmente presta serviços no Instituto Biotrópicos, uma organização não governamental ambientalista desde 2003, em Minas Gerais, desenvolvendo atividades de Educação Ambiental, Mobilização Social, apoio às atividades inerentes ao fomento do Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço e, desenvolvimento e fomento da atividade turística na Gruta do Salitre. Contato: vivianecpdtna@yahoo.com.br

GRUPO DE PESQUISA DESTINOS TURÍSTICOS E SUSTENTABILIDADE

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM



Diamantina/MG

2014